**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

MAURÍCIO PIMENTEL HOMEM DE BITTENCOURT

**JORNALISMO ALTERNATIVO
PARA A QUESTÃO AMBIENTAL AMAZÔNICA**

**SÃO PAULO
2013**

MAURÍCIO PIMENTEL HOMEM DE BITTENCOURT

JORNALISMO ALTERNATIVO
PARA A QUESTÃO AMBIENTAL AMAZÔNICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência Ambiental (PROCAM) da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutor em Ciência Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Eda Terezinha de
Oliveira Tassara.

Versão Original

(versão original disponível na Biblioteca da Unidade que aloja o Programa e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP)

SÃO PAULO
2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Bittencourt, Maurício Pimentel Homem de.

Jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica./
Maurício Pimentel Homem de Bittencourt; orientadora : Eda
Terezinha de Oliveira Tassara. – São Paulo, 2013.
276f.: il.; 30 cm.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciência
Ambiental) – Universidade de São Paulo

1. Meio ambiente - Amazônia. 2. Jornalismo alternativo –
aspectos ambientais. I. Título

MAURÍCIO PIMENTEL HOMEM DE BITTENCOURT**JORNALISMO ALTERNATIVO PARA A QUESTÃO AMBIENTAL AMAZÔNICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciência Ambiental.

TESE APROVADA EM ____ / ____ / ____.

Para Fabiana e Caio.

AGRADECIMENTOS

À orientadora Eda Tassara por disponibilizar com generosidade mais do que conhecimentos científicos: sabedoria;

À amada Fabiana pela dedicação leal; pelo auxílio ágil e eficiente durante todo o processo desta obra;

Ao filho Caio, companheiro paciente e afetuoso: meu melhor amigo;

A Peregrina Gomes Serra por manter firme a crença;

Aos pais Maria Beatriz e Sergio pelos ensinamentos de toda uma vida;

Ao vovô José (*in memoriam*), à vovó Stella, a todos os familiares e professores que se dedicaram à minha educação ao longo dos anos;

À Norma e ao Paulo, minha família mineira, pela amizade sincera;

À irmã Ana Helena, a Elane Lima, Isadora e Andrea Marques, Cosmo de Souza, Cristiano Rodrigues, Fábio de Castro, Georges Caramanos, Milton Francisco, Paulo e Caco Peres, Victor Romero, amigos presentes nesses quatro anos;

Aos pensadores Antonio Alves e Nilson Mendes pelas ideias de liberdade e beleza;

Aos povos da Amazônia e do Acre pela inspiração;

Aos alunos que participaram desta pesquisa;

Aos professores Celso Frederico, Dennis de Oliveira e Marcos Sorrentino;

À Secretaria e professores do PROCAM;

Ao pessoal da UFAC: Reitoria, Diretoria de Pós-Graduação, PROEX e PROPEG;

Aos colegas do curso de Jornalismo e do Centro de Filosofia e Ciências Humanas;

À CAPES.

Há algo de uma guerra civil difusa por todos os cantos e recantos do mundo.
Octavio Ianni

RESUMO

BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem de. **Jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica**. 2013. 276 f.. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Este trabalho descreve a concepção, o planejamento e o processo de viabilização da intervenção constitutiva de uma mídia alternativa na sociedade amazônica, com suas articulações políticas e de custeio. Configurando-se como uma pesquisa técnico-empírica, seu objeto consistiu no processo de criação de um meio de comunicação jornalístico alternativo: a Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (ANAM). Enquanto veículo de comunicação, o objetivo da ANAM é alimentar e fundamentar o debate sobre a questão ambiental amazônica (QAA), ampliando seu teor democrático e contextualizando-o sob o enfoque de uma crítica da visão hegemônica do desenvolvimento – a visão comprometida com os interesses capitalistas do processo global de produção. A concepção de um projeto editorial para a ANAM, sua concretização como meio de comunicação na internet e como projeto de extensão universitária em uma universidade pública amazônica demonstraram que a proposta de intervenção é viável sob as condições estratégicas que delimitaram sua proposição e planejamento. Tais condições estratégicas apoiaram-se sobre os seguintes pressupostos: é possível contribuir para a conservação da floresta amazônica por meio do jornalismo; a QAA contextualiza-se no panorama de uma crise ambiental global, cuja existência apresenta-se como realidade; o debate sobre as relações entre os pressupostos anteriormente apontados se revela essencial para a promoção da conservação da Amazônia. Ressalva-se que a contribuição do jornalismo para a conservação da Amazônia depende de outros processos sociopolíticos para se efetivar, tendo em vista que os produtos de mídia não são agentes diretos da conservação ambiental. Tampouco se considera que o jornalismo alternativo para a QAA seja a única forma de contribuição jornalística para o enfrentamento da problemática ambiental da Amazônia.

Palavras-chave:

Meio ambiente. Amazônia. Jornalismo alternativo. Questão ambiental amazônica. Comunicação.

ABSTRACT

BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem de. **Alternative journalism for the environmental question of Amazonia**. 2013. 276 p. Doctorate Thesis. Graduate Program of Environmental Science, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

This doctorate thesis describes the fundamentals of the conception and planning – and the process regarding its enablement, together with its politics and costs – of the constitutive intervention of an alternative media in the Amazon society. By using empirical and technical data, the object of this thesis refers to the process of creation of an *alternative* journalistic media: the Environmental News Agency for the Amazonia (ANAM). As a means of communication, the objective of ANAM is to stimulate and to promote the debate about the Environmental Question of Amazonia (QAA), by broadening its democratic sense and by contextualizing it towards a criticism of the hegemonic vision about economic development, a vision that belongs to the capitalist interests of the global process of production. The development of an editorial project for the ANAM, its construction as an online channel of communication and as a university extension program in an Amazon public university have evidenced that the intervention proposal can be enabled through the strategic conditions in which it inheres. These strategic conditions are based on the following assumptions: it is possible to contribute to the conservation of the Amazon rainforest through journalism; the QAA contextualizes itself in the panorama of a global environmental crisis, which is real; the debate about the relationships between the aforementioned assumptions should be seen as pivotal for the promotion of the conservation of Amazonia. Nonetheless, in order to be enabled, the contribution of journalism to the conservation of Amazonia hinges on other sociopolitical processes, since the media products are not direct agents of environmental conservation. That notwithstanding, the alternative journalism for the QAA cannot be seen as the unique way of contributing journalistically for addressing the environmental problem of Amazonia.

Key-words: Environment. Amazonia. Alternative media. Environmental Question of Amazonia. Communication.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A QUESTÃO AMBIENTAL AMAZÔNICA (QAA)	14
2.1 História Ocidental da Amazônia	15
2.2 A Questão Ambiental Global.....	50
2.3 QAA Política e Socioeconômica	79
3. JORNALISMO E QUESTÃO AMBIENTAL AMAZÔNICA.....	92
3.1 Jornalismo <i>versus</i> Mídia de Massa	94
3.2 O Jornalista como Mediador Social	110
3.3 Um Jornalismo Alternativo	124
4. NARRATIVAS DA FLORESTA	136
5. AGÊNCIA AMBIENTAL DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA (ANAM)	155
5.1 Intervenção Pedagógica	159
5.2 ANAM: Meio de Comunicação Jornalístico Alternativo	176
5.2.1 Projeto Editorial da Agência Ambiental de Notícias da Amazônia	177
5.2.2 Pautas / Angulação	181
5.2.3 Viagens para Captação de Dados	184
5.2.4 Redação	191
5.2.5 Edição e Publicação	192
5.2.6 Conclusões da Pesquisa de Campo	196
5.2.7 O Futuro da ANAM	201
6. CONCLUSÃO	204
REFERÊNCIAS	207
ANEXOS	215

1 INTRODUÇÃO

Esta tese pretende contribuir para o debate democrático sobre a questão ambiental amazônica. Há alternativas ao tipo de desenvolvimento que domina a região? A voz da maioria da população amazônica tem representatividade nesse debate? A pesquisa nasceu dessas e de outras perguntas que, somadas aos ingredientes da Ciência Ambiental e das Ciências da Comunicação, levaram a novas formulações.

Fixa-se a pesquisa, dialeticamente, na realidade social, política e econômica da Amazônia, evitando a compreensão dessa região como objeto estático de análise. Tanto que, no decorrer do texto, opta-se pela palavra “conservação” do ambiente amazônico, a qual remete a uma forma racional de ocupação do bioma, em oposição à “preservação”, em que se propõe que o ambiente permaneça intocado. Aventa-se uma hipótese que considera possível contribuir para a conservação da Amazônia por meio do jornalismo. Como? Alimentando e fundamentando o debate democrático sobre a relação sociedade-ambiente na Amazônia. Enquanto prática jornalística, tal contribuição somente se viabiliza em um veículo de comunicação.

Assim, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa técnico-empírica cujo objeto consiste no processo de criação de um meio de comunicação jornalístico alternativo: a Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (ANAM). A tese descreve a concepção, o planejamento e o processo de viabilização da intervenção constitutiva da ANAM na sociedade amazônica, com suas articulações políticas e de custeio. Pesquisam-se: um jornalismo de interesse público para alimentar e fundamentar o debate sobre a questão ambiental amazônica; formas alternativas de viabilizar esse meio de comunicação jornalístico.

O Capítulo 2 – A QUESTÃO AMBIENTAL AMAZÔNICA – inicia-se com a definição de questão ambiental amazônica (QAA). Para isso, primeiramente se estabelece um panorama da Amazônia pelo viés do materialismo histórico.¹ O método se ajusta à proposta da pesquisa por permitir a análise das relações sociedade-ambiente e de suas implicações econômicas e políticas.

Destaca-se que a Amazônia sofre intensa influência de questões geopolíticas. Desde o século XVI, os interesses das classes hegemônicas dos principais países capitalistas

¹ Entende-se o “materialismo histórico” como o método marxista que analisa a sociedade humana pelo aspecto prioritário da atividade econômica (WILLIAMS, 2007, p. 269-70). Em análise complementar, Gorender (2007, p. XXVI) aponta que o materialismo histórico interpreta a sociedade pelo viés dos modos de produção. Ainda segundo Gorender, a teoria marxista define a história como “história da luta de classes” (p. XXVII).

influenciam profundamente sua história.² Em regra, a partir daquela época a maioria da população amazônica tornou-se classe subalterna e os rumos da região passaram a ser definidos exogenamente.³ Nota-se que, também no Brasil, existe uma classe hegemônica, cujos interesses se alinham muito mais aos das elites dos países ricos do que aos das classes subalternas amazônicas.

Ainda no Capítulo 2, constata-se que a primazia do crescimento econômico como critério de desenvolvimento configura-se a principal causa da crise ambiental mundial, devido ao impacto que gera sobre os recursos naturais. A análise materialista desvenda o jogo de forças presente na discussão da questão ambiental. Argumenta-se que a questão ambiental é, sobretudo, econômica e política, articulada aos processos de apropriação social dos recursos ambientais. Dessa forma, a QAA é definida no que concerne aos aspectos políticos e socioeconômicos da relação sociedade-ambiente na Amazônia.

Este trabalho, balizado pela urgência de se conservar um bioma extremamente pressionado, materializa-se em uma pesquisa que pretende contribuir concretamente para a conservação da floresta a partir do marco filosófico da “racionalidade ambiental”, assim nomeada por Enrique Leff.⁴ Vê-se o debate da QAA como parte da construção da racionalidade ambiental examinada pelo autor.

Leff é a principal referência filosófico-ambiental desta tese por trazer importante análise sobre o mundo contemporâneo e sobre as consequências ambientais do desenvolvimento acrítico. Segundo o autor, a questão ambiental exige uma revisão das estruturas ontológicas e epistemológicas da racionalidade econômica dominante, pois manter a atual relação sociedade-ambiente torna impossível a sustentabilidade ambiental.

No capítulo 3 – JORNALISMO E QUESTÃO AMBIENTAL AMAZÔNICA – avalia-se a capacidade de a prática jornalística contribuir para o debate da QAA. O começo do capítulo visa a esclarecer sobre o que se entende tradicionalmente como prática jornalística. Verifica-se que o jornalismo da mídia de massa encontra-se em grave crise, submetido aos

² De acordo com Williams (2007, p. 199-200), entende-se “hegemonia” como o predomínio político-econômico de uma classe social sobre outra(s). Admite-se que a hegemonia abranja fatores culturais, isto é, as classes subordinadas supõem que a hegemonia da classe dominante integre a “realidade normal” ou “senso comum”.

³ A expressão “classe subalterna” é utilizada como forma de não se ater a uma rígida divisão de classes, adaptando-a ao contexto contemporâneo. Consideram-se classes subalternas todas aquelas cujos interesses se submetam aos interesses da classe hegemônica (elite econômica e política). Ferreira (2006, p. 108) aponta que se trata de um conjunto de classes existente em “todos os tipos de sociedade atuais”. Segundo a autora, a característica de “subalterno” transcende a dominação econômica, estendendo-se à dominação cultural.

⁴ LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

interesses das grandes empresas capitalistas. Desta forma, questionar a hegemonia do modelo capitalista de desenvolvimento torna-se inviável para o jornalismo da mídia de massa.

Assim, a orientação do Capítulo 3 passa a ser a procura de argumentos que comprovem a capacidade de a prática jornalística contribuir para o debate da QAA. Para que a prática jornalística seja capaz de contribuir para o debate da QAA, deve articular-se ao projeto político de um meio de comunicação que tenha esse objetivo. Em resumo, o Capítulo 3 permite entender por que, para se discutir a QAA, é preciso um jornalismo alternativo.

A perspectiva de esta tese integrar o processo de construção de uma racionalidade ambiental para a Amazônia ganha impulso no Capítulo 4 – NARRATIVAS DA FLORESTA – em que se promove um mergulho na Amazônia para conhecer o local em que será realizada a pesquisa de campo. Expõem-se os depoimentos dos “comunicadores da floresta”, apresentados como última argumentação no sentido de fixar diretrizes para a intervenção constitutiva da ANAM.⁵ São comunicadores que dão seus depoimentos sobre a cobertura da imprensa para a QAA. Ainda nesse capítulo, apresenta-se o Estado do Acre como mais um cenário típico brasileiro em que os interesses hegemônicos dominam a sociedade.

No Capítulo 5 – AGÊNCIA AMBIENTAL DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA (ANAM) – descreve-se todo o processo de institucionalização da ANAM como meio de comunicação jornalístico alternativo que visa a alimentar e fundamentar o debate da QAA. Trata-se de uma mídia alternativa financiada pelos recursos da Universidade Federal do Acre (UFAC). Entre os principais aspectos descritos nesse capítulo destacam-se a articulação política e econômica de criação da ANAM e a concepção de um projeto editorial coerente com a definição de QAA.

Enfim, entende-se que a concretização da ANAM como meio de comunicação jornalístico comprove a hipótese de que seja possível contribuir para a conservação da Amazônia por meio do jornalismo.

Salienta-se que a ANAM não visa a modificar diretamente a relação sociedade-ambiente na Amazônia, mas contribuir para o debate democrático sobre a QAA. Em outras palavras, a institucionalização da agência não garante a conservação da floresta, o que depende de outros processos sociopolíticos para se efetivar. A ANAM visa a fundamentar e alimentar esses processos com informação independente.

⁵ No Capítulo 4, utilizamos entrevistas colhidas no projeto de pesquisa *Narrativas da Floresta* em 2008. Foram entrevistados agentes sociais qualificados como “comunicadores da floresta”: jornalistas e líderes comunitários do Estado do Acre ligados à discussão sobre a QAA.

Esta tese mostra que o jornalismo alternativo para a QAA depende da criação de um meio de comunicação jornalístico alternativo para a QAA, com um projeto editorial articulado a um projeto político e econômico. Afinal, a determinação da linha editorial de qualquer veículo de comunicação depende de um posicionamento político o qual, nesta pesquisa, encontra-se na própria definição de QAA.

A criação da ANAM como projeto de extensão da UFAC evidencia ainda a viabilidade da constituição de meios de comunicação alternativos na Amazônia, a partir da utilização da infraestrutura de uma instituição pública. A riqueza da pesquisa de campo concluída confirma a prática como preâmbulo da teoria.

2 A QUESTÃO AMBIENTAL AMAZÔNICA (QAA)

A questão ambiental amazônica abrange fatores históricos, geopolíticos, sociais e ecológicos que são proporcionais às dimensões do bioma. Contudo, a maioria da população amazônica permanece com pouca força política no debate sobre os rumos desse território. Surge, então, um problema representado pela dificuldade de um grupo social para decidir sobre seu futuro.

Muitas decisões a respeito da Amazônia se dão nas mesas de escritórios governamentais, empresariais, não governamentais (ONGs) ou acadêmicos, longe da floresta. Aqueles que decidem com intenções conservacionistas raramente conhecem a realidade dos locais a serem resguardados. Muitos entendem que a Amazônia deva adequar-se aos padrões ocidentais, sem ponderar, contudo, se na floresta já existem soluções, especialmente no que se refere à questão ambiental. Em regra, ignora-se a história complexa e dinâmica da região. Muitos agentes sociais agem segundo análises apriorísticas. Uma dessas análises propõe a crença em uma questão ambiental amazônica reduzida a fatores ecológicos. Entende-se que, diferente disso, as questões em jogo na Amazônia envolvem uma grande disputa por estoques de natureza ainda não regulamentados juridicamente. Nesse sentido, como assevera Becker, “três grandes eldorados podem ser reconhecidos contemporaneamente: os fundos oceânicos ainda não regulamentados, a Antártida, partilhada entre as potências, e a Amazônia, único a pertencer, em sua maior parte, a um só Estado Nacional.”¹ Conhecer a questão ambiental da Amazônia inicia-se, portanto, no entendimento desse viés geopolítico.

Enquanto as economias dos países ricos se encontram em uma situação de crise, a Amazônia segue com a maior parte de sua superfície florestal em pé, com seus grandes rios, com fartas e desconhecidas matérias-primas acima e abaixo da superfície. Há uma enorme pressão global por recursos naturais baratos, premissa dos lucros das empresas capitalistas. Exportam-se os recursos juntamente com os lucros, deixando para trás um rastro de destruição, pobreza e conflitos no campo. Trata-se da globalização:

A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidade, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória. Uma realidade ainda pouco

¹ BECKER, B.K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 35.

conhecida, desafiando práticas e ideais, situações consolidadas e interpretações sedimentadas, formas de pensamento e voos da imaginação.²

A proposta hegemônica de desenvolvimento³ tem seus atrativos, conforme se vê nas cidades amazônicas, nos seringais, nas pequenas propriedades rurais, nas comunidades e aldeias indígenas. Tais grupos sabem apreciar os benefícios da tecnologia ocidental, principalmente no que diz respeito à saúde, à informação e à mobilidade territorial, pontos fundamentais para a qualidade de vida em qualquer latitude. A questão principal transfere-se, então, para a quantidade e para a qualidade do desenvolvimento desejado, bem como para o rigor democrático na ponderação de quais critérios devem norteá-lo. Um desses critérios está no ponto de encontro entre uma qualidade de vida digna e a manutenção de um ambiente saudável. Desde o início, a questão geopolítica domina a história da Amazônia, fator que deve ser considerado em qualquer análise sobre o ambiente da região. Fica evidente, neste capítulo, que as terras americanas foram vistas como imenso estoque de recursos naturais gratuitos, bastando aos fidalgos europeus que viessem buscar.

2.1 História Ocidental da Amazônia

Por meio de uma concessão de poderes para a exploração de terras descobertas, Vicente Yáñez Pinzón chega à foz do Rio Amazonas nos “*primeiros dias do mês de fevereiro de 1500*, portanto, quase três meses antes da descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral”.⁴ Ao som da pororoca, Pinzón descobre que as águas abaixo do casco da caravela eram doces. Batiza o rio como “Santa Maria de La Mar Dulce”, tomando posse da Amazônia, unilateralmente, em nome da Espanha. No entanto, a Amazônia ainda não havia sido “inventada” pelo Ocidente. Aquele primeiro descobridor avançou pouco pelo rio e logo atravessou o Atlântico de volta, para confirmar o Tratado de Tordesilhas, que apontava para aquelas terras, enfim descobertas, como espanholas.

² IANNI, O. **A era do globalismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 11.

³ Há inúmeras interpretações sobre *desenvolvimento* e definições divergentes entre economistas. Excede o objetivo deste trabalho o aprofundamento sobre o tema. A palavra é usada por ser de fácil entendimento em diferentes esferas discursivas. Nesta tese, atribui-se ao substantivo *desenvolvimento* qualquer processo que aproxime determinado grupo social do padrão econômico e tecnológico ocidental.

⁴ RIBEIRO, N.F. **A questão geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005, p. 25, (grifo do autor).

Do ponto de vista ocidental, que afirma ser a invasão europeia uma “descoberta”, a história da Amazônia está intimamente ligada à lógica do sistema capitalista. Emissários dos reis, os navegantes saíram pelo mundo em busca de recursos, como especiarias e metais preciosos. As narrativas de viajantes, algumas das quais mágicas e fantásticas, eram as principais fontes de informação sobre América, Índia, Amazônia e outros locais. Sob a necessidade de buscar matéria-prima e produtos para o comércio, as cortes basearam-se em relatos e informações difusas para apostar na existência de outros continentes. Não foram poucas as expedições espanholas em busca de riqueza, guiadas por mitos como El Dorado, rio do ouro, lago dourado, cidade do ouro.⁵ Segundo Sampaio⁶ (1825 apud GONDIM, 1994, p.119), o número de empresas e viagens espanholas que vasculharam a região do Rio das Amazonas em busca de riqueza chegou a 60.

Os motivos que levaram o primeiro europeu à Amazônia também foram geopolíticos. Tiveram como contexto a disputa diplomática das duas potências marítimas, Portugal e Espanha, pelo domínio de terras descobertas a Oeste e Sul, do outro lado do Atlântico. A ansiedade era tanta e as informações tão desencontradas que em 1494 se celebrou o Tratado de Tordesilhas, que dispunha sobre os limites de terras desconhecidas pelas partes signatárias do acordo. Os ibéricos, então, lançaram-se cada vez mais ao mar. Junto com a descoberta do Brasil e da América, as implicações geopolíticas da chegada à Amazônia foram consideráveis. A Europa mudava sua visão de mundo, tendo acesso a territórios, a espécies, a biomas e a povos diferentes.

No entanto, a planície amazônica permaneceu desconhecida por mais de 40 anos, até que em 1541 o governador da província de Quito (atual Equador), Gonzalo Pizarro, deu início a uma expedição para reconhecer e para tomar posse das terras entre os Andes e o Oceano Atlântico, pertencentes à Espanha, segundo Tordesilhas. Como fator econômico, havia a perspectiva de descoberta do “País da Canela” e do reino do *El Dorado*.⁷ Os expedicionários teriam de atravessar os Andes e enfrentar uma série de dificuldades naturais, contando para isso com um homem de confiança de Pizarro, Francisco de Orellana, que ganhou o comando geral das tropas. Devido a sucessos que incluíram terremoto, frio, chuvas torrenciais e indígenas aguerridos, a expedição teve de se dividir. Orellana partiu com 54 homens em embarcações pequenas e velozes chamadas bergantins, mais algumas canoas, visando a

⁵ GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994, passim.

⁶ SAMPAIO, F.X.R. **Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma**. Lisboa: Academia, 1825.

⁷ As informações históricas do período, bem como os aspectos geopolíticos advindos de tais acontecimentos, nesta e nas próximas páginas, baseiam-se em RIBEIRO, 2005, passim.

abastecer-se de comida para voltar e alimentar os companheiros. Levou a maior parte da carga da expedição, bem como os recursos financeiros. Chegando, porém, à confluência dos rios Coca e Napo, percebeu que a volta seria difícil devido à correnteza, deixando aí três expedicionários para relatar os acontecimentos a Pizarro. Orellana e seus homens se deixaram levar pela correnteza, descendo o rio Coca sem saber aonde chegariam, tendo à disposição apenas vagas informações sobre a proximidade de outro rio, bem maior.

A expedição de *Orellana* prosseguiu pelo *Napo*, até chegar ao eixo do “*Grande Rio*” ou “*Paranauçu*”, como era chamado pelos povos indígenas aquele que seria depois denominado por Orellana como “*Rio das Amazonas*”. Continuou navegando com o apoio das populações indígenas, tendo chegado a 3 de junho de 1542 ao rio Negro, nome dado pelo próprio Orellana, quando deparou com o encontro de suas águas com as do *Amazonas*. [...] Finalmente, em 23 de junho, os aventureiros chegaram à foz do rio *Nhamundá*, onde se depararam com uma tribo indígena que lhes pareceu ser constituída de *mulheres guerreiras*. (RIBEIRO, 2005, p. 30, grifos do autor)

Orellana lembrou-se das lendárias amazonas da Ásia Menor, batizando o grande rio como “Rio das Amazonas”, que viria a transformar-se simplesmente em Amazonas, dando origem também ao nome de todo o bioma, “Amazônia”. O responsável pelo relato da viagem de Orellana, o dominicano Frei Gaspar de Carvajal, carregou nas tintas ao descrever as amazonas sul-americanas. Das linhas que escreveu sobre as mulheres guerreiras, até hoje não se sabe o que havia de verdade e o que fantasia, emprestando sonho e lenda à história da região desde a origem.

Gondim (1994) interpreta a visão desses viajantes fascinados pela Amazônia ao longo da história. Entre tais viajantes, analisa os escritos de Carvajal, narrador desta que se tornou uma das mais belas histórias modernas. Observando como aquele narrador conta o descobrimento do Rio Amazonas, Gondim percebe os mitos, lendas e fatos concretos que se misturam para criar a Amazônia da maneira como seria representada pelo homem ocidental. São humanos do século XVI extasiados com a grandeza épica, com o tamanho e a quantidade de rios, com os diferentes tipos de frutos e alimentos, com a variedade étnica, ou seja, esses viajantes inserem-se em um mundo radicalmente diferente da vegetação e do clima temperados. Culturalmente, as diferenças revelam-se gritantes, especialmente quando são abordados os aspectos moral, religioso ou de comportamento social das populações amazônicas. Etnocêntrico, o cronista buscava pontos comuns de identificação com a sua própria cultura, apesar das diferenças radicais. Tal ponto de vista permanece como referência, contribuindo para uma série de distorções na representação da região, até mesmo entre os amazônidas. O homem ocidental não enxerga a “Amazônia”, mas a “si mesmo”.

Os expedicionários reencontram e sequenciam o imaginário dos antigos viajantes, cujas histórias sobre fortunas incríveis – lá Preste João, Grão Khan ou as áreas contíguas ao Éden, aqui o Eldorado, lugar fabuloso e a cidade Manoa das lendárias mulheres guerreiras – estão sempre presentes na invenção da Amazônia. Ao longo da narrativa, o cronista [Carvajal] vai utilizar as mesmas expressões de Marco Polo sobre os reinos que pagavam vassalagem a Gengis Khan. Divide a extensão do rio em vários reinos, dominados por um número pequeno de senhores, sobressaindo um principal entre os demais, técnica que, de certa forma, facilita a compreensão de uma área inexplorada, desconhecida e imensa. Quando não compara, iguala ou privilegia os frutos, os animais e as terras aos da Espanha. (GONDIM, 1994, p. 79)

O relato de Carvajal deu início ao interesse de ingleses, alemães, irlandeses e franceses sobre esse território. Tais povos procurariam no além-mar o excedente que poderia lhes dar riqueza, à medida que os relatos oficiais sobre novas terras eram confirmados pelos ibéricos. No evento conhecido como União Ibérica (1580-1640), quando a Coroa de Portugal foi assumida pelo monarca espanhol, o Brasil descoberto por portugueses (Leste da linha imaginária de Tordesilhas) e a Amazônia (Oeste) ficaram, ambos, sob o domínio da Espanha. Em 1616, iniciou-se a colonização europeia da região, conduzida pelos dois países circunstancialmente unidos. O fato configura-se como importante nos desdobramentos históricos do território amazônico que viria a se tornar português e, posteriormente, brasileiro.

As condições geopolíticas eram extremamente favoráveis para a Espanha. Com a descoberta da América, o Tratado de Tordesilhas fez desse país o legítimo dono dos impérios mais ricos da Terra: Asteca, Maia e Inca. Iniciou-se uma atividade de saque contínuo de tais civilizações, para os quais a Espanha mobilizou todos os seus recursos financeiros, humanos e institucionais. A prioridade de todo um país fixou-se na apropriação obstinada dos imensos tesouros desses povos, relegando a segundo plano o domínio da Amazônia de planície, cujas riquezas ainda precisariam ser descobertas e exploradas.

Com as bases fixadas nas colônias andinas, a penetração espanhola para a planície deveria se dar a partir das nascentes do Rio Amazonas, porém o obstáculo geográfico da Cordilheira dos Andes impôs morosidade ao processo. O jeito seria ocupar a foz do Amazonas, decisão tomada em 1615, após a expulsão dos franceses da ilha do Maranhão (São Luís). Originalmente pertencente a Portugal, o Maranhão fora tomado por franceses, que desde 1612 tentavam fixar ali uma colônia, chegando a construir um forte em São Luís. No entanto, seriam posteriormente derrotados por forças portuguesas provenientes do Nordeste.

Os estudos de Arthur César Ferreira Reis demonstram como a ocupação da fronteira norte e sua inflexão no rumo leste-oeste ligam-se definitivamente ao núcleo da colonização de Pernambuco. Assim como São Paulo de Piratininga foi o núcleo de irradiação da colonização para o sul e para Minas Gerais, a vila de Olinda foi o

principal ponto de partida e de apoio à irradiação da penetração portuguesa no litoral setentrional até o Maranhão, se expandindo através da posse do Grão-Pará – expansão que adquiriu relevância, sobretudo entre 1580 e 1616 [...].⁸

Configuram-se, assim, os fatores que, somados, tornariam o Brasil o país com maior território amazônico, correspondente à planície que abriga o Rio Amazonas e as embocaduras de seus principais afluentes. A União Ibérica favoreceu o projeto dos portugueses, que puderam adentrar as terras amazônicas (território espanhol) sem que houvesse resistência por parte da Espanha. As circunstâncias obrigavam Madri a indicar portugueses para colonizar a área, devido à proximidade com o território brasileiro e ao conhecimento geográfico adquirido. Ademais, Gadelha (2002, p. 75-6) ressalta que os espanhóis não se interessaram pela ocupação desses territórios, visto que poderiam obter riqueza mais facilmente após o descobrimento do verdadeiro “Eldorado”, representado pela prata de Potosí. A cordilheira seria, portanto, a verdadeira fronteira entre as duas coroas. Em 1615, iniciou-se a colonização luso-espanhola da Amazônia.

Estabelecida a cidade de Belém na entrada da bacia amazônica (1616), a conquista da planície parecia cada vez mais tangível aos portugueses. Mesmo após o fim da União Ibérica (1640), Lisboa continuaria a ocupar a região, em um desafio aberto ao Tratado de Tordesilhas. Durante todo o século XVII, Portugal consolidou sua presença na Amazônia com povoados e fortificações, desconsiderando a presença indígena. Os europeus acreditavam que aqueles povos não tinham soberania sobre o território, devido à sua cultura “primitiva”.

Em resumo, a ação portuguesa baseava-se em: (a) defesa da posse da região; (b) criação de uma economia regional, através da agricultura, principalmente da cana-de-açúcar; (c) conversão do indígena ao cristianismo (OLIVEIRA⁹, 1983 apud RIBEIRO, 2005, p. 57). Acompanharam tais ações as sistemáticas e cruéis matanças de indígenas que ocorreram durante os séculos XVII e XVIII, consistindo em um dos maiores genocídios da Humanidade. Ressalta-se tal aspecto para registrar as consequências de uma visão puramente econômica, racionalidade característica do tipo de desenvolvimento proposto pelo Ocidente. Superiores na arte da guerra, os europeus não titubearam em destruir culturas em nome do comércio e do lucro, iniciando o processo predatório da floresta e de seus povos. O objetivo era mostrar ao mundo o domínio sobre a Amazônia, criando uma situação irreversível de posse.

Em 1654, criou-se o Estado do Maranhão e Grão-Pará, em uma condição excepcional de autonomia. Desvinculado do Brasil, tinha relação direta com a capital metropolitana,

⁸ GADELHA, R.M.A.F. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira norte do Brasil. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo [online], 2002, vol. 16, n. 45, p. 69.

⁹ OLIVEIRA, A.E. **Amazônia**: desenvolvimento, integração, ecologia. [S.l.]: Brasiliense/CNPq, 1983.

Lisboa. Assim, facilitou-se a implantação de povoados, vilas e cidades, que se constituíam em pontos de concentração para exportar drogas do sertão e produtos florestais como cacau, cravo, sementes, raízes e madeiras. Além disso, nesse contexto, não se pode ignorar o papel dos missionários como os maiores agentes da ocupação efetiva da Amazônia pelos portugueses (RIBEIRO, 2005, p. 61). Em tempos de união entre Igreja e Estado, Portugal lucrava com a eficiência dos missionários em catequizar e pacificar indígenas, em construir aldeamentos e em promover atividades econômicas. Se o objetivo era consolidar a presença nas margens do Rio das Amazonas e em seus grandes afluentes, distribuíram-se Cartas Régias outorgando poderes a diversas ordens religiosas católicas: franciscanos, carmelitas, mercedários, jesuítas, capuchos, perfazendo um total de 39 concessões. Foram necessários muitos missionários para ajudar a ocupar a região, pois o contingente indígena provavelmente era maior que a população portuguesa da época.

Projeções feitas a partir de documentos e de pesquisas arqueológicas estimam a população indígena, por ocasião da conquista, entre três e cinco milhões de pessoas, na Amazônia brasileira.

A perspectiva histórica desses povos foi interrompida de forma brusca e violenta pelo projeto colonial que, valendo-se da guerra, da escravidão, da ideologia religiosa e das doenças, provocou na Amazônia uma das maiores catástrofes demográficas da história da humanidade, além de um etnocídio sem precedentes.

A participação da Igreja no processo, que teve nos jesuítas sua atuação mais marcante, presa à Coroa portuguesa pelo regime do padroado e movida pela missão de converter os índios ao cristianismo, foi incapaz de perceber o valor das culturas e, portanto, o projeto histórico desses povos. Mesmo assim, muitos missionários foram perseguidos, presos e expulsos porque denunciaram a violência e a injustiça praticadas contra os índios.¹⁰

O mito do vazio demográfico já soava como desrespeito a milhões de pessoas que viviam na Amazônia brasileira. Sabia-se amplamente que o território era ocupado, mas por pessoas consideradas “desimportantes”, já que havia somente índios. Inúmeras evidências fazem crer que tal opinião sobre o índio e sobre o indivíduo natural da região ainda existe.

No século XVIII, surgiram as condições para que Portugal e Espanha negociassem a revisão do Tratado de Tordesilhas, ensejando a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Ambas as nações declararam violação a Tordesilhas, tanto na Ásia quanto na América. A partir disso, os limites foram estabelecidos de acordo com o princípio jurídico do *uti possidetis*: cada país tomaria posse do que efetivamente possuía. Em suma, a Espanha teria a posse da Bacia do Prata e Portugal teria a posse de 70% da Amazônia. Em breve tal território

¹⁰ CARVALHO, P.D.; HECK, E.; LOEBENS, F. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo [online], 2005, vol. 19, n. 53, p. 238-9.

tornar-se-ia brasileiro, mas, naquele momento do século XVIII, as histórias das duas colônias portuguesas na América do Sul, Brasil e Amazônia, seguiam paralelamente.

Logo após o Tratado de Madri, o trono português foi assumido por D. José I, quem nomeou o Marquês de Pombal como secretário de negócios estrangeiros e da guerra. Pombal foi o homem forte do Império Português por quase 30 anos e promoveu, na Amazônia, uma série de mudanças, começando por oficializar que a soberania de Portugal sobre a região deveria ser exercida diretamente, sem o intermédio do poder instalado na capital brasileira. A partir de 1751, o Estado do Maranhão e Grão-Pará passou a chamar-se Grão-Pará e Maranhão, com sede na Cidade de Belém (RIBEIRO, 2005, p. 79). As mudanças foram significativas, no sentido de ocupar efetivamente a Amazônia via: demarcação de terras; criação da Capitania de São José do Rio Negro (Amazonas); mudança na relação Estado–Igreja; incentivo à migração de colonos portugueses; estímulo à miscigenação entre estes e os índios; criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Rio Negro; doação de terras a colonos e soldados; implantação do trabalho escravo (1756) para reforçar os cultivos de cacau, café, algodão, cana-de-açúcar, fumo, anil e arroz; estímulo à pecuária em Roraima, baixo Amazonas e região das ilhas.¹¹

Em 1759, veio a interdição das ações dos missionários jesuítas na região, pois a nova configuração geopolítica de total exercício da soberania sobre a Amazônia levou a coroa a exigir outra postura dos aldeamentos religiosos. Ribeiro (2005, p. 84-5) aponta que os jesuítas se transformaram em obstáculo à plena exploração da Amazônia pelo Estado português. Sob o comando dos missionários, a riqueza apurada nos aldeamentos, empresas extrativistas de pesca e de produtos vegetais, não era revertida para o rei de Portugal, e sim em favor da comunidade. Ou seja, não interessava a Portugal desenvolver a Amazônia, mas tão somente colher os produtos advindos da terra, os quais representariam melhor custo-benefício se fossem fruto de trabalho escravo. Os aldeamentos eram vistos como refúgios para o índio ameaçado e escravizado pelos colonos portugueses. O sucesso do colono português na nova terra dependia, portanto, do indígena. Assim, sem dúvidas ou veleidades religiosas, de acordo com o mais puro mercantilismo, os jesuítas foram banidos, remodelando a dinâmica amazônica, explicitando o objetivo de escravizar o gentio a serviço da colonização.

Em 1772, o Estado do Grão-Pará e Maranhão foi dividido em dois: Maranhão e Piauí; Grão-Pará e Rio Negro (atual Amazônia brasileira, exceto Acre), com capital em Belém. Configuravam-se os ingredientes que fariam da Amazônia parte do Brasil poucas décadas

¹¹ GONÇALVES, C.W.P. **Amazônia, amazônias**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 82.

depois. A queda do Marquês de Pombal ocorre com a morte de D. José I, em 1777. Em 1788, Manuel Gama Lobo d'Almada assume o governo da Capitania de São José do Rio Negro, mudando sua capital de Barcelos para o Lugar da Barra (Manaus). Seu governo foi caracterizado por ações voltadas para a produção regional, ao diversificar a economia extrativista com estímulos ao cultivo de arroz, café, cana, algodão, cacau, tabaco, mandioca, pimenta e cânhamo. A situação geral da província, porém, era de penúria e abandono. O índio fugira mata adentro, driblando a escravidão imposta pela empresa colonial. Sem o missionário, o século XIX iniciava-se com uma Amazônia sem perspectivas. Com o estabelecimento da corte portuguesa no Brasil, em 1808, o único projeto para a região foi a tomada de Caiena, em 1809, em represália à invasão do território português pelos franceses. Portugal e seu exército amazônico acabariam por dominar a Guiana Francesa até 1814 (RIBEIRO, 2005, p. 89).

No século XIX, chega o momento em que surge um sentimento de identidade no povo amazônico. Os acontecimentos da década de 1820 seriam fundamentais para entender como se uniram as duas colônias que Portugal mantinha na América do Sul: Brasil e Amazônia (Estado de Grão-Pará e Rio Negro).

Não podemos esquecer que, na origem, a Amazônia não pertencia ao Brasil. Na verdade, os portugueses tinham duas colônias na América do Sul, uma descoberta por Cabral em 1500, governada pelo vice-rei do Brasil, a outra, o Grão-Pará e Rio Negro, descoberta por Vicente Iañes Pinzon [...].¹² Esses dois Estados se desenvolveram distintamente até 1823, data em que o Império do Brasil começou a anexar o seu vizinho. A violência era naquela altura a única via possível, tão diferentes eram as estratégias, a cultura e a economia dessas duas colônias. A Amazônia então não era uma fronteira: este é um conceito que foi inventando pelo Império e retomado pela República.

No Grão-Pará e Rio Negro, a economia era fundada na produção manufaturada, a partir das transformações do látex. Era uma indústria florescente, produzindo objetos de fama mundial, como sapatos e galochas, capas impermeáveis, molas e instrumentos cirúrgicos, destinados à exportação ou ao consumo interno. Baseava-se também na indústria naval e numa agricultura de pequenos proprietários.¹³

Por ser vinculada diretamente a Portugal, a província do Grão-Pará e Rio Negro não foi afetada pela proclamação da Independência brasileira, em 1822. Continuou portuguesa até 1823, apesar de movimentos a favor da Independência, debelados com habilidade pela elite portuguesa no Pará. Ribeiro (2005) e Gonçalves (2008) classificam a incorporação da

¹² As informações dos diferentes autores apresentam pequenas divergências na grafia de nomes e datas de alguns fatos. De acordo com os objetivos deste trabalho, tais variações foram consideradas desprezíveis.

¹³ SOUZA, M. Amazônia e modernidade. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo [online], 2002, vol. 16, n. 45, p. 31-2.

Amazônia ao Brasil como uma “adesão” ocorrida a partir de um evento bastante simbólico sobre o papel da região no Brasil, ontem e hoje. Em agosto de 1823,

[...] aporta em Belém o brigue Maranhão, comandado por John Pascoe Greenfell, mercenário inglês sob o comando do almirante Cochrane e a soldo do Império do Brasil. Greenfell, que estava com 21 anos, inaugura o modelo de relação que o governo central do Brasil teria com a Amazônia a partir de então: o blefe. No dia 11 de agosto, depois de espalhar o boato de que a esquadra de Cochrane estava fundeada nas proximidades, Greenfell enviou um ultimato aos governantes portugueses para que depusessem as armas ou aderissem ao Império do Brasil. Caso recusassem, Belém sofreria um bombardeio naval.

A maioria dos portugueses e quase toda a burocracia colonial aderiram incondicionalmente e os nacionalistas viram-se aliados do poder.¹⁴

O Grão-Pará aderiu ao Império do Brasil em 15 de agosto de 1823, enquanto a capitania de São José do Rio Negro, que já procurava desvincular-se de Belém, juntou-se ao Brasil independente somente no dia 9 de novembro daquele ano. Ao mesmo tempo em que um imperador português governava o Brasil (D. Pedro I), as lideranças portuguesas da época colonial continuavam no controle político e econômico da província amazônica, extraindo os produtos da terra e comerciando-os. Desse modo, juntar-se ao Brasil não significou mudança na composição socioeconômica da Amazônia, agora, brasileira.

Na prática, os antigos colonizadores continuavam no poder, mas agora livres do controle de Portugal e, devido à imensa distância da capital do novo país (Rio de Janeiro), também se encontravam distantes de qualquer controle do Estado brasileiro. Essa elite, formada por portugueses e seus descendentes, viu-se à vontade para desencadear uma brutal exploração sobre a região e sobre sua população, formada em sua maioria por descendentes de negros, índios aculturados e mestiços em geral. Nesse contexto, quando a Amazônia brasileira já somava uma população de 80 mil habitantes, eclodiu a Revolução dos Cabanos ou Cabanagem, assim descrita pelo historiador Artur César Ferreira Reis¹⁵ (1965 apud RIBEIRO, 2005, p. 123):

Cabanos eram os caboclos que viviam ao longo dos rios, nos sítios, nos pontos de pesca, nas fazendas de cacau, viviam quase à lei da natureza, sem qualquer possibilidade de ascensão social, econômica e política, e agora vinham cobrar, cheios de ódio, aos bem instalados, aos brancos, que eram portugueses ou deles diretamente descendentes, a situação difícil em que se encontravam, responsabilizando-os pelo que sofriam.

¹⁴ SOUZA, M. Afinal, quem é mais moderno neste país? **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo [online], 2005, vol. 19, n. 53, p. 88.

¹⁵ REIS, A.C.F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Edinova, 1965.

Desencontradas estatísticas informam que mais de 40 mil pessoas morreram na revolução que definiu a Amazônia brasileira contemporaneamente – 30 mil entre os cabanos e 12 mil entre os que os combatiam (GONÇALVES, 2008, p. 19). Entre 1835 e 1840, os cabanos representaram uma identidade coletiva amazônica, que chegou a assumir caráter separatista, o “Paiz do Amazonas”. Era a luta entre a classe subalterna,¹⁶ explorada com mão de ferro durante o período de colonização, e os luso-brasileiros que continuavam dominando a produção e a política. Como resume Gonçalves (2008, p. 19), “o massacre desse movimento [...] fez com que se silenciasse a visão desses amazônidas a respeito de si próprios, de sua região e dos outros”.

Tais fatos históricos produzem ecos ainda hoje, quando se vê a maioria da população amazônica apartada das decisões sobre seu futuro. Ao redor do mundo, muitos avaliam que essa população sequer deva ter soberania sobre a região. Na Cabanagem, por três vezes os revoltosos assumiram o poder em Belém. Um dos presidentes cabanos, Eduardo Nogueira Angelim, teve a oportunidade de receber apoio inglês e dos EUA para se separar politicamente do Brasil, o que foi recusado por patriotismo (RIBEIRO, 2005, p. 124-5). Mesmo assim, a repressão imperial brasileira foi avassaladora.

Entre 1823 e 1840, a região norte sofre a intervenção política e militar do Império do Brasil, perde suas lideranças históricas e deixa de ser uma administração colonial autônoma para se transformar numa fronteira econômica. A derrota do Grão-Pará e sua destruição pelo Império do Brasil [...], foi, de certo modo, como se o Sul tivesse vencido a Guerra de Secessão, nos Estados Unidos. Dezanove anos de guerra civil levaram a Amazônia a perder 40% dos seus habitantes. A anexação destruiu todos os focos de prosperidade. Entre os políticos do Império do Brasil e as lideranças nortistas nenhum diálogo foi possível. E o vento levou o Grão-Pará (SOUZA, 2005, p. 92-3).

Percebe-se que as atuais características da Amazônia brasileira possuem raízes materiais e históricas bem nítidas. As intervenções estrangeiras com objetivos geopolíticos estiveram sempre presentes. Gonçalves (2008) afirma que a região se manteve portuguesa com base em recursos dimensionados pelo desconhecimento dos colonizadores. No jogo geopolítico que antepôs Portugal e Inglaterra contra Espanha e França, a Amazônia tornou-se peça fundamental, sem que isso correspondesse a um mesmo peso social e econômico:

A Amazônia é assim uma região nunca vista a partir de sua própria realidade, do ponto de vista dos seus próprios habitantes e, nessa perspectiva de frágil enraizamento colonial na região, não é de se estranhar que seja tomada como permanentemente ameaçada pela cobiça de potências outras (2008, p. 26).

¹⁶ Cf. nota 3 da introdução desta tese.

O século XIX trouxe a atividade extrativista da borracha, o maior acontecimento da história política, social e econômica da Amazônia brasileira, desenvolvida para fornecer matéria-prima à indústria automobilística (RIBEIRO, 2005, p. 163-6). O látex havia sido observado por diversos exploradores, sendo eventualmente comercializado como mais um produto exótico entre as drogas do sertão.

Porém, a partir da invenção do pneumático por Dunlop (1888), do aparecimento do automóvel (1895) e da massificação da bicicleta como meio de transporte, a demanda por borracha cresceu vertiginosamente no mercado mundial, tendo consequências diretas sobre a Amazônia. “No período de quarenta anos, de 1870 a 1910, a população da região norte passou de 323.000 para 1.217.000 habitantes. Esse crescimento teve reflexos na participação amazônica na população total do país, que elevou-se [*sic*] de 3,3% para 5,1%”.¹⁷

A demanda por mão de obra para a extração da borracha foi suprida por migrantes nordestinos que, acossados pela seca em seus estados de origem, subiram os rios do vale com sonhos de riqueza. De 300 mil a 500 mil nordestinos entraram na Amazônia como parte dessa epopeia, entre 1870 e 1910 (ALLEGRETTI, 2002, p. 49). Foram duas décadas de plena expansão da economia da borracha, entre 1890 e 1910, decorrente da crescente demanda pelo látex. Levas de seringueiros chegaram aos confins da floresta para ocupar e delinear definitivamente a região hoje conhecida como Amazônia. No entanto, o aspecto econômico revelou que a Amazônia permaneceu como simples provedora de matéria-prima, revertendo pouca riqueza para o desenvolvimento local, segundo interesses externos:

Com o desenvolvimento da exploração extrativa da borracha, a integração espacial e econômica da Amazônia com o mercado internacional foi acelerada, mantendo-se a mesma característica de outras regiões do país, ou seja, com os padrões remanescentes do período colonial, dependendo de um único produto de exportação, sujeito às imprevistas flutuações do mercado externo, a maior parte do excedente gerado internamente era carreado para fora, não se verificando qualquer efeito multiplicador para a região, a não ser o consumo supérfluo, bem descrito na literatura (ALLEGRETTI, 2002, p. 51).

Os extratores de borracha (seringueiros) eram submetidos ao famoso sistema de aviamento, em que já começavam devendo a própria viagem de ida ao seringal. Isolados na floresta, intimidados pelo dono do seringal (“patrão” ou “seringalista”), com a obrigação de vender borracha somente ao patrão pelo preço estipulado por ele, comprando alimentos e produtos de subsistência também do seringalista a preços extorsivos; poucos conseguiam sair

¹⁷ ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. 2002. 827 f.. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2002, p. 47, et seq.

da condição de endividamento. A situação era agravada pelo fato de a maioria dos seringueiros serem analfabetos, o que facilitava a distorção dos cálculos de dívidas.

O modelo de seringal tido como clássico pela literatura é aquele que surgiu no período do auge da produção de borracha na Amazônia. Em função dos altos preços, predominavam regras voltadas para viabilizar o aumento constante da produção a custos sempre mais baixos, como o endividamento prévio, a preferência por trabalhadores solteiros, a proibição de roçados, o incentivo ao consumo de supérfluos. Para controlar os meios de comercialização, era proibida a presença de regatões [comerciantes autônomos dos rios amazônicos] e exigida exclusividade dos seringueiros em relação ao patrão que os aviava, tanto na compra de bens de consumo quanto na venda da borracha. O descumprimento destas regras implicava em punições severas aos seringueiros [inclusive violência física] [...].

Foi com base neste modelo que a imagem do seringal ficou associada a atrocidades e violências cometidas por seringalistas contra seringueiros e à caracterização do seringal como uma modalidade de organização da produção na qual predominava uma espécie de trabalho escravo. As afirmações de Euclides da Cunha (1976) de que os seringueiros trabalhavam para reproduzir a própria escravidão, ou de Castelo Branco (1922) de que o seringueiro era um verdadeiro escravo sujeito a punições, inclusive o açoite, são reafirmadas por Chico Mendes na entrevista epígrafe deste capítulo (ALLEGRETTI, 2002, p. 135).

Os detalhes da vida no seringal expõem a situação paradoxal da Amazônia: de um lado, participando de nova etapa da Revolução Industrial, inserindo-se na lógica da indústria de automóveis e de bens de produção que revolucionariam o século XX. De outro, imensos contingentes populacionais obrigados a viver de forma sub-humana para manter os seringalistas e os lucros de seus financiadores, representados pelas grandes casas aviadoras de Belém e Manaus. Gonçalves (2008, p. 87) chega a afirmar que “era a dívida permanente e estrutural do seringueiro que dava sustentação a todo esse sistema”.

Vê-se que a exploração dos missionários sobre os indígenas prosseguiu no extrativismo de drogas do sertão, na agricultura de pequenas propriedades de Pombal e reapareceu sobre os descendentes daqueles, os seringueiros. São histórias não contadas que levam a questionamentos sobre as verdadeiras causas da pretensa falta de desenvolvimento da Amazônia. O fato de participar ativamente de grandes eventos históricos, política e economicamente relevantes, não foi suficiente para fixar a tomada de decisões localmente. A riqueza foi exportada, mantendo aquela mesma classe social na pobreza, o que levaria, por sua vez, aos mais diversos tipos de ingerência quando se discute “qual” seria o desenvolvimento mais adequado para a Amazônia, ponto crucial da questão ambiental na região. Em tempos democráticos e de preocupação com os Direitos Humanos, figura-se impossível projetar a conservação da floresta excluindo, mais uma vez, a maioria da população dos benefícios gerados por ela.

O período ora estudado dura até 1912, quando a borracha de cultivo, na Ásia, começou a superar a borracha nativa da Amazônia como matéria-prima nos principais mercados mundiais. A consequência imediata foi uma abrupta queda nos preços, o que causou a ruína das mais importantes casas aviadoras de Manaus e Belém. A súbita diminuição dos lucros com o látex “fez com que as casas aviadoras não pudessem importar os gêneros de primeira necessidade, como até então faziam. Deste modo, todo o complexo seringalista, que se sustentava no sistema de aviamento, entrou numa profunda crise” (GONÇALVES, 2008, p. 90). A grande lucratividade do sistema fundamentava-se na miséria daqueles que estavam na ponta da cadeia produtiva, ou seja, os seringueiros isolados na floresta.

Os autores aqui pesquisados desconfiam da versão que atribui a decadência da economia da borracha somente à entrada da produção asiática no mercado mundial e à perda de interesse do capital externo. Weinstein¹⁸ (1993 apud ALLEGRETTI, 2002, p.109) afirma que houve um fator geopolítico, o “fracasso da comunidade mercantil amazônica em arrebatar das mãos das companhias estrangeiras o controle do setor de exportação”, o que dificultou a acumulação local de capital. O fim do surto de desenvolvimento da borracha deveu-se também a fatores internos do Brasil. O governo central brasileiro priorizou a economia cafeeira, pois as elites amazônicas detinham um papel subordinado na República que surgia, mesmo que a borracha chegasse a rivalizar com o café na entrada de divisas ao país.¹⁹

Foi-se o surto econômico da borracha, mas nem toda a empresa extrativista se desfez. O migrante nordestino passou a ser morador da Amazônia, e buscou reorganizar sua vida a partir da disponibilidade de terras, da riqueza da floresta e dos rios. Os seringais sobreviveram com características transfiguradas, administrados das maneiras mais díspares, dependendo da dinâmica e história de cada um. Muitos seringueiros permaneceram nos seringais abandonados pelos padrões originais, ora administrados diretamente por casas aviadoras como pagamento de dívidas. A prática da agricultura (antes proibida pelos seringalistas como forma de garantir lucros com a venda de alimentos aos seringueiros) passou a ser permitida, bem como o agroextrativismo. Como consequência, houve queda nos índices de mortalidade e doença. Nos termos de Gonçalves (2008, p. 92): “assim temos o paradoxo de que se viveu muito melhor na Amazônia com a crise dos padrões seringalistas e do sistema de aviamento a que estes estavam associados”.

¹⁸ WEINSTEIN, B. **A Borracha na Amazônia**: Expansão e Decadência 1850-1920. São Paulo, Hucitec. Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

¹⁹ GONÇALVES, 2008, passim.

Grande parte da população cabocla e ribeirinha da Amazônia, caracterizada economicamente pela associação de agricultura, caça, coleta, pesca e extração de madeiras, formou um grupo homogêneo que se enraizou na região após o auge da epopeia da borracha. De acordo com Allegretti (2002, p. 110):

Um balanço das três décadas que se seguiram à primeira crise do extrativismo da borracha nativa mostra que o centro dinâmico da produção foi deslocado para os países asiáticos, controlados pelos principais países consumidores, Estados Unidos e Inglaterra, e que o reordenamento que ocorreu na Amazônia foi concentrado em algumas regiões, como Acre e Rondônia. As empresas seringalistas não foram inteiramente desativadas e adotaram estratégias de sobrevivência que lhes permitiu aguardar mudanças no mercado, que ocorreram na década de 1940.

Durante a Segunda Guerra Mundial, houve novo crescimento da produção gumífera, pois os países aliados perderam o acesso à borracha do Sudeste Asiático, bloqueado pelos japoneses. O episódio ficou conhecido como a “Batalha da Borracha”, em que EUA e Brasil fecharam acordos (Acordos de Washington) para o fornecimento de matéria-prima.

Esse movimento de reocupação dos seringais ficou conhecido como a Campanha ou a Batalha da Borracha e os Soldados da Borracha foram direcionados para seringais do Amazonas, do Acre, de Rondônia e de Mato Grosso e permaneceram na região mesmo depois de encerrada a guerra, em 1945. O total de pessoas recrutadas foi de 24.300 e seu trabalho era considerado um serviço em defesa do Brasil e dos países aliados, conforme o Decreto-Lei 5.225 de 01/02/1943.²⁰

Os seringueiros mantiveram-se, assim, como grupo representativo do povo amazônico, fixado na terra, tendo no sangue e na atividade econômica toda a história da Amazônia. Os seringais reativados durante a guerra continuaram a funcionar, mantidos pelos seringueiros chegados na década de 1940 e pelos descendentes daqueles primeiros migrantes do início do século. As circunstâncias levaram a uma sobrevivência em associação com a floresta, em atividades de baixo impacto ambiental, visando à subsistência de cada grupo familiar. Como bem resume Allegretti (2002, p. 140), o seringueiro produzia uma matéria-prima de uso industrial, ou seja, não tinha utilidade como bem de consumo para quem a explorava. A existência da atividade dependeu da manutenção da própria floresta. Assim, a atividade gumífera ligava universos comumente avaliados como opostos na questão ambiental amazônica: a manutenção da floresta e a sustentabilidade econômica.

Evidentemente, as condições de vida do seringueiro, tradicionalmente sem acesso a serviços como saúde, educação e direitos trabalhistas, não pode ser aceita como uma proposta

²⁰ Ibidem, p. 110.

viável para o futuro. Entretanto, os fatos históricos descritos demonstram que adaptações podem ser feitas, com intervenção governamental, para proteger o extrativismo, à maneira da economia cafeeira no início do século XX, por exemplo. No debate sobre o futuro da Amazônia, por que excluir, em princípio, o extrativismo como alternativa econômica de baixo impacto ambiental, cuja técnica de exploração é dominada há séculos, bastando para isso a eliminação do sistema de aviação? Esse debate deve ocorrer no âmbito econômico-político, de maneira a discutir formas de fixar localmente a riqueza gerada.

Em sua análise sobre o mundo do seringueiro, Allegretti ressalta outro ponto crucial quando o assunto é Amazônia: o uso e posse da terra.²¹ Ao contrário dos movimentos camponeses, a demanda do seringueiro se dá pelos recursos florestais, e não pela propriedade da terra, devido às peculiaridades de sua atividade econômica. Destarte, o ciclo da borracha é citado nesta tese não apenas por sua importância histórica, mas devido às interessantes alternativas geradas, desencadeando um conjunto de propostas naturalmente próximas ao desenvolvimento sustentável, a partir de uma prática consolidada em décadas de trabalho dentro da mata.

Nos anos subsequentes à guerra, o Brasil começou a descobrir a relação colonial que ainda mantinha com a Amazônia, política e geograficamente. A década de 1960 caracterizou-se como um momento de ruptura. Sob a influência do golpe militar de 1964 e dos governos autoritários subsequentes, as políticas que sustentavam as elites regionais amazônicas foram retiradas, promovendo o surgimento dos novos colonizadores da Amazônia: gestores territoriais civis e militares, em conjunto com o grande capital nacional e internacional.²²

Iniciou-se, assim, o tempo dos grandes projetos amazônicos, resumido no lema “Integrar para não entregar”. O desenvolvimento previsto pelos militares, com forte teor geopolítico, estruturou-se por meio da criação de algumas leis e instituições: Banco da Amazônia S/A (BASA), em 1966; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966; Lei de Incentivos Fiscais, em 1966; Lei sobre a nova política da borracha, em 1967; criação da Zona Franca de Manaus, em 1967. Em resumo, todas essas iniciativas sinalizaram a manutenção da Amazônia sob a tutela federal. Seguiu-se a construção das grandes estradas, conformando o novo padrão de “ocupação” da Amazônia, visando a integrá-la com as demais regiões do país por vias terrestres.

A crise mundial gerada pelo abrupto aumento dos preços do petróleo na década de 1970 gerou um grave desequilíbrio no balanço de pagamentos brasileiro, acarretando

²¹ ALLEGRETTI, 2002, p. 22, et seq.

²² GONÇALVES, 2008, p. 94, et seq.

consequências para o projeto conduzido no Norte. Gonçalves (2008) observa, nesse contexto, que os recursos públicos passariam a ser direcionados para outros setores, o que implicaria em mudanças na política para a Amazônia:

Esses fatos, na verdade, precipitaram a apropriação da Amazônia por uma lógica capitalista explícita. Afinal, as áreas de fronteira mais afastadas dos centros dinâmicos da economia capitalista geralmente se prestam às atividades extensivas como a pecuária, em virtude dos preços mais baixos de suas terras, ou para atividades extrativistas de minérios ou de madeira de lei. Do ponto de vista do padrão de organização do espaço que preexistia na região, dos seus padrões ecológico-culturais, o choque não podia ser mais violento (2008, p. 96).

A análise de Gonçalves evidencia o início de um momento histórico que se mantém na dinâmica socioeconômica da Amazônia: a violência inerente ao capitalismo, cujo único objetivo é a própria reprodução. A chegada do sistema social baseado em vínculos estritamente financeiros e profissionais choca-se com a dinâmica das comunidades que sobreviviam sob um vínculo comunitário. A sedução do poder de compra da moeda modifica rapidamente os costumes e os modos de produção das comunidades, gerando consequências como a expropriação fundiária, a violência no campo e a desagregação de famílias. Em uma conjuntura de racionalidade ambiental, o desenvolvimento proposto pela lógica capitalista torna-se questionável, pois o capitalismo, por princípio, significa a apropriação de recursos naturais segundo uma lógica puramente econômica.

Na década de 1970, as terras e recursos naturais da Amazônia incorporaram-se ao sistema nacional de preços, na forma de “frente de expansão”, devido à recente integração ao país por meio de estradas. Na lógica econômica, isso significou baixa competitividade, devido aos custos impostos pela grande distância dos novos mercados, o que levou a baixos preços da terra e ao interesse pela exploração de recursos minerais e florestais. Portanto, as atividades econômicas que se desenvolveram e se desenvolvem no vale amazônico têm primado pelo potencial ambientalmente destrutivo, como a pecuária extensiva e a mineração. Mais uma vez, o desenvolvimento proposto para a região norteia-se por interesses e valores externos, sintetizados no mercado. Sendo a Amazônia historicamente um “vazio de mercado”, em um sistema em que o dinheiro estava praticamente ausente (aviamento), consolidou-se, por consequência, a imagem de “vazio demográfico”, fundamentada menos na quantidade de habitantes que na análise estritamente econômica.

A exclusão social e regional estava, assim, inscrita desde o início no novo modelo de (des)envolvimento que se impunha à região. O mercado está fora. A região amazônica se inscreve na divisão nacional/internacional do trabalho como

exportadora de matérias-primas, sobretudo minerais e madeiras (GONÇALVES, 2008, p. 101-2).

Ao estudar a história da Amazônia pelo viés materialista, tornam-se evidentes os motivos de várias das facetas da questão ambiental na região. Entre elas, a dissensão entre “o olhar do visitante” e “o olhar do habitante amazônico”. Nesse ponto, a ideia de uma Amazônia restrita ao recurso natural impregnou de tal maneira o senso comum que mesmo pesquisadores, professores e jornalistas passam a associar, automaticamente, “Amazônia” a “meio ambiente”. Salienta-se que a imediata associação com “natureza” foi sedimentada no imaginário sobre a região, encobrindo importantes temas político-econômicos que envolvem a questão ambiental.

Em suma, a associação direta entre “Amazônia” e “natureza” obscurece o fato de que a região tem sido excluída politicamente das decisões sobre seus próprios rumos. Conforme se constata, sua população foi relegada a uma situação subalterna de provedora de matéria-prima a preços irrisórios, em um sistema que vai fixar a riqueza resultante em outros territórios. O capital internacional, financeiro e industrial que chega na década de 1970 passou a um outro patamar de exploração, tendo a seu serviço uma tecnologia hipereficiente.

Para explicitar o caráter desse tipo de desenvolvimento que ignora impactos ambientais e recebe maciços incentivos de governo, convém resumir os acontecimentos que envolveram alguns dos maiores empreendimentos de mineração industrial do vale amazônico. Por exemplo, Monteiro (2005) analisa a história da minero-metalurgia da região, antepondo tal atividade ao processo de desenvolvimento regional, preponderante na discussão sobre a questão ambiental na Amazônia e sobre a conveniência de se debater politicamente a Amazônia como simples fornecedora de matéria-prima.²³ O autor começa caracterizando a mineração industrial sob a lupa do materialismo histórico, traduzindo-a como “processo de valorização industrial de recursos minerais – entendida [a valorização] como a agregação de valor e conversão de recursos minerais em mercadoria” (p. 187). Tal conversão em mercadoria tem papel-chave no contexto da reprodução do capital. O intermediário que a transforma em mercadoria ganha mais que o provedor de matéria-prima, sendo importante questionar, politicamente, como são distribuídos os direitos entre intermediários e provedores.

Em 1957, ocorre o primeiro embarque de manganês das reservas da Serra do Navio (Amapá), marcando o início oficial da mineração industrial na Amazônia, conduzida pela

²³ MONTEIRO, M.A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo [online], 2005, vol. 19, n. 53, p. 187-207.

empresa brasileira Icomi, associada à segunda maior produtora de aço dos EUA de então, a *Bethlehem Steel*. Conforme descrito acima, a partir do golpe militar de 1964 era imperioso ocupar a região, projeto concretizado de maneira *sui generis*, com a articulação de interesses privados atraídos por ampla política de incentivos fiscais e creditícios.

Para apressar a implantação de projetos exportadores que pudessem contribuir para a balança comercial, o governo federal lança, em 1974, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Nessa conjuntura, foram alavancadas: a exploração de manganês da Serra do Navio (Amapá); as operações da primeira empresa de extração industrial de caulim, a Caulim da Amazônia (CADAM), do milionário estadunidense Daniel Ludwig, também no Amapá; extração e a comercialização de bauxita no rio Trombetas, município de Oriximiná (Pará), pela empresa canadense *Aluminium Limited of Canada* (ALCAN) em consórcio com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).²⁴

Dizendo-se preocupados com a defesa da Amazônia e sua ocupação, os militares abriram as portas para sócios poderosos. Esqueceram-se de que, porém, o território já estava ocupado. Ao preterir os movimentos sociais e refutar ideias de reforma agrária para a Amazônia, colocaram as principais riquezas da região no colo das forças mais poderosas do planeta. Cada vez mais enriquecendo um pequeno grupo de empresas, o governo brasileiro se comprometeu, via CVRD, a contribuir para a transformação de bauxita em alumina e alumínio. Nascia a Hidrelétrica de Tucuruí.

O Governo, ao assumir responsabilidades com obras de infra-estrutura, tais como a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – à época orçada em US\$ 2,1 bilhões e cujos custos finais alcançaram 7,5 bilhões – assim como os encargos relativos à linha de transmissão de energia da hidrelétrica até Barcarena (PA), a infra-estrutura viária, a portuária e as *company towns* necessárias aos empreendimentos, depara-se com dificuldade de financiá-las. Como o Governo Federal tinha necessidade de agilizar a instalação e o início da operação dos projetos minero-metalúrgicos, criou, em 1980, o Programa Grande Carajás (PGC) (MONTEIRO, 2005, p. 190).²⁵

O Programa Grande Carajás (PGC) começou a se esboçar muito antes, ainda na década de 1960, na esteira da descoberta da gigantesca província mineral da Serra dos Carajás (1967), com jazidas de manganês, ferro, cassiterita, cromita, níquel, cobre, bauxita, ouro e wolframita (RIBEIRO, 2005, p. 246). A área de abrangência do projeto era imensa, com partes dos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Entre os empreendimentos que receberam

²⁴ Ibidem, p. 189

²⁵ *Company towns* são as cidades-modelo criadas para receber o pessoal administrativo dos grandes projetos em toda a Amazônia, paisagens marcadas pela discriminação social em relação aos naturais da região, não qualificados para trabalhar naquelas atividades (GONÇALVES, 2008, p. 110-1).

apoio ou incentivo do governo federal na área, por meio do PGC, estão a Usina Hidrelétrica de Tucuruí; a Ferrovia Serra dos Carajás–São Luís; portos como Ponta da Madeira, Itaqui (MA) e Barcarena (PA); projetos de pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento ou industrialização de minérios, como os da cadeia da bauxita, alumina e alumínio.²⁶ Monteiro (2005) salienta o fato de que o PGC também incentivou a instalação de empresas de ferro-gusa, ferroligas e silício metálico, autorizando a concessão de benefícios para a implantação de 22 empresas sidero-metalúrgicas.

Desde uma visão crítica sobre a exploração de minerais, e evitando ater-se a questões puramente ecológicas ou tecnológicas, Monteiro conclui que a exploração em tela deve ser debatida mais amplamente. Politicamente, torna-se imprescindível levar tal debate para a imprensa e para os meios acadêmicos, combatendo uma neutralidade “ambiental” que se exime da discussão política e econômica. No caso da mineração, trata-se de uma área que recebe maciços investimentos. Em outras atividades, o questionamento deve ser o mesmo, ou se continuará aceitando um modelo de desenvolvimento socialmente excludente.

O que se vê são interesses privados apropriando-se de serviços ambientais públicos, como o represamento de rios para gerar energia barata, a exploração de minérios e madeira. Medidas institucionais precisam ser avaliadas de modo a repensar questões tributárias e fiscais, tendo em vista que a matéria-prima amazônica tem gerado imensos lucros. A discussão é profunda e complexa, e só vingará com a articulação de setores que acreditam em um modelo diferente de desenvolvimento local.

Em sua análise geopolítica, Becker (2009, p. 23) começa por dividir a história da Amazônia, grosso modo, em três fases, divisão que também será adotada neste trabalho: formação territorial (1616 a 1930); planejamento regional (1930 a 1985); a Incógnita do *Heartland* (1985 a...). Assim, narrando fatos históricos de forma bem resumida, chega-se à fase correspondente aos dias de hoje, pós-1985. Revisitar tais assuntos objetiva ressaltar aspectos sistematicamente presentes na história amazônica, desde o início da invasão europeia, a fim de aprimorar a observação da atual conjuntura.

Becker debate a atribuição do conceito de “fronteira móvel”, concluindo que no século XXI este deixou de ser o eixo central da Amazônia. A autora conclui que hoje existe uma configuração de efetiva *região*, na qual coexistem fronteiras de vários tipos. Contudo, um novo contexto histórico e novos atores aumentam a complexidade do conceito, entre os quais Becker destaca as populações tradicionais, os governos estaduais e a cooperação

²⁶ Ibidem, p. 247, et seq.

internacional. A pesquisadora vê o início da formação territorial da Amazônia (1616-1930) na apropriação gradativa do território por Portugal para além da linha de Tordesilhas. Posteriormente (1850-1899), tal formação desenvolveu-se sob a perspectiva da internacionalização da navegação no vale amazônico e com a economia da borracha. Entre 1899 e 1930, o delineamento final do território foi realizado pela diplomacia e/ou pelo Exército. Do primeiro período (1616-1930), sobressaem três elementos como lições do passado para ajudar na definição de políticas públicas:

A) UMA OCUPAÇÃO TARDIA DEPENDENTE DO MERCADO EXTERNO. Tal característica se vincula ao fato de a ocupação do que é hoje a Amazônia, do Brasil e de toda a América Latina, constituir um episódio do amplo processo de expansão marítima das empresas comerciais europeias, formando-se essas regiões como as mais antigas periferias da economia-mundo capitalista. Em outras palavras, constituíram-se no paradigma *sociedade-natureza* denominado “economia de fronteira”, em que o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinitos, baseados na exploração de recursos naturais, percebidos como igualmente infinitos (Boulding, 1966; Becker, 1997). No caso da Amazônia, sua ocupação se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguindo-se longos períodos de estagnação;

B) A IMPORTÂNCIA DA GEOPOLÍTICA: como a ocupação regional se fez invariavelmente a partir de iniciativas externas, só a Geopolítica explica como foi possível controlar tão extenso território com tão poucos recursos. A Geopolítica esteve sempre associada a interesses econômicos, mas estes foram via de regra malsucedidos na sua implementação. Permaneceu, assim, o caráter político ideológico da atuação do governo português e depois brasileiro, que conseguiram controlar o território sem correspondente aumento da população e do crescimento econômico, isto é, sem uma base econômica e populacional estável, capaz de assegurar a soberania sobre a área. O controle do território foi mantido por um processo de intervenção em locais estratégicos – fortes na embocadura do grande rio e de seus principais afluentes –, pela posse gradual da terra (*uti possidetis*) e pela criação de unidades administrativas diretamente vinculadas ao governo central;

C) A EXPERIÊNCIA E O CONFRONTO DE MODELOS DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL: trata-se de duas concepções distintas. Uma, baseada numa visão externa do território, que afirma a soberania privilegiando as relações com a metrópole; ocorreu na era do marquês de Pombal durante a Colônia, no Império, no “boom” da borracha etc. A outra, baseada numa visão interna do território, fruto do contato com os habitantes locais, e privilegiando o crescimento endógeno e a autonomia local, como ocorreu com o projeto missionário. As missões ainda conseguiram o controle do território com uma base econômica organizada, o que o governo colonial não logrou realizar. Aliás, os feitos econômicos governamentais em surtos dominantes em curtos períodos de tempo e certos espaços, foram desagregadores para o vale do Amazonas, embora tenham constituído condição fundamental para a unidade política da Amazônia (BECKER, 2009, p. 24-5, grifos do autor).

As observações da autora são precisas para o tema deste capítulo, ao ligar o processo histórico e econômico com a questão ambiental. A relação “sociedade-natureza” articulada a enriquecimento estava arraigada nos projetos do Ocidente no século XVI, assim como está no século XXI. A Humanidade sequer conhecia a amplitude do planeta, supondo a Terra infinita.

Tal expectativa se configura uma das causas fundamentais da crise ambiental, conforme se verá adiante.

O caráter político e ideológico apontado no item “B” da citação acima mostra-se presente na relação com o poder central do país, representado pelo Centro-Sul (a antiga colônia Brasil, a Leste de Tordesilhas). Entende-se que a Amazônia foi incorporada ao Brasil, em 1823, para exercer um papel secundário, uma espécie de colônia dentro do próprio país. O papel político secundário que a Amazônia ocupa no Brasil está, assim, diretamente associado a uma ação ambientalmente predatória ainda predominante. No item “C”, Becker ressalta o embate entre viajantes e amazônidas, antepondo a visão externa do território à visão interna, representada por ribeirinhos, caboclos e índios. O seringueiro, por exemplo, tem vários exemplos de propostas sustentáveis criadas a partir de sua cultura.

O segundo período (1930-1985) apontado por Becker tem a forte marca do planejamento e da intervenção governamentais na economia e no território. Os programas nacionais de desenvolvimento e principalmente a construção das primeiras estradas, Belém-Brasília e Brasília-Acre, acentuaram a migração, fazendo a população regional saltar para 5 milhões de pessoas em 1960. Becker cita Henri Lefebvre ao afirmar que o modelo de ocupação regional da Amazônia foi um caso exemplar de “produção do espaço” pelo Estado, no qual, “após a construção do território, fundamento concreto do Estado, este passa a produzir um espaço político, o seu próprio espaço, para exercer o controle social, espaço constituído de normas, leis hierarquias”.²⁷ Como consequências ambientais de tal política, cujo único critério foi a ocupação territorial, 3 milhões de hectares foram desmatados para a construção de estradas entre 1966 e 1975, enquanto 4,3 milhões de hectares de floresta foram abaixo para a implantação de pastagens, segundo dados apurados por Eglin e Théry (1982 apud MELLO, 2006).²⁸ Em conclusão crítica sobre todo o processo, Becker afirma que a fase foi marcada por intensos conflitos sociais e impactos ambientais negativos, com dramáticos problemas fundiários entre fazendeiros, posseiros, seringueiros e índios.

Que lições podem ser extraídas desse processo? O privilégio atribuído aos grandes grupos e a violência da implantação acelerada da malha tecno-política, que tratou o espaço como isotrópico e homogêneo, *com profundo desrespeito pelas diferenças sociais e ecológicas*, tiveram efeitos extremamente perversos, destruindo, inclusive, gêneros de vida e saberes locais historicamente construídos. Tais são lições de como não planejar uma região (BECKER, 2009, p. 27, grifo nosso).

²⁷ BECKER, 2009, p. 26, et seq.

²⁸ MELLO, N.A. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 47.
EGLIN, J.; THÉRY, H. **Le pillage de l'Amazonie**. Paris: L. François Maspero, 1982.

No fim da década de 1970, o viés ambiental passa a ditar a pauta sobre a Amazônia nos fóruns mundiais. Vários países do Ocidente insistem na relativização da soberania dos países amazônicos em nome do patrimônio natural e da proteção dos interesses “da Humanidade”. Surge, então, a necessidade de firmar um compromisso conjunto sobre a região, além de reconhecer a soberania dos países amazônicos sobre seus territórios.

Tal compromisso ocorreu com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), em 03 de julho de 1978. O TCA, também conhecido como “Pacto Amazônico”, tem uma estrutura organizacional que prevê um Encontro dos Ministros de Relações Exteriores, um Conselho de Cooperação Amazônica, uma Secretaria Permanente, Comissões Nacionais Permanentes e comissões especiais de Ciência e Tecnologia; Saúde; Meio Ambiente; Transportes, Infraestrutura e Comunicações; Assuntos Indígenas e Turismo, criadas entre 1988 e 1990 (MELLO, 2006, p. 82-3). No entanto, a atuação política do TCA ainda pode ser caracterizada como tímida.

Para conhecer um pouco da Amazônia física em sua totalidade internacional, optou-se pelas informações do TCA. Há muitos dados desencontrados sobre a região, devido às várias abordagens possíveis: a Amazônia hidrográfica, a florestal, a geopolítica, entre outras. Neste trabalho, usa-se como referência a interpretação geopolítica proposta por Ribeiro (2005, p. 204), de acordo com a noção de “Pan-Amazônia” estabelecida pelo TCA. No entanto, alguns números foram omitidos em razão de incongruências na comparação com informações de outros autores, as quais tampouco possuíam consistência suficiente para que se recusasse a proposta de Ribeiro. O desencontro entre as fontes decorre da escassez de pesquisas e da falta de critérios que harmonizem, por exemplo, conceitos como fronteira nacional e bioma.

Os números que seguem conformam estimativas: a área da Amazônia internacional é estimada em pouco mais de 7 milhões de quilômetros quadrados, assim divididos entre oito países: Brasil (70,5% da área total); Peru (10,3%); Bolívia (8,2%); Colômbia (5,5%); Guiana (1,8%); Equador (1,7%); Suriname (1,4%) e Venezuela (0,6%). Suriname e Guiana não participam da Bacia Hidrográfica Amazônica, integrando, contudo, o TCA pela similaridade vegetal e climática. O mesmo critério poderia incluir a Guiana Francesa, excluída do pacto por não gozar de soberania sobre o seu território, que pertence à França. Já a Venezuela inclui-se somente na hidrografia amazônica, pois a parte florestal integra a bacia do Rio Orenoco. Na Colômbia, a Amazônia Legal é menor que a parte florestal, porém maior que a hidrográfica; na Bolívia, por sua vez, a bacia amazônica é maior que a florestal. Peru e Equador definem seus territórios amazônicos sobrepondo floresta e hidrografia. A área da bacia amazônica é estimada em 6.869.344 km² (72,6% no Brasil) (RIBEIRO, 2005, p. 201-4),

explicando-se a definição generalizada de uma Amazônia que ocupa 40% da América do Sul, 1/20 da superfície terrestre, possui um quinto da água doce do mundo (17%), um terço das florestas latifoliadas e 3,5 milésimos da população planetária (BECKER, 2009, p. 33).

A “Amazônia Legal” brasileira foi definida em lei federal de 1953, “como área de intervenção para políticas econômico-regionais” (MELLO, 2006, p. 28), e, adaptada às mudanças dos limites estaduais das últimas décadas. Hoje engloba a totalidade dos seguintes estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e, parcialmente, o Estado do Maranhão (a oeste do meridiano 44°). Além da bacia hidrográfica do Solimões-Amazonas, o domínio da Amazônia Legal agrega-se às regiões hidrográficas do Tocantins, do Atlântico Nordeste Ocidental e do Parnaíba (a Leste); do Paraguai (ao Sul) e do Orenoco (ao Norte).

Mapa 1 – Amazônia brasileira (divisão político-administrativa)²⁹

A Amazônia Legal Brasileira soma aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados, cerca de 60% do território nacional, e é dominada por dois biomas: cerrado (20%) e floresta (80%).³⁰ Portanto, o bioma de florestas representa cerca de 80% da região, ou uma

²⁹ BRASIL, Presidência da República. Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília: MMA, 2008, p. 106. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sca/_arquivos/plano_amazonia_sustentavel.pdf. Acesso em 12 set 2012.

³⁰ BRASIL, 2008, passim.

superfície de 4,2 milhões de quilômetros quadrados. Ao contrário do que indica o senso comum, a chamada floresta amazônica está longe de ser homogênea.

A par dessa aparente unidade como bacia hidrográfica “descobre-se” a existência de uma gama de ecossistemas complexos com diferentes características de relevo, solo, flora, fauna e de processos dinâmicos. Nos estudos sobre a Amazônia legal realizados pelo IBGE/SAE (1995), os mapeamentos de sistemas de paisagens naturais demonstraram não só essa complexidade, na medida em que foram identificados cerca de 104 sistemas e 224 subsistemas, como também a importância de paisagens com características físicas abióticas relacionadas a condições hidrológicas distintas das atuais. São paisagens nas quais, apesar de hoje a cobertura florestal mantê-las em equilíbrio, verifica-se a importância de cicatrizes de deslizamentos, voçorocamentos e de dissecação generalizada.

A Amazônia, portanto, é caracterizada pela presença de paisagens naturais dicotômicas entre o comportamento hidrológico e de flora e fauna, considerada do ponto de vista global como tropical e a paisagem abiótica de características distintas das atuais. Tal fato corrobora a hipótese de que tão recentes são as condições tropicais úmidas para a Amazônia e alerta para a fragilidade de sua biodiversidade e, portanto, de seus ecossistemas.³¹

O conhecimento sobre a Amazônia leva a conclusões distantes do simplismo que prega um desenvolvimento sustentável unívoco para a região. São, no mínimo, dezenas de tipos de desenvolvimentos sustentáveis, de acordo com as variações dos ecossistemas e da ampla dinâmica que os transforma, dia a dia. O desconhecimento acerca dos peculiares processos ecológicos leva a erros estratégicos nos planejamentos intra e extrarregionais. A intervenção humana, com formações sociais distintas em decorrência de processos históricos diferenciados, também aumenta a complexidade. As populações tradicionais das sub-regiões possuem conhecimentos especializados essenciais para a pesquisa sobre modelos de desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, acredita-se que o saber tradicional dos habitantes do bioma amazônico seja tão essencial quanto o das pesquisas científicas.

O geógrafo Aziz Ab'Saber (2002) estabelece um diagnóstico sobre os ecossistemas da Amazônia para trazer à tona o constrangimento que o bioma impõe à pesquisa científica tradicional. As dimensões físicas do território e a falta de verbas não servem para justificar o incipiente conhecimento. A pesquisa na região ainda engatinha também devido a limitações ontológicas e epistemológicas.

Por uma tendência de simplificação didática errada, muitos autores preferem filiar-se à idéia de que um ecossistema tem que ser conhecido em sua estrutura e em sua funcionalidade. A despeito de seu grande interesse biogeográfico, tal enfoque, quando se pretende espacializar os ecossistemas predominantes em um certo território, vale muito pouco para se entender a totalidade de um ecossistema. Isso

³¹ FERREIRA, A.M.M.; SALATI, E. Forças de transformação do ecossistema amazônico. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo [online], 2005, vol. 19, n. 54, p. 25-6.

porque, entre o estudo prévio da estrutura e a tentativa de compreender a funcionalidade em nível sinecológico, resta a imensa tarefa de identificar a composição biótica do sistema ecológico em nível de um pequeno espaço representativo. Dessa forma, o estudo integrado verdadeiro de um ecossistema intertropical, por exemplo, não se esgota nunca, devido à dificuldade de encontrar equipes polivalentes, capazes de identificar o complexo mundo biótico representado pela vegetação, fauna e estoque microorgânico ativo dos solos e das serrapilheiras. Mas nem por isso os pesquisadores interessados no estudo dos ecossistemas de uma região qualquer devem desanimar, sobretudo quando se trata da enorme complexidade dos sistemas ecológicos do mundo tropical. Todos podem colaborar, dentro de sua especialidade, para se compreender uma das “faces” de um ecossistema, visto na escala de um pequeno espaço representativo. E, nesse sentido – pelas razões expostas na presente contribuição – a Amazônia é a região do mundo que apresenta o maior número de espaços ecológicos representativos [...].³²

Ab’Saber evidencia o quão restrita se torna a classificação dos ecossistemas a partir do que se observa em uma pequena área, por um curto espaço de tempo. Torna-se imprescindível o auxílio de habitantes da mata com conhecimentos acumulados ao longo de gerações. Assim, o desafio da sustentabilidade no desenvolvimento da Amazônia é perpassado por uma questão científico-social inédita a envolver o respeito ao conhecimento de povos que, ao longo da história, tiveram sua cidadania negada e sua cultura desprezada, em nome da proposta desenvolvimentista ocidental.

A questão ambiental amazônica aparece, deste modo, como um perfeito contraponto à sociedade capitalista globalizada, ao impor o respeito aos povos tradicionais e a valorização da floresta como condicionante ao aproveitamento de riquezas. Ab’Saber prossegue em sua análise sobre os ecossistemas amazônicos, visando ao debate científico e insinuando a necessidade de pesquisadores libertos da excessiva especialização:

Na imensa bibliografia referente ao domínio fitogeográfico amazônico, pode-se obter informes genéricos – em geral taxionômicos – de interesse indireto para a caracterização dos ecossistemas regionais. Entretanto, para quem pretenda recuperar conhecimentos preexistentes, a favor da temática dos mosaicos de ecossistemas ocorrentes em uma área de 4,2 milhões de quilômetros quadrados, o acervo bibliográfico se apresenta como um “cipoal”, tal a sua fragmentaridade e amarração a óticas exclusivamente florísticas ou fito-fisionômicas. Falta, sobretudo, na maior parte das vezes, aquela interdisciplinaridade exigida pelo conceito de ecossistema no que tange ao suporte ecológico representado pelos solos, hidrologia e dinâmica climática. Por outro lado, a lista de espécies registradas diz respeito a espaços ecológicos muito amplos, sendo muito raras as tentativas de levantamentos da composição fito-biótica pelo método dos quadrantes. Até mesmo em casos flagrantes de vegetação relictos ou mini-refúgios, existe uma grande míngua de pesquisas detalhadas que atendam às exigências do tratamento ecossistêmico – trate-se das cactáceas existentes nas encostas rochosas dos morrotes de Mucajaí, da vegetação híbrida das íngremes barrancas de abrasão fluvial de Monte Alegre ou das diferentes floras, ora arbustivas, ora composta de mini-refúgios de cactáceas, existentes em suportes ecológicos de solos metalogênicos. Tendo em vista, sempre,

³² AB’SABER, A.N. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados:** Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo [online], 2002, vol. 16, n. 45, p. 15-6.

que o tamanho do espaço não elimina a individualidade dos ecossistemas. (AB'SABER, 2002, p. 18)

O conhecimento indígena e caboclo sobre a Amazônia não significa exotismo, curiosidade ou superstição; sintetiza uma bagagem milenar de saberes holísticos essenciais para o entendimento dos fenômenos ambientais. A falta de um conhecimento integral dos sistemas amazônicos leva a consequências facilmente observáveis. Muitos planos de manejo florestal madeireiro, por exemplo, produzem resultados ilusórios a respeito de sua produtividade nas condições peculiares da floresta, pois se ignora o real padrão de crescimento de grande parte das árvores típicas da Amazônia.

De volta ao esforço de síntese de uma Amazônia contemporânea, sua magnitude populacional torna cada vez mais inverossímil a caracterização como “vazio demográfico”, somando 24 milhões de habitantes no Brasil em 2010.³³ O crescimento populacional entre 1950 e 2007 totalizou 516%, contra uma média nacional de 254% no mesmo período, reflexo do intenso esforço de integração do espaço geográfico. Aproximadamente 12% da população brasileira vivem na região (BRASIL, 2008, p. 22). Sete milhões de pessoas permanecem na zona rural, minoria que realmente habita a floresta e suas proximidades, enquanto 70% da população amazônica vivem em vilas e cidades tão globalizadas quanto qualquer outro município brasileiro, o que contradiz, mais uma vez, opiniões baseadas no senso comum. A população indígena compõe 1,3% do total amazônico, em contraste aos 0,4% do restante do país. São entre 206 mil e 270 mil indivíduos distribuídos por 170 povos, falando cerca de 150 línguas de várias famílias linguísticas, além da existência de etnias consideradas isoladas.³⁴

A sociedade regional é formada por índios, caboclos, pequenos produtores, contingentes populacionais sem terra, trabalhadores urbanos, grandes e pequenos proprietários, empresários tradicionais e modernos. A maior parte desses atores sociais compõe os contingentes de imigrantes que, em diferentes épocas, para aí se dirigiram, configurando outra dimensão da diversidade tão característica dessa área. Trata-se não mais apenas de sua diversidade físico-natural e biológica, mas também da diversidade de povoamento, cultural, econômica e social.

Enfim, há tantas Amazônias quanto a nossa capacidade e/ou necessidade de percebê-la e/ou abordá-la permitirem. Entretanto, independentemente do enfoque que se queira dar, há que se aceitar que a Amazônia não é apenas um ambiente ecológico, mas também um ambiente humano, com uma história social, política e econômica que se inicia antes mesmo do descobrimento das Américas. Consequentemente, há que se conceituá-la como o produto das relações sociedade-natureza, ao longo de um tempo não só histórico, mas também “pré-histórico”, como

³³ BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Fundo Amazônia**: relatório anual de atividades de 2011. [Brasília]: Departamento de Divulgação do BNDES, 2012. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Relatorioanual/RAFA_2011_CADERNO_01.pdf. Acesso em 12 set 2012.

³⁴ Ibidem, p. 27

forma de apreender-se a sua complexidade e, assim, melhor definir os espaços territoriais configurados, que por si só já se demonstram como um macrozoneamento territorial, muitas vezes não desejável, mas existente (FERREIRA; SALATI, 2005, p. 28).

Tal diversidade étnica, social e cultural não vem acompanhada de qualidade de vida, indício inequívoco da dispersão da riqueza apurada localmente. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera indicadores como educação, longevidade e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, apresenta números abaixo da média nacional de 0,757 em todos os estados amazônicos brasileiros – exceto Mato Grosso (0,773). O Maranhão apresenta o pior IDH (0,636), seguido de Acre (0,697); Tocantins (0,710); Amazonas (0,713); Pará (0,723); Rondônia (0,735); Roraima (0,746) e Amapá (0,753) (PNUD³⁵ apud BRASIL, 2008, p. 25).

Ressurge a hipótese de a Amazônia brasileira como um país de “segunda classe” dentro do próprio Brasil. No tema do saneamento básico, a realidade mantém-se débil. O fato de a região situar-se na maior bacia hidrográfica do planeta não impede uma constrangedora rede de água e esgoto, evidenciando o caráter econômico-político da distribuição dos bens e serviços ambientais. Um bioma irracionalmente utilizado vale pouco para milhões de amazônidas; somente Roraima chega perto da média nacional em domicílios conectados a água e esgoto, e o Amapá é o único estado amazônico com níveis de coleta de lixo acima da média brasileira. Enquanto o Brasil tem média de 83,2% de domicílios abastecidos com água, 70,6% de residências conectadas a rede de esgoto ou fossa e 86,6% de casas com serviço de coleta de lixo, o Acre possui 47,6%, 44,7% e 71,5%, respectivamente; Rondônia tem 38,6%, 46,6% e 69,8%; o Pará registra 48,2%, 57% e 77,8%; Maranhão: 60,1%, 53% e 60,7%; Mato Grosso: 65,5%, 34,2% e 75,6%; Amazonas: 68,5%, 61,2% e 75,8%; Amapá: 69,4%, 27,2% e 91,1%; Tocantins: 78,4%, 21,6% e 70,4%; Roraima: 82,8%, 72,8% e 79,7% (IBGE³⁶, apud BRASIL, 2008, p. 99).

Em 2006, os estados amazônicos apresentaram graus muito inferiores aos nacionais em termos de trabalhadores com carteira de trabalho assinada (Brasil: 31,73%, contra Amazônia: 18,35%). Em alguns lugares, registra-se ainda o sistema de aviamento e escravidão. Nos primeiros sete anos do século XXI, o Ministério do Trabalho e Emprego libertou 17.507 trabalhadores em condições de escravidão, em quase todos os estados da região, mas, principalmente, no Pará, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins (MINISTÉRIO

³⁵ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (Pnud). **Atlas do desenvolvimento humano**. [S.l.]: [S. ed.], 2000.

³⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. [S.l.]: [S. ed.], 2000.

DO TRABALHO E EMPREGO³⁷ apud BRASIL, 2008, p. 26). Tratam-se dos estados economicamente mais integrados da Amazônia em relação ao resto do país. Segundo Gonçalves (2008, p. 109):

Registremos que a geografia da violência na Amazônia indica sua maior intensidade exatamente na área onde mais efetivamente se fizeram presentes as ações desse novo modelo de desenvolvimento, ou seja, ali onde maior foi a extensão de estradas construídas, de hidrelétricas e de grandes empresas de exploração mineral, além de maior número de fazendas pecuaristas e de empresas do setor madeireiro, ou seja, no sul e no sudeste do Pará, na Amazônia maranhense e no Estado de Tocantins, na tristemente famosa região do Bico do Papagaio.

Ainda se vê a defesa de estradas, hidrelétricas e pecuária como soluções para o desenvolvimento da Amazônia, mas existe uma análise profunda sobre as consequências sociais de tais vetores? No contexto da presente pesquisa, as consequências sociais da proposta desenvolvimentista superam as ambientais, em importância. A configuração política e econômica capitalista que vigora na Amazônia desde o colonialismo se associa sistematicamente à exclusão social e a danos ambientais. As ondas de desenvolvimento capitalista chegaram acompanhadas de um arcabouço institucional voltado para a exclusão e exploração de povos tradicionais.

No afã de “ocupar” a Amazônia, o governo brasileiro, durante décadas, supôs-se refém do capital, visto como única forma de desenvolvimento. Desta forma, viabilizou a proliferação de situações como a que ocorre em “uma das mais ricas províncias minerais em exploração no mundo, o Projeto Grande Carajás, no Pará, onde reina a miséria mais abjeta ao lado de tecnologias de última geração que extraem das suas entranhas imensas riquezas” (GONÇALVES, 2008, p. 76).

E muito ainda se descobrirá na Amazônia, uma das regiões da Terra com maior potencial para a descoberta de bens minerais, pois cerca de 40% de seu território encontra-se em áreas de pré-cambriano, o mais longo período de formação da crosta terrestre.³⁸ As condições físico-químicas da época propiciaram a ascensão de metais das zonas mais profundas do planeta para a crosta. Destarte, a maioria dos depósitos minerais metálicos do mundo situa-se em terrenos pré-cambrianos. Na Amazônia, há potencialidade para a descoberta de depósitos de ferro, manganês, alumínio, cobre, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, ouro, prata, platina, paládio, ródio, estanho, tungstênio, nióbio, tântalo, zircônio,

³⁷ MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Quadro de Fiscalização Móvel – SIT/DR, 1995-2008.

³⁸ SANTOS, B.A. Recursos minerais da Amazônia. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo [online], 2002, vol. 16, n. 45, p. 127.

terras-raras, urânio e diamante. Boa parte dos depósitos minerais, embora relacionados a rochas pré-cambrianas, foram formados através de processos de enriquecimento em tempos mais recentes, do Terciário ao Quaternário.³⁹ Logo, o debate para evitar erros do passado deve ser iniciado o quanto antes, com o objetivo principal de analisar a história e as consequências econômicas e sociais dos projetos econômicos concretizados.

A geração de energia também se coloca como um dos desafios-chave para o futuro. A região tem a menor cobertura de rede elétrica entre as regiões do Brasil, com um milhão de domicílios sem o serviço na área rural. A principal matriz energética consiste em termelétricas movidas a diesel, energia cara e ambientalmente nociva. Assim, compreende-se que a racionalidade econômica visa ao imenso potencial hidrelétrico não aproveitado da região: apenas 8,9% dos 111.396 MW possíveis são utilizados. Além da energia hidrelétrica, as grandes reservas de gás natural orientam a estratégia governamental pela ampliação da oferta de energia destas duas matrizes. A principal fonte geradora de energia é a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, com capacidade instalada de 8.400 MW; porém, cerca de 50% da atual produção de energia dessa usina se destina a dois grandes consumidores do setor minero-metalúrgico: Albrás/Alunorte (PA) e a Alumar (MA). Diversas linhas de transmissão e várias usinas hidrelétricas estão em obras, entre elas, duas grandes hidrelétricas no rio Madeira (Santo Antônio e Jirau), com potência conjunta de 6.450 MW, além de cinco usinas no médio rio Tocantins. A usina de Belo Monte, no rio Xingu, com capacidade instalada de 11.181 MW, segue em obras, apesar de toda a celeuma em torno do assunto.⁴⁰ A vontade de integração ao mercado consumidor globalizado supera o respeito a populações tradicionais do Xingu.

No quesito “condição da mulher”, a tendência de inferioridade da Amazônia em relação ao restante do Brasil mantém-se. A mulher da Amazônia ganha o equivalente a 80% do rendimento médio das mulheres brasileiras e cerca de 70% do rendimento masculino na região (IBGE⁴¹ apud BRASIL, 2008, p. 27-8). Em 2005, o PIB *per capita* da Região Amazônica era de R\$ 7.173, ou 61,5% do PIB *per capita* médio brasileiro. Paradoxalmente, o dado deve ser observado com otimismo, por tratar-se de um indicador que em 1985 acusava 52,1%. Os estados em melhor situação do PIB *per capita* são Mato Grosso (14,6% acima da média nacional) e Amazonas (11,7% abaixo da média nacional). O PIB dos estados amazônicos tem uma composição variada. O setor agropecuário responde por 40,8% em Mato Grosso, 22,8% no Pará, 20,1% no Maranhão, 15,3% em Rondônia e 12,9% em Tocantins.

³⁹ Ibidem, p. 128.

⁴⁰ BRASIL, 2008, passim.

⁴¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. [S.l.]: [S. ed.], 2006.

A indústria de transformação tem considerável participação no PIB estadual do Amazonas (55,4%), com médio destaque no Pará, Maranhão e Acre. A administração pública tem participação excessiva nos estados de Roraima (58,2%), Acre (42,7%), Amapá (44,4%), Tocantins (27,5%) e Rondônia (28,0%), reflexo da dependência de verbas federais, o que configura risco às práticas democráticas na medida em que a liberação de verbas permanece como prática de coação política. Destaque-se ainda o forte peso da construção civil em Tocantins e Rondônia, além do extrativismo mineral (petróleo e gás natural de Urucu) no Estado do Amazonas (BRASIL, 2008, p. 34).

O setor madeireiro merece destaque como o maior empregador industrial da Amazônia, responsável, em 2004, por 124 mil empregos diretos e por 108 mil empregos indiretos, somados a mais de 147 mil empregos fora da região (LENTINI⁴² apud BRASIL, 2008, p. 40). O país segue como o maior produtor e maior consumidor mundial de madeira de florestas tropicais: 3,5% do PIB e 6% das exportações nacionais, em 2006, provieram do setor (IBGE⁴³ apud BRASIL, 2008, p. 39). A atividade gerou, em 2004, uma renda bruta de US\$ 2,3 bilhões, com 3.132 empresas distribuídas em 82 polos madeireiros. Deste total, 64% foram destinados ao mercado interno e 36% exportados. Relativos ao setor industrial, os números amazônicos são modestos. O valor do PIB da indústria amazônica totalizou R\$ 34,26 bilhões em 2004, representando 24,8% do PIB regional e 6,7% do PIB setorial nacional.

Cerca de 58% do Valor da Produção Industrial (VPI) regional concentram-se no Estado do Amazonas, que tem no Polo Industrial de Manaus (PIM) o maior e mais moderno centro industrial da região, com um contingente superior a 100 mil pessoas empregadas. Os segmentos de maior destaque são o eletroeletrônico, o de veículos com duas rodas (motocicletas e bicicletas) e o de equipamentos de informática (IBGE⁴⁴ apud BRASIL, 2008, p. 49). Os dados referentes ao PIB devem ser relativizados, especialmente na Amazônia, região que “[...] comporta um perfil de distribuição de renda ainda mais concentrado que o Brasil, que sabemos, apresenta um dos perfis de distribuição social de renda dos mais concentrados do mundo” (GONÇALVES, 2008, p. 143). A riqueza proveniente das grandes propriedades mato-grossenses, por exemplo, no modelo altamente competitivo do *agribusiness*, com mecanização, incentivos governamentais e vultosas somas de capital investido, não é conhecido por promover distribuição de renda.

⁴² LENTINI, M. et al. **Fatos Florestais da Amazônia 2005**. Belém: Imazon, 2005, p. 110.

⁴³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção da extração vegetal e da silvicultura, 2005**. Rio de Janeiro: [S. ed.], 2006; Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS). **Fatos e números florestais**, [S.l.]: [S. ed.], 2006. In: www.sbs.org.br/FatoseNumerosdoBrasilFlorestal.pdf.

⁴⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas Regionais do Brasil, 2002-2005**. [S.l.]: [S. ed.], [S.d.].

O perfil da utilização de terras na Amazônia revela uma história dramática de extrema importância para a questão ambiental na região, visto que grande parte do embate “floresta *versus* devastação *versus* violência social” se dá no destino dado ao uso do solo. Destaca-se que a Amazônia chegou aos anos 1980 e 1990 com a maior concentração fundiária entre todas as regiões brasileiras (GONÇALVES, 2008, p. 109). Em 1996, eram 120,77 milhões de hectares agropecuários na região, destes, 0,2% era constituído de propriedades com mais de 10 mil hectares, perfazendo 12 milhões de hectares, ou seja, 0,2% das propriedades somava 10% da área agropecuária amazônica. Por outro lado, os 57% de estabelecimentos agropecuários com até 50 hectares ocupavam apenas 306 mil hectares.

Enquanto os estabelecimentos de até 50 hectares na Amazônia representavam 11,2% do total de estabelecimentos do país com esta dimensão, os que possuíam área entre 2.000 e 10.000 hectares representavam 49,5% e os com área superior a 10.000 hectares correspondiam a nada menos que 70,7%.

Do total da área dos estabelecimentos na Amazônia, 4,8% estavam ocupados com lavouras (5,75 milhões de hectares), sendo 4,77 milhões de hectares com lavouras temporárias e 980 mil hectares com lavouras permanentes. Havia ainda 2,6 milhões hectares utilizados por lavouras temporárias em descanso e 6,89 milhões de hectares de terras produtivas não utilizadas.

As áreas de pastagens totalizavam 51,15 milhões de hectares, correspondendo a 42,3% da área dos estabelecimentos, sendo que 18,22 milhões são áreas de pastagens naturais e 32,93 milhões são áreas de pastagens plantadas (BRASIL, 2008, p. 36).

Entre 1960 e 2000, o país viu sua população migrar maciçamente para as cidades devido a um intenso processo de expulsão de trabalhadores do campo. Nesse contexto, a Amazônia era incorporada como fronteira agrícola. A abertura de estradas contribuiu para a migração de produtores de diversas regiões do país, assim como para a chegada de diferentes sujeitos sociais: “uns empresários, outros latifundiários, outros antigos pequenos proprietários que venderam suas terras para adquirir outras mais baratas e com maior extensão, outros, ainda, camponeses pobres e sem terra” (GONÇALVES, 2008, p. 54).

Na floresta, tais grupos encontraram migrantes de outras fases econômicas, como seringueiros do ciclo da borracha e também caboclos e indígenas, o que precipitou os mais diversos tipos de conflito. Situação especial ocorreu no Pará, onde a Belém-Brasília e a Transamazônica possibilitaram fluxos migratórios tanto de fazendeiros sulistas, quanto de populações pobres de diversas regiões. Não é difícil reconhecer os “vencedores” desses embates. Pelos mais diferentes meios que o poder econômico oferece, os latifundiários engendraram uma das maiores concentrações fundiárias do mundo.

A Amazônia – que já possuía uma herança fundiária particularmente problemática, em virtude sobretudo de suas terras não serem devidamente tituladas [...] – se verá diante de um verdadeiro rolo compressor, cujas principais vítimas foram suas populações originárias, assim como os posseiros e camponeses recém-chegados. [...] Geralmente essas populações de pobres migrantes faziam o que na região passou a ser denominado como “amansar” a terra, pois, derrubavam a floresta e, em seguida, se viam pressionados a vendê-la ou, quando não, a desocupá-la com a ação de jagunços (GONÇALVES, 2008, p. 56).

Desta forma, justifica-se o único indicador da Amazônia proporcional à sua magnitude territorial no Brasil: apesar de conter somente 12% da população brasileira e serem, destes, só 30% os habitantes da zona rural, a região ostentava, em 2005, 61% das mortes em conflitos fundiários, realidade ainda presente em todos os estados da região.⁴⁵ Trata-se de um problema crônico do país, refém dos interesses de um grupo político altamente articulado (ruralistas), que conseguiu protelar a reforma agrária ao infinito, dominando vastas regiões brasileiras. Muita gente morre no campo, especialmente na Amazônia, e isto não é notícia que circule, como se fosse um problema totalmente isolado: como pode morrer gente em região qualificada como “vazio demográfico”? Em exemplo muito claro, a literatura mostra que o assassinato de Chico Mendes (1988) somente chegou às manchetes nacionais após ter sido amplamente divulgado no exterior (ALLEGRETTI, 2002, p. 05).

A década de 1980 marca o surgimento de novos processos sociais na Amazônia e de uma nova fase histórica, segundo Becker (2009). Designada como “A Incógnita do *Heartland*”, trata-se de um período iniciado em 1985, o qual perdura até os dias de hoje. Dois processos iniciam-se no ano de 1985: por um lado, o esgotamento da política de intervenção do Estado no território, cujo último grande projeto foi o Calha Norte. No mesmo ano, a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, no Acre, simboliza um movimento de resistência das populações tradicionais à expropriação da terra.

À crise do Estado e à resistência social, somou-se a pressão ambientalista internacional e nacional para gerar um vetor *tecno-ecológico* (VTE) na dinâmica regional que, predominando entre 1985 e 1996, configurou na Amazônia uma fronteira socioambiental. Entende-se como vetor, uma força resultante da coalescência de múltiplos projetos (BECKER, 2009, p. 27, grifos do autor).

No fim dos anos 1980, o Banco Mundial, instituição controlada pelos países mais ricos do mundo, apresentou documentos apontando que algumas políticas públicas brasileiras contribuíam para agravar as taxas de desmatamento na Amazônia. Entre estas políticas, figuravam os incentivos fiscais para investimentos, o crédito subsidiado, a construção de

⁴⁵ THÉRY, H. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo [online], 2005, vol. 19, n. 53, p. 37-8.

rodovias, a mineração com financiamento público, as hidrelétricas e a política de colonização. Em 1989, ocorre a Cúpula de Haia, convocada pela França com o objetivo de discutir questões relativas à proteção da atmosfera. O Brasil era acusado pela imprensa, por líderes políticos e por cientistas dos países ricos de não ter competência para evitar devastação e queimadas na Amazônia. O texto apresentado para ser a “Declaração de Haia” propunha ostensivamente a criação de uma “entidade supranacional para administrar a questão ambiental amazônica e a adoção de sanções contra os países que apresentassem ‘má conduta’ em matéria de proteção ambiental” (RIBEIRO, 2005, p. 339-40).

As taxas de desmatamento tinham sido medidas pela primeira vez em dez anos, provocando alarme dentro e fora do país. Os resultados de 21.130 km² para o período de 1977-1988, de 17.860 km² entre 1988-1989, e de 13.810 km² entre 1989-1990, mobilizaram segmentos ambientalistas da sociedade nacional e internacional, a imprensa e alguns governos defensores desta causa (MELLO, 2006, p. 106-7).

Em 1990, surge uma proposta diferente, o “Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil” (PPG7), projeto multifacetado, com a participação do Banco Mundial, de ONGs conservacionistas, de governos estrangeiros dos países ricos e da Comunidade Europeia (financiadores), do governo central brasileiro e, eventualmente, de governos regionais amazônicos. Inicialmente, o PPG7 previa investimentos de US\$ 1,6 bilhão em diversos projetos de proteção ambiental na Amazônia, a serem aplicados em cinco anos.

As atividades iniciaram-se em 1994, com a determinação de responsabilidades entre o governo brasileiro e o Banco Mundial. A atuação configurou-se em três subprogramas: política de recursos naturais; unidades de conservação e manejo de recursos naturais; Ciência e Tecnologia. Cada subprograma dividiu-se em projetos, tais como Zoneamento Econômico-Ecológico; Monitoramento e Vigilância Ambiental; fortalecimento de órgãos estaduais de meio ambiente; educação ambiental; florestas nacionais; parques e reservas; reservas indígenas; manejo; recuperação de áreas degradadas; criação de centros de excelência e pesquisa dirigida (PPD).

A implementação do PPG7 foi lenta; os 11 projetos aprovados em 1991 somente começaram a se realizar nove anos depois. De US\$ 250 milhões alocados para o início do programa, somente US\$ 80 milhões foram liberados entre 1995 e 2000.⁴⁶ Em uma fase em que a questão ambiental passou a permear toda a problemática que envolvia a Amazônia, o PPG7 surgiu com discussões sobre gestão de recursos naturais e conservação da

⁴⁶ RIBEIRO, 2005, p. 390, et seq.

biodiversidade, a partir de uma nova interpretação dos processos econômicos e produtivos e de seus impactos ambientais.

Sem dúvida, o maior resultado do PPG7 é o de contribuir para a reconfiguração das forças geopolíticas no território amazônico, ao fomentar as ligações global-local, e aprendizado do enfoque ambiental, ao difundir princípios, técnicas e alternativas de sistemas produtivos, e ao desfazer estereótipos técnicos e políticos. Porém, seu processo de implementação foi bastante difícil, pois já no início do programa, em 1990, havia duas visões: a do governo brasileiro e a do Banco Mundial; se não antagônicas, de difícil convergência (MELLO, 2006, p. 110).

Mello atribui o perfil inovador do programa a um novo contexto político e social, com a presença de atores organizados para debater as ações do Estado, somados à constituição de um conjunto de leis para a proteção ambiental e para a definição de crimes ambientais. No entanto, alguns fatores surgiram como limitantes para a execução de projetos, como a falta de clareza em relação a conceitos como “conservação”, “preservação” ou “desenvolvimento sustentável”, bem como dúvidas sobre a aplicabilidade de tais definições pelos diversos executores. Mello (2006, p. 136) frisa também que as bases para essas conceituações ainda se encontravam frágeis e imprecisas, “no momento de transição da bipolaridade à multipolaridade do mundo atual”.

Em fase posterior de reavaliação institucional do programa, os participantes chegaram à conclusão de que o PPG7 deveria deixar de ser uma “coleção de projetos” para sintonizar-se aos objetivos brasileiros de conservação da Amazônia, salientando a necessidade de o Brasil se colocar na liderança do processo. Algumas propostas surgem nesse sentido, como: integrar o programa a outras políticas brasileiras; envolver os governos estaduais; incrementar o papel da sociedade civil; envolver outros setores e ministérios. Conforme citado, muitos projetos demoraram a ser implantados devido à grande complexidade dos acordos institucionais, financeiros e organizacionais do PPG7, em diferentes esferas decisórias.

Encerrado em 2009, o PPG7 recebe destaque pela contribuição à implantação da “malha socioambiental” citada por Becker (2009, p. 28), somando-se a outros projetos, de populações de origens étnicas e/ou geográficas diferentes, em diversos ecossistemas da Amazônia, e articulando-se com agentes de várias escalas geográficas. São propostas alternativas, áreas-piloto de gestão ambiental nos estados, com novas unidades de conservação e de demarcação de terras indígenas, em uma constituição complexa e multipolarizada coerente com as características amazônicas contemporâneas:

A fronteira socioambiental reproduz o modelo de desenvolvimento endógeno, voltado para uma visão interna da região e para os habitantes locais, introduzindo uma nova e fundamental potencialidade para a Amazônia. E sua importância transcende as populações envolvidas – os experimentos em curso são formas locais de solução de um problema global: a proteção da biodiversidade.

Se a lição ensinada por esse vetor é sua positividade social e ambiental, há, contudo, que registrar dois problemas que impedem sua plena expansão: a dificuldade de inserção nos mercados, em virtude de carências gerenciais, de acessibilidade e de competitividade, e a sua característica pontual, que não alcança escala significativa de atuação em tão vasta região (BECKER, 2009, p. 28-9).

A partir de 1996, pode-se identificar uma nova fase no processo de ocupação regional, com a retomada de políticas de planejamento territorial da União. Como contraponto à fase anterior, surgem projetos e agentes interessados em recursos naturais e negócios, incentivados por programas governamentais de construção de infraestrutura, como “Brasil em Ação” (1996) e “Avança Brasil” (1999).

Viver na Amazônia, hoje, significa testemunhar processos absolutamente reconhecíveis de criação de uma infraestrutura capaz de reproduzir o capital, cujo sinal mais evidente é o aumento da mobilidade de pessoas, matérias-primas e produtos na malha urbana e rodoviária. Surge, então, uma Amazônia bastante modificada, integrada ao país como efetiva região, em decorrência de várias transformações: conectividade rodoviária e de telecomunicações; urbanização acelerada; mudanças na estrutura da sociedade; formas inovadoras de apropriação do território por grupos sociais em áreas protegidas. Ressalta-se que há conflitos entre os interesses dos projetos conservacionistas e os interesses dos projetos desenvolvimentistas, o que politiza a questão ambiental.⁴⁷ Há a perspectiva de uma convivência harmônica entre os diversos sujeitos?

Concorda-se com Becker em classificar a atual fase da Amazônia como uma “incógnita”, em que fatores endógenos e exógenos altamente dinâmicos convivem, com forte emotividade nas discussões sobre prioridades, mas, sobretudo, com muitos interesses contraditórios em jogo. Causas e consequências que outrora tinham fácil identificação e enquadramento conceitual, hoje apresentam interfaces surpreendentes.

Ao fim da tentativa de retratar material e historicamente a Amazônia, os principais traços reconhecidos, do Maranhão ao Acre, de Roraima a Tocantins, são de um bioma ainda conservado, onde há pessoas e propostas concretas para discutir desenvolvimento alternativo. A sociedade amazônica exige papel decisório nesse debate, cujo caminho, acredita-se, será trilhado democraticamente a partir de um diálogo equilibrado e bem informado, de acordo com os pressupostos de um país capaz de administrar um território com essa grandeza.

⁴⁷ BECKER, 2009, p. 29, et seq.

2.2 A Questão Ambiental Global

O foco desta seção é analítico, no sentido de investigar a existência e as possibilidades de delimitação da questão ambiental. Entende-se que tal debate não tem sentido fora do âmbito social, visto que trata das relações sociedade-natureza. Logo, exclui-se das reflexões o conceito de “preservação” ambiental, optando pelo conceito de “conservação”. Diegues faz uma lúcida exposição sobre os primórdios do pensamento ambiental e esclarece que suas origens ocorreram antes da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), e do relatório “Nosso Futuro Comum”, conhecido como Relatório *Brundtland*.⁴⁸

De acordo com Thomas⁴⁹ (1983 apud DIEGUES, 2000, p. 23), o “mundo natural” começou a ser valorizado na Inglaterra antes do século XVIII. Em 1872, as ideias preservacionistas já eram importantes nos EUA e levaram à criação do primeiro parque nacional do mundo, *Yellowstone*. Segundo Koppes⁵⁰ (1989 apud DIEGUES, 2000, p. 25), em 1890 os estadunidenses preocupavam-se com os custos ambientais e sociais da expansão agrícola das décadas anteriores, quando qualquer cidadão podia requerer propriedades de até 70 hectares. Diegues cita Gifford Pinchot (século XIX) como criador do “movimento de conservação dos recursos, apregoando o seu uso racional” (DIEGUES, 2000, p. 29):

Na sua concepção [de Pinchot], a natureza é frequentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente; acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos.⁵¹

Muitas discussões contemporâneas carecem de objetividade por desconsiderarem Pinchot. Diegues considera as ideias desse autor como precursoras do “desenvolvimento sustentável”, contra a ideia de desenvolvimento a qualquer custo ambiental. Pinchot toca na questão social ao prever uma distribuição justa dos benefícios ambientais, “incluindo as gerações futuras, mediante a redução dos dejetos e da ineficiência na exploração e consumo dos recursos naturais não-renováveis, assegurando a produção máxima sustentável”.⁵²

⁴⁸ DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 29-30.

⁴⁹ THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Cia das Letras, 1983.

⁵⁰ KOPPES, C. Efficiency, Equity, Esthetics; Shifting Themes in American conservation. In: Worster, D. (ed.). **The Ends of the Earth: perspectives on modern environmental history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

⁵¹ DIEGUES, op. cit., p. 29.

⁵² Ibidem, loc. cit.

Rivalizando com a proposta conservacionista de Pinchot, de uso adequado e criterioso dos recursos naturais, surge a proposta preservacionista, que “[...] pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano” (DIEGUES, 2000, p. 30).

Nos debates referentes à questão ambiental, torna-se fundamental esclarecer a respeito dessas duas correntes de pensamento. Frequentemente, os que desejam tão somente debater o uso de serviços ambientais são qualificados de “preservacionistas”, como se trabalhassem por uma realidade utópica e impossível. Assim, torna-se importante ressaltar que o viés proposto para a discussão ambiental neste trabalho é o da conservação dos recursos naturais. Propõe-se que o debate se inicie nos moldes da proposta de Pinchot, visando a um desenvolvimento ambientalmente racional, com foco na distribuição socialmente justa de recursos ambientais e na prevenção de desperdício. Evidentemente, as ideias desse pioneiro não resolvem as questões atuais e tampouco abrangem a complexidade ambiental contemporânea, as quais envolvem fatores políticos e econômicos ligados à globalização. No entanto, derivam de suas ideias valiosas diretrizes para a definição de questão ambiental, a começar pelo conceito de conservação.

A conservação ambiental não exige a renúncia aos benefícios do desenvolvimento, mas pode requerer que se baixem os lucros capitalistas, diante das evidências de que lucros maiores demandam mais recursos naturais. Entende-se como principal motivo para a conservação ambiental, a adequação de se viver no planeta desperdiçando um mínimo de recursos naturais com a industrialização. Muitos processos industriais são desnecessários à sobrevivência humana. Para a discussão ambiental, não importa se as pessoas bebem mais ou menos refrigerante, mas o custo ambiental da lata de alumínio extraída no Pará, com consumo de eletricidade, devastação ambiental, expulsão de povos tradicionais, construção de hidrelétricas. Diferentemente das questões filosóficas, no debate ambiental existem fatores concretos sobre os quais nos debruçarmos: os fatores político-ambientais.

Reconhece-se a dificuldade de conservação da floresta amazônica. Toda a história humana viu ambientes serem paulatinamente conhecidos, dominados, modificados e destruídos, como processo natural do Homem. Dominar esse processo histórico, político, econômico e cultural, em uma época de avançada tecnologia, é tarefa hercúlea. Assim, não se acredita em uma solução definitiva para a Amazônia, baseada em unidades de conservação e em ações de fiscalização ambiental, por exemplo. Trata-se de solução emergencial.

Propõe-se que uma das diretrizes da política de conservação ambiental da Amazônia deva ser estabelecer mecanismos de diminuição radical do lucro daqueles que devastam e utilizam os serviços ambientais amazônicos (água, solo, madeira, minérios). Contudo, isso implica mexer com interesses políticos, econômicos e geopolíticos que incluem rever o papel do Estado no processo. Harvey (2011) mostra como o Estado incentiva o desenvolvimento para obter mais impostos, incrementando a infraestrutura para facilitar os processos capitalistas e o trânsito de mercadorias.⁵³ De acordo com essa análise, percebe-se o Estado como um ator social direcionado por questões claramente ideológicas.

A prática revela que inexiste o jogo de poder sem ideologia, conceito entendido aqui como “conjunto de ideias que surgem de um dado conjunto de interesses materiais ou, em termos mais gerais, de uma classe ou grupo definido”.⁵⁴ Ou seja, as ideias e propostas de determinado grupo social derivam de seus interesses econômicos e políticos. Perceber a proposta hegemônica de desenvolvimento como uma proposta ideológica torna-se fundamental para o entendimento da interpretação dada à “questão ambiental” nesta pesquisa.

Muito já foi destruído no processo de acumulação primitiva do capitalismo. Haverá espaço e recursos naturais ainda para quantas gerações? A atual geração, primeira a perceber a crise ambiental, deve ter a responsabilidade de conservar os recursos em nome da própria sobrevivência. Prezar pelo equilíbrio desse sistema é uma responsabilidade comum a toda a humanidade. Aos amazônidas, chega a hora de influir nos rumos da Amazônia, fazendo jus à responsabilidade de cuidar de seu patrimônio.

Como pano de fundo da questão ambiental, seja da Amazônia ou de qualquer outro bioma, está a perspectiva de economias mundiais que perseguem um crescimento anual mínimo de 3%, condição estimada como ideal para que os capitalistas obtenham um lucro razoável, conforme esclarece Harvey (2011, p. 30). Alguém acredita que isso seja possível, tendo em vista a finitude do planeta, ou trata-se de uma ilusão a ser revelada em momentos futuros de maior desespero, o que também pode gerar “oportunidades de negócio”? A conveniência de um delineamento conceitual da questão ambiental justifica-se por elucidar as ilusões de crescimento da economia e da despolitização do debate sobre ambiente.

O sistema econômico capitalista, ora aceito como universal, age institucionalmente com eficiência, apropriando-se de serviços ambientais públicos. Tal sistema vigora na Amazônia, tornando os naturais da Amazônia, ao longo da história, agentes secundários em sua própria terra, reféns dos destinos decididos por necessidades de outros territórios. Esse

⁵³ HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 77.

⁵⁴ WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 215.

processo continua em curso na Amazônia, seja com a mineração, a pecuária, o *agribusiness*, a urbanização ou a industrialização. A apropriação privada do ambiente amazônico consolida-se com altos lucros. Se o capitalismo fosse capaz de verdadeiros avanços na qualidade de vida das pessoas ao redor do mundo, não existiriam enormes bolsões de miséria nas periferias dos grandes projetos. A quem, exatamente, tais projetos têm levado desenvolvimento?

A disputa por territórios e serviços ambientais acirra-se em um mundo cada vez mais populoso. As populações tradicionais que vivem com menor gasto de recursos naturais contribuem para a otimização dos recursos ambientais e, frise-se, apresentam propostas sérias de desenvolvimento sustentável, as quais seguem ignoradas. Administrar os recursos ambientais racionalmente é uma questão de sobrevivência e inteligência. Assim, sendo impreterível discutir a questão ambiental em termos sociais, conclui-se que a democratização do debate ambiental somente é realizável no âmbito da discussão da apropriação dos recursos naturais, no sentido de como se utiliza socialmente o ambiente: de forma privada ou de forma pública. Chega-se a uma abordagem que privilegia os aspectos políticos da questão ambiental.

Propõe-se a aceitação de uma questão ambiental com viés amazônico, conservacionista por privilegiar uma lógica alternativa de associação com a floresta. Ou seja, para um novo desafio, uma nova proposta. Outrora, a única resposta possível era a transformação dos ambientes para usufruto humano; no caso da Amazônia, precisa-se do ambiente vivo. Portanto, a resposta deve vir de quem sabe conviver com ele.

A discussão ambiental situa-se em uma proposta historicamente relegada a segundo plano no processo de globalização iniciado com o colonialismo. Trata-se de uma proposta vista como menos importante por ser “atrasada”, não desenvolvimentista. É exatamente essa proposta sustentável de desenvolvimento que pode trazer esperança no contexto da conservação da Amazônia. Trata-se do desenvolvimento proposto pelos “de baixo” na Amazônia, conforme as palavras de Gonçalves. Vê-se que o problema do uso irracional e irresponsável dos recursos naturais não é, em sua estrutura, um problema ecológico, mas político e econômico, na medida em que se torna infinita a demanda pela reprodução do capital. Como devem ser divididos, entre os grupos sociais, os direitos de apropriação de recursos naturais públicos?

Marx utilizou o método materialista-histórico para a definição da sociedade que criou e aperfeiçoou o capitalismo. Europeu, alemão do século XIX, ele mesmo como expressão da realidade que buscava definir, o autor vê com naturalidade a exploração da natureza:

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.⁵⁵

Faz parte da sobrevivência humana explorar a natureza em alguma medida. Contudo, a crescente população planetária leva-nos a contingenciar recursos que são finitos. Assim, surgem dúvidas como: quais os critérios prioritários para a exploração e distribuição dos recursos ambientais? A água, por exemplo, tem importância devido a seu valor absoluto como insumo essencial à vida. Entretanto, o valor monetário que a água assume no comércio fica muito aquém de seu valor real como elemento essencial à sobrevivência humana. Ou seja, a partir de uma análise que vê a questão ambiental em seus aspectos sociais, entende-se que cada vez menos os recursos naturais essenciais devam ser desperdiçados em troca de recursos financeiros. A água, por exemplo, é insubstituível, assim como a biodiversidade amazônica. Em um contexto de progressiva escassez, as políticas públicas devem preocupar-se com o aproveitamento de recursos naturais essenciais, em detrimento da lógica que vê a reprodução do capital como prioridade.

As políticas que orientaram a administração da Amazônia imputaram à região uma “característica de infinitude”. Desde então se arrisca a sobrevivência da floresta em nome da exploração de madeira, grãos, carne, água e minérios, tornando a lógica capitalista o grande obstáculo para a permanência do bioma amazônico e das comunidades ali criadas.

Indubitavelmente, a sociedade humana continua com suas necessidades de sobrevivência e conforto, e os produtos de que necessita vêm, de uma forma ou de outra, da natureza. Assim, o enfoque dado à questão ambiental não pode se abster do viés materialista, afinal, lida-se com a mesma matéria-prima de sempre, o finito planeta Terra e suas regiões exploráveis. Mesmo aqueles que se preocupam com os rumos ambientais e com a sobrevivência das próximas gerações consomem os recursos do planeta, seja em alimentos, em embalagens, em combustíveis, em eletricidade ou em metais para computadores e celulares. Muitas vezes, os debates ambientais chegam a situações paradoxais em que uns argumentam como se tivessem uma vida totalmente sustentável, enquanto outros defendem um desenvolvimento que despreza a sustentabilidade. O materialismo histórico e a dialética podem contribuir para elucidar essa equação.

⁵⁵ MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 28.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 62.

Marx evidencia que não se tratava apenas de mostrar que a produção é determinada socialmente, mas que, exatamente por isso, era preciso considerá-la em sua diferenciação temporal e espacial. Como se restringira previamente ao estudo da organização capitalista da sociedade e da economia capitalista correspondente, ajunta mais adiante que se devia estudar a ‘produção em um grau determinado de desenvolvimento social’. As leis da Economia, por conseguinte, se tinham em comum com as leis das ciências físicas um duplo caráter de necessidade e de generalidade, não se confundiam com aquelas quanto à forma e ao funcionamento. As diferenças pareciam-lhe evidentes. O problema não era a natureza, como nas ciências físicas, mas o homem diante da natureza e dos outros homens, isto é, de seres dotados de consciência e de vontade, capazes de modificar, inclusive, a natureza e de orientar a sua ação em direções socialmente determinadas.⁵⁶

Se a questão ambiental pressupõe a análise da matéria que constitui o ambiente, não parece coerente o esquecimento da sociedade ali instalada, tendo em vista que, sem a nossa própria existência no planeta, enquanto sociedade humana, a questão ambiental perderia totalmente o sentido: não haveria motivo para formulá-la, tampouco quem o fizesse. Infere-se que o método materialista histórico apresenta, em sua estrutura, as premissas básicas para que se analise o ponto aqui ressaltado.

A padronização de uma vida consumista e globalizada revela-se como uma das causas da crise ambiental. Onde houver recurso natural passível de agregação de valor, estará um capitalista atento para a oportunidade, munido das mais eficientes ferramentas já criadas. Começando pelas facilidades da comunicação globalizada, passando pela abundância de materiais, equipamentos e combustíveis, chegando a um consumidor doutrinado e habituado a querer sempre mais, de acordo com a propaganda. A escala desse sistema assume ciclópicas proporções e ameaça a sobrevivência de todos, devido à sua grande capacidade e eficiência.

Historicamente, a Amazônia teve suas diretrizes ditadas a partir do exterior, quase exclusivamente norteadas pela exploração de recursos naturais. Tal fato impõe-se na análise do contexto. A cada árvore caída ou alagada, a cada projeto econômico concretizado em troca de empregos passageiros e/ou de renda, materialmente, se troca a riqueza da floresta pela riqueza financeira, abstrata e concentrada. Deste modo, propõe-se a definição de “questão ambiental” como a discussão sobre o processo de apropriação dos recursos naturais do planeta pelo ser humano. Em termos específicos, pergunta-se: quem se apropria de quê, em qual quantidade, com que finalidade? Essa discussão leva à politização do debate, sobrepondo-se ao aspecto ecológico.

Tendo em vista que a complexidade ambiental envolve relações e processos diversos, bem como conceitos de variadas áreas, tornam-se importantes algumas ponderações. Discutir

⁵⁶ FERNANDES, F. Introdução. In: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23.

o conceito de “natureza”, por exemplo, explicitando seu alinhamento ao campo das Ciências Sociais. Nessa perspectiva, Williams aponta a necessidade de tornar consciente a distinção entre os três sentidos que atribui à palavra *natureza*: “(i) a qualidade e o caráter essenciais de algo; (ii) a força inerente que dirige o mundo ou os seres humanos, ou ambos; (iii) o próprio mundo material, incluídos ou excluídos os seres humanos” (WILLIAMS, 2007, p. 293).

Na presente pesquisa, usa-se o sentido (iii), na opção que inclui os seres humanos. No momento em que o termo natureza é aceito como “mundo material”, *lato sensu*, torna-se sinônimo do substantivo ambiente, entendido como “aquilo que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas; meio ambiente”⁵⁷. Nota-se que a definição “1” de ambiente aponta para o adjetivo de mesmo nome, atribuindo uma definição quase idêntica: “que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas, por todos os lados; envolvente”. Ambas as definições aceitam a expressão popularmente consagrada, “meio ambiente”. Tais definições satisfazem os propósitos deste trabalho, como explicações da sinonímia entre os termos “ambiente” e “natureza”, a serem usados em nível analítico para referenciar o assunto.

Dialeticamente, a natureza é vista como inerente às comunidades humanas, na medida em que uma “sociedade e ‘sua’ natureza, isto é, a porção da ‘natureza’ da qual ela extrai sua produção, são indivisíveis e, conjuntamente, chamam-se ‘formação social’”.⁵⁸ Citando *O Capital*, Santos (2008) avalia que Marx procurou “dar ao desenvolvimento histórico e às suas etapas o lugar central na interpretação das sociedades”, querendo evitar “o materialismo abstrato das ciências naturais” (p. 26). Ao concordar com tal leitura, também se repudia aqui o “materialismo abstrato” que frequentemente caracteriza o discurso ambiental e que procura nas Ciências Naturais uma fuga ao comprometimento político.

Propõe-se que as análises de natureza e de ambiente estejam relacionadas a uma determinada sociedade e a seu respectivo desenvolvimento histórico, modo de produção e território. Williams (2007, p. 293-9) aponta que *natureza* “talvez seja a palavra mais complexa da língua”, acrescentando a interpretação científica da natureza “como procriadora seletiva – a seleção natural e a competição ‘implacável’ que lhe são aparentemente inerentes tornaram-se a base da visão da natureza como histórica e ativa”. Paradoxalmente, essa interpretação apresenta uma idiossincrasia emblemática da questão ambiental, ao atribuir importância histórica a acontecimentos materiais que aparentam ser exclusivamente biológicos ou ecológicos. A Ciência continuava a ver uma natureza criadora, questionando pouco suas leis, mas incluindo a noção de processos:

⁵⁷ AMBIENTE. In: FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio**. Versão 6.0. [S.l.]: Positivo, 2009.

⁵⁸ SANTOS, M. **Da Totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 29.

A natureza ainda tinha leis, mas eram as leis da sobrevivência e da extinção: as espécies surgiam e floresciam, entravam em decadência e morriam. A extraordinária acumulação de conhecimento sobre os reais processos evolutivos e as relações altamente variáveis entre os organismos e seus ambientes, incluídos outros organismos, voltou a generalizar-se, surpreendentemente, em uma denominação singular. A **Natureza** estava fazendo isso ou aquilo com as espécies. Houve, então, uma expansão de formas variáveis da nova generalização científica: ‘a Natureza ensina [...]’, ‘a Natureza nos mostra que [...]’. No registro real o que se ensinava ou mostrava ia da feroz competição inerente e inevitável até a mutualidade ou cooperação inerentes. (WILLIAMS, 2007, p. 299, grifo do autor)

As descrições dos fenômenos naturais detalharam processos que viriam ganhar sentido anos depois, com a Ciência Ambiental, como ao descrever, por exemplo, uma maior ou menor diversidade de espécies em determinada área. No caso da Amazônia, a grande biodiversidade deixa de ser um fenômeno ecológico para transformar-se em política e em geopolítica, integrando o desenvolvimento histórico dessa sociedade. Destarte, a aproximação entre os termos “natureza” e “ambiente” torna possível atualizar o pensamento de autores que divulgaram suas ideias em um tempo em que a palavra “ambiente” e seus derivados simplesmente não possuíam os sentidos que possuem desde a década de 1950. Novamente, no sentido de atribuir significado à palavra ambiente, Williams contextualiza:

Environmentalist [ambientalista] e palavras associadas tornaram-se comuns a partir da década de 1950 para expressar a preocupação com a *conservação* (‘preservação’) e as medidas contra a poluição. **Ecologia** e suas palavras associadas em grande parte substituíram o grupo formado em torno de *meio ambiente* a partir do final da década de 1960, continuando e também estendendo essas posições. (2007, p. 148, grifo do autor)

Como toda expressão, o termo “meio ambiente” tem uma história que fez variar seu significado. No senso comum contemporâneo, grupo de opiniões importante para a Comunicação Social, a noção mostra-se atrelada à ideia de ecologia e de *proteção* ao meio ambiente. A Ecologia mostra-se imprescindível para a compreensão dos processos naturais. Sendo assim, convém a identificação com essa área, contanto que não seja excludente. Essencialmente interdisciplinar, a Ciência Ambiental atrai para si Biologia, Economia, Geografia, História, Sociologia, Antropologia, Filosofia.

Muitos antes de ser designada pelo rótulo “ambiental”, Pádua revela que a preocupação com os problemas do meio ambiente esteve presente na Europa desde o século XVIII, “ocupando um lugar relevante no processo de construção do pensamento moderno”.⁵⁹ O autor aponta exemplos brasileiros, como o de José Bonifácio de Andrada e Silva, ao

⁵⁹ PÁDUA, J.A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo [online], 2010, vol. 24, n. 68, p. 82.

escrever em 1815 sobre o problema da perda de bosques em Portugal. No contexto pós-independência, José Bonifácio faz uma leitura histórica dos problemas ambientais, avaliando que a continuidade da agricultura escravista e rudimentar levaria à desertificação do Brasil em menos de dois séculos.

O jurista cearense Tomás Pompeu de Sousa Brasil, em 1860, discutiu o problema das secas do Nordeste e ponderou sobre a responsabilidade humana no fenômeno ao relacionar a devastação das matas à conversão de fértil território em terra “estéril”. Pádua não busca traçar uma linha direta entre a incipiente crítica ambiental dos séculos XVIII e XIX e o ambientalismo contemporâneo, mas sim “analisar um movimento histórico mais amplo e difuso: a construção da sensibilidade ecológica no universo da modernidade. [...] naquele caldo de cultura, [...] começaram a aparecer reflexões históricas sobre as consequências ambientais do agir humano”.⁶⁰ São identificadas “mudanças epistemológicas consolidadas no século XX, mas que já estavam em gestação nos séculos anteriores, em relação ao entendimento do mundo natural e de seu lugar na vida humana”.⁶¹

Três mudanças merecem particular atenção: 1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo.⁶²

Constrói-se um ponto de vista sólido sobre a existência de uma “questão ambiental”, produção histórica e social em suas causas e em sua interpretação. Há necessidade de uma discussão sobre o assunto, a partir das incertezas geradas pelo excessivo desenvolvimento econômico, o forte incremento da população mundial e a predominância de um sistema com grande demanda por recursos naturais (consumismo capitalista).

A modernidade da questão ambiental – da ideia de que a relação com o ambiente natural coloca um problema radical e inescapável para a continuidade da vida humana – deve ser entendida em sentido amplo. Ela não está relacionada apenas com as consequências da grande transformação urbano-industrial que ganhou uma escala sem precedentes a partir dos séculos XIX e XX, mas também com uma série de outros processos macro-históricos que lhe são anteriores e que com ela se relacionam (dentro do jogo de continuidades e descontinuidades que caracteriza os processos históricos). É o caso da expansão colonial europeia e da incorporação de vastas regiões do planeta, uma grande variedade de territórios e ecossistemas, a uma economia-mundo sob sua dominância. E também da institucionalização da ciência como um modo privilegiado de entendimento do mundo, com pretensão de universalidade e capacidade para estabelecer redes planetárias de investigação e

⁶⁰ PÁDUA, 2010, p. 83, et seq.

⁶¹ Ibidem, loc. cit.

⁶² Ibidem, p. 83.

troca de informações. A proposta de comparar regiões, produções naturais, economias e culturas – de constituir um saber geográfico planetário – é fundamental para entender a emergência de uma preocupação com os riscos da ação humana. A própria ideia de colapso, de destruição do futuro, começa a aparecer nesse contexto.⁶³

Gonçalves (2011) também relaciona a “questão ambiental” ao processo de globalização capitalista iniciado no colonialismo. O autor ressalta o encantamento de vários setores com a globalização, aparentemente um conceito libertário. Como tantos outros motes, este conceito foi apropriado pelo grande capital como uma maneira de legitimar a apropriação da natureza, mantendo o fluxo de riquezas, matérias-primas, energia e minerais “no mesmo sentido e direção da geografia moderno-colonial, ou seja, [dos países pobres] para os países e classes ricas dos países ricos ou para as classes ricas das regiões ricas dos países pobres”.⁶⁴ A ideia de desenvolvimento – que passou a ser desejado pelos países “subdesenvolvidos” ou do “Terceiro Mundo” – é vista como, “rigorosamente, sinônimo de *dominação da natureza*”.⁶⁵

Entre a crítica ao desenvolvimento que se fazia nos anos 1950-60 na Europa e nos EUA e a sua recuperação com a crítica ao subdesenvolvimento no Terceiro Mundo, o desenvolvimento globalizou-se, sob o patrocínio de agentes que se afirmam à escala global, como as oligarquias financeiras e industriais com suas empresas sediadas no Primeiro Mundo, aliadas a importantes setores das *burguesias nacionais desenvolvimentistas* do Terceiro Mundo, das oligarquias latifundiárias (a Revolução Verde lhes foi uma bênção), assim como dos gestores estatais civis e militares nacionalistas.

Dessa forma, sob os auspícios do Banco Mundial e outros organismos supranacionais, serão construídas grandes hidrelétricas em vários cantos do mundo, estradas serão abertas por todo lado, indústrias se transladarão por regiões que antes as desconheciam, assim como a Revolução Verde colonizará os espaços agrários na América Latina, na Ásia e na África. Mais uma vez, como desde sempre, a modernização foi colonização.⁶⁶

Gonçalves aponta que “o desenvolvimento se difundia no Terceiro Mundo ao mesmo tempo [em] que [...] era questionado no Primeiro”, devido ao caráter necessariamente desigual do desenvolvimento capitalista, e também devido aos riscos ambientais.⁶⁷ Exatamente quando se torna um fenômeno verdadeiramente global, com grande crescimento da demanda por recursos naturais em todo o mundo, os limites da intervenção humana na natureza tornam-se pauta política.

⁶³ Ibidem, loc. cit.

⁶⁴ GONÇALVES, C.W.P. **O desafio ambiental**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 16-20

⁶⁵ Ibidem, p. 24.

⁶⁶ Ibidem, p. 26-7, grifo do autor.

⁶⁷ Ibidem, p. 25.

Em finais dos anos 1960, o Clube de Roma, criado por um grupo de empresários e executivos transnacionais (Xerox, IBM, Fiat, Remington Rand, Olivetti, entre outras), colocou em debate, entre outras questões, o lado da demanda por *recursos não renováveis*. O Relatório Meadows, patrocinado pelo Clube de Roma e elaborado por cientistas de uma das mais renomadas instituições acadêmicas norte-americanas, o Massachusetts Institute of Technology (MIT), apresenta um título ilustrativo: *The limits to growth (Os limites do crescimento)*. (grifos do autor)⁶⁸

O Relatório *Meadows* foi publicado em 1972, ano que simbolizou um divisor de águas na abordagem da “questão ambiental”. No mesmo ano, realizou-se a pioneira e histórica Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, conferindo à temática ambiental o significado contemporâneo. A partir de então, alguns passaram a conscientizar-se da existência de consequências para as atividades capitalistas.

Brüseke revela o contexto histórico do Relatório *Meadows* e da Conferência de Estocolmo.⁶⁹ Foram resultado de debates sobre degradação ambiental na década de 1960 e, como se viu anteriormente, de reflexões e de mudanças epistemológicas. É interessante examinar as conclusões básicas dos pesquisadores do Relatório *Meadows*, para notar que se avançou bastante no sentido de comprovar que estavam certos, mas pouco em termos de entendimento internacional para evitar a concretização de suas previsões:

1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população, quanto da capacidade industrial.
2. É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.
3. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito. (MEADOWS⁷⁰, 1972, apud BRÜSEKE, 1993, p. 1-2)

Para os habitantes da Amazônia, em ampla campanha de adesão ao desenvolvimentismo, soa constrangedor que tais conclusões e propostas tenham surgido há quatro décadas. Imagine-se o impacto de *Meadows* no ano de 1972. O relatório propôs o congelamento do capital industrial e que o crescimento fosse baixado a zero, recebendo críticas de teóricos, principalmente daqueles que se identificavam com as teorias do

⁶⁸ Ibidem, p. 28.

⁶⁹ BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. **Papers do NAEA**: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos [online], 1993, n.13, p. 1.

⁷⁰ MEADOWS, D.L. et al. **Limites do Crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

crescimento. Intelectuais dos países subdesenvolvidos também o criticaram, acusando as nações ocidentais de fecharem o caminho para o desenvolvimento dos países pobres, utilizando, para isso, “retórica ecologista” (BRÜSEKE, 1993, p. 2).

Contudo, a importância do enfoque dado pelo relatório à questão principal do crescimento econômico deve ser ressaltada. Até hoje o assunto é pauta de economistas como Herman E. Daly, que diz em tom provocativo ser “impossível sair da pobreza e da degradação ambiental através do crescimento econômico mundial. Em outras palavras, **crescimento sustentável é impossível**”.⁷¹ Daly continua a análise, ressaltando aspectos econômicos que induzem a reflexões políticas:

Em suas dimensões físicas, a economia é um subsistema aberto do ecossistema terrestre, o qual é finito, não-crescente e materialmente fechado. À medida que o subsistema econômico cresce, ele incorpora uma proporção cada vez maior do ecossistema total e deve alcançar um limite a 100%, se não antes. Por isso, seu crescimento não é sustentável. O termo crescimento sustentável quando aplicado à economia é um mau oxímoro – contraditório como prosa e não evocativo como poesia. (DALY, 2004, p. 197)

Discutir previsões constitui-se o grande desafio da questão ambiental. Todos os indícios científicos apontam na direção de que a crise existe. A progressiva degradação ambiental é verificável pelas pessoas comuns, de acordo com as lembranças dos ambientes frequentados em suas histórias de vida. Mesmo assim, deseja-se adiar a discussão. Desde o início na década de 1970, em que a “questão ambiental” se configurou nos atuais moldes, argumentos irrefutáveis como estes (Daly, *Meadows*) são rejeitados por motivos políticos. Coerentemente, a discussão tem de passar ao âmbito político em que se possa discutir quem tem mais direito ao usufruto dos bens ambientais.

As classes dominantes dos países ricos e dos países pobres pressionam o governo e a ciência, injetando recursos financeiros em pesquisas que levam as discussões a impasses. Quarenta anos depois, planejar um “estado de equilíbrio global”, como previu *Meadows*, ou definir “necessidades materiais básicas de cada pessoa” (sustentabilidade) ainda são questões que geram impasses difíceis devido aos conflitos políticos que os encerram. E o fato de que esses conflitos ocorrem no âmbito político nem sequer é aceito, velado pela ilusão de que seja possível uma discussão asséptica, apolítica, acrítica, baseada em dados científicos. Nada poderia ser mais ideológico.

⁷¹ DALY, H.E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambiente & Sociedade** [online], 2004, vol. VII, n. 2, p. 197 (grifo do autor).

Vários atores sociais, especialmente os ligados a governos e empresas, incentivam uma perspectiva de naturalização das atuais condições de produção em que a maioria das pessoas perde duplamente: perde os recursos naturais de seu território e perde no momento em que se distribui a riqueza abstrata (dinheiro) gerada por meio ambiente. E parece cada vez mais longe resolver os impasses dessa questão, atribuindo a responsabilidade a critérios “técnicos” ou acríticos. A lógica do atual sistema prevê ganhos sempre maiores, ao infinito, lógica que continua a ser propagada nas universidades, nas empresas, nos projetos de poder. O cenário não permite otimismo.

Enquanto os poucos que ganham muito continuarem lutando para ganhar cada vez mais e enquanto os pobres também lutarem para ser como os ricos, a sustentabilidade será impossível. Grupos sociais poderosos terão de abrir mão de privilégios em nome da crise ambiental. Começar daí seria o grande passo. Daly não recusa o desenvolvimento. Porém, afirma que desenvolvimento não é a mesma coisa que crescimento econômico.

Crescer significa “aumentar naturalmente em tamanho pela adição de material através de assimilação ou acréscimo”. **Desenvolver-se** significa “expandir ou realizar os potenciais de; trazer gradualmente a um estado mais completo, maior ou melhor”. Quando algo cresce fica maior. Quando algo se desenvolve torna-se diferente. O ecossistema terrestre desenvolve-se (evolui), mas não cresce. Seu subsistema, a economia, deve finalmente parar de crescer mas pode continuar a se desenvolver.

O termo **desenvolvimento sustentável**, portanto, faz sentido para a economia mas apenas se entendido como **desenvolvimento sem crescimento** – a melhoria qualitativa de uma base econômica física que é mantida num estado estacionário pelo transumo de matéria-energia que está dentro das capacidades regenerativas e assimilativas do ecossistema. Atualmente, o termo **desenvolvimento sustentável** é usado como um sinônimo para o oxímoro **crescimento sustentável**. Ele precisa ser salvo dessa perdação. (DALY, 2004, p. 198, grifos do autor)

Ora, nos termos que a questão ambiental exige, seria possível manter e modificar a atual realidade, evitando, no entanto, a lógica inerente ao capitalismo: dominar os recursos naturais para reproduzir, indefinidamente, o capital. A tentativa de unir os dois mundos, desenvolvimento nos padrões ocidentais e respeito ao meio ambiente, surgiu com o termo “desenvolvimento sustentável”, proposto pelo Relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório *Brundtland*, publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Como argumenta Leff (2006, p. 137), “ali se formulou a definição do desenvolvimento sustentável como ‘processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender às gerações futuras’”. A definição é clássica, mas muito vaga, exatamente pela dificuldade em se estabelecer parâmetros de necessidades das

populações atuais e das futuras gerações. Qual país contemporâneo serviria como parâmetro: Cuba, EUA, China?

Para Brüseke (1993), o famoso relatório tem o mérito de mostrar as interligações entre economia, tecnologia, sociedade e política, assim como ressalta a faceta ética da questão ambiental. Entretanto, o documento exime-se de detalhar o que seria um nível máximo aceitável de consumo nos países industrializados, e, além disso, mantém o tom diplomático sobre interesses nacionais, o que seria a causa provável de sua grande aceitação. Mesmo assim, o conceito de desenvolvimento sustentável, ao envolver economia, ecologia e política, apontaria na direção certa. Daly (2004) considera que é possível conciliar desenvolvimento com prudência ambiental.

O viés econômico para abordar a questão traz pontos de vista assertivos no estabelecimento de parâmetros materiais universais de sustentabilidade. Por exemplo, em sua análise, Daly (2004) questiona o quanto a economia poderia crescer de forma sustentável. Segundo a Comissão *Brundtland*, a expansão deveria se dar por um fator de 5 a 10. No entanto, Daly questiona mesmo uma expansão de fator 4, a qual já se mostraria impossível, segundo o autor.

A economia e a noção de “desenvolvimento” podem contribuir com a transição para uma economia humana ambientalmente sustentável. Em termos de linguagem, o uso de um conceito plenamente significado no senso comum facilita em determinadas situações. Contudo, a adjetivação da palavra “desenvolvimento” merece toda atenção, por sabermos tratar-se de expressão com diversas interpretações. Quando se fala em combate à pobreza, o tipo de desenvolvimento ocidental traz benefícios inquestionáveis que, no entanto, carecem de adaptações culturais de acordo com o local em que será proposto. Muitas populações tradicionais revelam o sincero desejo por desenvolvimento, o que precisa ser respeitado, para que se evite a postura daqueles que se arrogam o direito de propor projetos quiméricos, impossíveis de serem concretizados.

A questão importante é aquela que a Comissão Brundtland encabeça mas não enfrenta: em que medida nós podemos aliviar a pobreza através do desenvolvimento sem crescimento? Eu suspeito que a resposta será uma quantidade significativa, mas menos do que a metade recomendada. Se a expansão de 5 a 10 vezes for realmente em consideração aos pobres, então terá que consistir de coisas que lhes são necessárias – alimento, vestuário, habitação – não serviços de informação. Bens básicos tem uma dimensão física irredutível, e sua expansão exigiria crescimento ao invés de desenvolvimento, embora desenvolvimento via aumento da eficiência ajudaria. Em outras palavras, a redução no volume de recursos por dólar de PIB observada em algumas nações ricas nos últimos anos não pode ser proclamada como rompendo o vínculo entre expansão econômica e o meio ambiente, como alguns reivindicaram. Desenvolvimento sustentável deve ser desenvolvimento sem

crescimento – mas com o controle da população e a redistribuição da riqueza – se é para ser um ataque sério à pobreza. (DALY, 2004, p. 199-200)

A proposta política de desenvolvimento sustentável assume matizes de redistribuição de riqueza como característica fundamental, podendo ser aplicada sem significar “crescimento”, este sim, inaceitável em termos de prudência ecológica. Em outros termos, nas palavras de Daly (2004), o crescimento deve estancar e, possivelmente, até retroceder nas regiões que cresceram “além da escala ótima”, para desenvolver outros locais até o ponto de alcançarem benefícios universalmente aceitos como imprescindíveis. Assume-se, portanto, o uso da palavra desenvolvimento com suas múltiplas possibilidades, conforme já explicitado acima. Em um meio de comunicação que proponha a discussão da questão ambiental amazônica, o foco reside em engendrar outras maneiras de desenvolvimento e novos tipos de globalização. Leff (2006) analisa com lucidez o uso da expressão, ao diferenciar desenvolvimento sustentável de desenvolvimento sustentado.

A obra desse autor, “Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza” perpassa toda a fundamentação de conteúdo e de estrutura desta tese. Trata-se de um texto que lê o momento atual de “crise ambiental” apontando para o surgimento de uma *racionalidade ambiental*. Nessa obra, posiciona-se politicamente já no título, deixando claro o aspecto da análise de relações sociais como inerente à questão ambiental, nomeando os conflitos da questão socioambiental de forma complexa e abrangente. A questão ambiental é analisada material, histórica e conceitualmente, relacionando as ideias de vários de autores.

Mexicano, professor da Universidade Autônoma do México, o autor ressalta o diálogo de saberes e a educação ambiental. Leff (2006) estabelece relações epistemológicas e ontológicas de uma racionalidade ambiental que se propõe inovadora no campo do conhecimento, fundamental para uma proposta de Ciência Ambiental. Ainda no início de seu trabalho, analisa “a capitalização da natureza e as estratégias fatais do desenvolvimento sustentado” como temas referentes à ordem simbólica. Evidencia que toda narrativa tem sua historicidade e um viés advindo de um contexto. Em nosso contexto científico e moderno, afirma que a natureza não foi apenas fragmentada, mas que o conceito de natureza simplesmente fracassou. “Sem uma ordem ontológica que contenha o ser, sem um cosmo ordenador do mundo, sem uma natureza capaz de oferecer referenciais precisos ao conhecimento, leis traduzíveis em normas de vida e sentidos existenciais, a ordem simbólica foi deslocada, caiu em delírio” (LEFF, 2006, p. 123).

O autor leva o pensamento ambiental à filosofia e vê o “ambiente” configurando-se como um novo saber. Torna-se um desafio trazer este novo saber para dentro do campo

científico, mas acredita-se que seja possível. Leff (2006, p. 127) propõe, então, o diálogo de saberes entre as ciências e o conhecimento não científico, “uma hibridação entre ciências, técnicas e saberes”, o que se coaduna com uma série de novas perspectivas científicas que lançam a noção de incerteza até nas mais sólidas áreas, como a Física.

Impõe-se ao pesquisador da área ambiental, portanto, uma crítica à relação “sujeito-objeto” e à relação “ciência-tradição”, inscrita na noção de meio ambiente como processo complexo e incerto. No longo caminho até a construção da racionalidade ambiental, Leff (2006) dialoga com o conceito de desenvolvimento sustentável, contextualizando-o para estabelecer referenciais no “real”. “Para transcender o objetivismo da racionalidade, é necessário fundar *outra racionalidade produtiva*, em que o valor renasceria dos significados atribuídos à natureza pela cultura, quer dizer, pelos valores-significados das culturas” (LEFF, 2006, p. 68).

O autor afirma ser possível, como premissa da racionalidade ambiental, atribuir ao ser humano a função de “guardião da biodiversidade na ordem econômico-ecológica do desenvolvimento sustentável”.⁷² Estabelece-se a possibilidade de abordar o “desenvolvimento sustentável” de forma diferenciada, desprendida de conceitos que, nitidamente, se perderam no passado de uma humanidade que necessitava ganhar produtividade para se desenvolver. Leff (2006) trabalha com a hipótese de que seja possível passar a um outro patamar de relação com a natureza, com o fim de preservá-la e de garantir a sobrevivência, mas sem abrir mão da racionalidade humana.

Todo o desenvolvimento desta tese gira em torno do pressuposto de *uma outra racionalidade produtiva*, mais sustentável. A dialética torna-se imprescindível na construção dessa racionalidade. Junto com a necessidade de resolver a questão ambiental, tem-se de reaprender a lidar com as incertezas e os processos inacabados, assim como fazem as mulheres e os homens da floresta amazônica.

Motivado pela racionalidade que busca definir, e no afã de praticá-la, Leff (2006) sobrepõe argumentos que se completam, beirando a tautologia, dentro de um processo espiral de criação da racionalidade ambiental. Analisa dialeticamente o mundo contemporâneo, apontando para o surgimento de uma hiper-realidade gerada pelo excesso de objetivação do mundo, pela vontade de nomear e de normatizar as coisas sem ambivalência, até alcançar a verdade absoluta. Essa hiper-realidade, “fora de toda ontologia e de toda epistemologia”; fez da ordem simbólica “um jogo de simulações entre o modelo e o real modelado por desígnios

⁷² Ibidem, p. 68.

de uma razão sem sentido nem referentes”; “lança um olhar sedutor ao sujeito para enredá-lo em sua simples presença”. O autor avalia que, sem referências, o mundo ocidental baseado na racionalidade econômica e científica se vê-se incapaz de resolver uma crise ambiental que se consolida, paulatinamente. As estratégias de poder teriam penetrado na linguagem e levariam, por sua vez, a uma saturação e esgotamento das “fontes de significação do real”.⁷³

A crise ambiental e a ‘catástrofe’ de nossos mundos de vida não foram provocadas pela proliferação de significados desencadeados depois de Babel, e sim pela saturação do sentido e dos sentidos provocados pelo conceito que procura aprisionar e fixar a realidade. A verdadeira fatalidade da hiper-realidade do mundo não é a do excedente de significante que está radicado no poder de significação e sentido da palavra, da linguagem, dos sonhos e da poesia. As estratégias fatais são a resposta de um Mundo Objeto que transbordou o sujeito do conhecimento. Sua sedução é produzida em sua retirada da significação e em sua queda em um vazio de sentido. Não é o nada do qual emerge o pensamento; não é a relação de outridade e o infinito inefáveis que mobilizam a palavra. É esse todo – ao qual aspira o projeto epistemológico –, mais que qualquer coisa, o que congelou o mundo em uma transparência glacial que já não é tocada pelo calor da palavra e o silêncio do olhar. É a negação da ordem simbólica pelo domínio da pura objetividade, pela pretensão de uma objetividade verdadeira, casta e pura, universal e total. A entropização do mundo é efeito da objetivação descarrilhada por uma racionalidade repulsiva a toda razão, a todo conhecimento. Trata-se do desencadeamento de efeitos além de qualquer causa determinável, ali onde a multicausalidade, a articulação de ciências e o diálogo de saberes não alcançam compreender, apreender e controlar a erosão do sistema-mundo-objeto. (LEFF, 2006, p. 126)

O sistema atual está fadado ao colapso, caso continue a proliferar a racionalidade que “irracionalmente” repudia o conhecimento, impedindo o aprendizado do desenvolvimento sustentável. “O mundo objetivado e coisificado pela racionalidade científica e econômica desencadeia uma reação que não pode ser controlada por uma gestão racional do risco e aniquila, de antemão, toda utopia como construção social de um futuro sustentável”.⁷⁴ Leff (2006) concorda com Baudrillard, quando diz que a racionalidade econômica, emblema maior da globalização hegemônica, é “hipertélica, no sentido de que não tem outro objetivo além do crescimento sem consideração pelos limites” (BAUDRILLARD⁷⁵, 1983 apud LEFF, 2006, p. 130). A partir disso, conclui-se pelo simulacro de vida na atualidade, dominado pelo objeto-mundo em que a hiper-realidade seduz simplesmente pela intervenção do simbólico no real, o que leva a desnaturalizar a natureza, convertendo-a em ficção. A retomada da natureza como parte da humanidade se torna uma demanda para a resolução da questão ambiental.

⁷³ LEFF, 2006, p. 124 et seq.

⁷⁴ Ibidem, p. 127

⁷⁵ BAUDRILLARD, J. **Les stratégies fatales**. Paris: Grasset, 1983.

As estratégias fatais do objeto em si se expressam no discurso do *desenvolvimento sustentado*, em cujos enunciados se transluzem as estratégias de poder que o mundo objetivado exerce, a impossibilidade de abrir seus objetos de conhecimento e reorientar suas tendências, seus falsos fundamentos ideológicos para frear a corrida em direção à morte entrópica do planeta.

Para Baudrillard, a estratégia fatal por excelência é a teoria. O sujeito do conhecimento orientado para um objeto – uma hiper-realidade – aparece como o mais elusivo dos entes, pois a ‘estratégia’ do objeto excede qualquer forma de conhecimento. A transgênese não é gerada por um gene maléfico, mas sim pelo efeito da invasão tecnológica na vida e na economização do mundo. A catástrofe da hiper-realidade se produz na abstração do evento puro, que absorve seu próprio significado, que faz com que a origem das coisas coincida com seu fim, onde a origem e o destino são ininteligíveis e estão fora do jogo humano do poder.⁷⁶

Entende-se que a expressão “desenvolvimento sustentável” abrange tantos sentidos, que se faz necessária uma hermenêutica especial: em si, o termo não distingue as diferentes políticas e ações sociais alternativas que mobiliza. Para evitar interpretações equivocadas sobre os sentidos atribuídos, explicita-se a diferenciação a seguir, conforme a visão aceita neste trabalho. Aqui, “desenvolvimento sustentado” refere-se “ao discurso e às políticas que inscrevem a sustentabilidade dentro da racionalidade econômica dominante, nas perspectivas da economia ambiental e das políticas neoliberais”, enquanto “desenvolvimento sustentável” designa “as teorias, políticas e ações que colocam a sustentabilidade dentro das condições ecológicas e culturais de um processo de reconstrução social que se distingue do cerco da racionalidade econômica, e que se orienta para a construção de uma racionalidade ambiental”.⁷⁷

Tornou-se um dos pilares deste trabalho a concordância com Leff (2006) em relação ao fato de que se vive uma crise ambiental que pode ser superada pela construção de uma racionalidade ambiental estruturada além do discurso científico. Conceito inacabado, o desenvolvimento sustentável é visto como uma etapa do processo de construção dessa racionalidade ambiental.

A racionalidade ambiental procura discernir os efeitos do pensamento metafísico e científico na hipereconomização do mundo e os impactos e consequências da entropização do planeta na pobreza, na iniquidade e na degradação socioambiental. Na diluição do real que preconiza o pensamento da pós-modernidade, o discurso volta seu olhar para a entropia como a lei-limite da natureza (o Real) diante do desvario e das estratégias fatais do discurso do desenvolvimento sustentado que postula o crescimento sem limites. Se a compreensão racional do mundo gerou a complexização do ser e da morte entrópica do planeta, toda proposta de uma gestão racional – científica – do ambiente estaria fundada numa falácia e condenada ao fracasso. [...] A racionalidade ambiental acolhe a ordem simbólica, o enigma do ser e a vida.⁷⁸

⁷⁶ LEFF, 2006, p. 131 (grifo nosso)

⁷⁷ LEFF, 2006, p. 165.

⁷⁸ Ibidem, p. 133.

O autor desbanca a crença de que se possa achar a saída para a crise ambiental no âmbito das atuais disciplinas e áreas científicas. A racionalidade científica e suas fontes ontológicas e epistemológicas estão na raiz da crise ambiental, o que elimina a possibilidade de resolver tal crise com as antigas ferramentas.

A volta ao ser e a transição a um futuro sustentável estão tensionadas por uma diferença real: o hiperconsumo, que, regido pela lei da demanda através da manipulação do desejo, continua remetendo ao imperativo da lucratividade e da necessidade da produção, da exploração do trabalho, da espoliação da natureza, da contaminação do ambiente; de uma pobreza que não consegue esconder seu rosto. (LEFF, 2006, p. 133)

O alongar-se na exposição e nas citações de tal autor, justifica-se na rara e indispensável ousadia de tais proposições, que oferecem uma releitura da natureza e das relações da sociedade com a natureza. São críticas a partir de um sistema presente em todos os campos do conhecimento, ditado pela racionalidade moderna, modelo aceito como hegemônico em todos os quadrantes. Serão décadas até que os questionamentos da racionalidade hegemônica cheguem aos projetos de governo, por exemplo, os quais ainda remam para promover e amplificar a globalização, com foco no crescimento econômico.

Torna-se possível crer em uma transição para a racionalidade ambiental, contanto que esta se dê a partir do *real*. O aspecto do diálogo entre culturas se coloca como preponderante.

A produção e a economia devem ser redimensionadas dentro de uma nova racionalidade. Para isso, será necessário repensar os conceitos marxistas de relações sociais de produção e desenvolvimento de forças produtivas a partir dos potenciais da natureza e dos sentidos da cultura. Isso implica deslocar a teoria econômica fundada na produtividade do capital, no trabalho e na tecnologia, até um novo paradigma baseado na produtividade ecológica e cultural, em uma produtividade sistêmica que integre o domínio da natureza e o universo de sujeitos culturais dentro das perspectivas abertas pela complexidade ambiental. [...] A racionalidade ambiental leva a repensar a produção a partir das potencialidades ecológicas da natureza e das significações e sentidos atribuídos à natureza pela cultura, além dos princípios da ‘qualidade total’ e da ‘tecnologia limpa’ da nova ecoindústria, assim como da qualidade de vida derivada da ‘soberania do consumidor’. A racionalidade ambiental que daí emerge se distancia de uma concepção conservadora e produtivista da natureza para converter-se em uma estratégia para a reapropriação social da natureza, baseada na valorização cultural, econômica e tecnológica dos bens e serviços ambientais da natureza. A racionalidade ambiental desemboca em uma política do ser, da diversidade e da diferença que reformula o valor da natureza e o sentido da produção. (LEFF, 2006, p. 68-9)

Como parte do diálogo entre saberes, o estudo da questão ambiental abrange a leitura de documentos dos órgãos internacionais. São as referências existentes em escala mundial, iniciativas importantes, enviesadas politicamente pela racionalidade científica das grandes

nações desenvolvidas. Mesmo assim, ainda é preciso ressaltar o mérito de uma instituição como a Organização das Nações Unidas (ONU), capaz de arrebatar esforços de pesquisadores sérios ao redor do mundo e criar documentos e eventos que passam a constituir referências, recebendo críticas que facilitam o planejamento de outras ações políticas. A Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), assinada em 1992, por exemplo, define “o termo ‘mudanças climáticas’ como mudanças do clima atribuídas à ação humana, que alterem a composição da atmosfera”.⁷⁹ Tal convenção colabora para as publicações dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC/ONU), órgão cada vez mais prestigiado como parâmetro para a temática ambiental global, prestígio reforçado pelas conclusões de seu último relatório.

As mudanças climáticas antropogênicas estão associadas às atividades humanas com o aumento da poluição, de queimadas, com o desmatamento, a formação de ilhas de calor etc. A partir do final do século XIX e no século XX há aumento significativo da produção industrial e da quantidade de poluentes na atmosfera, sobretudo nos últimos 70 anos, e da quantidade dos chamados gases estufa na atmosfera, tais como o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄) e os óxidos de nitrogênio (NO_x) e, portanto, a intensificação do efeito estufa. Com isso, há também um crescente aumento da temperatura média, o chamado aquecimento global. A década de 1990 foi a mais quente do milênio, e o ano de 2005 foi o mais quente já registrado por métodos diretos de medida. As projeções do IPCC em 2007 indicam para o final deste século aumento da temperatura média global entre 1,8 e 4,0 graus Celsius e aumento do nível médio do mar entre 0,18m e 0,59m, o que pode afetar significativamente as atividades humanas e os ecossistemas terrestres.

O segundo e terceiro relatórios de mudanças climáticas do IPCC (1996, 2001), demonstraram que o aquecimento global tem alta probabilidade de ser causado pelas emissões antrópicas de gases de efeito estufa. Já o quarto relatório (2007) aponta para a influência do homem como o responsável pelo aquecimento global. O gradual aquecimento provoca maior dinâmica atmosférica, acelerando os ciclos hidrológico e de energia na atmosfera, que consequentemente podem afetar a frequência e a intensidade de eventos climáticos extremos. Tanto as mudanças médias do clima quanto o possível aumento da frequência dos extremos poderiam ampliar a instabilidade dos ecossistemas e acelerar as taxas naturais de extinção de espécies.⁸⁰

Se um órgão vinculado à ONU responsabiliza a atividade econômica humana pelo aquecimento global, é hora de se preocupar. Faz-se mister lembrar que o Relatório *Meadows* advertia, em 1972, que haveria um colapso em cem anos, dos quais já se foram quarenta. Enquanto o consenso não ocorre, a contundência de alguns números evidencia a necessidade de caracterizar-se o atual contexto como “crise ambiental”.

⁷⁹ SENRA, J.B. Água e mudanças climáticas. In: TASSARA, E.T.O. (coord); RUTKOWSKI, E.W. (org). **Mudanças climáticas e mudanças socioambientais globais: reflexões sobre alternativas de futuro**. Brasília: UNESCO, IBECC, 2008, p. 33.

⁸⁰ NOBRE, C.A.; OLIVEIRA, G.S. Mudanças climáticas. In: TASSARA, E.T.O. (coord); RUTKOWSKI, E.W. (org). **Mudanças climáticas e mudanças socioambientais globais**. Brasília: UNESCO, IBECC, 2008, p. 15.

Em 650 mil anos, a quantidade de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera variou entre 180 e 280 partes por milhão por volume (ppmv); nos últimos cem anos a quantidade desse gás na atmosfera foi a 379 ppmv, havendo previsões de que os 400 ppmv se tornem média mundial. Importante lembrar que cerca de 80% do aquecimento global atual é devido ao CO₂. Graças ao aumento da concentração deste e de outros gases, o aquecimento deve continuar e, ressalte-se, são gases que, uma vez na atmosfera, levam décadas para desaparecer espontaneamente. Os cenários projetados pelo relatório do IPCC para este século indicam que a temperatura média do planeta subirá no mínimo mais 1,8 graus Celsius e no máximo cerca de 4,0 graus Celsius, com a melhor estimativa de um aumento em torno de 3 graus. Se a tendência de crescimento das emissões de gases de efeito estufa se mantiver, modelos climáticos indicam que algumas regiões do globo podem ter aquecimento de até 8 graus Celsius.⁸¹

Cientista brasileiro participante do IPCC/ONU, o físico Paulo Artaxo afirma que o aquecimento global “não é o fim do mundo”, mas ressalta que “esse modelo de desenvolvimento que o mundo vem adotando não é sustentável nem em curto prazo”.⁸² O pesquisador ressalta que o aumento da concentração de gases de efeito estufa, principalmente o CO₂, leva a Terra a reter mais radiação solar, provocando o aquecimento.

O clima do planeta é dominado por processos naturais e por processos associados à ação do homem. Entre os processos naturais relevantes estão alterações no brilho do sol, emissões de aerossóis vulcânicos e uma série de processos que alteram a biosfera do planeta. O que aconteceu é que, até 150 anos atrás, esses processos dominavam o balanço de radiação atmosférica. Nos últimos 150 anos, devagarinho a ação do homem começou a tomar conta não só da superfície do planeta, mas também da composição da atmosfera. Particularmente nos últimos 30 anos, isso fez com que a concentração dos gases de efeito estufa aumentasse de 280 partes por milhão para 375 partes por milhão, e a concentração de metano dobrasse, o que está causando o aquecimento global. Hoje não há a menor dúvida, dentro de 95% de confiabilidade, de que a causa do aquecimento global dos últimos 150 anos é a ação do homem. (ARTAXO, 2008, p. 12)

Com um aumento médio da temperatura do planeta estimado entre 2 e 4 graus Celsius, o físico adianta que haverá impactos sobre o funcionamento dos ecossistemas, sobre a saúde humana e sobre a agricultura, devido à provável alteração no regime de chuvas:

⁸¹ NOBRE; OLIVEIRA, 2008, passim.

⁸² ARTAXO, P. O aquecimento global não é o fim. Publicado originalmente na Revista Caros Amigos, edição especial “Aquecimento Global”, set. 2007. Entrevista concedida a Verena Glass. In: TASSARA, E.T.O. (coord); RUTKOWSKI, E.W. (org). **Mudanças climáticas e mudanças socioambientais globais: reflexões sobre alternativas de futuro**. Brasília: UNESCO, IBECC, 2008, p. 11.

Os outros efeitos são o aumento do nível do mar, previsto para subir 40 centímetros ao longo deste século, o que pode trazer problemas graves em muitas áreas costeiras. Haverá também a destruição de alguns ecossistemas, principalmente o Ártico – a previsão é que, em 2050, não haverá mais gelo no Ártico durante o período do verão – e o ecossistema amazônico, que é extremamente sensível às alterações climáticas. Parte da Amazônia pode se tornar uma vegetação do tipo Cerrado, característica do Brasil Central. (ARTAXO, p. 13)

Os indícios observados nas relações sociais confirmam-se nos dados objetivos sobre a influência humana em eventos climáticos que começam a pôr em risco a vida no planeta, sistematicamente, configurando uma crise ambiental. O fator “crise” deve-se à confusão sobre que estratégias utilizar para o debate e à incerteza sobre tais dados. Não se sabe exatamente quais serão as consequências, mas cada vez mais evidências apontam que elas virão. Igualmente, é incerto qual o prazo de segurança para implantar medidas de conservação ambiental, orquestradas em todo o mundo. A possibilidade de efeitos catastróficos, combinada à certeza de que pouquíssimo entendimento ocorre entre as nações, causa grande sensação de insegurança.

Teme-se, enfim, pela irreversibilidade do processo. Vale a pena o risco de apostar que os efeitos catastróficos não virão, em nome de um crescimento da economia que é revertido em riqueza para poucos? O risco é a perda do único ambiente conhecido que permite a sobrevivência humana. Vale a pena, em nome do consumismo e da expansão capitalista? Essa pergunta sintética deve ser alardeada, para que os cidadãos de todo o mundo decidam, democraticamente. Enquanto isso, continua a ser dinamizado e acelerado o “desenvolvimento insustentável”, aumentando a crise ambiental e a incerteza sobre os destinos da vida humana. Para uma definição objetiva de crise ambiental, conclui-se que:

[...] a percepção mundializada dessa problemática em sua complexa abrangência, associada às ameaças de destruição da natureza e às tensões produzidas por essas ameaças sobre as diversas formas de vida social e natural, apresenta-se sob a nomenclatura de *crise ambiental* – que, embora se originando de conflitos racionais advindos da aplicação de referências de realidade baseadas em teorias científicas da natureza, propaga-se mobilizando provocações de cunho ético e humanístico. Pode-se afirmar que se trata de uma crise da razão, estancada diante da não-explicação da natureza social da natureza, bem como das implicações desse estancamento sobre o conhecimento e sobre suas relações com a sociedade e o futuro.⁸³

A análise de Tassara e Rutkowski condiz com a leitura de Leff (2006), pois faz o diagnóstico de uma crise que supera os números sobre aquecimento global, geração de

⁸³ RUTKOWSKI, E.W.; TASSARA, E.T.O. Apresentação. In: _____. **Mudanças climáticas e mudanças socioambientais globais: reflexões sobre alternativas de futuro**. Brasília: UNESCO, IBECC, 2008, p. 7. (grifo nosso)

detritos, contaminação e destruição de solos etc. A crise não se manifesta como um grande colapso ou como a causa de muitos fenômenos meteorológicos. Ninguém pode afirmar se determinado furacão, tufão, enchentes ou erupções vulcânicas são consequências do aquecimento global, o que aumenta a pressão para que tudo continue como está, naturalizando a racionalidade econômica e o sistema capitalista como as únicas opções possíveis.

Compartilha-se da opinião de que se vive, no mundo contemporâneo, uma crise ambiental. Crise que, por si, já justifica a delimitação da questão ambiental como assunto autônomo, passível de alimentar discussões em nome da busca por soluções para uma situação indesejada, incômoda, insustentável.

Para que se supere um problema dessa magnitude, sua gravidade e urgência devem levar o assunto a todos os âmbitos: a todas as disciplinas, rodas de conversa, grupos sociais, mídia, círculos de poder. Observam-se, de um lado, evidências científicas mensuráveis, sobre um processo que coloca a vida de todos em risco. De outro, o discurso ambiental difuso, filosófico.

Tassara (2008) aponta a crise ambiental como “uma crise política da razão frente ao não entendimento da natureza social da natureza”.⁸⁴ Os setores que lucram com os processos geradores da crise ambiental jamais tentarão entender o que significa a natureza social da natureza; simplesmente não tentarão fazê-lo, por questões ideológicas. Falta plausibilidade à solução que acredita na conscientização ambiental espontânea daqueles que se apropriam de recursos naturais baratos em todo o mundo.

Possui posição central na discussão a questão do crescimento econômico. Viu-se que, para que se diminua a demanda por recursos naturais, é necessário parar de crescer. Suponha-se que o crescimento zero virasse consenso, em nome da sobrevivência das futuras gerações. Seria impositivo haver uma política de distribuição da riqueza já adquirida, para que não se perpetuassem as desigualdades entre as nações. A ausência de crescimento estaria, assim, relacionada à redistribuição. Esta é uma das questões que impedem o consenso entre as nações em nível mundial.

As aparentes soluções para a crise ambiental vão caindo devido ao uso da mesma racionalidade científica e econômica para resolvê-las. As políticas do desenvolvimento sustentável foram legitimadas e institucionalizadas na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), ocorrida em 1992, na cidade do Rio de Janeiro,

⁸⁴ TASSARA, E.T.O. O pensamento contemporâneo e o enfrentamento da crise ambiental. **Pensar o Ambiente:** bases filosóficas para a Educação Ambiental. Orgs: CARVALHO, I.M.; GRÜN, M.; TRAJBER, R. Brasília: Min. da Educação, UNESCO, p. 219-232, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154579POR.pdf> Acesso em: 01 mai. 2009, p. 228.

como uma esperança para a crise, na tentativa de dissolver as contradições entre meio ambiente e desenvolvimento. No entanto,

Nesse processo, o discurso do desenvolvimento sustentado/sustentável foi difundido e vulgarizado até se tornar parte do discurso oficial e da linguagem comum. No entanto, além do mimetismo retórico gerado, não se logrou engendrar um sentido conceitual e praxeológico capaz de unificar as vias de transição para a sustentabilidade. As contradições não apenas se fazem manifestas na falta de rigor do discurso, mas também em sua colocação em prática, quando surgem os dissensos em torno do discurso do desenvolvimento sustentado/sustentável e os diferentes sentidos que este conceito adota em relação aos interesses contrapostos pela apropriação da natureza. (LEFF, 2006, p. 138)

Entende-se que a proposta de capitalização da natureza não pode passar como solução, visto que se constitui dos mesmos vícios que criaram a crise ambiental. São propostas de atribuição de valor econômico aos recursos ambientais para gerar fontes de capital em novos negócios nos países biodiversos. Eventualmente, podem mitigar os malefícios de outras atividades econômicas, mas rotulá-los como solução de longo prazo seria um erro.

A degradação do ambiente faz-se nítida em todas as cidades e regiões: o encarecimento da água, dos alimentos, da terra, o aumento da densidade populacional em todas as latitudes, o empobrecimento dos solos, o assoreamento e a poluição de rios, as queimadas, a poluição do mar e a extinção de espécies. Ou seja, o aquecimento global provocado pelo efeito estufa constitui apenas uma parte da crise ambiental, a única incontestável e mensurável, até o momento. Priorizá-la não vai atenuar o efeito de todas as outras, pois as causas principais continuam: o não entendimento do caráter complexo da natureza e de seus processos; a noção de que o ambiente está aí para ser dominado, segundo as diretrizes de uma racionalidade puramente econômica. Para os países formados a partir de colônias europeias, como o Brasil, a mercantilização da natureza é um equívoco político que eterniza o contexto colonial nas relações econômicas:

O capital, em sua fase ecológica, está passando das formas tradicionais de apropriação primitiva, selvagem e violenta dos recursos das comunidades [...], dos mecanismos econômicos de intercâmbio desigual entre matérias-primas dos países subdesenvolvidos e produtos tecnológicos do Primeiro Mundo [...], a uma estratégia discursiva que legitima a apropriação dos recursos naturais e ambientais que não são diretamente internalizados pelo sistema econômico. Através dessa operação simbólica, a biodiversidade é definida como patrimônio comum da humanidade, as comunidades do Terceiro Mundo como um capital humano e seus saberes como recursos patenteáveis por um regime de direitos de propriedade intelectual. O discurso da globalização aparece assim como um olhar guloso mais do que como uma visão holística; em lugar de aglutinar e dar integridade à natureza e à cultura, fragmenta-as como partes constitutivas do desenvolvimento sustentado para globalizar racionalmente o planeta e o mundo sob o princípio unitário do mercado.

[...] Dessa forma, prepara as condições ideológicas para a capitalização da natureza e a redução do ambiente à razão econômica. (LEFF, 2006, p. 142-3)

O desenvolvimento sustentado quer conciliar o inconciliável: crescimento econômico infinito com um meio ambiente finito. Em uma conjuntura em que o real se confunde com o simbólico, tal discurso convence, escancarando a capacidade da política e da linguagem como instrumentos de dominação (“ideologia”). Biodiversidade, pessoas, comunidades, cosmologias e aprendizados são reduzidos a objetos. Concomitantemente, aproveitam-se os recursos biodiversos e genéticos em empresas farmacêuticas e de alimentos. Assim, as verdadeiras causas da crise ambiental permanecem inquestionáveis, continuando a alimentar a entropia do planeta. Ao mesmo tempo em que conduz um processo de radical desordenamento ecológico do planeta, a racionalidade econômica capitalista garante influência nas decisões que deveriam ser guiadas somente pela minimização da demanda por recursos naturais e energéticos. Nesse ponto, Leff refere-se explicitamente ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL):

Este ‘mecanismo’ é baseado em enganosas certezas científicas sobre a capacidade de absorção (captura, sequestro) de carbono por parte das atividades agrícolas e das reservas de biodiversidade, sobre a funcionalidade das taxas de desconto de uma economia especulativa e a eficácia do mercado para converter as terras em novos ‘latifúndios genéticos’ para fins do desenvolvimento sustentado. As políticas de desenvolvimento sustentado se fundam em um suposto controle do processo de longo prazo através do automatismo do mercado, ignorando as incertezas que regem os processos econômicos e ambientais, a ineficiência das políticas públicas e os interesses encontrados a respeito das estratégias de apropriação da natureza. A candura teórica e o interesse político se unem à fascinação pelas fórmulas científicas, à sofisticação das matemáticas e à fé no mercado, sem que as premissas sobre as quais esses modelos de regressão múltipla em direção ao não-saber são construídos tenham rigor conceitual. (LEFF, 2006, p. 149)

Não somente o capitalismo e sua demanda por crescimento econômico, mas também o discurso do desenvolvimento sustentado, tornam-se obstáculos para que sejam examinados os reais motivos da crise ambiental. Assim, a necessidade de posicionamento político de cientistas e governos ganha importância no contexto de evitar que ganhos privados acabem com a ordem ambiental necessária a todos. Uma das questões subjacentes à crise ambiental é a igualdade no direito à vida, independentemente da classe socioeconômica. Desta forma, a cultura de alguns povos não pode lesar o direito de outros povos. Entretanto, no contexto da crise ambiental, em que a finitude do planeta ganha evidência, alguns dados sobre os níveis de consumo de algumas nações são inquietantes. Gonçalves (2011) aponta que, segundo o informe do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA) de 2002,

[...] uma cidade média da América do Norte com uma população de 650 mil habitantes requer 30.000 km² de terra, superfície aproximada da ilha de Vancouver, Canadá, para satisfazer suas necessidades internas sem considerar as demandas ambientais da indústria. Em contraste, uma cidade da Índia com um tamanho similar requer somente 2.900 km². (GEO 3⁸⁵, 2002, apud GONÇALVES, 2011, p. 84)

Ou seja, a *pegada ecológica*⁸⁶ de um norte-americano típico é 10 vezes a de um indiano. Destrinchando os números, o autor informa que, no mundo, a pegada ecológica média fica em torno dos 2,85 hectares per capita.

Vejamos esses dados, por região: na África, a pegada ecológica é de 1,5 hectare, muito abaixo da média mundial (2,85 hectares); na Ásia e no Pacífico, a pegada ecológica nem sequer alcança 1,8 hectare; na América Latina e no Caribe, no Oriente Médio e na Ásia Central ela gira em torno da média mundial; na Europa Central e Oriental, a pegada ecológica se aproxima de 5 hectares, 75% acima da média mundial; na Europa Ocidental, chega a 6 hectares, ou seja, 110% maior que a média mundial e, nos EUA, corresponde a 12 hectares *per capita*, isto é, 425% a média mundial! Isso significa que um americano médio equivale, em termos de impacto sobre o planeta, a cerca de dez africanos ou asiáticos! (GONÇALVES, 2011, p. 84, grifo do autor)

As nações que mais demandam recursos naturais são exatamente os centros da racionalidade econômica, de onde se exerce o poder colonial que gera entropia em todo o planeta ao explorar recursos naturais baratos dos países periféricos. A sensação de que todos correm risco para o benefício de poucos aponta para uma das saídas possíveis: que essa minoria consuma menos. Em outras palavras, se há um problema material e mensurável relativo à limitação dos recursos naturais disponíveis, os países com menor pegada ecológica têm o direito legítimo de questionar a ordem estabelecida, ou, no mínimo, batalhar para que cesse a expansão capitalista nos moldes coloniais, estabilizando a demanda por recursos naturais. Mas isso seria pedir que o capitalismo deixasse de ser capitalista. Gonçalves (2011) vislumbra neste ponto uma questão central para o desafio ambiental:

[...] trata-se de um risco para todo o planeta e para toda a humanidade na exata medida em que tenta *submeter o planeta e a humanidade a uma mesma lógica*, sobretudo de caráter mercantil, que traz em si mesma o caráter desigual por estar atravessada pela *colonialidade do poder*.

Quando se sabe que 20% dos habitantes mais ricos do planeta consomem cerca de 80% da matéria-prima e energia produzidas anualmente, vemo-nos diante de um modelo-limite. Afinal, seriam necessários cinco planetas para oferecermos a todos os habitantes da Terra o atual estilo de vida que, vivido pelos ricos dos países ricos e pelos ricos dos países pobres, em boa parte é pretendido por aqueles que não

⁸⁵ GEO 3. **Perspectivas do Meio Ambiente Mundial**. [S.l]: PNUMA, Mundi-Prensa, 2002.

⁸⁶ Por definição, *pegada ecológica* “é a área de ecossistema necessária para assegurar a sobrevivência de uma determinada população ou sistema. [...] Resumidamente, este método consiste em definir a área necessária para manter uma determinada população ou sistema econômico indefinidamente, fornecendo: (a) energia e recursos naturais e (b) capacidade de absorver os resíduos ou detritos do sistema”. (VAN BELLEN, 2004, p. 69)

partilham esse estilo de vida. Vemos, assim, que não é a população pobre que está colocando o planeta e a humanidade em risco, como insinua o discurso malthusiano. (GONÇALVES, 2011, p. 31, grifos do autor)

A democratização das discussões sobre a questão ambiental precisa alcançar desde o mundo da ciência, na crítica ao discurso do crescimento sustentável, por exemplo, até a participação do cidadão no questionamento dos oligopólios de meios de comunicação. A imposição representada pela globalização capitalista é, hoje, a principal forma de manipulação e de expansão do sistema que gera a crise ambiental. Assim, tarda a hora de se debater o avanço do “progresso” em regiões como a Amazônia brasileira, onde o capital avança com pouca regulamentação.

Os argumentos de Leff (2006) e Gonçalves (2011) demonstram com grande sagacidade a situação de crise ambiental em que se encontra o planeta, com conclusões de forte teor político, embasadas na análise histórica. Para a resolução da crise ambiental, a tarefa mede-se em bilhões: entre 9 e 10 bilhões de pessoas devem ocupar a Terra em menos de quarenta anos. O esforço para uma adaptação às contingências ambientais será enorme; muita coisa deve mudar. Tornam-se imprescindíveis projetos de transição, passíveis de serem aplicados imediatamente, dialogando com os tempos atuais. O pragmatismo obriga a reconhecer a impossibilidade de esperar que tudo mude antes de começar a agir.

Várias ações podem ser conduzidas para minimizar os danos ambientais, a começar por identificar como a crise ambiental se manifesta localmente e quais estratégias adotar, de acordo com os contextos ambiental, histórico e político de cada região. Pensadores como Ignacy Sachs (2006) expõem e apresentam alternativas práticas que evitem o aprofundamento da crise. Com razão, Sachs vê com incredulidade, por exemplo, a possibilidade concreta de se implantar o crescimento econômico zero, o qual só poderia ser obtido após uma “transição social para o estado estacionário”.⁸⁷ Seria moralmente inaceitável propor uma estagnação econômica enquanto milhões de pessoas vivem em condições subumanas, carecendo de necessidades básicas.

É totalmente impraticável propor uma estratégia significativa de erradicação da pobreza no contexto do não-crescimento: os aspectos qualitativos do desenvolvimento são de fato muito importantes, mas não constituem um substituto para a satisfação material de algumas necessidades humanas básicas. Mesmo ao postular uma civilização do ser, não devemos nos esquecer que ela requer, como pré-requisito, uma divisão equitativa do ter. (SACHS, 2006, p. 295)

⁸⁷ SACHS, I. Sustentabilidade social e desenvolvimento integral. In: VIEIRA, P. F. (org). **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 295, et seq.

Assim, a proposta de Sachs prevê uma primeira fase de crescimento econômico comedido, com foco na supressão da pobreza e das desigualdades sociais no interior das nações e entre elas. “Para tanto, seria preciso explorar, tanto quanto possível, as oportunidades *triplamente ganhadoras*, para um crescimento socialmente equitativo, ambientalmente prudente e economicamente viável” (SACHS, 2006, p. 295). Sachs também faz uma ressalva em relação ao “economicamente viável”, apontando que a viabilidade econômica deve ser verificada em nível macrossocial, e não apenas em nível microempresarial, em que somente o lucro é levado a sério. Após tal fase, o crescimento material da economia passaria a ser desacelerado, no rumo da “sustentabilidade integral”.

O autor observa que um desenvolvimento genuinamente sustentável e sadio precisa satisfazer todas as dimensões pertinentes ao “desenvolvimento integral”. Desta forma, aponta critérios a serem levados em conta simultaneamente, como: “sustentabilidade social”; “sustentabilidade ecológica”; “sustentabilidade econômica” (progresso socialmente equitativo, quantitativa e qualitativamente); “sustentabilidade política” (governança nos níveis nacional e internacional):

Em nossa lista, a sustentabilidade social vem em primeiro lugar, pois ela se sobrepõe à própria finalidade de desenvolvimento. A sustentabilidade econômica e política são, ao contrário, de natureza instrumental, enquanto a ecológica ocupa uma posição intermediária, pois faz parte de ambos os domínios (finalidade e instrumentalidade). (SACHS, 2006, p. 297)

De nada adiantaria a sustentabilidade ecológica ideal, sem uma sustentabilidade social com justo grau de homogeneidade, uma distribuição equitativa de renda, pleno emprego ou auto-emprego e acesso equitativo aos recursos e aos serviços sociais.⁸⁸ O conceito de “desenvolvimento” usado pelo autor é bastante aberto, complexo, pressupondo um “jogo com a natureza, e não contra ela”⁸⁹, levando em conta que se trata de um conceito [desenvolvimento] variável conforme a sociedade e o momento histórico.

A proposta de autoemprego é prevista para a agricultura familiar. E a industrialização sem degradação das condições de vida do mundo rural também surge como uma sugestão para países que ainda dispõem de extensas reservas de terra cultivável. Na tentativa de criar alternativas para a urbanização, surge o desenvolvimento rural “menos intensivo, em termos de capital”. Seus fundamentos estão na modernização das unidades de produção familiar, no

⁸⁸ Ibidem, p. 298.

⁸⁹ Ibidem, p. 290.

assentamento de camponeses por meio de reforma agrária e nos projetos de bioenergia, de industrialização descentralizada e de produção de serviços para a população rural.

Concorda-se que “sustentabilidade social e ambiental condicionam-se mutuamente”, pois o “colapso social [...] tem consequências ambientais devastadoras, assim como a degradação ambiental torna-se um custo social”.⁹⁰ Nessa argumentação, evidencia-se a postura pragmática e realista de Sachs, consciente de que propõe alternativas que contradizem os “ecologistas radicais”, embora priorize as pessoas, objetivo que condiz com este trabalho. Trata-se de mitigar danos.

A partir de uma análise materialista histórica do mundo contemporâneo, é preciso admitir que a racionalidade ambiental, se um dia for realmente praticada, será em uma conjuntura posterior à atual. Assim, os primeiros passos em direção a essa realidade fazem-se tímidos. As ideias de Sachs fazem sentido na garimpagem de pequenas soluções que, caso fossem aplicadas em larga escala, dariam um salto satisfatório na resolução dos problemas ambientais. Em artigo mais recente, Sachs (2012) insiste na preocupação objetiva com a transição, a partir das estratégias possíveis atualmente.

Mais do que nunca, é hora de aprendermos a caminhar com as duas pernas e combinar *justiça social e prudência ambiental*.

Na verdade, há três dimensões fundamentais de justiça envolvidas aqui: justiça nacional e entre nações, justiça entre a geração presente e as gerações futuras, e justiça entre os seres humanos e outras espécies vivas. Uma coisa é certa: ‘a justiça distributiva não deve ser vista como um mero instrumento, pois está no cerne do desenvolvimento sustentável’ (Okereke, 2011)⁹¹. Questões de justiça ambiental afetam profundamente o modo como criamos e nos apropriamos de riqueza. A ideia de cidadania planetária/ambiental global implica dar oportunidades justas a todos os habitantes/tripulantes atuais e futuros da espaçonave Terra.⁹²

Volta-se ao ponto da apropriação da natureza, uma apropriação que deve ser repensada socialmente, com outros objetivos e com outras significações, geradoras de outros modos de produção e, conseqüentemente, de outras relações sociais. No contexto latino-americano amazônico, ainda claramente orientado pelas condicionalidades históricas da colonização, essa releitura faz-se necessária como condição para manter-se a floresta, inspiradora de culturas e de conhecimentos sustentáveis, além do diferencial geopolítico. Com base nessas evidências, segue-se uma definição de “questão ambiental”, segundo a proposta deste

⁹⁰ SACHS, 2006, p. 290 et seq.

⁹¹ OKEREKE, C. **Justice Must Be Reinstated at the Centre in the Quest for New Green Global Economy**, Outreach. Disponível em: <<http://www.stakeholderforum.org>>. Acesso em: 16 dez. 2011.

⁹² SACHS, I. De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo [online], 2012, vol. 26, n. 74, p. 8, grifos do autor.

trabalho, de acordo com os argumentos citados, para orientar, na próxima seção, uma “questão ambiental amazônica” (QAA).

Questão ambiental: discussão de interesse universal decorrente do risco de mudanças climáticas e da crise ambiental gerada pela degradação da natureza. Sendo o ambiente imprescindível a todas as sociedades e colocando-se a crise ambiental como um risco à sobrevivência humana. Assim, a questão ambiental: (a) constitui tema transversal a todas as áreas; (b) traz em si a proposta de mudança por meio da construção de uma racionalidade ambiental apta a enfrentar a crise ambiental; (c) vê a justiça social como condição para a sustentabilidade; (d) pesquisa formas de desenvolvimento alternativas ao modelo capitalista ocidental, inspiradas na diversidade cultural.

2.3 QAA Política e Socioeconômica

Inicia-se esta seção com uma análise da realidade contemporânea da Amazônia, de acordo com fatores geopolíticos, políticos e socioeconômicos. O exame de tais aspectos visa a fundamentar uma definição de questão ambiental amazônica (QAA), a qual, por sua vez, vai nortear a prática jornalística a ser pesquisada nos próximos capítulos.

Interpreta-se a “questão ambiental” como uma discussão no âmbito das relações políticas e socioeconômicas. O foco converge para as formas de apropriação da natureza. Ao aplicar o adjetivo “amazônica” à questão ambiental, circunscreve-se, portanto, o debate a um local geográfico determinado.

Em termos mais gerais, “questão ambiental” e “Amazônia” englobam enorme amplitude de informações. No âmbito da Ciência, em que as entrelinhas revelam uma Amazônia a confundir-se com o tema “meio ambiente”, parece que a sociedade ainda não demarcou o local epistemológico dessa questão. Nesse aspecto situa-se a importância de propor um conceito de QAA.

O que parece mal resolvido é a relação sociedade *versus* natureza: os seres humanos se consideram dentro ou fora da natureza? Marx e Engels afirmam que o homem se acha “sempre em face de uma natureza que é histórica e de uma história que é natural”.⁹³ Para Leff (2006, p. 51), “na dialética da história, o capitalismo rompe com a unidade entre a sociedade e

⁹³ MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 44.

a natureza; a sociedade se separa de sua organicidade originária e o modo de produção instaura a racionalização do domínio da natureza”.

A revolução científico-tecnológica está operando uma transformação do processo de trabalho e intervindo na natureza. As forças da natureza, magnificadas pela ciência, converteram-se nas forças predominantes da produção da riqueza, ao mesmo tempo que o equilíbrio dos sistemas ecológicos se apresenta como uma condição de sustentabilidade do processo econômico. A complexidade ambiental que articula os processos de produtividade ecológica e de inovação tecnológica e que aninha na constituição de identidades culturais e de sentidos existenciais substitui, progressivamente, o tempo de trabalho como determinante da produção de valores de uso e de mercadorias. A produtividade da natureza, o desenvolvimento científico, o equilíbrio ecológico, a inovação tecnológica e os valores culturais constituíram-se em condição sistêmica do processo econômico. (LEFF, 2006, p. 60)

Tal processo é visto com nitidez na Amazônia, por exemplo, em projetos comunitários que potencializam modos de produção tradicionais. São alternativas econômicas sustentáveis que surgem em comunidades da Amazônia, sem alarde, com potencial para embasar ações sociais. Esse projeto comunitário de conservação da Amazônia entra em conflito com o modelo capitalista que se apropria da natureza.

O questionamento do modelo excludente e monístico sintetizado pela globalização aparece nas mais diversas linhas de pensamento. No contexto amazônico, evidenciam-se: a perversidade do desenvolvimento em surtos econômicos, a desigualdade na distribuição da riqueza gerada pelo ambiente e a agressividade dos modelos exógenos de desenvolvimento. Em suma, independentemente do método de análise, a Amazônia aparece como um local de grandes injustiças sociais, perpetradas cotidianamente, em situações ligadas à QAA. Apuram-se características históricas e geopolíticas que fazem da Amazônia, hoje, uma região com especificidades suficientes para justificar a delimitação de uma questão ambiental exclusiva.

Trata-se de um bioma facilmente habitável e relativamente acessível. Na Amazônia, priorizou-se o desenvolvimento de característica exógena, desde a chegada da primeira nau europeia, ainda no século XV. Iniciou-se um processo econômico-político em plena sincronia com a globalização, processo chamado de “moderno-colonial” por Gonçalves (2011). Implantou-se um tipo de desenvolvimento alienado dos modos de produção característicos da população tradicional, com objetivo de gerar riqueza para outros países e, após a independência brasileira, gerar riqueza também para outras regiões do Brasil.

Tal modelo segue hegemônico, gerando injustiças sociais profundas refletidas nas condições de vida dos amazônidas, que, de acordo com índices de qualidade de vida brasileiros, distinguem-se por serem uma população de segunda classe no país. Becker (2009, p. 33) salienta que as feições da globalização hoje são outras, ressaltando o contexto político

nacional e internacional, o novo papel do Estado, a valorização da natureza e principalmente a “velocidade acelerada de transformação das atividades e dos territórios por efeito das redes técnicas”. Uma análise aprofundada ajuda a entender a motivação geopolítica da retração dos investimentos produtivos do capital internacional na Amazônia entre 1980 e 2000. Os investidores deixaram de financiar grandes projetos de infraestrutura e passaram a se orientar por uma política preservacionista:

Tal orientação está associada à nova geopolítica mundial – que, como visto, não mais visa a apropriação direta dos territórios, mas sim o poder de influir na decisão dos Estados sobre o seu uso – e ao papel que a Amazônia assumiu nesse contexto. [...] A apropriação da decisão sobre o uso de territórios e ambientes como reservas de valor, isto é, sem uso produtivo imediato, torna-se uma forma de controlar o capital natural para o futuro. Constitui-se, assim, um novo componente na disputa entre as potências detentoras da tecnologia pelo controle dos estoques de natureza, localizados, sobretudo, em países periféricos e espaços juridicamente não apropriados. (BECKER, 2009, p. 34-5)

A análise evidencia a Amazônia como parte da rotineira estratégia das grandes potências para permanecerem ativas na apropriação de recursos naturais globalmente. Becker avalia os investimentos internacionais em projetos preservacionistas da Amazônia como novas formas de controlar o território. Os investidores definem quando e como são feitos os investimentos. Em resumo, as classes hegemônicas globalizadas trabalham com a certeza de que “invadir” o território simbólico dos países amazônicos é muito mais barato e eficaz.

A Amazônia continua a viver em um contexto em que a política comercial, a cooperação tecnológica e a própria discussão sobre a questão ambiental incluem forte conotação geopolítica. Financiamentos para infraestrutura, implantação de unidades de conservação ou projetos de cooperação científica são colaborações externas bem-vindas, ao mesmo tempo em que fazem parte de um progressivo aumento da influência externa sobre a região. Aos cientistas dos países amazônicos cabe a estratégia de levantar informações e esclarecer a opinião pública sobre “cooperação internacional”. A compreensão do que ocorre materialmente no território faz parte dessa estratégia. Por isso, a geopolítica é pressuposto para se entender o contexto amazônico hoje. Conceitua-se geopolítica como,

[...] um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico. [...] A geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios. Inicialmente, essas ações tinham como sujeito fundamental o Estado, pois ele era entendido como a única fonte de poder, a única representação da política, e as disputas eram analisadas apenas entre os Estados. Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as

colônias tornaram-se muito caras. *Verifica-se o fortalecimento do que se chama de coerção velada.* Pressões de todo tipo para influir na decisão dos Estados sobre o uso de seus territórios. Essa mudança está ligada intimamente à revolução científico-tecnológica e às possibilidades criadas de ampliar a *comunicação e a circulação no planeta através de fluxos e redes que aceleram o tempo* e ampliam as escalas de comunicação e de relações, configurando espaços-tempos diferenciados.⁹⁴

Vê-se a delimitação de QAA como parte do processo de responder a essa nova geopolítica. Se o discurso estrangeiro é muito bem direcionado para influenciar o Estado brasileiro, cabe aos brasileiros organizarem um discurso para colaborar com a administração do território. Supõe-se que o país esteja apto para a proposição de alternativas no mesmo nível dos projetos geopolíticos apresentados no exterior, por meio da prospecção de propostas endógenas, isto é, geradas pelas pessoas que vivem na Amazônia. Infere-se que uma prática jornalística baseada na Amazônia pode ter acesso a essas propostas, as quais permanecem confinadas em regiões onde sociedade e natureza convivem de maneira mais sustentável. Acredita-se que ali vive o desenvolvimento alternativo inovador, no rumo da racionalidade ambiental.

Antes vista como fronteira inóspita, pode nascer uma Amazônia à frente do desenvolvimento hegemônico, a mostrar alternativas ambientalmente racionais para a sobrevivência humana. O contexto histórico que via a Amazônia como fronteira pode ser revertido, visto que

[...] se tratava de um processo associado ao projeto nacional de rápida modernização da sociedade e do território sob o comando do Estado. A fronteira não era a retaguarda dos processos histórico-geográficos atuantes no território nacional [...] mas sim a frente avançada desses processos (BECKER, 2009, p. 19).

Entende-se que o conceito de fronteira permanece válido em si, mas a Amazônia suplanta o rótulo de fronteira móvel por ter adquirido uma dinâmica regional própria com a atuação de novos atores, como as populações tradicionais e os governos estaduais.

A grande questão que se configura, contudo, é a possibilidade de recrudescimento da fronteira em certos momentos, vinculado a múltiplas condições que reativam fatores estruturais. Um novo elemento deve ser, assim, associado ao conceito de fronteira. A fronteira funciona como uma válvula reguladora de escape para investimentos de atores capitalizados, ora se expandindo, ora permanecendo estável, dependendo da conjuntura nacional/global. (BECKER, 2009, p. 161-2).

⁹⁴ BECKER, B.K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados:** Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo [online], 2005, vol. 19, n. 53, p. 71. (grifos nossos)

Como exemplos de investimentos capitalizados, apontam-se a expansão da soja, a atividade madeireira, a agropecuária e a especulação das terras. Concorde-se com Becker que “todos os atores regionais [da Amazônia] hoje querem se desenvolver, inclusive as populações tradicionais e os pequenos produtores, demandando a ação do Estado para conter o desmatamento, ordenar o território e prover melhores condições de vida” (2009, p. 162).

Ou seja, a anteposição desenvolvimento *versus* conservação ambiental prova-se falsa: desenvolvimento e conservação ambiental podem conviver no bioma amazônico. As circunstâncias são favoráveis a isso e muitos setores da sociedade organizada local se articulam para viabilizar alternativas de desenvolvimento.

Desenvolvimento e racionalidade ambiental não se configuram ações mutuamente excludentes para os habitantes da Amazônia; torna-se necessário um aprofundamento no estudo dos processos de desenvolvimento, os quais podem ser adaptados às peculiaridades regionais. Geopoliticamente, entretanto, a sociedade brasileira segue indecisa sobre que rumo aplicar aos recursos destinados à Amazônia. O governo brasileiro faz um movimento pendular entre ações conservacionistas e puramente desenvolvimentistas em nome de antigas pretensões de ocupação.

A reativação da fronteira é um problema crucial para a Amazônia. A biodiversidade, as florestas, a água, constituem riqueza reconhecida internacionalmente, mas não conscientizada nacionalmente. Perde-se, assim, simultaneamente um patrimônio da nação e trunfos do poder do Estado, indicando a urgência de soluções para conter essa expansão. (BECKER, 2009, p. 162)

Sem dúvida, a QAA engloba os acontecimentos contemporâneos e a definição geopolítica apontada por Becker, bem como a discussão e a elaboração de um projeto brasileiro para a Amazônia. Vislumbra-se, assim, uma questão ambiental amazônica consciente do contexto da nova geopolítica mundial, tendo como prioridade a sustentabilidade social dos povos tradicionais da Amazônia.

Entende-se como contexto subjacente à noção de QAA as críticas: (a) ao desenvolvimento insustentável da Amazônia; (b) à apropriação indiscriminada de recursos naturais pelo capital; (c) às estratégias de mercantilização da natureza; (d) ao deslocamento do simbólico sobre o real como estratégia discursiva no debate ambiental. Esta pesquisa não se arroga o papel de juiz para a escolha da sustentabilidade social “mais justa”, mas pretende colaborar para que se construa essa justiça em debates democráticos, formatados politicamente, gerados pela pluralidade de interlocutores.

Em resumo, a QAA se conecta aos aspectos filosóficos da questão ambiental e aos aspectos geopolíticos da Amazônia contemporânea. A abordagem da QAA inclui a noção de Amazônia como o mais importante diferencial econômico e político dos países amazônicos, especialmente o Brasil.

Assim, entende-se a urgência em conservar esse bioma como inerente à aspiração brasileira de ser uma nação com peso político no cenário mundial, com o diferencial de propor um tipo de desenvolvimento coerente com sua trajetória histórica. Em outras palavras, propõe-se que o Brasil ganhe importância internacional ao conceber um tipo de desenvolvimento que conjugue sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental, baseado na sabedoria de grupos sociais tradicionais da floresta. Entende-se que este seja o papel do Brasil no contexto global, ao desenvolver-se de maneira alternativa à proposta hegemônica.

A geopolítica do desenvolvimento sustentado/sustentável se inscreve em uma geopolítica do conhecimento, em estratégias de poder no saber onde joga de um lado o conhecimento hegemônico produzido pelo modelo da civilização europeia, e, de outro, os saberes excluídos, subjugados, colonizados. [...] A racionalidade ambiental atravessa esse campo de forças. Arraigar a sustentabilidade em novos territórios de vida implica, além de construir novas epistemologias e ontologias, gerar estratégias do saber para enfrentar as estratégias do conhecimento que colonizaram os saberes e as práticas de seres culturais diferenciados que habitam um planeta biodiverso. (LEFF, 2006, p. 163).

As palavras de Leff apontam uma conjuntura em que verdadeiras mudanças sociais são necessárias e propícias, as quais coincidem absolutamente com os argumentos expressos nesta tese. A crise ambiental era a evidência que faltava para justificar mudanças em um sistema de dominação que, além de extremamente injusto, agora arrisca a vida de todos. É moralmente aceitável que permaneça a destruição do planeta em nome da concentração de riquezas nas mãos de uma elite?

A onda histórica e eurocêntrica retratada, neste trabalho, em seu aspecto amazônico, sintetiza todo o processo global de uma relação sociedade-natureza baseada na alteridade⁹⁵. Dialeticamente, parte das raízes filosóficas que permitem a delimitação da QAA se encontram na cultura europeia que se expandiu planetariamente a partir do século XVI. Hoje, essa cultura é a base da globalização. A subjugação da natureza se liga visceralmente à subjugação dos saberes de povos tradicionais de todo o mundo.

⁹⁵ Utiliza-se o conceito *latu sensu* de “alteridade”. Entende-se “relação sociedade-natureza baseada na alteridade” como uma forma de relação em que a sociedade vê a si própria como externa à natureza. Ou seja, a sociedade interpreta o ambiente como “objeto”, não se sentindo inserida nele.

Infere-se que o objetivo do capital em se reproduzir radicaliza a perspectiva de alteridade em relação à natureza. A principal causa da crise ambiental se torna a hegemonia do modelo capitalista de civilização como parâmetro para o desenvolvimento global. As sociedades tradicionais, enraizadas em seus ecossistemas, dependentes do equilíbrio ecológico local para a subsistência, tendem a minorar a alteridade em relação ao ambiente. Nesse sentido, sintonizamo-nos ao pensamento de Leff (2006), na conclusão de que a crise ambiental impõe o questionamento da racionalidade econômica capitalista.

Diante do exposto, com o intuito de contribuir para o debate democrático sobre a relação sociedade-ambiente na Amazônia, busca-se definir QAA a partir: (a) do questionamento da hegemonia da proposta capitalista de desenvolvimento para a Amazônia; (b) da pesquisa e divulgação de alternativas de desenvolvimento baseadas no conhecimento de povos tradicionais da Amazônia; (c) da necessidade de tornar mais justa a distribuição das riquezas geradas pela floresta; (d) do aproveitamento do método científico, das instituições democráticas, da comunicação social e das telecomunicações como ferramentas da construção da racionalidade ambiental. Propõe-se a sistematização da QAA de maneira a facilitar seu uso como diretriz editorial de um jornalismo que fundamente sua discussão, de acordo com as premissas (a), (b), (c), (d).

Como parte do processo de construção de uma racionalidade ambiental para a Amazônia; reconhecendo a crise ambiental como problema amazônico que deve ser debatido; partindo de profundo questionamento do desenvolvimento hegemônico ocidental, define-se questão ambiental amazônica (QAA) como: *questão eminentemente política e socioeconômica que discute a relação sociedade-ambiente na Amazônia e a apropriação social dos recursos naturais públicos da Amazônia.*

A QAA integra o direito de a população amazônica decidir sobre o uso do território onde se situa. Deste modo, a histórica exclusão dessa população das decisões referentes ao uso do território, bem como da apropriação dos recursos naturais amazônicos em benefício de outras regiões, impõem forte conotação política à QAA. A demanda internacional pelos recursos naturais amazônicos, principalmente terras cultiváveis, água, biodiversidade, minérios e madeira, no contexto de degradação generalizada do meio ambiente global, é vista como o principal risco à conservação da floresta amazônica.

De acordo com a proposta de uma QAA passível de ser usada como diretriz de uma linha editorial jornalística, divide-se a QAA em pautas jornalísticas, em sintonia com os temas mais importantes da atualidade. A sistematização em números parte da suposição de estarmos no início da construção de uma racionalidade ambiental para a Amazônia. Desta forma, quatro

passos foram imaginados até alcançar a racionalidade ambiental: 1) História e Geopolítica (passado-presente); 2) Exploração de recursos (presente insustentável); 3) Sustentabilidade (presente sustentável); 4) Racionalidade Ambiental (presente-futuro sustentável). A seguir, conceituar-se-ão tais grupos temáticos com os respectivos exemplos de pautas jornalísticas.

Inicia-se com questões referentes ao peso da História e da Geopolítica na Amazônia, percorrendo questões fundamentais para a região, no rumo de propostas para o desenvolvimento sustentável e para a Racionalidade Ambiental. No passado, procura-se (1) entender como a História e Geopolítica determinam relações sociais até hoje. No presente, os objetivos se dividem: (2) compreender as formas contemporâneas de apropriação de recursos naturais, bem como a ideologia que justifica a separação entre a sociedade e o meio ambiente, no contexto do sistema capitalista ocidental; (3) descrever a criação e a concretização de propostas social e ambientalmente sustentáveis; para, no futuro, lançarem-se ideias e propostas de uma (4) racionalidade ambiental baseada em novos recortes ontológicos e epistemológicos.

Com o objetivo de utilizar a definição de QAA para direcionar o projeto editorial de um meio de comunicação jornalístico alternativo para a QAA, propõe-se a seguinte divisão temática de futuras pautas jornalísticas:

1) **História e Geopolítica** (passado-presente)

Os fatores geopolíticos e históricos na questão ambiental amazônica

A despeito da sistemática exploração ambiental da Amazônia, a maioria do bioma se mantém preservado, devido às suas extraordinárias dimensões. A histórica apropriação de recursos naturais amazônicos pelos países ocidentais e a exportação da riqueza mantiveram os povos tradicionais e os países amazônicos na periferia política e econômica. Desta forma, hoje, quando se torna imprescindível *conviver* com a floresta para conservá-la devido à crise ambiental, os saberes desses povos ganham importância como precursores de um desenvolvimento alternativo, sustentável, exatamente por serem grupos sociais vinculados à noção de convivência com o meio ambiente. Assim, o grupo temático de pautas “História e Geopolítica” da QAA abrange os seguintes temas:

- A histórica exclusão das classes subalternas amazônicas das decisões referentes ao uso do território amazônico;
- O desafio da Amazônia à ciência mundial e à ciência nacional, como um dos últimos espaços pouco povoados do planeta e um dos ecossistemas mais vulneráveis;

- A Amazônia comparada a outras regiões com extensas florestas primárias: Sibéria e Norte do Canadá.⁹⁶ A pressão por terra na Amazônia é maior por ser um local de acesso relativamente fácil;
- Fatos históricos contados por povos subjugados: o extermínio de culturas que conservaram a floresta por séculos;
- Unidades de conservação (UCs) – a criação de UCs como ação incapaz de resolver o problema de conservar a floresta definitivamente;
- A discussão de programas como o “Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil” (PPG7): o aporte e utilização de recursos segundo critérios tecnocientíficos;
- A questão ambiental como fator geopolítico;
- A Amazônia Brasileira no contexto da América do Sul;
- As consequências geopolíticas da baixa densidade demográfica amazônica;
- O conteúdo geopolítico referente às seguintes atividades na Amazônia: devastação florestal/exploração madeireira; mineração; exploração de petróleo; pesquisa científica;
- Estado amazônico do Pará: “anomalia geológica de escala planetária pelas importantes jazidas que possui” (Silva⁹⁷, apud RIBEIRO, 2005, p. 368);
- Geopolítica entre dois blocos: a Amazônia entre o Atlântico e o Pacífico;
- Implicações geopolíticas da soberania limitada de países pobres (RIBEIRO, 2005, p. 445);
- A Amazônia como um dos três grandes eldorados reconhecidos contemporaneamente; o único a pertencer, em sua maior parte, a um só Estado Nacional (BECKER, 2009, p. 35);
- Povos tradicionais da Amazônia como fator de diversificação de fontes de conhecimento para a construção da racionalidade ambiental para a Amazônia;
- As repercussões das atividades de outros países amazônicos na Amazônia brasileira;
- A influência da construção de estradas internacionais na dinâmica regional;
- Polos de influência na Amazônia internacional;
- A Amazônia como principal diferencial econômico e político dos países amazônicos, especialmente o Brasil;
- O aumento do prestígio do conhecimento tradicional amazônico valoriza politicamente os grupos sociais amazônicos e contribui para o fortalecimento político do Brasil;
- Similaridades e diferenças entre as diversas amazônias;
- Brasil/Amazônia: uma relação baseada no “blefe”?

⁹⁶ SCHWARTZMAN, S. Florestas cercadas. In: DIEGUES, A. C. (org). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2000, p. 261.

⁹⁷ SILVA, A.R.B. **A mineração na Amazônia**. [S.l.]: publicação avulsa, [S.d.], p. 6.

2) **Exploração de recursos** (presente insustentável)

O desenvolvimento ambientalmente insustentável e a apropriação de recursos naturais com fins capitalistas; insustentabilidade social

Descrição dos modos de desenvolvimento que se tornaram comuns na Amazônia desde a chegada dos povos europeus. Autores como Gonçalves (2011) avaliam que até hoje se vive em um contexto “moderno-colonial” na região, com a saída de matéria-prima barata, via devastação ambiental e exclusão social. Como o capitalismo se apropria dos recursos ambientais visando a sua própria reprodução? Este grupo inclui questões políticas abrangentes, mas principalmente as questões cotidianas decorrentes das primeiras:

- Questão fundiária na Amazônia: a transformação do espaço natural em valor financeiro e as consequências de sua inclusão no sistema financeiro e produtivo capitalista;
- Projetos de reforma agrária para a Amazônia *versus* programas de colonização dirigida a ocupar terras públicas;
- A Amazônia como região que comporta um perfil de distribuição de renda ainda mais concentrado que o Brasil;
- Amazônia: território com uma das maiores concentrações fundiárias do mundo;
- Questão fundiária e o silenciamento de culturas tradicionais amazônicas: a perda de propostas inovadoras de desenvolvimento sustentável;
- Conflitos no campo: apesar de conter somente 12% da população brasileira, a Amazônia ostenta a maioria das mortes em conflitos fundiários no país;
- O “arco do fogo” como uma interpretação reducionista para designar a realidade do uso da terra na região amazônica (BECKER, 2009, p. 87-8);
- Os problemas ecológicos e de pobreza na Amazônia como frutos do modelo de desenvolvimento adotado;
- O atraso como subproduto da “modernização”, (GONÇALVES, 2008, p. 66);
- A “mercantilização da natureza” no Estado do Acre;
- A transformação de elementos da natureza em mercadorias fictícias: o ar, a água e a biodiversidade não foram produzidas para venda no mercado;
- Poluição genética: agronegócio e indústria farmacêutica;
- Agronegócio como fator de demanda por terra e recursos ambientais;
- Recursos hídricos mal administrados na Amazônia;
- As condições trabalhistas dos extrativistas da Amazônia;
- O atual modelo global de desenvolvimento não é sustentável nem a curto prazo;

- Quão irreversível é o atual processo de desenvolvimento baseado na geração de calor para as atividades econômicas?;
- A responsabilidade da Amazônia na elevação da temperatura da Terra;
- Eixos de desenvolvimento da Amazônia: estradas, hidrelétricas, exploração mineral, ferrovias e as consequências para a vida da população amazônica;
- Questionamento das bases científicas responsáveis pela criação de parâmetros de crescimento das árvores nas atividades de manejo florestal;
- Rede de água e esgoto das cidades amazônicas;
- Queimadas na Amazônia;
- Uso da água na floresta e na cidade;
- A Amazônia como provedora do setor de minero-metalurgia.

3) **Sustentabilidade** (presente sustentável)

Temas referentes a desenvolvimento social e ambientalmente sustentável

Este grupo temático abrange pautas referentes a práticas de sustentabilidade ambiental e social, bem como as relações entre esses dois tipos de sustentabilidade. São experiências concretas e inovadoras na pesquisa de alternativas de desenvolvimento ligadas aos modos de produção e subsistência de povos tradicionais da Amazônia. Trata-se de um preâmbulo ao processo de construção da racionalidade ambiental. Quais são as conclusões que se tira a partir das práticas sustentáveis das sociedades tradicionais?

- A organização de um discurso amazônico para colaborar com a discussão da QAA; estratégias para que essas propostas cheguem a organismos internacionais;
- Amazônia e sua fragilidade ecológica: um ecossistema com 104 sistemas e 224 subsistemas;
- As dezenas de tipos de desenvolvimento sustentável para cobrir toda a região amazônica;
- A Amazônia na captação de carbono do efeito estufa;
- Uso sustentável da água na Amazônia;
- O potencial dos produtos florestais não madeireiros, na medida em que a floresta amazônica possui “33 mil espécies de plantas superiores, sendo pelo menos 10 mil espécies portadoras de princípios ativos para uso medicinal, cosmético e controle biológico de pragas, além de 300 espécies de frutas comestíveis e rica fauna silvestre” (BRASIL, 2008, p. 41);
- Reservas Extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável como alternativas de desenvolvimento para a Amazônia;
- Como combinar justiça social e prudência ambiental com desenvolvimento local;
- A importância do Zoneamento Ecológico-econômico para a Amazônia;

- Estágio de desenvolvimento do Zoneamento Ecológico-econômico nos estados da Amazônia;
- Desmatamento / queimadas – contenção;
- Unidades de Conservação: sobreposição de poderes com municípios e estados;
- O desafio de concretizar os projetos de unidades de conservação;
- Problemas conjunturais de projetos socioambientais na Amazônia (dificuldade de inserção nos mercados, em virtude de carências gerenciais; ausência de escala significativa);
- Desenvolvimento *versus* conservação ambiental: uma anteposição falsa;
- O vínculo comunitário como fator de conservação ambiental.

4) **Racionalidade Ambiental** (presente-futuro sustentável)

A reapropriação social da natureza

Neste grupo temático estão as ideias e propostas sintonizadas à visão de um futuro sustentável. São necessários novos paradigmas ontológicos e epistemológicos para a relação sociedade-ambiente, no sentido de diminuir a alteridade dessa relação. De acordo com o pressuposto de democratizar a discussão sobre a QAA, apresentam-se também pautas para a organização de ciclos de debates e palestras nas cidades e nas comunidades.

- A sustentabilidade do trabalhador *versus* a sustentabilidade para o pesquisador científico;
- O trabalho dos habitantes da mata no direcionamento de pesquisas acadêmicas e reportagens jornalísticas. Os saberes locais são valorizados?;
- Desconhece-se a Amazônia por incapacidade de compreendê-la? A Amazônia é a região do mundo que apresenta o maior número de espaços ecológicos representativos (AB'SABER, 2002, p. 15-6);
- A racionalidade ambiental dos povos tradicionais: seringueiros, indígenas etc.;
- O “ambiente” se configurando como um novo saber e uma nova racionalidade. A hibridação entre ciências, técnicas e saberes no rumo da construção da ciência ambiental (LEFF, 2006);
- Ciclo de debates: a crise ambiental e a possibilidade de construção de uma racionalidade ambiental estruturada além do discurso científico;
- O desenvolvimento sustentável como etapa no rumo de construção da racionalidade ambiental;
- A angulação de pautas jornalísticas a partir de conceitos da Ciência Ambiental;
- Debate: alternativas de viabilização econômica de meios de comunicação alternativos na Amazônia;
- Debate: elementos para a concepção de propostas políticas sobre a QAA;

- A Amazônia deixando de ser fronteira inóspita para se tornar vanguarda na proposição de alternativas ao desenvolvimento hegemônico;
- O conhecimento dos povos tradicionais da Amazônia como propostas de desenvolvimento sustentável a serem usadas em qualquer outro ambiente do mundo;
- O processo de discussão da racionalidade ambiental na sociedade;
- A reformulação de critérios de valoração social, associada ao referencial ambientalista, confere importância tanto científica quanto simbólica à Amazônia no cenário mundial;
- O tema sustentabilidade inscreve-se nas lutas sociais pela apropriação da natureza, orientando a reflexão teórica e a ação política para o propósito de desconstruir a lógica econômica e construir uma racionalidade ambiental (LEFF, 2006, p. 148);
- A dissociação entre discussão ecológica e questão social (GONÇALVES, 2008, p. 67);
- Debate: implicações políticas de uma abordagem da Amazônia como vazio demográfico;
- Aspectos ontológicos e epistemológicos da crise ambiental; novos paradigmas para a construção de uma racionalidade ambiental.

3 JORNALISMO E QUESTÃO AMBIENTAL AMAZÔNICA

Identifica-se uma Questão Ambiental Amazônica (QAA) cuja discussão visa a contribuir para a conservação da floresta amazônica. Conforme argumentos anteriores, os riscos a esse bioma residem principalmente na hegemonia do modelo capitalista como proposta de desenvolvimento para a região.

A partir do reconhecimento da existência da crise ambiental, surge uma racionalidade ambiental a apontar para a incompatibilidade entre a proposta hegemônica de desenvolvimento e a conservação da floresta amazônica. Nesse contexto, o jornalismo tem potencial para se estabelecer como força indispensável à estratégia conservacionista, no sentido de alimentar o debate sobre formas alternativas de desenvolvimento.

Neste capítulo, avalia-se a capacidade de a prática jornalística contribuir para o debate sobre a questão ambiental amazônica (QAA), debate visto como condição para a conservação da Amazônia. O começo do capítulo visa a esclarecer sobre o que se entende tradicionalmente como prática jornalística, a qual costuma estar vinculada à mídia de massa.

Porém, constata-se que o jornalismo da mídia de massa encontra-se em grave crise, submetido aos interesses das grandes empresas capitalistas e cumprindo um papel importante no funcionamento desse sistema. Infere-se que a mídia de massa reduz-se a uma série de canais impossibilitados de contribuir equilibradamente para o debate sobre novos modelos de desenvolvimento, já que “a mídia fala do mundo para vendê-lo ou para agilizá-lo em termos circulatórios – sua verdadeira agenda é a do liberalismo comercial”.¹ A orientação do capítulo passa a ser, portanto, a procura de argumentos que comprovem a capacidade de a prática jornalística contribuir para o debate da QAA. De acordo com a complexidade do mundo atual, tais argumentos, entendidos como diretrizes para o jornalismo alternativo da QAA, provêm de inesperadas fontes.

Por exemplo, ao entrevistar comunicadores para o projeto de pesquisa “Narrativas da Floresta”² notou-se que, apesar de alguns desses comunicadores morarem em lugares remotos, encontram-se sob a influência do *bios midiático* definido por Sodré: “esse novo *bios* é a sociedade midiaticizada enquanto esfera existencial capaz de afetar as percepções e as

¹ SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 3.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008, p. 64.

² “Narrativas da Floresta” tem o objetivo de pesquisar alternativas de conteúdo e forma para a cobertura da imprensa sobre a questão ambiental amazônica (www.narrativasdafloresta.blogspot.com). Algumas dessas entrevistas constam do Capítulo 4.

representações correntes da vida social, inclusive de neutralizar as tensões do vínculo comunitário”.³ Ou seja, a midiatização da sociedade chega aos locais remotos da Amazônia com potencial para influenciar o debate sobre a QAA. O jornalismo é capaz de contribuir para esse diálogo de saberes entre a sociedade globalizada e as comunidades tradicionais?

As categorias de racionalidade ambiental e de saber ambiental aparecem assim como constructos teóricos capazes de articular um conjunto de formações ideológicas e discursivas, de crenças e comportamentos sociais, de processos de legitimação e institucionalização do saber, com a racionalidade interna das ciências e com a aplicação de novos conhecimentos e técnicas ao desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. O saber ambiental se insere assim nos enunciados explicativos, valorativos e prescritivos do discurso ambiental, em suas estratégias de produção de sentido, de mobilização social, de organização política, que se concretizam nas práticas da gestão ambiental e na construção de sociedades sustentáveis fundadas em uma racionalidade ambiental. (LEFF, 2006, p 286).

Entende-se que o jornalismo tem papel importante nas estratégias de produção de sentido citadas acima por Leff, de acordo com uma interpretação do comunicador (jornalista) como agente cultural:

Há uma distância histórica entre um projeto de divulgação ou difusão das informações produzidas na contemporaneidade e um projeto de comunicação social. No primeiro caso, o vetor informativo sai de acervos, fontes geradoras, centros de decisão que determinam os dados e significados que devem chegar aos receptores. No segundo caso, tanto ocorre uma oferta de informações quanto se expressam demandas coletivas, anônimas ou grupais, descentralizadas dos grandes pólos de geração. Entre as estruturas difusionistas, que pretendem “difundir o conhecimento”, e os processos comunicativos, interativos, socialmente relevantes, surgem agentes culturais que se consagraram, nas sociedades democráticas, como comunicadores ou mediadores sociais.⁴

Conclui-se que urge a implantação de uma “práxis jornalística alternativa⁵” nos tempos atuais de mudanças radicais na reorganização da sociedade. Sodré (2008, p. 257) descreve com precisão aspectos que serão aproveitados nesta pesquisa para direcionar a concepção do jornalismo alternativo para a QAA, o qual começa a desenhar-se como proposta ao fim deste capítulo:

Em termos mais diretos, trata-se de se pôr cientificamente na contramão do movimento expansivo de redução da *experiência vital* pelo crescimento exponencial

³ SODRÉ, M. Sobre a episteme comunicacional. **Matrizes**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP, Dossiê: perspectivas autorais nos estudos de comunicação, São Paulo, Ano 1, n. 1, p. 21, jul.-dez. 2007 (grifo do autor).

⁴ MEDINA, C. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003, p. 95.

⁵ OLIVEIRA, D. Uma práxis jornalística alternativa. **Jornal da USP on-line**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Ano XXIV, n. 846, set./out. 2008, p. 3. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2008/jusp846/pag13.htm>. Acesso em jun 2012.

da armação tecnológica do mundo, coonestado pelo comercialismo indiferente das organizações midiáticas. Isto implica inscrever no pensamento comunicacional o horizonte de revitalização da experiência democrática a partir do ‘comum’, isto é, da capacidade de articulação ético-política das organizações regionais e populares. (SODRÉ, 2008, p. 257, grifos do autor).

São ideias para constarem como pano de fundo dos argumentos e reflexões desta seção. A articulação do pensamento comunicacional com os saberes não especializados é uma perspectiva cara a este trabalho, pois entende-se que encaminha o debate para a QAA. No capítulo anterior, vários autores acusaram a necessidade de acessar os conhecimentos e recortes epistemológicos de povos calados ao longo de séculos, na Amazônia e em outras regiões. A reflexão de Sodr sobre mdia confirma essa diretriz de pensamento, ao ponderar sobre a revitalizao da experincia democrtica a partir do saber comum. Tais propostas confirmam a linha argumentativa desta tese ao questionarem a mesma ordem racional que se tornou hegemnica em todo o mundo.

3.1 Jornalismo *versus* Mdia de Massa

Inmeros autores estudam a mdia e seu impacto sobre a sociedade, recorte metodolgico que foge da alada desta pesquisa. A presente anlise restringir-se- a estudar o jornalismo enquanto fenmeno anterior aos meios de comunicao de massa e midiatizao da sociedade; jornalismo enquanto processo ligado visceralmente ao surgimento da Modernidade na Europa.

Em 1452, na Alemanha, a Bblia foi impressa por Gutenberg, a quem se atribui a inveno da imprensa. A reproduo do conhecimento humano em grande escala poderia ganhar outros contornos, transformando livros e folhetos informativos em armas para viabilizar qualquer projeto de poder. A colonizao da Amrica e o mercantilismo levaram a Europa a nveis inditos de acumulao de riqueza, mediante ao saque de imprios em todos os continentes; as cidades cresceram; as lnguas nacionais substituirm o latim e foram impostas s provncias, cujos idiomas se viram reduzidos a dialetos.

A imprensa perdica surgiu nesse contexto. O primeiro jornal circulou em Bremen, Alemanha, em 1609. O segundo, em Estrasburgo, no mesmo ano. O terceiro, em Colnia, no ano seguinte. Dez anos depois, j havia jornais em Frankfurt, Basileia, Hamburgo, Amsterd e Anturpia. Imprimia-se em francs

inglês, para exportação. A imprensa londrina começou em 1621, com a *Current of General News*. Paris esperou mais dez anos para ter sua *Gazette*.

Nos primeiros jornais, a notícia aparece como fator de acumulação de capital mercantil: uma região em seca, sob catástrofe, indica que certa produção não entrará no mercado e uma área extra de consumo se abrirá, na reconstrução; a guerra significa que reis precisarão de armas e de dinheiro; uma expedição a continentes remotos pode representar a possibilidade de mais pilhagens, da descoberta de novos produtos ou de terras próprias para a expansão de culturas lucrativas, como a cana-de-açúcar e o algodão.⁶

As tiragens dos jornais do século XVII eram pequenas, estimadas em 100 a 200 exemplares. Ressalta-se que não existe consenso sobre o primeiro jornal do mundo, seja pela inexistência de parâmetros sólidos para a definição de “jornal”, seja pela inconsistência das datas. Kunczik usa o critério da periodicidade diária para afirmar que o “primeiro jornal publicado diariamente foi o *Einkommende Zeitung*, de Leipzig (1650)”.⁷ Em sua história crítica da imprensa, Marshall evidencia a falta de consenso sobre a data de fundação da imprensa periódica, citando autores que apontam a ocorrência desse fato em anos díspares como 1583 ou 1702.⁸

Lage (1985) destaca que, inicialmente, o investimento para imprimir um jornal era pequeno; qualquer um podia lançar a sua “folha”. No entanto, na Inglaterra ou na França, publicistas e panfletários já viviam sob uma censura alimentada veladamente pela nova classe dominante, receosa de que as jornadas de trabalho brutais e os salários aviltantes dos operários ganhassem as páginas dos jornais. Porém, a Revolução Industrial eliminou a censura na Europa oitocentista, devido a três fatores: o surgimento de um mercado de massa para os jornais, a chegada do capitalismo industrial aos periódicos e a publicidade, que passava a financiar a maior parte dos custos editoriais.⁹

O jornal-empresa pode, assim, abarcar vasta gama de opiniões, mas seu caráter não revolucionário está assegurado por dois bons motivos: deve remunerar o capital apreciável nele investido, e tira sua renda basicamente da veiculação de bens materiais e ideológicos produzidos por entidades de característica semelhante.

Por algum tempo, até se difundirem o rádio e o cinema, a imprensa confundia-se com aquilo que mais tarde se chamaria de comunicação de massa.¹⁰

⁶ LAGE, N. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1985, p. 10-1.

⁷ KUNCZIK, M. **Conceitos de jornalismo**: Norte e Sul: Manual de Comunicação. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 23.

⁸ MARSHALL, L. **O Jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003, p. 72-3.

⁹ LAGE, 1985, p. 11 et seq.

¹⁰ *Ibidem*, p. 13.

Verifica-se que a imprensa perdeu precocemente suas características pluralistas e libertárias, em nome da manutenção das empresas jornalísticas e do novo *status quo*. Marcondes Filho (2002) descreve todo o percurso do jornalismo, desde sua “pré-história”:

A história do jornalismo reflete de forma bastante próxima a própria *aventura* da modernidade. Enquanto a modernidade econômica engendrou o empreendedor burguês – personagem mítico cujo desenvolvimento pleno ocorreu principalmente no século 18 – e a modernidade política assistiu a vitória das democracias republicanas e seus múltiplos políticos disputando cadeiras nos parlamentos, a modernidade dos direitos sociais e humanos viu nascer no seu seio a figura do jornalista.¹¹

Os meios de comunicação, hoje entendidos, grosso modo, sob a designação geral “mídia”, começaram com a prática do jornalismo, tipo de linguagem que já narra mais de 400 anos da história humana. Intimamente ligado aos meios de produção capitalistas e ao estilo urbano de vida, o jornalismo sofre as consequências da intensa dinâmica moderna. A técnica jornalística se transformou ao longo do tempo, tensionada por duas forças: as demandas produtivas de um processo industrial capitalista (imprensa, rádio, TV etc.) e os ideais de pluralismo, cidadania, democracia.

No início do jornalismo, o aspecto da íntima relação com os direitos sociais e humanos mereceu destaque. Junto com a queda da aristocracia e a afirmação do espírito burguês, imprimiram-se textos que a Igreja Católica ocultou durante séculos, o que estremeceu a unidade religiosa europeia. Lutero pôde questionar dogmas religiosos e erguer as bases do protestantismo; as universidades, inicialmente ocupadas com questões teológicas e monopolizadas pela elite, tiveram parte de seu conhecimento divulgado.

E são os jornalistas que irão abastecer esse mercado; sua atividade será a de procurar, explorar, escavar, vasculhar, virar tudo de pernas para o ar, até mesmo profanar, no interesse da notícia. Surge daí uma prática eminentemente sua, o *mito da transparência*, filho direto da filosofia das Luzes. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 11, grifo do autor)

Trata-se, aqui, de esclarecer a respeito de uma aura de pureza moral atribuída ao jornalismo enquanto ofício e profissão, com repercussões que sempre permearam a tradição jornalística. Tal aspecto surgiu no período classificado por Marcondes Filho como “primeiro jornalismo”, de 1789 a 1830. Foi o período do esclarecimento político e ideológico, em que o saber e a informação deixaram de ser monopólio de uma elite, a qual passou a ser

¹¹ MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. 2.ed. São Paulo: Hacker, 2002, p. 9

questionada; os jornais davam ampla ressonância às novas ideias, com fins pedagógicos de formação política; o público percebe que o poder é algo “dos homens”, associado a interesses econômicos e à exploração de outros homens, ao contrário da antiga noção de uma origem divina do poder. Em Paris, somente entre fevereiro e maio de 1789, surgiram mais de 200 jornais (MARCONDES FILHO, 2002, p. 12).

Nas décadas que se seguem, até meados do século XIX, as disputas políticas e as lutas sociais ganham as ruas. Grandes partidos políticos, inclusive de operários, procuram ocupar a “esfera pública proletária”, principalmente na Inglaterra, França e Alemanha, em um período de grande agitação política e cultural. A imprensa popular aposta nas campanhas operárias e nas lutas socialistas, enquanto as empresas jornalísticas começam a se constituir como grandes firmas capitalistas: acaba o romantismo da primeira fase.

O *segundo jornalismo*, o do jornal como grande empresa capitalista, surge a partir da inovação tecnológica da metade do século 19 nos processos de produção do jornal. A transformação tecnológica irá exigir da empresa jornalística a capacidade financeira de autossustentação, pesados pagamentos periódicos para amortizar a modernização de suas máquinas; irá transformar uma atividade praticamente livre de pensar e de fazer política em uma operação que precisará vender muito para se autofinanciar. A fase romântica em que o valor pedagógico era financiado pela falência do jornal (Habermas) cede o passo à imprensa moderna e sintonizada com as exigências do capital. Um texto da época, segundo Jaenick, diz que “grande quantidade de escritores é puramente rebaixada a servidores, criados, ‘ajudantes de mercado’; o jornalismo cai numa nova dependência a olhos vistos. Uma nova tirania começa a se formar junto ao poder financeiro e à autoridade pública, que dividem entre si o jornalismo” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 13).

Estamos no período entre 1830 e 1900. A imprensa como negócio se consolida na Inglaterra, na França e nos EUA, caracterizando-se pela inversão da importância e da preocupação quanto ao caráter da mercadoria notícia: “seu *valor de troca* – a venda de espaços publicitários para assegurar a sustentação e a sobrevivência econômica – passa a ser prioritário em relação ao seu *valor de uso*, a parte puramente redacional-noticiosa dos jornais”.¹² Na prática, a liberdade de imprensa tombou ali. Essa imprensa de massa manteve-se aparentemente neutra, mas, em um movimento que se tornaria recorrente, em variadas medidas substituiu liberdade por entretenimento.

No século XX surge o *terceiro jornalismo*, um jornalismo de monopólios que só seria ameaçado por guerras e governos totalitários. O principal atributo do período vem a ser o desenvolvimento da indústria publicitária e das relações públicas, “que competem com o

¹² Ibidem, p. 14.

jornalismo até descaracterizá-lo, como vai acontecer no final do século 20”.¹³ O crescimento dessas variantes da área da informação consiste em uma reação à Grande Depressão americana, mas o processo se estendeu e chega à atualidade. A busca pela verdade é substituída pela pesquisa de uma verdade relativa, com pouca crítica ou engajamento.

A transformação ou a descaracterização da atividade [jornalística] (alguns chamam mesmo de “decadência”) tem a ver com a crise da cultura ocidental: o jornalismo é a expressão física de um espírito. O pano de fundo dessas mudanças é o fim da modernidade, caracterizado pelo (novo) processo universal de desencanto (defecção do socialismo e das alternativas ao capitalismo), pela crise dos meta-relatos e de todos os sistemas gerais de explicação, pela falência dos processos teleológicos (esperança de um futuro melhor, a subordinação do engajamento político a um projeto histórico) e – último, mas não menos sério – o desaparecimento do “conceito de agonística geral”, isto é, da política como embate, competição, confrontação radical (MARCONDES FILHO, 2002, p. 15).

Não cabe a este trabalho polemizar sobre a célebre questão do fim ou da permanência da modernidade. No entanto, alguns acontecimentos históricos do século XX, como as duas grandes guerras e o desenvolvimento da mídia, traduziram-se em alterações radicais nos pontos de vista e nos comportamentos de populações de todo o mundo. No mínimo, a modernidade estremece, e, junto com ela, um de seus maiores símbolos, o jornalismo.

Marcondes Filho (2002, p. 27-8) infere que o contexto contemporâneo vive sob o manto conciliador do neoliberalismo, com poucas diferenças nítidas entre culturas e países, sem engajamento a nenhuma coletividade ou força. Parafraseando Nietzsche, diz que “o novo ideal ascético do homem (niilista) tecnológico é talvez pior [que o religioso], pois não tem explicação, sentido: deseja-se o nada porque, excetuando-se os equipamentos eletrônicos, todo o resto acabou”. A crítica contundente abre espaço para que se descreva mais uma fase histórica do jornalismo, iniciada em 1970, na qual a tecnologia modificou a lógica do texto jornalístico e, ao contrário da exclusividade do passado, hoje “todos informam”.

O *quarto e último jornalismo*, o do fim do século 20, é o jornalismo da era tecnológica, um processo que tem seu início por volta dos anos 70. Aqui se acoplam dois processos. Primeiramente, a expansão da indústria da consciência no plano das estratégias de comunicação e persuasão dentro do noticiário e da informação. É a inflação de comunicados e de materiais de imprensa, que passam a ser fornecidos aos jornais por agentes empresariais e públicos (assessorias de imprensa) e que se misturam e se confundem com a informação jornalística (vinda da reportagem principalmente), depreciando-a “pela overdose”. Depois, a substituição do agente humano jornalista pelos sistemas de comunicação eletrônica, pelas redes, pelas formas interativas de criação, fornecimento e difusão de informações. São várias fontes igualmente tecnológicas, que recolhem material de todos os lados e produzem notícias. (2002, p. 30, grifo do autor)

¹³ Ibidem, loc. cit.

QUADRO SINTÉTICO DA HISTÓRIA DO JORNALISMO:

	Tipo	Época	Valores jornalísticos dominantes	Aspectos funcionais e tecnológicos	Agentes	Economia
Pré-história	Artesanal	1631 a 1789	Espetacular, singularmente novo (desastres, mortes, seres deformados, reis, etc.)	Jornal ainda semelhante ao livro, poucas páginas	Empreendedor isolado	Elementar
Primeiro Jornalismo	Político-literário	1789 a 1830	Razão (verdade, transparência); questionamento da autoridade; crítica da política; confiança no progresso	Profissionalização; surge a redação; diretor separa-se do editor; artigo de fundo; autonomia da redação	Políticos; escritores; críticos; cientistas	Economia deficitária
Segundo Jornalismo	Imprensa de massa	1830 a aprox. 1900	O “furo”; a atualidade; a “neutralidade”; criam-se a reportagem, as enquetes, as entrevistas, as manchetes; investe-se nas capas, logo e chamadas de 1ª. página	Rotativas e composição mecânica por linotipos (1890); telégrafo e telefone; cria-se a agência Havas; mais publicidade e menor o peso de editores e redatores; títulos passam a ser feitos pelo editor	Jornalistas profissionais	Economia de empresa: jornal tem que dar lucro; aumento das tiragens: 35 mil para 200 mil
Terceiro Jornalismo	Imprensa monopolista	De aprox. 1900 a aprox. 1960	Grandes rubricas políticas ou literárias; páginas-magazines: esporte, cinema, rádio, teatro, turismo, infantil, feminina	Influência da indústria publicitária e das relações públicas; uso da fotografia	Jornalistas, publicitários e relações públicas promovem “indústria da consciência”	Grupos monopolistas dominam a imprensa; época de tiragens-monstro
Quarto Jornalismo	Informação eletrônica e interativa	De aprox. 1970 até o presente	Impactos visuais; velocidade; transparência	Implantações tecnológicas (barateamento da produção); alteração das funções do jornalista; toda a sociedade produz informação	Redes / sistemas informatizados; pessoas em interface; jornalistas prestadores de serviço	Financiamentos migram para a TV e a Internet; crise da imprensa escrita

(MARCONDES FILHO, 2002, p. 48)

As inovações tecnológicas mudaram sobremaneira a atividade jornalística por virtualizarem o trabalho jornalístico impresso e por interferirem radicalmente no conteúdo. Ou seja, o produto jornalístico perdeu progressivamente a materialidade; o ambiente de trabalho perdeu as características básicas de uma redação convencional. No aspecto do conteúdo, “o fascínio da imagem, definido como critério principal dos meios visuais, passa a

ditar a hierarquia da comunicação: primeiro, uma cena tecnicamente perfeita; depois, um texto, uma narrativa, uma notícia” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 31). A análise também remete ao problema do simulacro levantado por Baudrillard e citado por Leff, à medida em que “os fatos fabricados concorrem em condições de superioridade (melhor técnica, mais dramaticidade, criação de cenas e situações vividas impossíveis de obter na realidade) com os fatos brutos ou reais”.¹⁴

A premissa forjada no início da trajetória jornalística, da busca pela “verdade”, enfim se distorceu totalmente, perante a ética ditada pela força da publicidade, das relações públicas e das assessorias de imprensa. Ao mesmo tempo, o próprio conceito de comunicação “invade com furor extraordinário todos os domínios da vida social, da economia aos esportes, da biologia celular à astrofísica” (MARCONDES FILHO, p. 33). Configurou-se duplo processo de mudança na esfera jornalística, com causas e efeitos em cascata: endógeno nas peculiaridades da profissão; exógeno na sociedade envolvente. O autor chama a atenção para a ilusão de um suposto barateamento da produção editorial que, no entanto, subordinou-se totalmente ao “sistema absoluto” tecnológico e informatizado. “A informática obriga todos a entrarem no mesmo barco, pois muda a lógica do conjunto como um todo, do sistema total do trânsito de informações. Sua força e sua potência – hoje inabaláveis – estão na unificação de todos segundo sua própria e arbitrária lei” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 35).

Os especialistas não são mais necessários, pois deve-se saber escrever em qualquer editoria, sobre qualquer assunto. Observa-se, na maioria das atividades jornalísticas, o fim de uma característica primordial da profissão, a análise, opinião do profissional experiente que se misturava aos dados objetivos apurados nas reportagens.

E não há “responsáveis” por toda essa virada na forma de se fazer jornalismo. É a civilização humana como um todo que se transforma a partir de uma variável independente: a informatização.[...] Por isso não se trata hoje de lamentar processos extintos, mas, muito ao contrário, de avaliar como revitalizar os *valores decisivos* que estão sendo soterrados com toda a nova agitação social. E esses valores não são os mesmos do passado, mas aqueles que a nova época põe em risco: o trabalho atento, cuidadoso, criterioso, lento com o objeto, o componente do ser humano não redutível a *bit* (paixões, emoções, sensibilidades), as questões éticas, etc.¹⁵

Aprofunda-se o diagnóstico do jornalismo da mídia de massa para estabelecer parâmetros confiáveis na presente pesquisa, na medida em que se investiga: (a) se os jornalistas têm condições (técnica, tradição, ética profissional) de colaborar para o debate da

¹⁴ Ibidem, loc. cit.

¹⁵ Ibidem, p. 37, grifos do autor.

QAA; (b) se tal processo é viável dentro dos meios de comunicação de massa; (c) se há possibilidade ou necessidade de o processo ocorrer fora da mídia de massa.

De acordo com os argumentos levantados até o momento, constata-se que, progressivamente, torna-se difícil viabilizar textos com análises aprofundadas nos meios de comunicação de massa. Abordam-se grandes temas, como a economia, sob o aspecto individualizado: como investir, onde investir, como sobreviver a um período de instabilidade econômica. Pautas que examinem a totalidade da economia, por exemplo, são marginalizadas. Verifica-se a incidência das tecnologias sobre a linguagem jornalística em duas frentes: na definição de pautas e na linguagem aplicada a todas as pautas, indicando que mudanças na linguagem jornalística decorrem de opções econômicas, tecnológicas e ideológicas.

A escolha dessas técnicas revela posicionamento que pressupõe um público que não deseja a intelectualização da notícia. A narrativa dispersa e fragmentada se opõe à narrativa que engloba todo o assunto sob um único fio condutor, na qual pensamentos se conectam a um raciocínio que aumenta a bagagem informativa e melhora a formação do leitor. A escolha pela fragmentação do texto (impresso ou eletrônico) leva o consumidor de informação a entender pequenos trechos de texto, equivalentes entre si, mas obscurece o entendimento das relações e da lógica que alinhava múltiplos fatos, esclarece Marcondes Filho (2002, p. 46). Ou seja, a pretensa opção técnica pela fragmentação é, antes de tudo, ideológica, no sentido do alheamento das plateias.

Após a década de 1970, a predominância da TV sobre os outros produtos midiáticos deve ser ressaltada como indiscutível. A TV maximizou o uso das técnicas eletrônicas, a fragmentação do discurso e a primazia da imagem sobre o texto, processo que se tornou ainda mais radical com o surgimento da Internet. Nessa plataforma tecnológica, as mídias convergem: escrita e audiovisual. E também a transmissão de dados, parcela das telecomunicações e uma infinidade de interfaces. Esta pesquisa vai esquivar-se de um exame minucioso da questão midiática em si, para ater-se à influência da sociedade midiaticizada sobre a prática jornalística. Assim, o próximo passo é diferenciar “comunicação” de “informação”, conceitos que se interpenetram no cotidiano jornalístico.

A partir do *terceiro jornalismo*, os jornalistas passaram a ter maior proximidade com as necessidades econômicas das empresas de mídia. Passaram a competir com a publicidade e com as relações públicas por espaço político nos meios de comunicação de massa, além de se preocuparem com as consequências econômicas e políticas das reportagens produzidas. Sutilmente, as redações passaram a permitir a entrada de material preparado com o objetivo de promover interesses particulares, advindo das chamadas assessorias de imprensa.

São textos (releases) redigidos por jornalistas, para jornalistas da grande imprensa, realçando aspectos positivos de produtos, empresas ou eventos. Esse material chega a jornalistas receptivos e transformam-se em matéria de jornal com poucos ajustes. O rastro de assessoria de imprensa soa imperceptível ao público que desconhece as entranhas dos meios de comunicação. Tal relação de licenciosidade deliberada acentua o caráter acrítico da prática jornalística nas últimas décadas, chegando a níveis alarmantes de ambiguidade e vazio informativo em notícias destinadas a sobreviver por alguns minutos.

Comunicação passou a se aplicar às formas de “fabricar fatos”, de criar notícias, de seduzir jornalistas para fatos originalmente não jornalísticos mas suficientemente atraentes para cativá-los e fazê-los transformar em notícia. É prática que desenvolvem assessorias de imprensa de empresas, partidos políticos, pessoas importantes, líderes religiosos etc. Eles se valem de estratégias sofisticadas e de muita verba para levar material de imprensa a jornalistas, para que estes o “comprem”, isto é, o desenvolvam e publiquem.

Em contrapartida, *informação* seria aquilo que os jornalistas buscam por si mesmos, que não ganham de graça, que dá trabalho e que se torna notícia pela sua própria natureza. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 107, grifos nossos)

Com a expansão da televisão e da Internet, os jornais viram seu público e as verbas publicitárias diminuírem, o que fez aumentar a aceitação do “jornalismo de comunicados”. Jornalistas perderam o prestígio, a autonomia e o monopólio de informar. A relação de dependência entre a notícia e os financiadores reduz o jornalismo, cada vez mais, a uma atividade submetida ao capital, processo que confunde patrões, jornalistas, professores de jornalismo e o público. Conforme se afirmou no início desta seção, o jornal-empresa e, por extensão, as empresas de comunicação de massa surgidas posteriormente, não têm como propósito contribuir para o interesse público. Essa era uma premissa do jornalismo inicial.

Os efeitos da revolução da internet para as mídias tradicionais tem sido devastador. Cento e vinte jornais já desapareceram nos EUA; jornais europeus de “referência”, como *Le Monde* (França), *El País* (Espanha), *Corriere della Sera* (Itália), *The Independent* e *The Guardian* (Inglaterra) constatarem quedas na circulação e fortes baixas nos rendimentos.¹⁶

Especialistas reunidos no Fórum Mundial dos Editores de imprensa, em Hamburgo (2010), previram queda de 50% nas vendas de jornais diários em 5 anos e que 55% dos leitores passariam a acessar os conteúdos por computadores, celulares ou afins. De 2003 a 2008, a circulação mundial de jornais diários pagos desabou 7,9% na Europa e 10,6% na América do Norte.

¹⁶ RAMONET, I. **A explosão do jornalismo**: das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2012, p. 30-6.

Na França, em 10 anos o *Le Monde* perdeu 25% de seus compradores diários, enquanto o *Le Figaro* perdeu 12,5%. Nos EUA, em 2009 aproximadamente 40 grandes jornais diários declararam falência, em um cenário de demissões em massa e de desaparecimento de publicações tradicionais com mais de 100 anos de história. O *The Washington Post*, um dos jornais mais prestigiados do mundo, fechou o suplemento literário *BookWorld*; o poderoso *The New York Times* perdeu 20% das receitas publicitárias em um ano e teve de hipotecar o imóvel de sua sede; os rendimentos dos quatro mais prestigiados jornais estadunidenses caíram mais de 25% em relação ao ano de 1989, antes do fenômeno da internet. Na Espanha, o *El País* viu sua circulação diminuir 13,1% entre outubro de 2009 e outubro de 2010; as vendas em bancas caíram 18,3%. No Brasil, o Jornal do Brasil, fundado em 1891, aboliu a edição impressa para se tornar exclusivamente digital. O panorama geral em todos os países é de aflição em relação à mídia impressa. O produto “jornal” e seu modelo de negócios chegou ao fim, da maneira como se conhece (RAMONET, 2012, p. 30-6).

Ramonet (2012) revela que a onda avassaladora também atinge o rádio e a televisão, em particular canais de informação contínua: o France 24, canal de informação internacional do governo francês, teve queda de 38% em suas vendas publicitárias entre 2009 e 2010; o CNN+, canal espanhol do grupo Prisa, encerrou sua programação em dezembro de 2010; a CNN estadunidense, decana do *all news* e com 30 anos de existência, perdeu 40% de sua audiência em 2010. Ainda nos EUA, canais generalistas como NBC, CBS News e ABS News enfrentam graves crises e são obrigados a efetuar cortes de orçamento e/ou de pessoal.

Ramonet (2012, p. 16-9) afirma que, no cenário pessimista, alguns fatores apontam para possíveis soluções: os sites de publicações da imprensa escrita considerada “séria” são os mais procurados pelos internautas. Dos 200 sites estadunidenses de informação mais visitados, os sites das mídias tradicionais correspondem a 67% do tráfego. Em um exemplo emblemático, o *The New York Times* possui tiragem em papel de 950 mil exemplares; sua versão online é lida por 43,7 milhões de internautas diariamente. Outro dado curioso: 80% dos links encontrados em sites, blogs ou nas redes sociais remetem a mídias tradicionais.

Em amplitude, o fenômeno ultrapassa o surgimento da televisão, causa de grande queda na audiência e nas receitas das emissoras de rádio. A internet é muito mais ampla e as interfaces revelam questões que excedem o contexto midiático, passando às relações sociais. Para o jornalismo, talvez a principal mudança seja a interação direta com o público, isto é, o jornalista continua como emissor de informação, mas também recebe conteúdo produzido por sua audiência. Na verdade, o internauta se vê em pé de igualdade com o jornalista, encorajado pelas mídias hegemônicas a enviar vídeos, fotos etc.

À questão “O que é uma informação?”, as mídias em desespero tendem agora a responder unicamente em termos de audiência. Uma “boa” notícia é aquela que pode interessar ao maior número de pessoas. Não aquela que seria, por exemplo, a mais útil à coletividade, a mais decisiva ou a mais esclarecedora em matéria de economia, de ecologia, de política... Com efeito, as grandes mídias perdem de vista, assim, o verdadeiro sentido de sua missão. Consagrando muito tempo ao seu objetivo essencial de domesticar a sociedade, elas não sabem mais para o que servem.

A questão da identidade do jornalismo profissional também se coloca. Se cada indivíduo é, a partir de agora, um “jornalista”, o que é um jornalista? No que reside sua especificidade? Como distingui-lo, por exemplo, de um *web*-ator, que observa e apresenta seu ponto de vista sobre uma realidade da qual ele é testemunha? Por que privilegiar a “verdade do jornalista”? (RAMONET, 2012, p. 22-3)

São vários processos acontecendo ao mesmo tempo na atualidade, com consequências para a prática jornalística: (i) a competição da internet com as mídias de massa tradicionais; (ii) a internet enquanto plataforma de divulgação de práticas antiéticas da grande imprensa; (iii) a decadência econômica de meios de comunicação de massa tradicionais; (iv) o aviltamento de salários e das condições de trabalho do jornalista; (v) a internet e as diversas interfaces midiaticizam a prática da reportagem; (vi) a mudança no comportamento do consumidor de informação, cada vez menos propenso às reflexões de um texto denso.

As profundas mudanças que ocorreram nas empresas de comunicação modificaram radicalmente o panorama da prática jornalística, estremecendo o prestígio da grande imprensa, a qual chegou a ser qualificada como o “quarto poder”. “O verdadeiro poder é, a partir de agora, mantido por um feixe de grupos econômicos e financeiros planetários e de empresas globais, cujo peso nos negócios do mundo é, às vezes, mais importante que o dos Estados. Eles são os ‘novos mestres do mundo’” (RAMONET, 2012, p. 56-7).

As empresas midiáticas procuram agrupar em seu interior todas as mídias (edição, fotografia, imprensa, rádio, cinema, televisão, internet), mas também todas as atividades das três grandes esferas: a cultura de massa, a comunicação e a informação. Essas esferas eram antes autônomas. De um lado, a cultura de massa, com sua lógica comercial, suas criações populares, seus objetivos essencialmente mercantis. De outro, a comunicação, a publicidade, o *marketing*, a propaganda, a retórica da persuasão. Enfim, a informação, com suas agências de notícias, os boletins radiodifundidos ou televisionados, a imprensa escrita, os canais de informação contínua, os *sites* de informação, os blogs, o universo de *todos os jornais*.

Essas três esferas, antes tão diferentes, imbricaram-se pouco a pouco para constituir uma única esfera ciclópica, no interior da qual se torna cada vez mais difícil distinguir as atividades provenientes da cultura de massa, da comunicação, da informação ou da internet. A internet absorve tudo, ela é totalizadora.¹⁷

¹⁷ Ibidem, p. 57-8 (grifos do autor)

As três esferas se unem, em uma nova esfera mantida por poucos e gigantescos conglomerados de mídia globais em defesa de um mesmo *status quo*. Torna-se difícil achar uma equação em que privilegiar o interesse público seja prioritário. Em afirmação condizente com os argumentos levantados, Ramonet (2012, p. 53) aponta que “não é falso afirmar que as mídias dominantes colocam atualmente um grave problema para a democracia. Elas não contribuem mais para ampliar o campo democrático; trabalham, ao contrário, para restringi-lo, atacar suas bases e miná-lo”.

A indústria da comunicação transformou-se em um grande negócio e constitui campo estratégico no mundo globalizado, com um volume de vendas que passou de um trilhão de euros, em 1995, para três trilhões de euros em 2010, o equivalente a 15% do PIB mundial.¹⁸ A atividade inclui internet, informática, telefonia, mídias, cultura, videogames, publicidade e redes sociais.

Teoricamente, as possibilidades da mediatização da sociedade são promissoras, no sentido da divulgação de conhecimento e de pontos de vista alternativos, bem como o acesso a bibliotecas, livros, pesquisas e dados. Há autores que veem o fenômeno como fator de modificação das estruturas sociais. Uma verdadeira tendência à virtualização das relações humanas pode estar em andamento, via mediatização, entendida como

uma ordem de mediações socialmente realizadas – um tipo particular de interação, portanto, a que poderíamos chamar de tecnomediações – caracterizadas por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *medium*. Trata-se de dispositivo cultural historicamente emergente no momento em que o processo da comunicação é técnica e mercadologicamente redefinido pela informação, isto é, por um produto a serviço da lei estrutural do valor, também conhecida como capital.¹⁹

Ou seja, a esfera ciclópica expressa por Ramonet (2012), com parâmetros que não diferenciam informação de comunicação ou publicidade, tende a ocupar cada vez mais espaço nas relações humanas. Por meio de próteses midiáticas vistas como extensões do sujeito, as tecnomediações afetam formas de vida tradicionais, nas quais introduzem a prevalência da forma sobre os conteúdos semânticos. Sodré (2006, p. 22) ressalta que o conceito de mediatização não recobre a totalidade do campo social, mas sim o campo da

[...] articulação hibridizante das múltiplas instituições (formas relativamente estáveis de relações sociais comprometidas com finalidades humanas globais) com as várias

¹⁸ Ibidem, p. 59.

¹⁹ SODRÉ, M. Eticidade, campo comunicacional e mediatização. In: MORAES, D. (org). **Sociedade mediatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 20-1. (grifos do autor)

organizações de mídia, isto é, com atividades regidas por estritas finalidades tecnológicas e mercadológicas, além de culturalmente afinadas com uma forma ou um código semiótico específico.

De início, ofusca-se o otimismo em relação às possibilidades da sociedade midiaticizada, pois as tecnomediações se condicionam por interesses do mercado. Questiona-se a esperança de uma democracia participativa na internet, na medida em que democratização “não é nada que se obtenha pela multiplicidade técnica de canais, nem por uma legislação liberal aplicada às telecomunicações, nem mesmo pela concentração de espaços promovida pelas redes cibernéticas” (SODRÉ, 2006, p. 23). Um poder cada vez mais hegemônico, que um dia já foi simbolizado pelas caravelas, depois pela máquina a vapor e hoje está na grande mídia, se mantém no centro da sociedade ocidental:

É que a tecnocultura – essa constituída por mercado e meios de comunicação, o quarto *bios* – implica uma nova tecnologia perceptiva e mental, portanto, um novo tipo de relacionamento do indivíduo com as referências concretas e com a verdade, ou seja, uma outra condição antropológica. Do ponto de vista da mídia tradicional – televisão e entretenimento, basicamente – o poder da tecnocultura é homólogo (e a homologia não se dá por acaso, passa pelo vetor do mercado) à hegemonia norte-americana no Ocidente, que reside em sua capacidade de formar a agenda política e noticiosa internacional, de produzir em seus laboratórios e indústrias a maior parte dos objetos da economia midiática e de atrair as consciências para uma forma de vida sempre modernizante por vias do liberalismo democrático e do consumo. (SODRÉ, 2006, p. 23)

A midiaticização da sociedade significa uma modificação nos padrões culturais e de relacionamento, uma alteração não fortuita, dirigida pelo mercado unificado sob a batuta dos países centrais do Ocidente, tendo os EUA como protagonista. O consumo de tecnologia torna-se rotineiro, chancelado por um conteúdo moral próprio, individualista: todos são iguais perante a lei e a economia monetária. A profunda alteração cultural que se constata em cidades globalizadas direciona-se para a reprodução do capital.

A intensificação tecnomidiática atravessa, articula e condiciona o atual estágio do capitalismo, cujo pilar de sustentação é a capacidade de acumulação financeira numa economia de interconexões eletrônicas. O sistema tecnológico incorpora à lógica hegemônica a sua vocação expansiva, ancorada na contínua integração de fluxos de informação de altíssima velocidade, a um custo decrescente, e tendo por escopo a comercialização globalizada. Em tal moldura, a disponibilização em tempo real afigura-se como elemento chave para a diminuição dos prazos de resposta de investidores e especuladores à volatilidade dos mercados financeiros. A informação credencia-se como insumo de poder e recurso básico de gestão, assumindo distintas concepções: memória (acervos e arquivos digitais); cultura (filmes, vídeos, DVDs, CDs, jornais, programas televisivos, livros etc.); *know how* (invenções, protótipos etc.); propriedade intelectual (*softwares*, patentes) e genética (DNA). Cada vez mais, a produtividade e a competitividade dependem da

capacidade dos agentes econômicos de aplicar com eficiência os dados e conhecimentos obtidos.²⁰

Todas as novidades das plataformas digitais favorecem a convergência de redes, hibridizando dados, imagens e sons. Além do conteúdo fornecido, os próprios aparelhos tecnológicos que os fornecem também são objeto de cobiça do consumidor, ávido por se identificar como “conectado”. A avidez pela conexão e pelo consumo pode ser notada globalmente, estimulada pelas mediações e interações da sociedade midiaticizada. “Quando sei, por exemplo, que 150 mil horas de filmes, seriados e eventos esportivos oriundos dos Estados Unidos são apresentadas mensalmente nas emissoras de TV dos países latino-americanos, pergunto-me: ainda temos a prerrogativa de deter essa marcha invasiva?”, pergunta Moraes (2006, p. 36). A inserção da cultura de mercado liderada pelos EUA é tão profunda que gera aceitação sem que se pense em algum tipo de limitação a práticas abusivas.

A cultura está imersa na lógica do lucro que preside a expansão da formamercadoria a todos os campos da vida social. Integrada, como as demais áreas produtivas, ao consumismo, a esfera cultural torna-se componente essencial na lubrificação do sistema econômico, a ponto de o setor do entretenimento, juntamente como o de *software*, liderar a pauta de exportações dos Estados Unidos. (MORAES, 2006, p. 37)

A abrangência das redes não desfaz desníveis sociais e pode até acarretar o surgimento de uma nova segmentação econômica entre conectados e desconectados. Moraes (2006) levanta números interessantes sobre a distribuição do uso de internet no mundo: Europa e América do Norte possuem 64% dos internautas; América Latina tem 6%; África e Oriente Médio, somados, ficam com 2% dos internautas, relativizando o conceito de que o fenômeno de midiaticização seja universal. Contudo, convém recordar que a maioria das decisões geopolíticas e econômicas de importância global se dá no âmbito dos “conectados”, o que tende a beneficiar tanto a expansão da sociedade midiaticizada, quanto o capitalismo hegemônico como um todo.

Moraes (2006) traz informações do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 2004, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no qual se afirma que 80% dos habitantes do planeta sequer tinham ouvido falar de internet naquele ano, enquanto 10% tinham acesso à rede e outros 10% apenas sabiam do que se tratava; 0,4% dos africanos se conectavam então, enquanto 70% da população estadunidense estava

²⁰ MORAES, D. A tirania do fugaz: mercantilização cultural e saturação midiática. In:_____. **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 35.

conectada. Em suma, 19% dos habitantes da Terra representavam 91% dos usuários de internet. Ao mesmo tempo, constata-se que os 20% da população dos países ricos (conectados) dispõem de 85% da riqueza mundial (MORAES, 2006, p. 43). São argumentos suficientes para apontar que a “diversidade” necessária às esferas democráticas passa longe das produções midiáticas, globalmente e na América Latina.

A globalização é então – também – a “globalização das mídias de massa”, da comunicação, da informação e da *web*. De um ponto a outro do planeta, os senhores das redes são os mesmos: Time Warner, Walt Disney Company, News Corporation e Bertelsmann, que dominam as indústrias de entretenimento, Hewlett Packard, Samsung, Dell e Hitachi, primeiros grupos de eletrônicos de grande consumo; AT&T, NTT, Verizon e Deutsche Telekom, que dominam o mercado das telecomunicações; Alcatel, Nokia, Cisco Systems e Motorola, principais produtores de equipamentos de telecomunicações; Hewlett Packard, Dell, Acer e Lenovo, que reinam no mercado de materiais de informática; Microsoft, Oracle Corporation, Symantec e SAP AG, primeiros fabricantes de programas de informática; Facebook, MySpace, Twitter, principais redes sociais; Google, Yahoo! e Bing, liderando os *sites* de busca; e outras firmas planetárias como Apple [segunda empresa mais valiosa do mundo em 2010], Sony, LG, Philips, eBay (proprietária do PayPal), Amazon etc. (RAMONET, 2012, p. 59)

Sob o aspecto da QAA, infere-se que essas empresas viabilizam a aceitação planetária do paradigma desenvolvimentista ocidental como único processo possível de desenvolvimento. São duas questões relacionadas, na medida em que as tecnomediações se impõem velozmente na sociedade amazônica. A divulgação de factoides²¹ em todas as mídias ao mesmo tempo, com edições de vídeo esteticamente impecáveis, fazem da manipulação política uma tarefa vulgar para comunicadores e comunicólogos. Governos de todo o mundo aprenderam a importância de investir nas ferramentas de manipulação da informação, por meio de mídias interativas rotuladas como “sociais”.

A pura e simples injeção de verbas governamentais em meios de comunicação de massa virou prática trivial de norte a sul do Brasil. A defesa “dos negócios” é ubíqua, como se dissessem respeito à maioria da população. Ramonet (2012) cita os casos de Venezuela, Equador, Bolívia e Argentina como exemplos de locais em que foram conjuradas verdadeiras “guerras midiáticas” contra governos eleitos democraticamente, chanceladas pelos jornalistas da mídia monopolista. Nos EUA, Rupert Murdoch, proprietário do grupo News Corp. (Fox News), é o grande estrategista da polarização da vida política estadunidense.

Eles [grupos midiáticos globais] não se comportam mais como mídias, mas como verdadeiros partidos *políticos*. Não reivindicam o direito de crítica, mas se

²¹ Factoide: fato, verdadeiro ou não, divulgado com sensacionalismo, no propósito deliberado de gerar impacto diante da opinião pública e influenciá-la (FERREIRA, 2009).

constituem uma oposição *ideológica*. Sua verdadeira missão é conter as reivindicações populares. Seu modelo continua sendo Silvio Berlusconi, diretor do principal grupo de comunicação italiano, eleito democraticamente presidente do Conselho. Berlusconi demonstrou que, quando se possui a maior fortuna de um país, e se controla seu principal grupo midiático, ganhar – democraticamente – uma eleição nacional é uma simples formalidade. (RAMONET, 2012, p. 62, grifos do autor)

São patentes os direcionamentos capitalistas e comerciais da mídia de massa em defesa do *status quo* e das classes hegemônicas em geral. Acredita-se não mais ser necessário apontar outros indícios desse fato, reforçado pela evidência histórica de que os jornais-empresa (início dos meios de comunicação de massa) foram criados para dar lucro como qualquer outra empresa.

O interesse público, em nenhum momento, deu o tom da ação desses meios de comunicação desde o século XIX. Assim, o mito da liberdade de imprensa é visto, ao longo da história, como autopropaganda da mídia de massa para se manter intocável diante dos Estados democráticos.

Como conclusão da presente seção, infere-se que a discussão da QAA na mídia de massa é limitada e inconsistente, pois não se coaduna com os interesses políticos e econômicos das grandes empresas de comunicação. O debate da QAA simplesmente não se enquadra no projeto político dos meios de comunicação de massa, pois pressupõe o questionamento da hegemonia da proposta capitalista de desenvolvimento. Assim, vê-se como necessidade metodológica desta pesquisa disjuntar jornalismo e mídia de massa, para que se possa analisar o primeiro sem as amarras político-econômicas da segunda, o que será feito na próxima seção.

Admite-se a necessidade de uma ação política global, em duas frentes: a primeira, no sentido de “exigir das grandes mídias que elas permitam aos jornalistas agir em função de sua consciência, e não em função dos interesses dos grupos, das empresas e dos patrões que os empregam” (RAMONET, 2012, p. 63); em segundo lugar, a procura por alternativas para viabilizar uma prática jornalística alternativa à das mídias de massa.

A próxima seção destina-se a investigar se a linguagem jornalística, em si, é capaz de contribuir para o debate da QAA.

3.2 O Jornalista como Mediador Social

Admite-se a importância do jornalista na sociedade midiaticizada devido à habilidade em gerenciar informações. São ágeis redatores, conhecedores da gramática e da narrativa. Acima de tudo, o jornalista caracteriza-se pela sutil capacidade da empatia, ou seja, de colocar-se no lugar do receptor das informações que publica.

Há pesquisadores que supõem o fim do jornalismo. Sem dúvida, finda um determinado tipo de jornalista, aquele ligado a grandes meios de comunicação, que sonha com a liberdade de imprensa. Houve ocasiões em que foi possível sonhar com isso. Ironicamente, o surgimento da publicidade como financiadora das empresas jornalísticas foi um desses momentos. Os anúncios e as grandes tiragens possibilitaram independência financeira.

Traquina (2004) inicia seu livro afirmando ser difícil explicar “o que é jornalismo” em uma frase “ou até mesmo num livro”.²² Na origem, o jornalismo viabilizou o questionamento do poder exercido unilateralmente pela aristocracia europeia. Hoje, quando qualquer cidadão se arroga ao direito de ser jornalista, pode ser difícil entender que a simples circulação de informações era restringida, mesmo nos países mais democráticos da época.

Ao mesmo tempo, isso ajuda a entender o papel revolucionário da informação na sociedade humana. Na Inglaterra, a censura foi abolida em 1695, mas a reportagem parlamentar foi controlada até 1771; na França, mesmo com a revolução de 1789, que já combatia a censura, a imprensa sofreu repressão até 1877.²³ Ou seja, vivia-se um contexto em que a mera divulgação de ideias estava proibida nesses países, os mais avançados da época em termos de democracia.

Em 1762, em seu *Contrato Social*, Rousseau chegou ao conceito de “interesse público”. Traquina (2004, p. 45) cita a célebre frase do autor segundo a qual “a vontade geral tem sempre razão, mas o julgamento que a guia nem sempre está informado...”. Em outras palavras, a informação é essencial para que uma sociedade construa seu futuro democraticamente. Assim, para começar, tornou-se imprescindível a liberdade de opinião.

Impulsionada pelas revoluções americana (1776) e francesa (1789), a liberdade torna-se um princípio sagrado. Reza o artigo 11 da Declaração do Homem e do Cidadão, aprovada em agosto de 1789: “A livre circulação de pensamento e opinião é um dos direitos mais preciosos do Homem. Todos os cidadãos podem

²² TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Volume I. Florianópolis: Insular, 2004, p. 19.

²³ TRAQUINA, 2004, p. 41, et seq.

portanto falar, escrever e publicar livremente, exceto quando forem responsáveis pelo abuso dessa liberdade em casos bem determinados por lei". O Marquês de Mirabeau defendeu a declaração nos Estados Gerais, onde afirmou: *"Que a primeira das vossas leis consagre para sempre a liberdade de imprensa. Esta é a mais intocável, a mais incondicional liberdade – sem a qual as outras liberdades nunca poderão ser asseguradas"*. (TRAQUINA, 2004, p. 45)

Prover ao público o conhecimento de alternativas políticas e econômicas justifica a existência do jornalismo. "A democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é o de informar o público sem censura".²⁴ O jornalismo é visto como um campo de tensão entre dois aspectos que se tornaram dominantes e complementares na contemporaneidade: o polo econômico (a definição das notícias como um negócio) e o polo ideológico (a definição das notícias como um serviço público).²⁵

Na dinâmica desta tese, a temática do jornalismo como "polo econômico" foi desenvolvida na seção 3.1. O "polo ideológico", segundo a enunciação de Traquina, interessa nesta seção para que se reflita livremente a respeito dos métodos jornalísticos. Pesquisa-se o jornalismo visto como "serviço público": informação para que os cidadãos saibam exercer seus direitos com responsabilidade; um jornalismo que contribua para o debate sobre a QAA.

A teoria democrática argumenta que o jornalismo, inicialmente identificado apenas com a imprensa, deve ser um veículo de informação para equipar os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e voz na expressão das suas preocupações [...]. Segundo o historiador Boyce, a imprensa atuaria como um elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governantes (Boyce, 1978:21). [...] No "tipo ideal" esboçado, os membros desta *comunidade interpretativa* [jornalistas] são pessoas comprometidas com os valores da profissão em que agem de forma desinteressada, fornecendo informação, ao serviço da opinião pública, e em constante vigilância na defesa da liberdade e da própria democracia.²⁶

Traquina menciona a existência do "ethos jornalístico", uma maneira de como se deve ser jornalista / estar no jornalismo, de acordo com a "elaboração de uma vasta cultura rica em valores, símbolos e cultos que ganharam uma dimensão mitológica dentro e fora da 'tribo' e de uma panóplia de ideologias justificativas em que é claramente esboçada uma identidade profissional".²⁷ Entre as ideologias justificativas do jornalismo, destacam-se: (a) liberdade, entendida como liberdade de imprensa e de opinião, mas também abrange o aspecto da independência e da autonomia do jornalista em relação a outros agentes sociais; (b)

²⁴ Ibidem, p. 22.

²⁵ Ibidem, p. 24.

²⁶ Ibidem, p. 129 (grifo nosso).

²⁷ Ibidem, p. 126.

credibilidade, preocupação que leva à sistemática verificação de fatos e fontes de informação; (c) cuidado com a exatidão da informação; (d) **verdade**, conceito complexo e abrangente, entendido de acordo com a noção clássica de “adequação do enunciado aos fatos” (LAGE, 1985, p. 25); (e) objetividade – não em oposição a subjetividade, mas como reconhecimento de sua inevitabilidade (TRAQUINA, 2004, p. 131-5).

O século XX começou sob uma maré de pessimismo em relação à democracia. A crença na razão humana foi abalada por estudos que investigaram o comportamento irracional das multidões. O forte esforço propagandístico que levou os EUA à Primeira Guerra Mundial, bem como o surgimento da profissão de Relações Públicas provocaram uma descrença generalizada a respeito dos “fatos”. O célebre livro do jornalista estadunidense Walter Lippmann, “Opinião Pública”, de 1922, retrata essa época e aponta a crise da democracia ocidental no início do século XX como uma crise do jornalismo. A solução seria a introdução do método científico no jornalismo, para torná-lo mais profissional.

Assim, a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não interessada e se protegerem contra eventuais críticas a seu trabalho. (TRAQUINA, 2004, p. 139)

Apontam-se quatro procedimentos advindos da opção pela objetividade: (i) a apresentação de possibilidades conflituosas, ou seja, em caso de choque de versões, expor ambas, contanto que se sustentem; (ii) a apresentação de provas auxiliares, mediante a localização e citação de acontecimentos ou conceitos admitidos como verdadeiros; (iii) o uso sensato de aspas, de forma a diluir a presença do repórter e atribuir a verdade de um argumento/fato à opinião de outra pessoa; (iv) a estruturação da informação em uma sequência apropriada, procedimento que levou à conformação clássica da notícia jornalística como um texto que se inicia com as informações mais importantes.²⁸

Trata-se de um texto estruturado como uma “pirâmide invertida” de informações: as mais importantes devem estar no início; as menos importantes, no final. O primeiro parágrafo se chama lide (originado de “lead”, em inglês, “guia”), definido pelo jornalista de acordo com sua percepção sobre qual ou quais fatos são mais importantes para iniciar o texto. Há uma fórmula, baseada em seis perguntas, destinada a ajudar na construção do texto. Para se configurar como notícia completa, é preciso saber o “quê”, “quem”, “quando”, “onde”, “como” e “por quê” (TRAQUINA, 2004, p. 141). A objetividade ajuda na organização do

²⁸ Ibidem, p. 139-40.

trabalho jornalístico, bem como na necessidade sistematizar o “fechamento” de matérias e reportagens diariamente. Colabora ainda na padronização do produto “notícia” no contexto de convívio entre vários jornalistas. Várias linhas de pesquisa contestam esses conceitos clássicos na prática jornalística, mas este trabalho entende que permanecem necessários ao jornalismo.

O fato é que a definição da postura do profissional do campo jornalístico não é da exclusiva responsabilidade dos próprios “agentes especializados”; a própria sociedade, com base na aceitação consensual da teoria democrática, influencia fortemente a definição da postura profissional dos membros desta comunidade [jornalistas]. A objetividade, ou uma outra designação de uma noção de equilíbrio (*balance*), está associada pela esmagadora maioria dos cidadãos ao papel do jornalista, e é consagrada nas leis que estabelecem as balizas do comportamento dos profissionais, em particular os que trabalham nas empresas de comunicação social do setor público. Está presente, pelo menos de uma forma implícita, se não explicitamente, nos códigos deontológicos dos jornalistas nos países democráticos e está no centro de toda uma mitologia que representa os jornalistas em diversas narrativas que ocupam um papel central na cultura profissional. (TRAQUINA, 2004, p. 143)

Lage (1985) usa o termo “imparcialidade” para explicar fenômeno complementar, também apontando sua origem nos EUA. O autor afirma que a imprensa jamais sofreu censura de Estado nos EUA, o que faz daquele país uma das principais referências no desenvolvimento técnico do jornalismo. Ocorrem pressões de grupos econômicos e comunitários, como em qualquer lugar, mas historicamente a mídia teve papel diferenciado.

Logo após a guerra civil, a imprensa já se enquadrava no modelo capitalista liberal, incumbida de sociabilizar multidões de imigrantes europeus. Para conquistar as massas, os grandes veículos da época deram ênfase a histórias sentimentais e crimes, com uma abordagem emocional que gerou a chamada imprensa “sensacionalista”. Com o objetivo de superar o sensacionalismo, “os jornalistas americanos conseguiram emprestar rigor às técnicas de apuração e tratamento de informações. Foram buscar no espírito científico o respeito pelos fatos empíricos e o cuidado de não avançar além daquilo que os fatos indicam” (LAGE, 1985, p. 15). A ideia de imparcialidade é parte dessa postura, diz o autor, confirmando o argumento de Traquina ao notar o surgimento de padrões de processamento das informações, decorrentes dos conceitos de objetividade e imparcialidade.

No contexto de confusão entre informação e comunicação, conforme desenvolvido acima, impõe-se a pergunta: o que é a mensagem jornalística? Notícia, reportagem, matéria, informação: como tudo na área de Comunicação Social, os conceitos são fluidos. No dicionário, notícia se confunde com novidade, com informação e conhecimento (FERREIRA,

2009). Na definição número oito, sob a rubrica “Jornalismo”, consta uma das melhores definições, tendo em vista que muitos autores fogem da ingrata tarefa de demarcá-la: “relato de acontecimento atual, de interesse público geral, ou de determinado segmento da sociedade, veiculado em jornal, rádio, televisão, etc.”.

Evidentemente, são necessárias outras ponderações para que se relacione a técnica da notícia com o *ethos* jornalístico. Como “a teorização sobre a informação jornalística tem corrido em perseguição à práxis”,²⁹ a conceituação de notícia costuma se vincular aos meios de comunicação, já que todo jornalismo pressupõe um meio de comunicação em que as notícias sejam publicadas. Em linguagem especializada, Bahia (1990) diz que,

A notícia é a base do jornalismo, seu objeto e seu fim. Através dos meios do jornalismo ou dos meios de comunicação direta ou indireta, a notícia adquire conteúdo e forma, expressão e movimento, significado e dinâmica para fixar ou perenizar um acontecimento, ou para torná-lo acessível a qualquer pessoa.

[...]

Toda notícia é uma informação, mas nem toda informação é uma notícia. Diariamente, os veículos do jornalismo recebem de suas fontes toneladas de informações que passam por um crivo de seleção, tratamento e coordenação para só então tornarem-se notícias para consumo do público.³⁰

Assim, notícia é um conceito de ampla abrangência: inclui desde a informação descompromissada da linguagem oral até o produto formatado de um meio de comunicação jornalístico. Este último aspecto será abordado a partir de agora, como sinônimo de mensagem jornalística.

Quando um meio de comunicação jornalístico escolhe o público que pretende alcançar e traça uma linha editorial, significa que estão criados os critérios que vão determinar o que será e o que não será notícia naquele produto jornalístico, de acordo com os supostos interesses daquele público. Desta forma, uma informação pode ser notícia para o público do veículo A e não o ser para o público do veículo B, o que relativiza o conceito. Lage oferece uma visão técnica de “notícia”:

Do ponto de vista da estrutura, a notícia se define, no jornalismo moderno, como *o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante*. Essa definição pode ser considerada por uma série de aspectos. Em primeiro lugar, indica que não se trata exatamente de narrar os acontecimentos, mas de expô-los. (LAGE, 1985, p. 16, grifos do autor)

²⁹ MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2.ed. São Paulo: Summus, 1988, p. 16.

³⁰ BAHIA, J. **Jornal, história e técnica**: as técnicas do jornalismo. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990, p. 35-6.

Decorrente das circunstâncias históricas em que o jornalismo se desenvolveu, uma técnica se desenhou, passível de ser aplicada a meios de comunicação que não sejam de massa. De acordo com os conceitos de novidade, verdade, fato, objetividade e imparcialidade, entre outros, constroem-se as notícias no contexto do jornalismo, o que obriga, segundo Lage, a algumas restrições no código linguístico. “A limitação do código – reduzindo tanto o número de itens léxicos (palavras e expressões) quanto de operações (regras gramaticais) de uso corrente – aumenta a comunicabilidade e facilita a produção da mensagem [...]” (LAGE, 1985, p. 22). Tal restrição deriva da diretriz jornalística de fazer-se entender pelo maior número possível de pessoas. Reduz-se a amplitude de conteúdos a serem comunicados. A construção retórica da notícia, segundo Lage, é *referencial* por definição, o que leva ao uso do *indicativo* como modo verbal, significando alto grau de comprometimento com o que é escrito.³¹

Lage vê a reportagem como um aprofundamento da notícia, assim como Bahia (1990, p. 49) e Medina (1988, p. 149). Entretanto, o autor considera a reportagem um gênero jornalístico diferente da notícia por vários aspectos:

A distância entre reportagem e notícia estabelece-se, na prática, a partir da *pauta*, isto é, do projeto de texto. Para as notícias, as pautas são apenas indicações de fatos programados, da continuação (suíte) de eventos já ocorridos e dos quais se espera desdobramento. No restante, os sistemas de captação de notícias mantêm contato permanente com os setores que registram primeiro acontecimentos de interesse público, desde o parlamento até a delegacia de polícia. (LAGE, 1985, p. 46-7, grifos do autor)

Contudo, uma ressalva deve ser feita. A obra foi escrita na década de 1980, quando falar de jornalismo era falar de jornal impresso, generalista, pretensamente “universal” e “de massa”, com periodicidade diária, mesmo paradigma jornalístico usado para as obras de Bahia (1990) e Medina (1988). Este foi o principal parâmetro jornalístico até a década de 1990. Os princípios básicos do jornalismo – periodicidade, universalidade de interesse, atualidade, difusão em massa – sofreram modificações estruturais devido à sociedade midiaticizada. Mesmo assim, considera-se que as ponderações teóricas dos presentes autores permanecem válidas, por estarem conectadas ao *ethos* jornalístico.

O texto jornalístico começa na pauta. “A pauta deve indicar de que maneira o assunto será abordado, que tipo e quantas ilustrações, o tempo de apuração, os deslocamentos da equipe, o tamanho e até o estilo da matéria; para tudo isso, é preciso dispor de dados” (LAGE, 1985, p. 47). A pauta é o projeto objetivo e cotidiano que direciona o conteúdo de um meio de

³¹ LAGE, 1985, p. 23, et seq.

comunicação jornalístico. Por sua vez, as diretrizes das pautas estarão na “linha editorial” do veículo, ditadas pelo posicionamento político, pelo modelo de viabilização econômica e pelo tipo de mídia. A pauta mostra-se fundamental na estratégia do meio de comunicação jornalístico, ao desenhar o raio de ação de uma reportagem, nortear perguntas e orientar decisões.

Medina (1988) divide a mensagem jornalística em quatro componentes estruturais: (a) angulação, (b) editoria, (c) captação de dados e (d) formulação da mensagem. A angulação (pauta) de uma mensagem jornalística orienta a reportagem ou texto opinativo, de acordo com a linha editorial do respectivo veículo jornalístico:

Toda matéria jornalística parte de uma pauta que pode ser intencional, procurada ou ocasional (acontecimento totalmente imprevisto) e essa pauta tem em si a primeira força do processo, que pode ser chamada *angulação*. (MEDINA, 1988, p. 73, grifos do autor)

A “editoria” se configura como a segunda componente do processo da mensagem jornalística, centralizada na figura do editor, profissional responsável por organizar a notícia ou reportagem como produto final. É o editor quem define a formulação definitiva da mensagem jornalística, com fotos, gráficos, título, legendas etc. A capacidade do jornalista que assume um cargo de edição é testada na medida em que todo o processo precisa ser antevisto e, posteriormente, conduzido de maneira coerente.

A “captação de dados” caracteriza-se como terceira componente do processo da mensagem jornalística, apontada por Medina como polarizada entre dois tipos de fonte: informações que chegam de agências de notícias e o trabalho dos repórteres. O repórter merece atenção especial no contexto jornalístico:

Suas funções [do repórter], depois de receber pauta e orientação do editor, são de *agente* e de *intermediário*. Como agente, interfere numa realidade contígua e extrai dela uma representação – as informações que levará para a sala de redação. Vai aí todo um relacionamento perceptivo e técnico. Perceptivo, porque como indivíduo condicionado pelo potencial próprio e pela carga cultural de seu meio percebe o fato numa interação *psicológica*. E técnico, porque pela aprendizagem assistemática ou sistematizada em escola [de jornalismo], cumpre determinados pré-requisitos: a observação do fato, a descrição minuciosa dos dados julgados essenciais, a busca de informações complementares de todas as pessoas representativas de uma vivência do acontecimento, a busca de opiniões especializadas de observadores científicos da realidade. Na história da profissionalização do jornalista, cada vez mais se tornam necessários esses instrumentos técnicos e mais vai ficando sob desconfiança a simples captação perceptiva, emocional. (MEDINA, 1988, p. 85-6, grifos do autor; grifos nossos)

Importantes questões jornalísticas afluem para a atividade do repórter: a presença no local dos fatos, a independência de ação, a premência do prazo, a pressão interna do veículo jornalístico, a pressão do público, a responsabilidade de ser pluralista e veraz, entre outras. Procedente do campo onde captou os dados para a reportagem, chega a hora de “fechar” o texto jornalístico para publicação. Assim, intimamente relacionada à *angulação*, à *edição* e à *captação*, a (d) *formulação da mensagem* é a quarta estrutura do processo da mensagem jornalística.

Medina (1988, p. 91) considera que tal formulação se dá como linguagem jornalística “composta de elementos verbais, de imagens e de relações de espaço gráfico entre uns e outros”. Desta forma, a linguagem jornalística se caracteriza por uma angulação de atualidade referenciada na realidade humana; persegue a contiguidade espaço-temporal do momento real, o que resulta no dinamismo que a distingue.³² A profunda relação com angulação, edição e captação é traço fundamental da linguagem jornalística, marca originada na organização da atividade. Medina cita a “narrativa jornalística”, tema que viria a merecer destaque em toda sua obra posterior.

À primeira vista, a formulação verbal parece preencher um postulado – relatar o acontecimento. Mas relatar acontecimentos, *fazer uma narrativa*, é uma vivência universal, inerente a todos os tempos históricos em que o homem manteve relações de aproximação com outros homens. E sempre narrar alguma história não é mais viver essa história. O fragmento de tempo posterior que a narrativa representa é a passagem fundamental para uma realidade substitutiva, um esforço de prolongamento do instante anterior, de certa forma sempre intencional e articulado. O que significa que essa vivência substitui a vivência anterior e, por isso, a narrativa é um universo simbólico com características e funções que merecem um estudo à parte. E tanto faz que se trate de uma narrativa inteiramente ficcional como uma narrativa jornalística, que pretende ser referencial. (MEDINA, 1988, p. 99, grifos nossos)

O universo narrativo do jornalismo é debatido à luz da tradição literária. A criação artística, a cultura de massa e os possíveis níveis de descrição da narrativa adentram o diálogo: a sequência informativa e o ritmo narrativo da mensagem jornalística estão em pauta.

A narração torna-se indispensável: do relato direto, descritivo, numa estrutura hierárquica quase sempre padrão, por causa da concisão da notícia, a elaboração da reportagem precisa de *técnica de narrar*. Foge-se aí das fórmulas objetivas para formas subjetivas, particulares e artísticas. O redator não tem à disposição recursos prontos, mas passa a criar. Nesse momento, só se diferencia do escritor de ficção pelo conteúdo informativo de sua narração, por isso narração noticiosa. (MEDINA, 1988, p. 116)

³² Cf. MEDINA, 1988, p. 93.

Busca-se evidenciar que o jornalismo goza de capacidade política, social e técnica para interpretar os acontecimentos da atualidade. Assim, remete-se ao início deste capítulo, em que Medina (2003, p. 95) define o papel do jornalista como agente cultural das sociedades democráticas ou como mediadores sociais: “estes não são meros intermediários, mas sim autores com marcas de personalidade, cultura e sociedade”. Assim, infere-se que a capacidade de o jornalismo contribuir para o debate da QAA relaciona-se com o reconhecimento de que o jornalista seja considerado um “mediador social”, e não um mero intermediário de informações a serem difundidas.

O mediador social (jornalista/comunicador) tem, de um lado, o acontecimento complexo e suas fontes, de outro, o veículo jornalístico institucionalizado e seu público. Que liame une esses atores no processo de comunicação humana, tendo como intenção servir o interesse público em uma sociedade democrática? Medina (2006) propõe uma prática jornalística que se enquadra como mediação social: “desenha-se a aposta na contribuição do comunicador social, especialista em articular os discursos da atualidade. A esse produtor cultural se atribui a responsabilidade de uma nova narrativa – solidária, complexa e poética”.³³

Na expectativa desse ideal, faz-se possível acessar os porquês da QAA e acreditar na possibilidade de criação de espaços democráticos e criativos em que se debata “como” enfrentar a crise ambiental. Ou seja, pressupõe-se a existência de uma alternativa na arte de trilhar os caminhos da reportagem, cujas linhas condutoras dependem de conhecimento, intuição e intenção, guiadas pelo interesse público.

Observa-se que a prática jornalística qualifica-se para o debate democrático; vê-se que há uma técnica especializada capaz de satisfazer as demandas de observação, entendimento e divulgação de processos complexos do cotidiano, a “mediação social”. Mas em que tipo de veículo de comunicação essa prática pode ser exercida?

Como o objetivo desta pesquisa leva a uma proposta concreta de contribuição para o debate ambiental, torna-se necessário ponderar se ainda há espaço para o jornalista como mediador social no contexto da sociedade democrática. Mais especificamente, se há demanda social capaz de organizar materialmente o jornalismo em seu pressuposto de mediação social. Conforme argumentado acima, desenha-se a necessidade de um projeto político de meio de comunicação que vise a alimentar o debate da QAA.

³³ MEDINA, C. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006, p. 56-7.

Verifica-se premente necessidade de pesquisar alternativas institucionais para manter vivo o jornalismo que se legitimou como imprescindível para a sociedade democrática, o qual se inviabiliza progressivamente na mídia de massa. Chaparro (2001, p. 22-3) entende a prática jornalística como uma proposta exequível fora da mídia de massa:

O conceito “jornalismo” precisa ser separado do conceito “jornal”. Jornal é negócio, cada vez mais negócio, e como negócio é pensado e gerido. Trata-se de objeto concreto, mensurável, comercializado, produto industrial que dá lucro, e pela lógica do lucro é controlado.

Jornalismo pertence ao lado dos valores. Integra o universo da cultura, como espaço público dos discursos sociais conflitantes. É objeto abstrato, inserido no cenário humano da complexa construção do presente.

Como linguagem, ambiente e processo, do jornalismo se exige a virtude da confiabilidade, sem a qual fracassará. Para ser e persistir confiável, terá de atuar com independência e liberdade. E por independência e liberdade é preciso lutar, em todos os momentos e circunstâncias.

Em 1997, Bill Kovach e Tom Rosenstiel, dois dos mais respeitados jornalistas dos EUA, iniciaram extenso trabalho de discussão sobre o jornalismo estadunidense. Era o começo da onda de concentração de jornais, revistas, emissoras de TV e rádio em grandes grupos econômicos nos EUA.

A obra cita que entre 1996 e 2002 as duas maiores companhias de rádio do país, que possuíam 130 estações, passaram a deter mais de 1.400 estações, devido ao afrouxamento das regras de propriedade do rádio em 1996. Em outro dado ilustrativo, sabe-se que tradicionais empresas jornalísticas são gotas no oceano das cifras das megacorporações, como no caso da NBC News, que responde por menos de 2% dos lucros da General Electric.

Foram inúmeros os casos de desvio de função de empresas midiáticas, que passaram a meras divisões dentro de corporações de tecnologia e entretenimento, confirmando diagnóstico anterior de Ramonet (2012). Parte do mesmo panorama, desmoralizou-se o formato clássico de reportagens investigativas e noticiários de TV, imitados por programas com outras finalidades. Jornalistas também se transformaram em homens de negócios.³⁴

Os autores reuniram 25 dos mais importantes jornalistas dos EUA em uma espécie de “Comitê dos Jornalistas Preocupados”, em que se misturaram editores de jornais, influentes nomes da TV e do rádio, professores de jornalismo e escritores. Inquietos com os rumos da profissão, resolveram debater em busca de soluções.

³⁴ KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003, p. 9, et seq.

Por volta de 1999, somente 21% dos americanos achavam que a imprensa de fato estava preocupada com as pessoas, contra 41% em 1985. Só 58% respeitavam o papel da vigilância da imprensa, contra 67% em 1985. Menos da metade, 45%, acreditava que a imprensa protegia a democracia. Esse número era dez pontos percentuais mais alto em 1985. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 19)

O “Comitê dos Jornalistas Preocupados” organizou 21 discussões públicas com a presença de três mil pessoas e testemunhos de mais de 300 jornalistas em 100 horas de entrevistas. Os autores apontam a ação como “o exame mais consistente, sistemático e abrangente feito por jornalistas sobre o processo de recolher e apurar informação e suas responsabilidades”.³⁵ Para evitar discussões alambicadas e herméticas, duas questões principais se colocaram, totalmente acessíveis a não jornalistas: se os profissionais de jornalismo achavam que seu ofício deveria ser diferente de outras formas de comunicação, então no que consistiria essa diferença?; se eles consideravam que o jornalismo precisava mudar, mas sem mexer em certos princípios básicos, então quais seriam esses princípios? Ao final de três anos ouvindo jornalistas e cidadãos, surge uma descrição da teoria e cultura do jornalismo, colocada em livro por Kovach e Rosenstiel.

Os autores alertam que a teoria jornalística é raramente estudada ou articulada de forma clara. “A menos que possamos entender e reivindicar a teoria de uma imprensa livre, os jornalistas correm o risco de ver sua profissão desaparecer. Nesse sentido, a crise da nossa cultura, e de nosso jornalismo, é uma crise de convicção” (2003, p. 22).

Conjugados no mesmo patamar dinâmico, jornalistas e cidadãos são colocados como defensores dos “elementos do jornalismo”, princípios que, historicamente, sempre estiveram em evidência na prática jornalística. Com clareza, o estudo chega à importante conclusão de que “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”.³⁶ Para realizar essa tarefa:

1. A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade.
 2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
 3. Sua essência é a disciplina da verificação.
 4. Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem.
 5. O jornalismo deve ser um monitor independente do poder.
 6. O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público.
 7. O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante.
 8. O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional.
 9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência.
- (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 22-3)

³⁵ Ibidem, p. 21.

³⁶ Ibidem, p. 31.

O viés adotado pelo livro deixa indagações sobre a medida em que certas ideias refletem o ideário da classe dominante. Logo vêm à tona ponderações que retornam ao início do problema, a saber, da real possibilidade de se adotar alguns dos “elementos do jornalismo” em redações e situações hierárquicas de grandes empresas. Os autores reconhecem a situação inédita nos EUA, em que a imprensa livre se vê ameaçada pela primeira vez na história, “mesmo sem a interferência governamental” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 32).

A história mostra que a imprensa já sofreu muito em países como o Brasil, devido a governos autoritários a mando de interesses dominantes e, hoje, mesmo no contexto democrático, também sofre com a informação comercial e de autopromoção. Assim, evidencia-se que a leitura feita pelos jornalistas preocupados dos EUA não pode ser transferida *ipsis litteris* para o contexto brasileiro e amazônico. Todavia, interessa-nos a abordagem de Kovach e Rosenstiel por representar um norte jornalístico condizente. Seja no recorte dado por teóricos como Marcondes Filho, Traquina, Medina ou Chaparro, seja no viés dos jornalistas norte-americanos, há consenso sobre a plena cumplicidade e sobre a dependência entre democracia e jornalismo, entendidas como capacidade de os cidadãos se “autogovernarem”.

Ao longo de toda a obra, Kovach e Rosenstiel discutem os dez elementos do jornalismo. Ao considerarem que o jornalismo é uma questão de caráter, a responsabilidade pela ética da profissão recai sobre o jornalista, cuja margem de manobra resulta, no entanto, bastante limitada. “Enquanto tivermos apenas um jornal e três ou quatro estações de televisão fazendo jornalismo em nossas cidades, não podemos confiar só no mercado para proteger a ética jornalística” (2003, p. 273).

Ou seja, os autores assentem que o mercado prioriza os interesses econômicos, em detrimento da ética do jornalismo de interesse público. Tendo em vista o avanço da globalização baseado nas regras de um mercado neoliberal que recusa regulamentações, não parece verossímil uma tendência de aumento do zelo pela ética jornalística no futuro. Não em empresas capitalistas cujo principal objetivo seja o lucro.

Outrossim, também parecem inverossímeis soluções universais e excludentes no mundo complexo. Quaisquer que surjam, as propostas de renovação do jornalismo terão seu sucesso condicionado a circunstâncias e contingências únicas; serão propostas aptas a conviver com outros projetos em conjunturas contíguas de público, pauta, organização interna. Mesmo discordando de algumas análises de Kovach e Rosenstiel, revela-se coerente a proposta de um jornalismo que contribua para que as pessoas sejam capazes de se autogovernarem, capacidade essencial para os cidadãos de uma sociedade democrática.

Na Amazônia, pressupõe-se que o autogoverno a que se referem inclua o debate da questão ambiental amazônica. Para essa discussão, não se pode prescindir do jornalista comprometido com a verdade, independente e leal com os cidadãos, com o objetivo de minimizar a possibilidade de manipulação – a sociedade bem informada é menos ingênua.

A proposta de Chaparro (1994) para compreender a ação jornalística pretende explicar a capacidade de o jornalismo promover mudanças na sociedade, independentemente de circunstâncias econômico-políticas. O pesquisador propõe o uso da teoria da ação (van Dijk) para a definição e análise da ação jornalística. A proposta diminui o ruído ao redor das questões filosóficas do jornalismo, na pretensão de uma descrição sistêmica da notícia fluindo em condições ideais e de um jornalista-sujeito disposto a agir pessoalmente em nome do jornalismo de interesse público.

Chaparro estuda alternativas de ação para o repórter, as quais podem inspirar a criação de novos tipos de meios de comunicação. A “macropragmática da ação jornalística” foi sistematizada em um fluxograma em que a recepção do relato jornalístico gera comportamentos e ações sociais. Por sua vez, o próprio jornalismo aborda essas ações sociais com uma *intenção* que agrega ética, técnica e estética ao relato veraz (notícia). A notícia é recebida pela sociedade e gera novos comportamentos e ações sociais, os quais vão gerar novas notícias e assim sucessivamente.³⁷

Propomos, assim, um modelo macropragmático para a descrição da ação jornalística, tendo como ideia central a atribuição de *essencialidade* ao componente intenção, no entendimento e na concretização dos *fazeres* jornalísticos.

Trabalhamos, aí, com a noção de que *essência* é o indispensável de uma coisa, o fundo do ser. Sem *intenção*, não é possível agregar, no *fazer* criativo do jornalismo, a *ética*, a *técnica* e a *estética*, tríade inseparável dos processos complexos de comunicação.

Sem o controle eficiente sobre os *fazeres*, o jornalismo não se concretiza nem como ação social nem como criação cultural. (CHAPARRO, 1994, p. 116, grifos do autor)

O relato jornalístico é visto como uma intervenção nos acontecimentos complexos do mundo, entendidos como processos “com mais ou menos capacidade de desorganização e reorganização social”.³⁸ A intervenção jornalística amplia e modifica a rota dos processos, encaixando-se na proposta de um jornalismo democraticamente ativo, no auxílio a cidadãos a fim de se autogovernar ou de debater a QAA, por exemplo.

³⁷ CHAPARRO, M.C. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994, p. 115-6.

³⁸ CHAPARRO, 1994, p. 114.

Chaparro (1994, p. 114) exalta o papel da intenção da ação jornalística, vetor orientado por motivos ou valores inspiradores, em função dos quais a intenção exerce o controle consciente dos *fazer*s. “A *intenção* não vai além da ação; faz parte dela, esgota-se nela, controlando o *fazer*. *Intenção* e *fazer* são as partes constitutivas da *ação*. É a intenção [...] que nos torna responsáveis conscientes pelas nossas ações”. No caso do “fazer jornalístico”, o autor vê a obrigatoriedade de inserir a Ética e a Moral na teoria da ação.

Se a *intenção* controla conscientemente o *fazer*, e se a ação – como acontece no jornalismo – está na esfera do interesse público, então a intenção impõe o caráter moral ao *fazer*, e este caráter moral, determinante da natureza e do desenvolvimento da ação, deve estar conectado a um princípio ético orientador – sem o que a ação jornalística não cumprirá a contento sua função social. (CHAPARRO, 1994, p. 116, grifos do autor)

A partir dessa importante reflexão sobre a intenção no processo jornalístico e suas implicações morais, o autor infere que: (a) o jornalismo como processo social de ações conscientes só se concretiza se for controlado por intenções inspiradas nas razões éticas que dão sentido social ao processo; (b) o jornalista é o responsável moral por seus *fazer*s, pois as ações são conscientes e têm consequências sociais relevantes; (c) a intenção determina procedimentos técnicos e inspira soluções estéticas; (d) a intenção funde ética e técnica na busca de uma estética significativa para o processo; (e) dado que a razão ética primordial do jornalismo é a de viabilizar o acesso ao direito de informação, a estética a ser alcançada pelo jornalismo é a do *relato veraz*; (f) a ação jornalística se esgota no seu ato de *asseverar* – os efeitos derivados, em forma de comportamentos ou novas ações sociais, fazem parte da esfera criativa e livre do receptor (CHAPARRO, 1994, p. 116).

Evidencia-se a obrigação de comprometimento com o interesse público, se a intenção for praticar o jornalismo. O jornalista é chamado à responsabilidade de responder por seus atos, deixando claro que a função social deste profissional está no comprometimento moral com o interesse público e, segundo se entende nesta tese, com os elementos do jornalismo enumerados por Kovach e Rosenstiel.

A existência de razões éticas para dar sentido ao processo jornalístico legitima essa atividade jornalística como suporte dos debates democráticos. O conceito de “relato veraz”, articulado à responsabilidade moral imputada ao jornalista, carrega de sentido a prática jornalística na sociedade contemporânea, na qual o jornalista é, frequentemente, um lacaios do poder. A necessidade de haver implicações morais em sua atividade impõe critérios para nortear uma ética diária. Esse direcionamento ético finda incompatível com o jornalismo-

negócio, o que leva à conclusão de que para cumprir sua função social de interesse público, o jornalismo deva procurar caminhos alternativos.

Segundo a intenção desta pesquisa de contribuir para a conservação da Amazônia, entende-se o debate independente e comprometido com o cidadão como a principal ação a ser desenvolvida pelo jornalismo de interesse público na Amazônia. Coerente com essa intenção, um jornalismo que auxilie a sociedade amazônica a se autogovernar no aspecto ambiental pressupõe uma mediação social baseada na Amazônia, independente economicamente e que se traduza em uma narrativa jornalística capaz de alimentar o debate da questão ambiental amazônica (QAA).

Os modelos aqui listados foram selecionados de acordo com um critério que visou a: demonstrar a competência do jornalismo em contribuir para o debate democrático; evidenciar a incompatibilidade entre o jornalismo de interesse público e o jornalismo-negócio; enumerar estratégias que inspirem alternativas não excludentes de jornalismo.

Expostos variados pontos de vista, conclui-se pela permanência do jornalismo como prática e linguagem capaz efetuar a mediação social em uma sociedade democrática. Uma reportagem e um meio de comunicação devem se sustentar por serem relevantes para a sociedade, e isso depende de competência para articular e pesquisar meios alternativos de sobrevivência para que o jornalismo colabore no processo de diálogo social dos vários atores.

Ao fim desta seção, conclui-se que o jornalismo é capaz de contribuir para o debate da QAA, contanto que consiga manter-se independente e coerente com o interesse público. Devido aos argumentos expostos, deduz-se que tal independência tende a se tornar impossível nos meios de comunicação de massa, especialmente no que diz respeito a temas que questionem a hegemonia do modelo capitalista de desenvolvimento, como é o caso da QAA.

Na próxima seção, argumenta-se no sentido de inspirar o jornalismo capaz de contribuir para a conservação da floresta amazônica: um jornalismo de interesse público movido pela intenção de alimentar o debate da QAA. Enfim, admite-se que necessariamente esse jornalismo seja alternativo.

3.3 Um Jornalismo Alternativo

Quais as possibilidades concretas de se organizar uma prática jornalística vinculada ao interesse público, que seja independente de governos e empresas, que ajude cidadãos a se

autogovernarem e que seja: convicta de suas intenções, moralmente preocupada, verdadeira, ética, leal com a sociedade, treinada e competente na linguagem jornalística? Conforme as reflexões anteriores, não se reconhece esse jornalismo na mídia de massa ou jornalismo-negócio capitalista.

Simplesmente porque as condições enumeradas acima não estão entre os objetivos das empresas de comunicação de massa. A tendência de concentração da propriedade dos veículos, a confusão entre informação e comunicação, a midiaticização da sociedade e a profusão de comunicadores amadores justificam essa análise.

Entretanto, o objetivo desta pesquisa não é teorizar indefinidamente sobre o jornalismo. Segundo os argumentos levantados até o momento, é possível uma cobertura jornalística que contribua para o debate da QAA, pois na tradição do jornalismo há competência e razões éticas para a abordagem dessa questão complexa.

Nesta seção, o objeto de pesquisa se delinea a partir da conclusão de que o jornalismo para o debate da QAA somente pode se realizar em um contexto alternativo ao da mídia de massa. Assim, o jornalismo alternativo para a QAA começa a tomar forma.

O Capítulo 2 revela que a QAA é contra-hegemônica por natureza, pois visa a questionar a ação capitalista naquilo em que é mais rentável (extração de recursos naturais), na circunstância em que mais fascina (rápido desenvolvimento de regiões como a Amazônia). Isso faz com que o jornalismo para a QAA seja expurgado do modelo de negócios da “práxis jornalística hegemônica”. Tal práxis é definida por Oliveira (2008, p. 3) como conjunto de práticas que se coadunam com a estrutura dominante e “cuja perspectiva é justamente consolidar a transfiguração da sociedade em mercado, da cidadania em consumo e da ideologia em mercadoria. [Para a práxis jornalística hegemônica] Não há vida [...] fora da sociedade de consumo”.

Oliveira (2008) afirma que a desregulamentação e a privatização da economia brasileira na década de 1990 geraram um debate ideológico no qual os grupos midiáticos apoiaram o lado conservador. Muito além disso, participaram dos negócios em questão, como a entrada ostensiva da TV Globo e de setores da mídia na privatização da telefonia. Como contraponto, a América Latina passa por um momento histórico de profunda consolidação de regimes democráticos e de surgimento de espaço para manifestação de novos atores sociais.

Oliveira constata a reformulação de contratos sociais estabelecidos na época colonial, o que se comprova com a eleição sistemática de presidentes de camadas mais pobres da população, com valores culturais diferentes dos hegemônicos. O movimento contraria a tendência global de mercantilização da esfera pública e de supremacia dos valores

econômicos. Sintonizada à disposição da massa que exige justiça social e debate democrático, surge a possibilidade de um jornalismo alternativo:

A práxis jornalística alternativa tem como perspectiva a reconstrução da esfera pública a partir dos valores da igualdade de oportunidades, da equidade, da democracia radical e da subordinação dos interesses econômico-privados aos interesses coletivos. Não se trata apenas e tão somente de defesa dos valores da democracia institucional, mas de uma atitude radicalmente democrática, que passa pela abertura dos espaços midiáticos a todos os segmentos sociais, rompendo com o cerco da agenda de fontes oficiais; pela plena referência na produção das informações no sujeito-cidadão e não no sujeito-consumidor. (OLIVEIRA, 2008, p. 3)

Tal práxis confronta-se com a estrutura monopolizada da mídia de massa brasileira que vê o jornalismo como mais uma atividade mercantil. “Os projetos alternativos de jornalismo podem configurar-se como elementos de construção de uma esfera pública alternativa, que esteja atenta com as demandas da maioria da sociedade”.³⁹

O sentido de uma democratização *lato sensu* sintoniza-se a esta pesquisa ao prever a abertura de espaços midiáticos. Trata-se de um movimento sociopolítico que exige um jornalista livre de ingênuos voluntarismos, mas consciente da tradição democrática de seu trabalho, bem como das escolhas morais a que se obriga como mediador social. Entretanto, deste jornalista exige-se comprometimento e ética pessoal, na intenção de divulgar o que for de interesse público e fazer as escolhas políticas necessárias à sua autonomia profissional.

Contudo, entende-se que a noção de comunicação alternativa aflora eivada de conceitos alusivos a uma época de resistência política a governos autoritários, em um contexto muito diferente. A conjuntura atual exige a revisão de alguns desses conceitos sobre mídia alternativa, e, desta forma, opta-se por uma definição mais abrangente:

Entendemos por comunicação alternativa uma comunicação livre, ou seja, que se pauta pela desvinculação de aparatos governamentais e empresariais de interesse comercial e/ou político-conservador. No entanto, não se trata unicamente de jornais, mas, também de outros meios de comunicação, como o rádio, vídeo, televisão, alto-falante, internet, panfleto, faixa, cartaz, poesia de cordel, teatro popular etc.⁴⁰

Entende-se que essa comunicação alternativa encaixa-se perfeitamente à práxis jornalística alternativa citada acima por Oliveira. De acordo com a leitura aqui proposta, a

³⁹ Ibidem, loc. cit.

⁴⁰ PERUZZO, C.M.K. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31, 2008, Natal. **Anais**. São Paulo: Intercom, 2008, p. 3.

definição traduz-se em uma comunicação alternativa atenta para não multiplicar a ideologia dominante. Essa é a principal característica que se deseja ressaltar sob o rótulo de “alternativo”. Nessa direção, Peruzzo (2008) diferencia “comunicação popular, alternativa e comunitária” de “imprensa alternativa”. Para a autora (2008, p. 15), “imprensa alternativa” constitui-se em,

uma vertente que reúne processos de comunicação basicamente jornalísticos, que podem assumir feições mais amplas, de caráter autônomo, e, por natureza, não alinhados aos padrões dominantes dos meios de comunicação, governos e demais setores que representam as classes dominantes. Os veículos alternativos de maior porte se constituem em alternativa frente à mídia convencional enquanto fontes de informações.

Durante décadas de ditadura e fechamento político em todo o mundo, a imprensa alternativa foi sinônimo de pluralismo e liberdade de expressão, frequentemente significando prisão, tortura e humilhações para jornalistas. Em tempos democráticos, é possível acreditar que se trate somente de dissensão plenamente aceitável no tecido social.

Em uma categorização de viés político, as atividades da imprensa alternativa são agrupadas por Peruzzo em: (a) jornalismo popular-alternativo (ou de base popular); (b) jornalismo alternativo colaborativo (de informação geral ou especializada); (c) jornalismo alternativo autônomo; (d) jornalismo político-partidário e (e) jornalismo sindical.⁴¹ Imagina-se o jornalismo alternativo para a QAA com características dos itens (b) e (c), categorizados segundo a autora conforme se segue:

Jornalismo alternativo colaborativo (de informação geral ou especializada): se ocupa, fundamentalmente, em transmitir uma visão diferenciada e crítica dos acontecimentos que normalmente já são tratados pela grande mídia, além de temas omitidos por ela. Pode também tratar especificamente de política, economia, questões locais, questões juvenis, crítica aos meios de comunicação e assim por diante.

Seu caráter colaborativo pode ocorrer a partir de duas perspectivas. A primeira, pelo senso de ajuda, partilha e colaboração instituído e praticado, em geral, por voluntários que levam adiante alguma proposta editorial diferenciada com a intenção de colaborar na difusão crítica de informações. Dimensão essa que pode utilizar como suporte canais impressos, audiovisuais e/ou digitais. [...]

Em geral são iniciativas criadas e mantidas por coletivos, redes civis, cooperativas, Organização Não-Governamentais, Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIPs), ligados diretamente ou não a movimentos sociais.

Jornalismo alternativo autônomo: imprensa produzida por indivíduos isoladamente ou micro-empresários. Pode caracterizar-se como de informação geral, literário, político etc. (PERUZZO, 2008, p. 15-6)

⁴¹ Ibidem, p. 15-6.

Nesta tese, em que se trabalha nos entremeios do tecido interdisciplinar formado pela Comunicação Social e pela Ciência Ambiental, nas condições históricas amazônicas, surge uma proposta de complexa inscrição teórica, mas de fácil entendimento prático: trata-se do jornalismo alternativo para a QAA. O desafio é combinar em uma mesma cobertura jornalística a abordagem política da QAA (questionadora do desenvolvimentismo hegemônico) com um jornalismo competente (técnica) e comprometido politicamente com o interesse público de conservação da Amazônia (intenção movida a razões morais e éticas).

Operacionalizar uma cobertura feita a partir da Amazônia é um dos desafios do formato jornalístico que surge, condição de reportagens bem anguladas e aprofundadas. A proposta que ora se constrói, a ser verificada em pesquisa de campo no Capítulo 5, insere-se no esforço global para manter vivo o jornalismo independente essencial à democracia. Não se trata de uma iniciativa isolada.

Em janeiro de 2013, por exemplo, foi lançado em Bruxelas o relatório “Uma mídia livre e pluralista para sustentar a democracia europeia”⁴², citado em artigo do pesquisador Venício Lima.⁴³ O documento faz 30 recomendações sobre a regulamentação da mídia na Europa, que seguirão para debate na Comissão Europeia.

Encontram-se no relatório propostas como: (1) a introdução da educação para a leitura crítica da mídia nas escolas secundárias; (2) o monitoramento permanente do conteúdo da mídia por parte de organismo oficial ou, alternativamente, por um centro independente ligado à academia, e a publicação regular de relatórios que seriam encaminhados ao Parlamento para eventuais medidas que assegurem a liberdade e o pluralismo; (3) a total neutralidade de rede na internet; (4) *a provisão de fundos estatais para o financiamento da mídia alternativa que seja inviável comercialmente, mas essencial ao pluralismo*; (5) a existência de mecanismos que garantam a identificação dos responsáveis por calúnias e a garantia da resposta e da retratação de acusações indevidas. (LIMA, 2013, p. 3, grifos nossos)

Conforme o exemplo do relatório acima, por que não pensar em alternativas de viabilização econômica para a Comunicação Social, como o financiamento público para a cobertura jornalística alternativa da QAA? A mídia alternativa se revela essencial ao pluralismo em qualquer latitude. Em busca de democracia e de justiça social, premissas para o debate da QAA, são as vozes dissonantes (pluralistas) que podem trazer benefícios

⁴² Disponível no link:

http://ec.europa.eu/information_society/media_taskforce/doc/pluralism/hlg/hlg_final_report.pdf. Acesso em jan 2013.

⁴³ LIMA, V. Sob o ensurdecido silêncio da grande mídia brasileira. **Observatório da imprensa**. [S.l]: Observatório da imprensa, 2013. Número 731, 29/01/2013. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/venicio-lima-sob-o-ensurdecido-silencio-da-grande-midia-brasileira.html>. Acesso em jan 2013.

sustentáveis para a conservação da Amazônia. A preocupação com a viabilidade econômica é legítima e obrigatória para que se pense em um jornalismo alternativo de qualidade.

Assim, o objetivo da presente pesquisa passa a ser a construção de uma proposta concreta de jornalismo alternativo para a QAA. No entanto, primeiramente se estabelecerão alguns conceitos teóricos para essa prática jornalística. Ao final, a proposta integrará pesquisa de campo em que se verificará sua viabilidade.

O processo inclui o jornalismo que pretende ouvir os conhecimentos empíricos dos povos tradicionais da floresta, mas, dialeticamente, a própria tese também busca gerar conhecimento a partir de um formato institucional baseado em demandas sociais pragmáticas. Busca-se sintonia com o pensamento de Medina (2006, p. 53-4), para quem,

No âmbito estrito das disciplinas científicas havia e há constantemente uma discussão epistemológica que procura flagrar a incompletude dos saberes especializados e os riscos que a fragmentação e a dogmatização de certas verdades, princípios e leis representam ao se considerar pragmaticamente o esforço da ciência no sentido de dar respostas às necessidades humanas.

As palavras de Medina vão ao encontro das de Leff (2006), quando este autor defende a hibridação das ciências com o conhecimento não científico, o qual pode ser feito por meio do jornalismo. “Seja através dos mediadores-autores da comunicação, seja em outras mediações com a ciência e a sociedade, educador e educando” (MEDINA, 2006, p. 53). E, completa-se: seja por meio da pesquisa científica interdisciplinar.

Na institucionalização de um jornalismo alternativo para a QAA e na ciência em geral vive-se uma crise de paradigmas decorrente de fatos contemporâneos como: a unanimidade tecnológica; a midiaticização da sociedade; a crise ambiental; o fim do socialismo real; o liberalismo triunfante; a iminência da pós-modernidade; as descobertas (notadamente na física quântica) que apontam para a premência de tornar a pesquisa científica mais complexa, isto é, mais qualitativa. São inúmeros os indícios de que a sociedade globalizada se encontra em um ponto de inflexão, em cujo vértice se enxerga a necessidade de discutir a crise ambiental.

Para Boaventura de Sousa Santos, a ciência contemporânea – e, eu diria, o jornalismo – está vivendo outra crise que não a do crescimento. Com todas as tragédias do século XX, com o mural dramático da miséria da humanidade, certamente não se vive, na primeira década do século XXI, a euforia do progresso, seja na ciência, seja no jornalismo, seja no senso comum. Na crise de degenerescência que claramente se configura na saúde e felicidade humanas ou no equilíbrio do planeta, percebe-se uma nova ruptura: os especialistas precisam reencontrar os elos perdidos entre eles e as múltiplas sabedorias para, juntos, darem outras respostas aos impasses históricos. Se a ciência se isolou na sua excelência para construir conhecimentos rigorosos, cifrados na especialização, hoje se faz

necessária a rearticulação perdida. [...] Quando uma especialização se dá conta das condições sociais e humanas em que o conhecimento científico se aplica ao cotidiano, não há condições de evitar a crise de degenerescência e a consequente ruptura com a gramática construída em torno das técnicas e da tecnologia assépticas.

Dessa reflexão e da consciência dos limites e contradições do saber científico nasce uma nova epistemologia, com o pé fincado na realidade humana e no meio ambiente humanizado. É o que se pode chamar **epistemologia pragmática**. [...] A inter, a trans e a pós-disciplinaridade reforçam o diálogo entre os saberes científicos, mas também com o saber cotidiano, o saber local, o senso comum, o saber mítico, religioso e artístico. (MEDINA, 2006, p.12, grifos da autora)

O jornalista entra para articular ciência e saber comum: Medina constata o fim da “divulgação” científica para promulgar o diálogo na contemporaneidade democrática. Dentro da prática jornalística, o “signo da divulgação” é substituído pelo “signo da relação”. Não se trata mais de transferência ou de transmissão de saberes (divulgação), mas de praticar a interação criativa dos saberes, de construir criativas mediações do saber plural (MEDINA, 2006, p. 13-4).

A ação comunicativa, na versão argumentativa de Habermas, ou o diálogo entre a ciência e o senso comum, na proposição de Boaventura de Sousa Santos [...], se constroem para além da racionalidade complexa, ou seja, outra mentalidade, outro comportamento solidário, e outra estética, a da interação social criadora. (MEDINA, 2006, p. 15)

Interpreta-se a revolução proposta por Leff (2006) na relação sociedade-ambiente como análoga à revolução proposta por Medina na relação jornalista-sociedade. Ambas ensejam que o cidadão contemporâneo participe da “interação social criadora”. As narrativas jornalísticas em geral, como a entrevista e a reportagem, necessitam de debates à luz de questionamentos como: (a) a ciência, as condições sociais e humanas reafirmam o paradigma cientificista ou exigem uma nova mentalidade?; (b) o jornalismo precisa de um simples aperfeiçoamento técnico ou exige uma pesquisa de linguagem transformadora?; (c) os cientistas estão propensos a reforçar a excelência de seu conhecimento ou se inclinam para a permuta com outros saberes humanos?; (d) no jornalismo, reforça-se a divulgação científica das fontes consagradas ou afloram novos debates plurais e contraditórios?

De acordo com questionamentos como esses, pesquisam-se formatos inovadores para a narrativa do jornalismo alternativo para a QAA. Além do que já foi exemplificado em seções anteriores como as características do melhor jornalismo já praticado (*ethos* jornalístico; elementos do jornalismo e da mensagem jornalística; relato veraz), a atualidade requer um perfil diferenciado. É preciso lançar um olhar contemporâneo ao jornalismo alternativo.

Pela ilusão da ótica objetivista, não se percebem os filtros que impedem a relação sujeito–sujeito, essencial para que se descubram algumas das forças do processo e se arme a narrativa dos fatos contemporâneos que ensaie, ao mesmo tempo, a polifonia e a polissemia do presente, o enraizamento na história, na cultura e nas identidades míticas, bem como a enunciação de tendências projetivas. (MEDINA, 2006, p. 59)

A relação sujeito–sujeito qualifica-se como uma opção política e um método atrelado à intenção de agir pelo interesse público. Entende-se a relação sujeito–sujeito como uma postura de igualdade e respeito do jornalista com as pessoas que fornecem informações e cujas vidas serão inquiridas pelo próprio jornalista. Em oposição à relação sujeito–sujeito estaria a relação sujeito–objeto, na qual o jornalista sai a campo para exercitar o jornalismo como se fosse uma “equação”, calculando quantas declarações e/ou imagens serão suficientes para cumprir o viés previamente determinado para aquela reportagem. Mesmo que a realidade se revele diferente desse viés pré-determinado, o repórter só conseguirá enxergar os fatos que anteviu como soluções para a sua “equação”.

O agente cultural “jornalista” deve assumir que seu ofício tem como matéria-prima a contradição, o conflito, a intercausalidade, a pluralidade e o caos. Procura-se um profissional hábil em desviar de conclusões incoerentes com a observação de campo.

Talvez o cuidado que possamos desenvolver com base na consciência das limitações da narrativa da comunicação social seja o de não demonstrar [...] teses conformadas antes do embate com o mundo vivo e seus paradoxos. Enfim, um cuidado metodológico que não representa nenhuma novidade no conhecimento científico. [...] Reportar o presente, valendo-se de uma inquieta e criativa metodologia de investigação, e ensaiar uma das várias redes de significados – eis um laboratório permanente para os autores-pesquisadores que aspiram a uma ação comunicativa. (MEDINA, 2006, p. 62)

Neste capítulo da obra, a autora descreve projeto de pesquisa sobre o diálogo entre ciência e sociedade, atividade de extensão e série de livros “Novo Pacto da Ciência”, reunião de pesquisadores interdisciplinares em torno das mediações sociais (ciência / sociedade / comunicação). Na narrativa da autora, conceitos sobre o novo papel da Comunicação Social na sociedade convivem com a descrição do “Novo Pacto da Ciência”.

O discurso híbrido (narrativo e metanarrativo) de Medina se mostra coerente com os objetivos desta tese, pois se encaminha um jornalismo alternativo em que o próprio formato jornalístico está em permanente questionamento. As afirmações da autora no contexto de seu projeto de pesquisa/extensão servem igualmente aos presentes propósitos: primeiro por se abrirem com tendência de universalidade; segundo por trazerem, no estilo, a complexidade que pretendem divulgar.

O jornalismo alternativo para a QAA constitui-se como um método adaptado à crise da objetividade e ao conteúdo complexo da QAA (político e socioeconômico). É necessário evitar ao máximo o direcionamento ideológico de veleidade conclusiva. (Assume-se a postura ideológica do “jornalismo alternativo para a QAA” somente em sua estrutura, explícita na opção por um formato alternativo de viabilização econômica.)

Medina (2006, p. 81) vai afirmar que “qualquer mensagem jornalística, esteja ela onde estiver, nas editorias ou divisões temáticas, constitui produção cultural”. Destarte, o jornalista passa a ser visto como agente cultural, responsável por produzir sentidos (produção simbólica) a respeito dos acontecimentos.

Trata-se de um agente que circula pela realidade concreta; observa, capta depoimentos dos protagonistas sociais, ouve relatos, análises e informações especializadas. Ao fim, cria uma narrativa jornalística que passa a ser uma espécie de “segunda realidade”, também capaz de produzir efeitos no mundo material. Nessas mediações, o jornalista, como privilegiado leitor da cultura, assume responsabilidade autoral. Admite-se a responsabilidade pessoal do jornalista como autor, e não como operário acrítico dos veículos de Comunicação Social.

“No universo simbólico, não há uma verdade absoluta, mas um processo de conflito de verdades. Ao agente de cultura chamado jornalista cabe produzir narrativas atravessadas por contradições, embates de visões de mundo, incertezas, interrogações”.⁴⁴ Conviver com os conflitos e interpretar a realidade no calor dos acontecimentos: tal é a arte do jornalista. No caso do jornalismo alternativo que se pesquisa para fundamentar o debate da QAA, a responsabilidade e o comprometimento se originam na razão moral e na opção política de colaborar para a conservação da floresta amazônica. Assim, o jornalista adquire critérios para se orientar na complexidade contemporânea.

Torna-se imprescindível recorrer ao conhecimento do saber comum dos povos tradicionais, como parte do “conflito de verdades”. Somente o repórter presente na realidade concreta pode dar o tom adequado para a sua narrativa, de acordo com “uma razão complexa para procurar e articular informações disponíveis. A intuição abre caminhos para o *insight* interpretativo”.⁴⁵ No ponto de vista aqui exposto, desenvolver a sensibilidade e a intuição colocam-se como premissas de um trabalho destinado a produzir sentidos. Ora, como produzi-los e descrever o novo sem inovar?

A intuição, a metáfora e a sensibilidade voltam à prática jornalística de ouvir o popular e orientar-se pela leitura cultural. A personalidade desse jornalista complexo e contemporâneo

⁴⁴ Ibidem, p. 82

⁴⁵ Ibidem, p. 119, grifo da autora.

obriga-se a abandonar o caráter impositivo por uma relação “sujeito jornalista” / “sujeitos que liberam informação”. A personalidade “relacionadora” se manifesta na orientação de pautas, na entrevista, na reportagem, na redação e na edição.

“O ato de relação entre sujeitos do presente exige uma disponibilidade para a sintonia cultural, o que quer dizer: interação com a produção simbólica do grupo humano, comunidade ou sociedade em que atua o mediador da informação coletiva” (MEDINA, 2006, p. 122). Assim, no contexto da QAA, percebe-se a necessidade de uma cobertura local-amazônica.

Ao notar a prática jornalística como integrante da cultura, pode-se resgatar o pensamento de Tassara (2006, p. 224) em que se reconhece a “indissociabilidade da relação cultura-técnica-ambiente” e no qual se requer o envolvimento participativo crescente das populações “não técnicas” na construção de uma política ambiental. Segundo Leff (2006), a busca pela racionalidade ambiental passa pelas mesmas populações não técnicas e também pelas “estratégias do saber para enfrentar as estratégias do conhecimento que colonizaram os saberes e as práticas de seres culturais diferenciados” (2006, p. 163). Interpreta-se o jornalismo alternativo para a QAA como uma dessas “estratégias do saber”.

Na cobertura da QAA, o jornalista produz sentidos que podem contribuir para a descoberta de paradigmas ambientais.

Apenas o real manifestado na crise ambiental devolve esse jogo de diferenças suspenso na ordem simbólica a um referente material: leva a diferença que emerge do jogo abstrato da linguagem à diferença que produz a relação entre o real e o simbólico, o conhecimento e o mundo, o ser e o saber. É o enraizamento no mundo e nos mundos de vida da lei (natureza) e do sentido (cultura). É a colocação efetiva de uma política da diferença no campo posto em conflito pela apropriação social da natureza. (LEFF, 2006, p. 163)

O “enraizamento” na natureza e na cultura, proposto acima, encaixa-se no perfil do jornalista de Medina, aquele que “lê” a cultura. Ao assumir a conservação da floresta como interesse público e ideologia, esse jornalista amazônico passará a pesquisar alternativas ao desenvolvimento hegemônico, chegando naturalmente à cultura dos povos tradicionais da Amazônia, entre outras fontes de informação.

Infere-se que é possível contar com esse jornalista para buscar nessas culturas alternativas reais, capazes de contribuir para a discussão da QAA e para a conservação da floresta. No entanto, ressalta-se o aspecto de que isso somente se viabiliza de acordo com um projeto editorial jornalístico que se proponha a fundamentar o debate da QAA.

O viés proposto é o do materialismo histórico, por estar em sintonia com o pressuposto de ser a QAA, sobretudo política, em que se visa discutir o destino dado à riqueza extraída da

Amazônia. Da mesma forma, debatem-se as linhas gerais do tipo de desenvolvimento proposto para a região. O interesse volta-se para os saberes comuns das vozes caladas durante séculos em locais periféricos da Amazônia, rotuladas de modo simplista e displicente como “senso comum”, ou seja, um tipo de saber dispensável. Boaventura de Sousa Santos acredita ser um erro considerar os saberes comuns como dispensáveis:

Em primeiro lugar, porque, se é certo que o senso comum é o modo como os grupos ou classes subordinados vivem sua subordinação, não é menos verdade que, como indicam os estudos sobre as subculturas, essa vivência, longe de ser meramente acomodatória, contém sentidos de *resistência* que, dadas as condições, podem desenvolver-se e transformar-se em armas de luta.⁴⁶

A pesquisa de um jornalismo alternativo para a QAA faz pleno sentido no contexto em que a Amazônia, os povos da Amazônia, o Brasil e a América Latina são vistos como povos e regiões periféricas – subordinadas, subalternas. Isto significa uma condição para que o jornalismo alternativo em questão contribua para a conservação da floresta amazônica, ao se desvencilhar das obrigações de servir à elite hegemônica desenvolvimentista.

Consideram-se os saberes da floresta como parte da resistência política do país periférico Brasil e de sua periferia maior, a Amazônia. Traduz-se como uma reação à estratégia notada por Becker (2009), de uma geopolítica baseada em jogos de influências e conhecimentos. O conhecimento dos povos tradicionais da Amazônia pode alçar o Brasil a um posto de destaque na discussão da crise ambiental planetária.

Ressalta-se que a necessidade de ouvir os povos tradicionais se iguala à necessidade de ouvir outras fontes, tais como cientistas, empresários, governos e instituições em geral. A ênfase dada aqui aos povos tradicionais se justifica na desproporcionalidade entre os tipos de fonte que costumam ser procuradas pelos jornalistas. As instituições com discursos organizados são muito mais ouvidas, e, assim, frisa-se que pesquisar os discursos menos organizados se coloca como atribuição do jornalismo alternativo para a QAA.

O jornalismo que se desenha hibridiza a perspectiva do jornalismo científico com a do jornalismo do cotidiano, que ouve declarações das pessoas comuns. O seringueiro tem o mesmo espaço que o pesquisador; o morador da comunidade do interior deve estar ao lado do especialista estrangeiro. Ao conectar Ciência Ambiental e cultura, o jornalismo alternativo para a QAA pode contribuir concretamente para a introdução de uma racionalidade ambiental na cultura da sociedade amazônica.

⁴⁶ SANTOS, B.S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 37.

[...] preferimos restringir o uso do termo cultura para a produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, ou seja, a cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido. (CANCLINI⁴⁷, 1983 apud MEDINA, 2006, p. 82)

Os conflitos implícitos na QAA são abordados com equilíbrio, segundo a noção de que a presença de opiniões e visões conflituosas é positiva e significa democracia. Além de aprofundar os argumentos já citados de Medina a respeito da importância da narrativa jornalística nas diversas esferas sociais, Chaparro (2001) privilegia a análise da cobertura jornalística com base no conflito ou na “luta das verdades”.

O conflito presente na QAA é o da apropriação da natureza, fenômeno naturalizado pela ideologia capitalista que vê o processo iniciado na colonização como “natural”. Entende-se a apropriação da natureza amazônica como processo histórico que condiciona até hoje os modelos de desenvolvimento propostos para a região, modelos cujas consequências ambientais constituem o principal risco à conservação da floresta amazônica. Desta forma, a cobertura jornalística para a QAA elege os conflitos em torno da apropriação da natureza como sua principal fonte de pautas. Engloba as noções de geopolítica e história, exploração de recursos, sustentabilidade, produtividade sustentável da floresta, bem como a perspectiva de se incluir um prefixo ao tema original, propondo uma *reapropriação* social da natureza, vista como única forma de conservar a floresta, segundo a racionalidade proposta por Leff (2006).

Enfim, conclui-se que o jornalismo é capaz de alimentar e fundamentar o debate da QAA por meio de uma prática jornalística alternativa. Contudo, essa prática precisa estar articulada a um meio de comunicação jornalístico alternativo com o mesmo propósito. Assim sendo, a possibilidade de constituição de um veículo de comunicação com esse projeto político e editorial será analisada no Capítulo 5.

No próximo capítulo adentra-se a Amazônia, primeiramente com uma análise do Estado do Acre, região escolhida como cenário para a pesquisa de campo. Em um segundo momento, apresentam-se os depoimentos dos comunicadores da floresta acreanos sobre a cobertura da mídia de massa para a QAA.

⁴⁷ CANCLINI, N.G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

4 NARRATIVAS DA FLORESTA

Sob a influência de autores que propõem o intercâmbio entre as ideias científicas e os saberes comuns, no rumo de uma reavaliação do modelo de desenvolvimento capitalista e das políticas ambientais, segue-se na pesquisa de um jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica.

Propõe-se uma pesquisa de campo em que os objetivos são: (a) realizar e descrever o processo de criação de um meio de comunicação jornalístico alternativo para a QAA (objeto de pesquisa) e (b) demonstrar sua viabilidade material no contexto específico da Amazônia. Como introdução à investigação de campo, no presente capítulo apresentam-se o Estado do Acre e os comunicadores da floresta acrianos, entrevistados a respeito da cobertura da mídia para a questão socioambiental da Amazônia.

Pela inviabilidade de se conduzir a pesquisa em área gigantesca como a Amazônia, é necessário fazer um recorte geográfico, o qual se restringirá a algumas regiões do Estado do Acre, mantendo-se uma leitura materialista e histórica que leva a um ponto de vista econômico e político.

Para começar, a simples caracterização da região como “Amazônia” abarca definições políticas, econômicas e históricas emblemáticas: “os limites territoriais do que seja a Amazônia, traçado pelos cientistas, correspondem à área de abrangência da Hevea [seringueira], na qual se destaca entre outras a espécie *brasiliensis*, a seringueira que fornece o látex de melhor qualidade” (GONÇALVES, 2008, p. 18). Ou seja, a caracterização do bioma Amazônia se dá por critérios econômicos que remetem à época do extrativismo.

Em linhas gerais, a extração de recursos naturais ainda dá o tom da economia local. A proposta da QAA como “amazônica” surge coerente com as constatações de uma Amazônia homogênea socialmente: os grupos sociais de origem amazônica são vistos pelo capital hegemônico como mera mão de obra barata a serviço da extração de recursos. Tal traço social em toda a Amazônia autoriza a proposta de uma questão ambiental “amazônica”, com ênfase na discussão sobre justiça social e no debate democrático sobre os rumos da região. Trata-se de um debate sobre a apropriação social dos recursos ambientais.

O cenário foi escolhido para esta pesquisa de doutorado devido a acreditar-se na possibilidade da prevenção de escolhas que levaram outras regiões ao colapso ambiental. Em decorrência de tal especificidade, o jornalismo alternativo que se pesquisa também terá características únicas. A Amazônia, não se trata de um objeto ambiental abstratamente

interessante, mas de uma realidade ecológica e humana que, em suas características materiais e históricas, revela passado e presente da questão ambiental brasileira. A fim de realizar o recorte geográfico essencial para a viabilização desta pesquisa, elege-se o Estado do Acre como local em que serão analisadas as possibilidades do jornalismo alternativo para a QAA.¹

No Estado do Acre sobrevive uma dinâmica nascida no calor de um conflito², que desemboca no debate e na luta simbolizados pela história de Chico Mendes. Para descrever o Acre, recorre-se à tese de Allegretti, “A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros”.³ O trabalho analisa a inédita mobilização social dos povos tradicionais do estado, a qual resultou na criação do modelo de reservas extrativistas como tipo de unidade de conservação ambiental e como alternativa fundiária, com terras públicas de uso comum.

A pesquisa demonstrou, também, que a formulação de políticas de desenvolvimento, em áreas ricas em recursos naturais, requer o equacionamento prévio dos direitos de propriedade. Mas evidenciou que o controle sobre territórios não é suficiente para solucionar o problema da viabilidade econômica do uso da floresta na Amazônia, que depende de políticas de valorização dos recursos naturais que reconheçam as comunidades tradicionais como protagonistas do desenvolvimento sustentável, na medida em que são mantenedoras do estoque de capital natural e prestadoras de serviços ambientais para o planeta e a humanidade. (ALLEGRETTI, 2002, “Resumo”)

O problema ambiental da Amazônia vai muito além de uma visão que prima pela “administração” do território, conceito que norteia políticas de criação de unidades de conservação (UCs). Concorde-se com a importância das UCs como solução emergencial, tendo em vista a velocidade do processo de desenvolvimento que devasta a Amazônia. Porém, ressalta-se que a resolução definitiva do problema demanda a concepção de uma racionalidade ambiental para orientar nova relação sociedade-ambiente. Impõe-se aprender com o ambiente, pois na Amazônia uma proposta que seja sustentável para determinado subsistema pode não servir para o subsistema vizinho.

A tese de Allegretti demonstra aspectos econômico-políticos do Estado do Acre. Ali ocorreu raríssima situação de um movimento social que conseguiu influenciar uma política

¹ Salienta-se que o autor reside em Rio Branco (AC), é professor e pesquisador do curso de jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC).

² Trata-se da chamada “Revolução Acreana”, fato histórico que, segundo Allegretti (2002, p. 43, nota 33), não poderia ser classificado como “revolução”, já que não alterou a estrutura social. Assim, recorreremos ao mesmo artifício da autora ao aplicar o *itálico* para nos referirmos à *revolução acreana*, de acordo com o significado que se atribui ao fato histórico no Estado do Acre.

³ Cf. nota 17 do Capítulo 2.

ambiental e de desenvolvimento, com repercussão nacional e internacional. Allegretti cita o fato notório ao explicar o objetivo de sua pesquisa:

Analisar o modo como comunidades de seringueiros, destituídas de força econômica e de poder político, sob a liderança de Chico Mendes, articularam redes locais, nacionais e internacionais de apoio e aliaram-se a movimentos ambientalistas e à comunidade científica e, ao formular uma alternativa para a resolução de conflitos sociais, contribuíram para a elaboração de uma proposta inovadora de acesso e de uso dos recursos naturais na Amazônia, que influenciou políticas nacionais e internacionais de meio ambiente e de desenvolvimento. (ALLEGRETTI, 2002, p. 18)

Ao menos uma vez, um grupo social sem força econômica interferiu democraticamente na criação de políticas públicas (criação do modelo de reserva extrativista), o que reforça a hipótese de que seja possível viabilizar a articulação de movimentos democraticamente constituídos, não necessariamente ligados à força econômica e/ou poder político-partidário. As conclusões de Allegretti permitem crer em alguma possibilidade de sucesso para a difícil tarefa de questionar o discurso hegemônico no âmbito da QAA.

A mobilização política ocorrida na década de 1980 no Acre levou à criação do modelo de reservas extrativistas, até então inexistente no País. Tal mobilização decorre da atuação de figuras como Chico Mendes, principal articulador de uma aliança que se autointitulou “povos da floresta”, grupo social que une índios, seringueiros e ribeirinhos sob a bandeira da floresta como meio de vida. Entende-se que os “povos da floresta” incluem-se entre as classes subalternas da Amazônia.

Por mais que se tente mitificar Chico Mendes como ambientalista, a grande virtude do seringueiro foi política, ao vislumbrar que índios, seringueiros e ribeirinhos têm a mesma relação com o sistema hegemônico que chega destruindo a floresta, apropriando-se das riquezas naturais e tradicionais. São grupos que lutam por alternativas à proposta hegemônica de desenvolvimento, devido a motivos políticos e econômicos não ambientais. Precisam da floresta por uma questão de subsistência e acabam convergindo para os interesses da questão ambiental. Nesta pesquisa, a defesa da floresta amazônica aparece no centro da questão que Leff (2006) chama de “apropriação social da natureza”: é justa a proposta que privilegia a classe hegemônica globalizada como maior apropriadora dos bens naturais da Amazônia?

No Acre, encontra-se uma sociedade que elegeu e reelegeu a proposta de um governo que se intitula “governo da floresta”, fato digno de registro em um mundo (Ocidente eurocêntrico) que, em regra, simplesmente abomina a presença do ambiente natural. Apesar de ser um estado em que o capitalismo globalizado chega com força, com degradação

ambiental, trânsito urbano e cidades com crescimento vertiginoso, o Acre possui alguma identificação com as questões da floresta. Mesmo assim, o discurso hegemônico é aceito com empolgação por muita gente.

O que torna o caso dos seringueiros interessante para análise é o fato do movimento se constituir em uma combinação nova de elementos presentes em movimentos sociais clássicos e contemporâneos. Assim, por exemplo, embora sejam trabalhadores rurais que se organizam em sindicatos, a identidade que assumem é a da profissão e não a de classe, distinguindo-se, assim, dos movimentos sindicais modernos. Além disso, embora entrem em conflito com fazendeiros, pela propriedade da terra, o que está em disputa são os recursos florestais e não a própria terra como nos movimentos camponeses. Em decorrência, não aceitam a reforma agrária convencional, mesmo que entendam que foi uma conquista histórica para os trabalhadores rurais. Por último, ao utilizarem táticas de contraposição aos desmatamentos, aproximam-se de movimentos ambientalistas, mas não o fazem por uma concepção abstrata sobre a natureza, mas porque a utilizam como fator de produção e meio de vida. Conseguem, com isso, aliar-se a entidades ecológicas sem ser uma delas. E ao buscar uma solução para os conflitos resgatam dos movimentos indígenas o conceito de território e de áreas reservadas. (ALLEGRETTI, 2002, p. 22)

Em comparação com outras regiões e países, ainda é possível encontrar no Estado do Acre grande aceitação do viés ambiental no contexto da discussão sobre desenvolvimento. O simples fato de esse viés ser levantado em instâncias como o Ministério Público e o governo do estado, já faz com que se coloque a discussão em outro patamar, comparativamente a outras regiões brasileiras. Principalmente nas comunidades do interior do estado, percebe-se a existência de condições propícias para a mudança nas relações sociais e na racionalidade vigente, fato percebido na pesquisa *Narrativas da Floresta*⁴, do grupo de Pesquisa Amajor (UFAC/CNPq)⁵, primeiro projeto de pesquisa em Comunicação Social do Estado do Acre.

Assim, na imaginação abolicionista e no pensamento libertário que inspiram a ecologia política, a dissolução do poder de uma minoria privilegiada para sujeitar as maiorias excluídas se converte em uma tarefa prioritária. A ecologia política é uma árvore cultivada pelos movimentos sociais que se protegem sob a sua folhagem; uma árvore com galhos que enlaçam diversas línguas, uma Babel onde haveremos de nos compreender a partir de nossas diferenças, onde cada vez que alcemos o braço para alcançar seus frutos, degustemos o sabor de cada terreno da nossa geografia, de cada colheita de nossa história, de cada vinho de nossa invenção. Percorrendo este caminho, haveremos de dar nome próprio à sua seiva, como aqueles **seringueiros** que se inventaram como seres neste mundo sob o nome da árvore da qual com seu engenho extraíram o alimento de seus corpos e o espírito de sua cultura. (LEFF, 2006, p. 339, grifos nossos)

⁴ Cf. nota 2 do Capítulo 3.

⁵ Amajor – Amazônia, *Jornalismo e Ambiente*, grupo de pesquisa liderado pelo autor na Ufac.

Ao referir-se explicitamente aos seringueiros, como fará em outras partes de sua obra, Leff ajuda a observar as condições, consideradas ideais, para a condução da pesquisa no Estado do Acre. Trata-se de um movimento social que dialoga com grupos de outras partes do globo, também sintonizados à temática ambiental. Constata-se, em nível local, um fenômeno histórico global, a saber, a emergência de um movimento social contemporâneo realmente novo, em resposta a um fato sem precedentes: a destruição ecológica e a mudança global (LEFF, 2006, p. 453).

Na região, o jornalismo alternativo para a QAA descobre enorme acervo de pautas com propostas sustentáveis de comunidades que vivem com pouca alteridade na relação sociedade-ambiente. Nesse contexto, o Acre satisfaz como cenário da pesquisa pelo potencial de gerar conhecimento inovador para a conservação da Amazônia, possibilitando reflexões teóricas e observações empíricas.

Localizado no extremo oeste brasileiro, o Estado do Acre, antes território pertencente à Bolívia, foi incorporado ao Brasil em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis. Sua superfície territorial é de 164.221,36 Km² (16.422.136 ha), correspondente a 4% da área amazônica brasileira e a 1,9% do território nacional. A extensão territorial é de 445 km no sentido norte-sul e de 809 km no sentido leste-oeste. O Acre tem fronteiras internacionais com Peru e Bolívia e divisas nacionais com os estados de Amazonas e Rondônia.⁶ São 22 municípios, sendo que cerca de 50% da população reside na capital, Rio Branco.

O relevo é composto, predominantemente, por [...] uma plataforma regular que desce suavemente em cotas da ordem de 300m nas fronteiras internacionais para pouco mais de 110m nos limites com o Estado do Amazonas. No extremo ocidental situa-se o ponto culminante do Estado, onde a estrutura do relevo se modifica com a presença da Serra do Divisor, uma ramificação da serra peruana de Contamana, apresentando uma altitude máxima de 734m. Os solos acreanos, de origem sedimentar, abrigam uma vegetação natural composta basicamente de florestas divididas em dois tipos: tropical densa e tropical aberta, que se caracterizam por sua heterogeneidade florística, constituindo-se em grande valor econômico para o Estado. O clima é do tipo equatorial quente e úmido, caracterizado por altas temperaturas, elevados índices de precipitação pluviométrica e alta umidade relativa do ar. A temperatura média anual está em torno de 24,5°C, enquanto a máxima fica em torno de 32°C, aproximadamente uniforme para todo o Estado. Sua hidrografia é bastante complexa e a drenagem, bem distribuída. É formada pelas bacias hidrográficas do Juruá e do Purus, afluentes da margem direita do rio Solimões. A população do Estado é de 669.736 habitantes (IBGE, 2005) e atualmente 66% está concentrada nas áreas urbanas, notadamente na região do Baixo Acre, em função da capital, Rio Branco. [...] O Estado do Acre divide-se, politicamente, em regionais de desenvolvimento: Alto Acre, Baixo Acre, Purus, Tarauacá/Envira e Juruá [...], que

⁶ ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II: documento Síntese – Escala 1:250.000**. Rio Branco: SEMA, 2006, p. 37. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/CD194D39/ZEE-Acre-faseII_Parte1-baixareol.pdf

correspondem às microrregiões estabelecidas pelo IBGE e seguem a distribuição das bacias hidrográficas dos principais rios acreanos. (ACRE, 2006, p. 38)

Mapa 2 – Estado do Acre (divisão político-administrativa)⁷

Ao comentar sobre a Amazônia em sua porção “ao ocidente do Madeira” (Acre), Euclides da Cunha já notava a peculiaridade dos rios acrianos: Purus, Juruá e Javari.⁸ Os rios desimpedidos, sem acidentes geográficos, protegeram os primeiros exploradores, facilitando a ocupação do território por brasileiros. As mais longas viagens podiam ser feitas simplesmente com canoa e remo.

Viu-se então, de par com primitivas condições tão favoráveis, este reverso: o homem, em vez de senhorear a terra, escraviza-se ao rio. O povoamento não se expandia: estirava-se. Progredia em longas filas, ou volvia sobre si mesmo sem deixar os sulcos em que se encaixa – tendendo a imobilizar-se na aparência de um progresso ilusório, de recuos e avançadas, do aventureiro que parte, penetra fundo a terra, explora-a e volta pelas mesmas trilhas – ou renova, monotonamente, os mesmos itinerários da sua inambulação invariável. Ao cabo, a breve, mas agitada história das paragens novas, à parte ligeiras variantes, ia imprimindo-se toda secamente, naquelas extensas linhas desatadas para S.O. [sudeste]: três ou quatro riscos, três ou quatro desenhos de rios, coleando, indefinidos, num deserto... (CUNHA, 2000, p. 196-7)

Não se pretende traçar amplo quadro da vasta história acriana ou dos aspectos físicos do território. A principal característica a ser ressaltada aponta para a existência de um movimento social identificado com a QAA, o qual foi liderado por Chico Mendes no Vale do

⁷ ACRE, 2006, p. 38

⁸ CUNHA, E. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 195.

Acre, com repercussões em outras regiões do estado. Nesta tese, não se caracteriza Mendes estritamente como “ambientalista”, mas sim como seringueiro. O movimento por ele liderado aproveitou momento histórico em que a questão “ambiental” ganhava corpo.

A obra de Elder Andrade de Paula (2003) colabora para que se entenda o contexto material e histórico dos fatos ocorridos na década de 1980, os quais culminaram com a morte de Chico Mendes em 1988.

A partir de meados do século XIX o território acreano passou a ser ocupado economicamente por brasileiros, especialmente por migrantes nordestinos recrutados pela empresa extrativista para trabalharem na extração do látex. Depois de dizimar e/ou subjugar grande parte das populações indígenas, o confronto seguinte dos homens que comandavam a empresa extrativista foi com os bolivianos e peruanos na disputa pelo domínio político-administrativo do território.⁹

Em sua tese sobre o agro acriano, o autor sequer cita a *revolução acreana*. Em sua análise, o fato é visto como “litígio” em que estavam em jogo os interesses dos patrões da borracha. Em um primeiro momento (1872-1900), o território do estado esteve vinculado ao Governo do Amazonas; em seguida, após rebelião comandada pelo espanhol Luiz Galvez, passa a constituir-se em uma unidade territorial e política autônoma, a chamada *República Independente do Acre*.¹⁰

“A partir de 1903, o espaço em questão passou a vincular-se diretamente ao governo central [brasileiro], na forma de Território Federal. Esse estatuto jurídico não existia na Constituição brasileira de 1891 [...], foi criado para solucionar provisoriamente a questão acreana”.¹¹ Paula infere que há duas versões para justificar a solução provisória dada à questão do Acre: a versão dominante indica as motivações econômicas como principais, visto que, como território federal, as vultosas somas resultantes da exportação de borracha serviriam para custear despesas governamentais, financiando investimentos na cidade do Rio de Janeiro. Outra versão aponta razões de ordem política, como a necessidade de manter controle sobre as oligarquias em formação no território (PAULA, 2003, p. 8). A solução provisória se manteve por quase 60 anos, até 1962, quando o Acre transformou-se em estado.

Nesse processo de formação política do Estado do Acre deve-se chamar a atenção para uma questão fundamental: a permanente centralização do poder em

⁹ PAULA, E.A. **Estado e Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. 2003. 265 f.. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Desenvolvimento e Agricultura) –Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, 2003, p. 7.

¹⁰ PAULA, 2003, p. 7, nota 21.

¹¹ Ibidem, p. 7-8.

torno de interventores de extração militar, somada ao domínio da grande propriedade fundiária – exercido pelos patrões seringalistas em enormes porções territoriais –, reforçará sobremaneira o autoritarismo existente na sociedade e no Estado em nível mais geral no Brasil. (PAULA, 2003, p. 12)

Tais traços históricos ajudam a compreender o Acre como mais uma região brasileira a serviço do conservadorismo político e do latifúndio. É necessário desconstruir qualquer ilusão de que o Acre seja um estado “verde” e “sustentável”, governado segundo os interesses dos povos tradicionais. A tensão política está presente no Acre como em qualquer outra região brasileira, tendo causado, entre outras tragédias, a morte de Chico Mendes. Nota-se que o enaltecimento da *revolução acreana* como fato histórico crucial para o Estado do Acre obscurece consequências muito maiores advindas da negligência com que o Acre foi tratado pelo governo brasileiro após a anexação. As repercussões do imprevisto federal se refletem até hoje na questão fundiária do estado.

Além do tradicional caos fundiário que costuma caracterizar a região amazônica, o “tipo de apropriação e uso da terra somado ao conturbado processo de anexação do Acre ao território nacional produziu um complicador a mais na questão fundiária” do estado.¹² Eram quatro as situações fundiárias que se estabeleceram nas terras acrianas: terras tituladas pela Bolívia; terras tituladas pelo Estado do Amazonas; terras tituladas pelo Estado Independente do Acre e as terras ocupadas sem documentos (PAULA, 2003, p. 66). Para complicar, as áreas de terras dos seringais eram estimadas em “estradas de seringa”, e não em metragem oficial, o que facilitou a criação de enormes propriedades e títulos de terra sobrepostos.

Decreto-lei de 1946 tentou regularizar a situação, o que, por si só, não resolveria o problema, diante da costumeira negligência do estado. Até então, o Acre jamais havia adquirido a prerrogativa de controlar as terras devolutas de sua área, o que aconteceria com a sua elevação de território federal a estado, em 1962. Com o golpe militar de 1964, as doutrinas de “segurança nacional” trataram de manter sob controle da União as respectivas terras devolutas. Na década de 1970, a “expansão da fronteira” amazônica por meio da grande propriedade foi conturbada no Acre, devido ao problema fundiário.¹³ Tais circunstâncias configuraram-se pano de fundo do conflito que levou ao assassinato de Chico Mendes e de outros líderes comunitários.

O Acre de hoje reflete alguns desses acontecimentos históricos, relatados por Paula (2003) em sua crítica ao “desenvolvimento insustentável” do estado. Como sinais dos problemas ambientais vividos pela região, utilizam-se três dados enumerados pelo autor: 1) a

¹² Ibidem, p. 65.

¹³ Informações baseadas em PAULA, 2003, 67-8.

pecuária é a atividade que tem registrado maior crescimento em todas as áreas do Acre; 2) no setor extrativista a exploração madeireira é a que mais cresceu em todo o estado; 3) o índice de concentração da propriedade fundiária permanece extremamente elevado (2003, p. 173). Desta forma, concorda-se com Paula (2003, p. 7) quando afirma que,

Enfim, o que pretendemos trazer à tona com o exposto é a ideia de que não faz sentido buscar no Acre singularidades políticas distintivas das características gerais da formação social brasileira. A sua especificidade deve ser buscada na investigação do modo como se operam essas conexões entre as relações pessoais e a esfera pública.

Mesmo sem haver singularidades políticas distintivas no Acre, o fato de a *floresta ainda estar aí* significa a possibilidade de se discutir um tipo alternativo de desenvolvimento não hegemônico. Em sua conclusão, Paula (2003, p. 175) lembra que é preciso retomar o debate “que inspirou a elaboração da proposta de Reserva Extrativista” e “pensar a Amazônia sob a perspectiva da sustentabilidade a longo prazo” (2003, p. 176). O autor assevera também que o pensamento hegemônico não é único.

O jornalismo aqui pesquisado está em sintonia com essas demandas e pretende colaborar para o debate. Diferentemente de Paula, mas de maneira complementar àquele autor, Allegretti considera a *revolução acreana* como fato fundamental para o entendimento do contexto atual do Estado do Acre. A curta existência do Estado Independente do Acre (7 meses), sob a liderança de Luiz Galvez, se tornou marcante na identidade cultural acriana. No entanto, o desfecho do conflito ficou muito aquém do esperado, em termos de benefícios decorrentes de tamanho esforço da sociedade.

Embora os líderes da insurreição pleiteassem a emancipação e constituição de uma unidade a mais na federação [estado], em 25 de fevereiro de 1904, pelo Decreto 1181, o Congresso Nacional votou a definição administrativa do Acre como Território da União. Assim, a vitória da revolução pareceu uma derrota, causando grande frustração tanto aos acreanos que haviam organizado e lutado por ela, quanto ao governo do Amazonas que a financiara. (Allegretti, 2002, p. 94)

Assim como Paula (2003), Allegretti enfatiza que o cerne da questão era o usufruto dos recursos das exportações de borracha. O Acre da época figurava em terceiro lugar nas exportações da República, somente atrás de São Paulo e Minas Gerais. As ambições políticas do Acre independente eram grandes: pretendia-se estabelecer um governo republicano, democrático e libertário, ao contrário de outros movimentos revoltosos da mesma época, como Canudos (ALLEGRETTI, 2002, p. 96). Inevitavelmente, a “queda” para a condição de território provedor de divisas seria uma derrota. No entanto, era esse o destino que esperava o

Estado do Acre, conforme a tradição da relação Amazônia/Brasil. Mesmo assim, ficou o mito da *revolução*.

Allegretti (2002) apura indícios que revelam a reinterpretação da *revolução acreana* pelos seringueiros, estabelecendo um nexos entre os conflitos do passado e os do presente. “Esses episódios passaram a fazer parte da identidade social do seringueiro e influenciaram os movimentos sociais que ocorreram nas últimas décadas do século passado, como demonstram entrevistas de Chico Mendes e análises de historiadores”.¹⁴ Chico Mendes buscou conectar a *revolução acreana* aos conflitos agrários que ocorriam na Xapuri das décadas de 1970 e 1980.

Nos discursos de Chico Mendes, desde 1981, aparece de forma recorrente como justificativa para a decisão dos seringueiros de defender os seringais, o direito que teriam às áreas nas quais moravam há gerações, pelo fato de seus antepassados a terem conquistado, como soldados, durante a *Revolução Acreana*. No decorrer do tempo, outras lideranças e seringueiros envolvidos com os movimentos sociais, foram associando a conquista histórica do território ao direito de nele permanecer, ideia que passou a fazer parte da identidade social dos trabalhadores extrativistas acreanos. (ALLEGRETTI, 2002, p. 131-2, grifos da autora)

Contemporaneamente, outra consequência histórica da *revolução acreana* é a capitalização político-partidária dos antigos símbolos do Acre. O movimento que domina a política do Acre desde fins da década de 1990 (Frente Popular do Acre – FPA) aproveitou a proximidade com o movimento de Chico Mendes para resgatar uma suposta “acrianidade”. Não cabe julgar ou analisar a pertinência do projeto de desenvolvimento proposto por essa frente política. Entretanto, o sucesso de um governo conhecido como “governo da floresta” chama a atenção. De acordo com a tradição desenvolvimentista da Amazônia, configura-se improvável o sucesso de um movimento político inspirado na floresta. Um líder de classe subalterna (Mendes) inspirar movimento político que venceu sucessivas eleições nos níveis federal, estadual e municipal? Trata-se de raríssima conformação de interesses.

E uma síntese recente desta história ocorreu no centenário da *Revolução Acreana*, em 2002. Sob a gestão política de um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores, ficou em evidência o alto valor simbólico que têm os episódios históricos na consciência da elite política do Acre. Os eventos associaram os heróis do passado, os soldados seringueiros, aos do presente, Wilson Pinheiro, Chico Mendes e outros seringueiros assassinados, conseguindo, dessa forma, reestabelecer os marcos de construção da identidade acreana.

Para isso acontecer, os símbolos principais que lembram os episódios da Revolução Acreana (bandeira, hino e obelisco aos heróis) foram recolocados em cena. A bandeira do Acre, que é a mesma criada por Galvez, tornada oficial em 1921 e que em muito se aproxima da do PT (uma estrela vermelha em um fundo verde-amarelo), estabeleceu a conexão entre o momento atual e o do Governo

¹⁴ Ibidem, p. 98.

Independente. O hino oficial do Estado, que exalta os feitos heroicos e o sangue derramado pelos líderes do passado, passou a lembrar, também, o assassinato dos heróis do presente. E o obelisco, construído em 1937 no lugar onde estavam enterrados os soldados seringueiros de Plácido de Castro e cercado por pedaços da corrente limada no rio Acre, demolido na administração de Wanderley Dantas, durante a ditadura militar, foi reconstruído e reinaugurado, exatamente no mesmo local do anterior. (ALLEGRETTI, 2002, p. 98-9)

Em um dos raros estudos críticos sobre a imprensa acriana, Nascimento (2012) pesquisa a produção de consensos na construção de hegemonia no Acre por meio de análise dos quatro jornais diários do estado: “A Gazeta”, “O Rio Branco”, “A Tribuna” e “Página 20”.¹⁵ Nas entrevistas com jornalistas, proprietários e ex-proprietários dos jornais, fica clara a plena utilização desses meios de comunicação de massa como instrumentos de poder. Em suas conclusões, Nascimento aponta que,

deve-se observar que os quatro jornais permanecem ainda hoje [2012] como clientes do Estado. Deve-se observar, ainda, que nas condições específicas do Acre o trabalho dos jornais gira em torno da valorização de atos dos representantes do poder, visando capitalizá-los eleitoralmente e obter, ao mesmo tempo, o olhar favorável do cliente. Quando isso não ocorreu – quando, por exemplo, o representante do poder pertencia a agremiação política adversária – o jornal produzia notícias negativas. (NASCIMENTO, 2012, p. 179)

Não se considera a imprensa do Estado do Acre mais ou menos corrupta do que a imprensa de outros estados ou do que a imprensa nacional. Entretanto, devido à menor escala da produção de notícias, alguns indícios da corrupção ficam mais evidentes. Ora, conforme argumentos anteriores, não se trata de privilégio do Acre o uso instrumental da imprensa e da mídia de massa para fins eleitorais e político-partidários. Tanto quanto os interesses privados e econômicos, os objetivos eleitoreiros da imprensa também se configuram como reféns de interesses particulares.

Enfim, elege-se o Estado do Acre, algumas de suas regiões e alguns de seus cidadãos como participantes de uma pesquisa que pretende indicar os caminhos para que se inicie a prática do jornalismo alternativo para a QAA.

Um posicionamento político que propõe ouvir as alternativas dos povos da floresta leva aos depoimentos colhidos em pesquisa de campo do Projeto “Narrativas da Floresta”. Tal pesquisa tem como justificativa procurar a forma e o conteúdo de um Jornalismo comprometido com o diálogo e os interesses da sociedade, em ações de Comunicação Social ligadas especialmente à questão ambiental:

¹⁵ NASCIMENTO, J. B. **A imprensa acreana na batalha por hegemonia: estratégias de 1969 a 2006**. 2012. 210 f.. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais / Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2012.

O Jornalismo vive uma crise sem precedentes no Brasil e no mundo. Questiona-se a legitimidade da profissão e sua capacidade de informar com isenção e imparcialidade, tendo em vista a permanente e progressiva dependência de processos econômicos e industriais. Entendemos que há alternativas a esse Jornalismo. Uma dessas alternativas decorre da visão de que o Jornalismo não se restringe ao trabalho dentro das redações de grandes meios de comunicação, e que pode ser um articulador da sociedade, à maneira dos contadores de histórias nas comunidades tradicionais e dos jornalistas combativos de décadas passadas. Defendemos que o jornalista pode e deve ser, de fato, um comunicador *social*.¹⁶

São os comunicadores da floresta, entrevistados em todo o Estado do Acre, chegando a mais de 30h de entrevistas gravadas em Reservas Extrativistas (Alto Juruá e Chico Mendes) e em grandes cidades do estado, como Cruzeiro do Sul e Rio Branco. Foram entrevistadas pessoas que participam ou participaram ativamente das questões que envolvem a problemática ambiental no Acre. As entrevistas revelam-se matéria-prima para a presente pesquisa, com o objetivo de avaliar empiricamente a teoria da racionalidade ambiental, idealizada sobretudo por Enrique Leff:

O saber ambiental não emerge da profundidade das ciências para voltar a submergir e a dissolver-se na racionalidade teórica e nos paradigmas prevaletentes de conhecimento. O saber ambiental constitui uma nova racionalidade e uma nova episteme. Mais além da evolução do pensamento sociológico, desde o estruturalismo até o surgimento de uma “ecologia generalizada” e do “pensamento da complexidade”, o saber ambiental rompe o espelho da representação e da especulação de um mundo objetivado e a transparência do conhecimento. O saber ambiental é uma concepção crítica do conhecimento que exerce uma vigilância epistemológica sobre as condições sociais de produção do saber e do efeito do conhecimento sobre o real, que se desdobra em estratégias de poder no saber dentro da globalização econômico-ecológica. (LEFF, 2006, p. 300)

Leff (2006, p. 306) critica “as correntes dominantes de pensamento ecológico que [...] não conseguiram romper o cerco de naturalização do mundo no qual a lei natural objetiva e vela as estratégias de poder que atravessam ao longo da história as relações sociedade-natureza”. Propõe, a partir disso, uma racionalidade que não pode enquadrar-se nos enfoques ecologistas, enfatizando que a natureza é sempre uma natureza “significada”:

Dão conta disso os recentes estudos da nova antropologia ambiental (Descola e Pálsson, 2001) e da geografia ambiental (Porto-Gonçalves, 2001), que mostram que a natureza não é apenas produto da evolução biológica, e que, além da coevolução entre a natureza e as culturas que a habitaram, hoje se desdobram estratégias cognoscitivas e criativas de reidentificação e reapropriação de suas ‘naturezas’. A resignificação política da natureza confronta, assim, a natureza capitalizada e tecnologicada por uma cultura globalizada que hoje em dia impõe seu

¹⁶ BITTENCOURT, M.P.H. **Projeto Narrativas da Floresta**. Rio Branco: UFAC, 2007. Projeto de Pesquisa, Coordenadoria de Apoio à Pesquisa, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Acre, 2007, p. 1.

império hegemônico e homogeneizante sob o domínio da tecnologia e o signo unitário do mercado. (LEFF, 2006, p. 307)

As mensagens dos comunicadores da floresta a serem ouvidos adiante avalizam a opinião de Leff, na medida em que, no Acre, vê-se o movimento político de um grupo social que conseguiu ressignificar-se politicamente por meio de uma alternativa concreta para a conservação da floresta: o modelo de reservas extrativistas. O desafio prossegue na procura desse equilíbrio no cotidiano da prática jornalística *na e sobre a Amazônia*. Descrevem-se aqui as conclusões de algumas entrevistas feitas com os comunicadores da floresta, a fim de nortear a intervenção que consta do próximo capítulo.¹⁷

Os “comunicadores da floresta” são cidadãos que trabalham com comunicação, profissionalmente ou não, e que têm ligação com a temática ambiental no Estado do Acre. As entrevistas foram gravadas em vídeo para que se divulgassem as ideias ao publicá-las em meio de comunicação alternativo, a Internet.¹⁸ A escolha da principal ferramenta metodológica, a entrevista, provém da própria técnica jornalística. Acredita-se nessa técnica como instrumento de pesquisa qualitativa da área das Ciências da Comunicação.

As entrevistas foram direcionadas por duas perguntas-guias complementares: “qual a sua opinião sobre a cobertura da imprensa brasileira para a questão ambiental na Amazônia?” e “qual a sua opinião sobre a cobertura da imprensa do Acre para a questão ambiental na Amazônia?” Foram as únicas perguntas aplicadas de maneira idêntica a todos os entrevistados. Serão analisadas as entrevistas dos seguintes comunicadores:

- *Antônio Alves*¹⁹, jornalista que atuou no jornal alternativo *Varadouro*²⁰ e em diversos meios de comunicação do Estado do Acre; produtor e roteirista de documentários, escritor, poeta, conhecido como criador do termo *florestania* (cidadania da floresta);

- *Elson Martins*, jornalista decano, fundador do jornal alternativo *Varadouro*;²¹

¹⁷ Inicialmente, os resultados da pesquisa *Narrativas da Floresta* foram publicados em BITTENCOURT, M.P.H. *Jornalismo e Amazônia: inovação na cobertura da questão ambiental amazônica*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31, 2008, Natal. *Anais*. São Paulo: Intercom, 2008. As entrevistas transcritas ao fim deste capítulo já constavam do referido artigo, além de algumas conclusões presentes neste texto.

¹⁸ Entrevistas do projeto “Narrativas da Floresta” estão no blog www.narrativasdafloresta.blogspot.com

¹⁹ Nas décadas de 1970 e 1980, participou de movimentos socioambientais no Acre e da criação do PT. Foi presidente da Fundação Cultural Elias Mansour e assessor de Marina Silva. Assina o blog “Tempo Alguém”.

²⁰ O jornal “Varadouro” editado em Rio Branco (AC) de 1977 a 1981, foi reconhecido como uma das experiências mais honestas e eficientes da imprensa alternativa surgida no Brasil durante a ditadura militar.

²¹ Foi correspondente do jornal “O Estado de S.Paulo” no Acre, liderou a equipe que produziu o jornal “Varadouro”. Foi consultor da minissérie “Amazônia, de Galvez a Chico Mendes”, da TV Globo. Em 2007, ganhou o prêmio Chico Mendes, terceiro lugar, na categoria Liderança Individual.

- *José Carlos dos Reis Meirelles Jr.*, sertanista da Fundação Nacional do Índio foi, durante vários anos, responsável pelas atividades da Funai junto aos índios isolados das cabeceiras do Rio Envira em Feijó (AC). Colaborador eventual de meios de comunicação;²²

- *Leandro Altheman Lopes*, jornalista, repórter de TV e Rádio na cidade de Cruzeiro do Sul (AC);²³

- *Benki Piyãko*²⁴ é indígena da etnia Ashaninka, coordenador do Centro Yorenka ãtame – Saber da Floresta²⁵.

Inicia-se a pesquisa com uma visão panorâmica de pessoas que trabalham diretamente com *Comunicação e Meio Ambiente*: jornalistas Antônio Alves, Elson Martins e o sertanista José Carlos Meirelles (em Rio Branco). Em seguida, em viagem ao Vale do Juruá, foram entrevistados o jornalista Leandro Altheman Lopes (em Cruzeiro do Sul) e o líder indígena Benki Piyãko (em Marechal Thaumaturgo).

O diagnóstico geral aponta abundantes deficiências na cobertura da imprensa para a Amazônia. Os comunicadores acrianos descrevem um trabalho jornalístico ignorante em relação aos principais problemas, com coberturas centradas no sul do país, ligadas aos interesses das grandes cidades. Julgam que as matérias sobre a região transparecem um ponto de vista de *separação* em relação à Amazônia, empurrando-a para um universo desconhecido.

Quando penetram na problemática amazônica, avaliam que isso é feito de maneira folclórica, superficial, abordando a região como território exótico, desabitado, apontando banalidades do cotidiano amazônico como novidades, ignorando a enorme variedade cultural da região em uma cobertura de imprensa pior que a existente há trinta anos.

Elson Martins diz que as matérias em geral reproduzem o olhar de colonizador, sem tempo suficiente para o trabalho de campo, fora do “ritmo” da região, já que na Amazônia o tempo de uma reportagem será sempre longo devido às distâncias e à pouca infraestrutura.

Não há suficiente detalhamento nas matérias, igualando a queimada do agricultor e do caboclo à do pecuarista. Os entrevistados notam que as matérias jornalísticas da mídia de massa frequentemente mostram uma floresta sem ocupação humana, promovendo uma visão

²² Participou da criação da política da Funai para isolados. Prêmio Chico Mendes 2007, Liderança Individual.

²³ Vencedor do Prêmio Chalub Leite (Sindicato dos Jornalistas/AC) no ano de 2006, categoria Telejornalismo, com série de reportagens sobre os índios Iawanawá.

²⁴ Recebeu prêmio Nacional de Direitos Humanos de 2004, categoria Comunidades Indígenas. Trabalhou como consultor da TV Globo.

²⁵ Segundo definição do blog da Associação Ashaninka do Rio Amônia: “Esse projeto também é para fortalecer os conhecimentos tradicionais, para que a população tenha uma nova visão sobre a floresta. Esta visão é saber como usar os recursos naturais sem agredir o meio ambiente e a natureza, de forma que esse saber possa ser reconhecido como ciência de conhecimentos práticos, recuperando terras, florestas e animais, cuidando da biodiversidade em geral.”

fictícia e fantasiosa, por vezes exagerando na dose de pessimismo. “A Amazônia está sendo destruída”, mas não se aponta exatamente o que é devastado.

A cobertura jornalística para a Amazônia evidencia os conflitos mais do que os trabalhos desenvolvidos em benefício da biodiversidade; ignora detalhes sutis que podem dar grandes explicações ao público. Os comunicadores entrevistados salientam ainda que os conflitos são abordados de maneira maniqueísta, “herói e bandido”; apontam que a imprensa ignora a diversidade humana, da floresta e das cidades amazônicas.

Antônio Alves descrê que o atual sistema de comunicação baseado nas empresas de comunicação possa dialogar com a Amazônia em termos de conhecimento, sendo uma região que será eternamente vista como exótica pelo sistema de comunicação nacional e internacional. O mesmo entrevistado afirma que faz-se necessária uma *variedade maior de experiências de comunicação* para que se conheça a Amazônia.

As propostas para uma outra cobertura jornalística surgem naturalmente, como a necessidade de divulgação de experiências de comunicação informais e criativas, o que aponta para a experimentação. Pode-se usar, para isso, a sugestão de Elson Martins, de juntar o conhecimento tradicional ao conhecimento moderno, promovendo o encontro de saberes, o que remete às palavras de Leff (2006) e Medina (2006).

São afirmações que apontam para a necessidade de se rever a prática jornalística no momento em que a humanidade precisa da Comunicação Social e do Jornalismo na procura de soluções para os problemas contemporâneos e, neste caso específico, para a questão ambiental amazônica. Os *comunicadores da floresta* recomendam experimentação. Agora o desafio é depreender de suas palavras formas e conteúdos que gerem uma prática jornalística.

Trechos das falas dos comunicadores da floresta serão plenamente transcritas com o objetivo de balizar o conhecimento teórico originado principalmente da *Racionalidade Ambiental* de Enrique Leff, evitando que se norteie toda uma pesquisa apenas no rumo do conhecimento teórico. Abaixo, destacam-se as respostas dos *comunicadores da floresta* para a pergunta *qual a sua opinião sobre a cobertura da imprensa brasileira para a questão ambiental na Amazônia?*

*Antônio Alves:*²⁶

A imprensa brasileira desconhece a Amazônia. Não sabe o que é, não chega perto, não tem idéia. É uma imprensa muito centrada em Rio, São Paulo, Brasília; é uma

²⁶ Entrevista realizada em janeiro de 2008.

imprensa acoplada às grandes companhias e às grandes cidades, aos grandes temas urbanos, às grandes questões que envolvem milhões de pessoas e que dão a pauta nacional.

Não é que seja errado, afinal de contas é lá que estão os leitores deles, é lá que estão os telespectadores, é lá que estão seus personagens e tudo mais; então é uma imprensa do Brasil urbano, do Brasil industrializado, do Brasil do Sul.

(...)

E o Brasil ainda olha a Amazônia assim, sabe, como a elite olha o povo, como o veículo de comunicação olha o telespectador, ou espectador, ou leitor, ou ouvinte, há uma separação, não há uma efetiva participação na produção da notícia, do comentário, da análise; o público é sempre o público. “Nós produzimos e eles são os consumidores.” Então, a notícia como uma mercadoria, a informação como uma mercadoria, eu acho que é o que predomina nessa sociedade.

Bom, é claro que a Amazônia fica como um grande universo desconhecido, como uma fronteira, a qual não se ultrapassa, um território no qual a imprensa, quando penetra, os veículos de comunicação, quando penetram, é de uma maneira folclórica; você vê algumas reportagens de grandes emissoras de televisão, é mais pra narrar a coragem dos seus intrépidos repórteres que estão penetrando a última caverna inexplorada, subindo na árvore mais perigosa e alta da floresta, “vejam o quanto tivemos que empurrar um carro na lama até chegar na fronteira não sei da onde, e tal”. Coisa que pra quem vive aqui na Amazônia, nessas regiões, nessas cavernas, florestas, estradas e fronteiras, não é absolutamente novidade. E isso pra eles é uma grande novidade.

Ou se não é por aí, é por um viés escandaloso, do conflito, como se aqui só existisse conflito, só existisse assassinato, e disputa, como se não existisse uma vida, a população vivendo com hábitos, cultura, maneiras de desenvolver sua economia, de viver; línguas diferentes que se falam, aqui tem uma variedade enorme, uma riqueza muito grande da Humanidade e da vida de maneira geral, e tudo isso é encarado com um olhar de desconhecedor, por parte da imprensa.

Não sei quanto tempo isso vai permanecer ou como se pode mudar, mas eu não tenho muita esperança de que o sistema de comunicação baseado nas empresas de comunicação possa dialogar com a Amazônia em termos de conhecimento a respeito, descobrir e divulgar as coisas da Amazônia.

Eu acho que para a Amazônia dar-se a conhecer, ela necessita de uma variedade maior de experiências de comunicação. Esse sistema nacional, até internacional, de comunicação, as agências, as emissoras, as indústrias da comunicação, eu acho que eles têm muita dificuldade de dar um tratamento íntimo para a Amazônia. A Amazônia vai ser sempre uma coisa exótica para esse sistema. Mas existem experiências, algumas experiências pontuais, regionais, que aqui e acolá, avançam.

Um jornal interessante, criativo, uma experiência de vídeo, de televisão, um tipo de comunicação que se estabelece entre comunidades; tem várias experiências pequenas espalhadas, que eu acho que de vez em quando conseguem fazer com que seus produtos sejam incluídos, sejam comprados pela grande imprensa, chamada. É muito raro. Então essa comunicação mais informal, mas criativa, ela permanece na esfera da informalidade mesmo, não penetra na grande indústria da comunicação, como várias outras coisas no Brasil.

*Elson Martins:*²⁷

Eu acho que nos últimos trinta anos ela [a cobertura da imprensa] empobreceu bastante. É contraditório isso, considerando o avanço da Internet, da tecnologia, da comunicação. Mas, há trinta anos, a imprensa brasileira fazia uma cobertura melhor da Amazônia, sobretudo no Estadão, que é um jornal onde eu trabalhei como correspondente aqui no Acre durante dez anos, com Lúcio Flávio em Belém. Teve também a imprensa alternativa durante o regime militar, tudo com muita dificuldade tecnológica, dificuldade de contato. Por exemplo, eu como correspondente comecei

²⁷ Entrevista realizada em janeiro de 2008.

passando matérias por telefone aos gritos, aos berros de um único posto que permitia esse contato com São Paulo [a partir do Acre].

(...)

Então, respondendo à tua pergunta, a imprensa hoje tem tudo pra ser melhor do que a imprensa de trinta anos atrás, mas não é. Acho que as novas gerações, saídas das escolas de Jornalismo, elas estão precisando adquirir esse olhar. A solução é adquirir esse olhar. No caso dos jornalistas nascidos na região, já têm esse olhar dentro de si, mas não estão usando.

(...)

Quer dizer, a pessoa, mesmo que seja um pesquisador, um cientista político, um empresário, um político partidário, um historiador, ele tende a olhar a Amazônia com esse olhar do colonizador. E nós que vivemos aqui também tendemos a adquirir esse olhar do colonizador, ao invés de atuarmos como colonizados e estabelecermos uma tentativa de equilíbrio. Lutar pelo equilíbrio de cultura. Então, mais recentemente, eu estou pensando num caminho mais fácil de juntar o conhecimento tradicional com o conhecimento moderno, esse encontro de saberes, em tudo, para tudo.

As pessoas que fizeram curso superior, que vêm fazer uma pesquisa científica em determinada área da Amazônia, eu acho que sem elas não se avança também. Mas elas precisam olhar para o cientista da floresta, quer dizer, precisam respeitar, precisam se sentar diante de um pajé, de um ribeirinho, de um seringueiro como se estivessem diante de um doutor, e isso é muito difícil, você estabelecer esse equilíbrio. *As pessoas não estão preparadas para colocar esse olhar na sua prática.* Então acho que hoje, aqui no Acre, na Amazônia, temos que aprender a trabalhar com o olhar do colonizado, não procurar, não fazer um esforço, não gastar energia para adquirir o olhar do colonizador para ver aquilo que nos já vemos e muito bem, com o coração, com a alma, com a vivência.

José Carlos dos Reis Meirelles Jr.:²⁸

Eu acho o seguinte: tudo que denuncia tem que existir, se não houvesse, não teria mais nenhum pau aqui na Amazônia. Mas eu acho que falta, na minha opinião, porque eu não sou técnico, minha área é outra, o que eu sinto falta é de uma cobertura de fundo, porque eu vejo que sempre, nas coberturas da imprensa, chega um bando de gente, “nós temos quinze minutos para fazer a reportagem, até amanhã porque depois de amanhã...”, entendeu, você não acha uma equipe de jornalismo na Amazônia.

(...)

Você não acha uma reportagem de fundo que pare um tempo. Por exemplo, há esse problema de desmatamento na Amazônia agora, estou sabendo que os caras estão até derrubando nesse tempo, no inverno, três, quatro dias de sol encoberto. Por que essas equipes não chegam lá e não vêem o que está acontecendo na região, quais são os problemas sociais, econômicos, políticos da região, entrevista índio, seringueiro, o caboco que está lá derrubando, faz uma coisa de fundo. Ou seja, chegar, sentar numa região, passar pelo menos um mês, quinze, vinte dias, e entrevistar todos os atores dessa história, todos, absolutamente todos, *prós e contra*, para ver se aparece alguma reportagem que realmente mostre a realidade.

(...)

Eu acho que a imprensa anda muito ligeira demais, está correndo demais, eu acho que os caras têm que parar um pouco na Amazônia, e *entrar no ritmo da Amazônia mesmo*, o ritmo aqui não é o ritmo paulistano, nem lá do Congresso Nacional; as coisas na mata funcionam diferente, você não vai chegar na casa dos seringueiros e em dez minutos vai conseguir uma entrevista com ele, nunca, porque ele não vai falar nada. Ele só vai se abrir quando você passar uns dois dias na casa dele, for lá no roçado conversar com ele, aí ele vai te contar as histórias. *Desse jeito que a imprensa está fazendo, não consegue perceber a opinião dos atores desse cenário*

²⁸ Entrevista realizada em fevereiro de 2008.

maluco que é a Amazônia hoje, que não devia ser maluco, mas é.

*Leandro Altheman Lopes:*²⁹

Acho que tem alguns pontos chaves na forma como a imprensa brasileira, a imprensa nacional, trata ou cobre a Amazônia, mas geralmente ela cai em alguns vícios permanentes, um deles é o vício do exótico, do exotismo, é você vir para cá, por exemplo, uma equipe da Rede Globo que está aqui, que entrou no rio Croa e na televisão disse que tava no rio Moa, entrou na floresta, mostrou floresta, sem mostrar a ocupação humana do jeito que ela é, mostrou só floresta, que a floresta é importante e é o que as pessoas querem ver, mas você mostrar só floresta sem mostrar a ocupação humana, dá uma visão fictícia, fantasiosa da realidade. Esse eu acho que é o vício, talvez, tem muito dos programas que são mais focados mesmo na questão ambiental, eu vejo nisso um problema, isso é da grande imprensa.

Outro eu acho que é uma espécie de pessimismo também, que não ajuda, essa coisa de retratar a Amazônia, a Amazônia está sendo destruída, isso é um chavão que se tornou comum na imprensa, já há algum tempo. Tem a sua dose de verdade, mas não traduz a realidade toda que acontece na Amazônia. E aí as pessoas que estão em casa assistindo não sabem exatamente o que está sendo destruído, e se torna uma coisa generalizada. As pessoas não sabem, por exemplo, qual é a diferença de uma queimada para fazer roçado, que o índio, que o caboclo fazem, e de uma queimada que é feita pra abrir pasto, pecuária; o que é uma extração de madeira ilegal, o que é de manejo, e assim vai.

As pessoas acabam tendo uma visão muito dividida em herói e bandido, e eu acho que a imprensa tem total liberdade sobre isso. Eu acho que assim, os caras pegam mesmo, aquela coisa do jornalista, tem que voltar com a matéria para a redação, e se eles tiverem um esquema desses assim, fica mais fácil para trabalhar, ter um olho no exótico ou no pessimismo da Amazônia, eu acho que o foco está aí, nesses dois pontos, acho que a imprensa nacional peca por aí, por não contemplar o ser humano amazônico, não mostrar quem é esse ser humano amazônico, a sua diversidade do índio, do caboclo do agricultor, do seringueiro, também das pessoas que vivem na cidade e têm as suas vidas. Então, a pessoa em casa tem uma visão muito pequena, recortada do que é a Amazônia, acho que esse é o principal vício, pra mim.

*Benki Piyãko:*³⁰

Eu vejo hoje que a imprensa tem um papel muito importante no Brasil, de poder mostrar o que está acontecendo, e muitas das vezes a imprensa foca muito nos objetivos específicos, e não mostra o maior, que muitas das vezes vem acontecendo, realmente. Às vezes mostra mais o conflito do que um trabalho que é desenvolvido. Então, a gente sempre teve esse cuidado muito grande sobre isso. Sempre, aqui dentro da nossa própria comunidade, quando os jornalistas vinham falar o que estava acontecendo na comunidade. Muitas vezes a gente falava uma coisa, [e eles] apresentavam uma outra coisa e muitas das vezes não tinha a ver com o que a gente estava fazendo, mas era uma coisa que ele [o jornalista] achava que devia ser falado. Então a gente começou a colocar muito esse propósito de que ela [a imprensa] tem que ser mais realista também, tem que mostrar profundamente o que cada comunidade ou cada povo acha, e o que cada povo sente. Então, a cobertura jornalística é uma coisa fundamental, é uma ferramenta que hoje se qualquer jornal ou qualquer centro de comunicação do Brasil, dessa parte de querer conhecer ou querer informar ou passar esses conhecimentos, (...) *é bom mostrar mesmo os menores detalhes porque muitas das vezes trazem uma explicação muito maior para*

²⁹ Entrevista realizada em março de 2008.

³⁰ Entrevista realizada em março de 2008.

as pessoas.

Eu tenho participado muito do Jornal Nacional, do que ele mostra e também muitas das vezes algum depoimento que a Globo mesmo tem feito com a gente, porque eles têm um programa tão direcionado, muitas das vezes a gente quer falar da coisa e eles “não, é isso aqui”, muitas das vezes a gente quer tocar no assunto que é importante, e “não, é isso aqui”, e aí acaba tirando, muitas das vezes, que para não sair fora da linha tem que entrar num assunto que eles acham que é aquilo que tem que ser falado.

5 AGÊNCIA AMBIENTAL DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA (ANAM)

Mais profunda que a discussão sobre a existência da “crise ambiental”, evidencia-se a crise dos paradigmas ocidentais, especialmente a racionalidade econômica e a ruptura entre sujeito e objeto. Questiona-se a hegemonia do modelo de desenvolvimento capitalista ocidental devido aos danos ambientais que provoca, pois foi concebido na ilusão de um planeta-objeto infinito. No âmbito da QAA, os problemas têm a mesma causa, com a diferença objetiva de que na Amazônia a floresta ainda está lá; os povos que sabem conviver com ela também estão.

A pesquisa de campo objetiva inicia-se nesta seção, sob a luz das reflexões dos capítulos anteriores. As ações se orientam no sentido de saber se é possível a prática do jornalismo alternativo para a QAA, entendido como o jornalismo capaz de alimentar e fundamentar o debate da QAA e, conseqüentemente, contribuir para a conservação da floresta amazônica.

Conforme exposto, essa prática se condiciona à existência de um meio de comunicação jornalístico alternativo com um projeto editorial e um projeto político que visem ao debate da QAA. Assim, para que se possa comprovar a viabilidade do jornalismo alternativo para a QAA, neste capítulo o objetivo é a análise do processo de criação de um meio de comunicação jornalístico alternativo para o debate da QAA. Desenvolve-se, portanto, a intervenção constitutiva de tal veículo de comunicação, caracterizado como “Agência Ambiental de Notícias da Amazônia” (ANAM). Descrevem-se a concepção, o planejamento e o processo de viabilização da ANAM na sociedade amazônica, com suas articulações políticas e de custeio.

A análise da prática jornalística contemporânea enseja a pesquisa de um jornalismo comprometido com o interesse público, com parâmetros técnicos de objetividade e independência política. No caso do jornalismo alternativo para a QAA o objetivo é debater uma estratégia política para a conservação da Amazônia, tendo como foco a discussão sobre a apropriação social dos recursos ambientais da Amazônia e o questionamento da hegemonia do modelo capitalista de desenvolvimento.

O ajuste a ser feito no jornalismo também aponta para a mudança no aspecto sujeito-objeto, propondo um jornalismo baseado na relação sujeito-sujeito e na interação social criadora. Leff e Medina se encontram nesse ponto, na Amazônia, dando as cartas para a pesquisa de campo. Metodologicamente, infere-se que a busca por uma relação sujeito-sujeito

induz que o jornalismo alternativo para a QAA seja baseado na Amazônia. Ou seja, esteja em interação com a Amazônia, ao contrário de vê-la como objeto. A aparente banalidade de tal conclusão vem eivada de aspectos que ganham extrema importância devido a algumas peculiaridades notadas pelos comunicadores da floresta no capítulo anterior.

São poucas as características de coesão na Amazônia e, entre elas, apontam-se três como as principais: a maioria da população natural da região configura-se classe subalterna; a injusta distribuição social das riquezas extraídas do ambiente; a exclusão do conhecimento dos povos tradicionais para embasar propostas de desenvolvimento. Em regra, a Amazônia permanece como um mega latifúndio (objeto) que as empresas e governos ocidentais (sujeitos) guardam para consumir aos poucos.

Com a demanda de esclarecer os aspectos políticos e geopolíticos da QAA, o jornalismo alternativo para a QAA necessita de um jornalista que consiga evitar a visão da floresta “provedora de recursos” ou da “floresta intocada”. Muitos jornalistas de outras regiões brasileiras que, devido aos altos custos das viagens chegam, na maioria das vezes, vinculados a meios de comunicação hegemônicos, não conseguem ver de outra forma. Presos a questões históricas e ideológicas, acabam por se tornar reféns de suas próprias visões forâneas. Apressado para voltar, o repórter recém-chegado vê aquilo que quer ver, mesmo que contrarie a realidade observada, conforme aponta, em entrevista no Capítulo 4, o comunicador Benki Piyãko.

O jornalismo de massa divulga a imagem de uma Amazônia selvagem, pretensamente desabitada, sem instigar interação. Constatar que a Amazônia está mui longe de ser um vazio demográfico representaria trabalho e disponibilidade inviáveis para o jornalista empregado pela grande mídia, que precisa de rapidez para otimizar custos e tempo. Assim, infere-se que a desmistificação de mitos amazônicos é mais palpável ao jornalista que vive e trabalha na Amazônia. Combinam-se fatores econômicos, políticos e culturais na proposta do jornalismo alternativo para a QAA baseado localmente.

Estar estruturado na Amazônia permite ao jornalismo para a QAA que satisfaça outra das conclusões dos capítulos anteriores: que seja independente economicamente, pois os custos da produção de reportagens são minorados em um trabalho jornalístico alternativo baseado logisticamente na Amazônia. Uma cobertura forânea alternativa é dificultada devido à tendência a possuir menores recursos que o jornalismo de massa. É facilitado também ao repórter amazônico o conhecimento de comunidades tradicionais da região, comunidades diferenciadas, não restritas a estereótipos. Acima de tudo, o jornalista residente na Amazônia e comprometido com o interesse público da QAA se preocupa em ouvir os dois lados: os

tradicionais e o cidadão urbano, o caboclo e o homem de negócios amazônico, o pecuarista, o agricultor, o seringueiro, o artesão e o líder de movimento social.

Vistas as demandas concernentes à atividade jornalística em si, há ainda outras que nos levam a uma metodologia que propõe a fixação na Amazônia: estimular o próprio debate sobre a QAA. O panorama amazônico descrito nesta tese ressalta a dinâmica social pouco democrática da Amazônia. Por motivos políticos e econômicos, desde o século XVI, a maioria da população amazônica esteve fora da discussão sobre os rumos da região, contentando-se com surtos econômicos ambientalmente devastadores e socialmente excludentes. Agora, quando a sociedade ocidental se vê enredada na crise ambiental, aquelas mesmas sociedades, caladas pelo desenvolvimento, aparecem como propositoras de ideias e práticas concretamente sustentáveis a serem aplicadas não somente no contexto amazônico, mas também em outras paragens.

Sendo assim, o debate democrático se torna imprescindível para a resolução da crise ambiental da Amazônia. É condição para o sucesso desse debate que ocorra no âmbito da sociedade local, com a participação das populações tradicionais da região, por serem estas as pessoas que sabem conviver com a floresta numa relação de menor impacto ambiental. O jornalismo alternativo para a QAA se credencia para alimentar e para estimular esse debate, excedendo a função de informar, mas também organizando eventos em que se discutam as questões políticas referentes à QAA. Destarte, sugere-se mais uma vez que o jornalismo alternativo para a QAA esteja, filosófica e fisicamente, situado na Amazônia.

São muitos os apontamentos a serem consolidados para a descrição desta pesquisa interdisciplinar, a partir de argumentos originados em áreas de conhecimento tão diversas. Não se esperava que fosse diferente, devido à complexidade e à dinâmica dos elementos: Amazônia, QAA, jornalismo. Como resposta à complexidade dos temas envolvidos, propõe-se um objeto de pesquisa inserido na realidade social, cuja forma e conteúdo sintetizam o jornalismo alternativo para a QAA.

As limitações fáticas desse objeto contribuem para evitar conclusões exclusivamente abstratas e relativas. Dialeticamente, esse objeto de pesquisa se revela dinâmico e flexível por ser vulnerável a condições sociais reais. A proposta desta tese previu um método que foi sendo construído ao longo da pesquisa. Após empreender a pesquisa de campo, finalmente pode-se descrevê-la, de acordo com o que foi realizado como intervenção no mundo real.

A metodologia desta pesquisa propôs uma intervenção no curso de Comunicação Social / Jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC). O objetivo foi experimentar a hipótese que *afirma ser possível contribuir para a conservação do ecossistema amazônico*

por meio do jornalismo. A única forma de ação concernente ao jornalismo alternativo para a QAA é, devido à premissa jornalística de difundir informações, um meio de comunicação jornalístico alternativo, cuja linha editorial se refira ao debate da QAA. Entretanto, admite-se a questão econômica como o grande empecilho para a criação da mídia alternativa para a QAA. Faz-se então a pergunta: é possível viabilizar econômica e politicamente um meio de comunicação jornalístico alternativo para a QAA?

Para construir uma resposta concreta a esta pergunta é necessário caminhar à proposição do objeto desta pesquisa, que se configura na criação de um meio de comunicação jornalístico alternativo para a QAA. Além da sub-hipótese que afirma ser possível instituir tal produto de mídia, tra-se mais uma, a qual afirma *ser possível criar uma linha editorial jornalística para essa mídia*. Toda a metodologia passa a se destinar à pesquisa de alternativas para viabilizar essa mídia alternativa na sociedade amazônica, com suas articulações políticas, de custeio e de pesquisa de uma linha editorial coerente com o projeto político.

Tendo em vista a escassez de parâmetros nos temas Amazônia, Ciências da Comunicação e Ciência Ambiental, a metodologia intenta satisfazer as necessidades da pesquisa e dar origem a um método passível de ser reproduzido em outros pontos da Amazônia. A intervenção proposta busca a criação de estratégias imprevistas, “não-contaminadas pela ideologia liberal dominante da economia-mundo capitalista”.¹

Presume-se a inserção da pesquisa na sociedade amazônica como parte do processo de construção de uma racionalidade ambiental para a região. As ações do próprio pesquisador-autor estão em xeque. Busca-se articular, dialeticamente, teoria e prática. Diante do panorama de uma Amazônia subalterna politicamente, infere-se que viabilizar a cobertura jornalística adequada para a QAA inclui mais do que a definição teórica do jornalismo para a QAA. Necessita-se da realização de pesquisa sobre as condições materiais para que se desenvolva a interação social criadora (Medina) balizada pela racionalidade ambiental (Leff).

Tem-se, como ponto de partida, a UFAC. A pesquisa observa a dinâmica entre comunicadores iniciantes da Amazônia e a realidade da floresta. Na perspectiva de luta pela transformação da realidade da crise ambiental, observa-se a possibilidade de modificação do comportamento político das pessoas envolvidas diretamente com a questão ambiental da Amazônia, a população amazônica. Contudo, a prioridade é dada à instituição do meio de

¹ TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira; DAMERGIAN, Sueli. Para um novo humanismo: contribuições da Psicologia Social. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1996, vol.10, n.28, p. 300.

comunicação em tela; os efeitos pedagógicos na formação dos jornalistas da UFAC são vistos como resultados secundários.

Tanto a forma quanto o conteúdo de um meio de comunicação jornalístico revelam seu posicionamento político. É preciso assumi-lo e, a partir daí, definir a linha editorial e o público-alvo do meio. Somente estas definições serão capazes de nortear pautas a serem cumpridas pelos participantes da pesquisa, condição de absoluta necessidade para a análise da produção jornalística.

A seguir, descrever-se-á a interação entre professor e discentes, referente ao período chamado “intervenção pedagógica”, durante a disciplina Sociedade e Meio Ambiente, ministrada nos meses de março, abril, maio, setembro, outubro e novembro de 2012. Posteriormente, descreve-se a saída a campo com os alunos para a realização de reportagens. Por fim, o produto jornalístico alternativo produzido será estudado a partir de critérios coerentes com sua linha editorial.

5.1 Intervenção Pedagógica

No sentido de pesquisar uma proposta de jornalismo alternativo para a QAA, idealizou-se a intervenção a partir da disciplina optativa “Sociedade e Meio Ambiente”, no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre. Primeiramente a intervenção pedagógica constituiu-se em um pequeno curso introdutório sobre a QAA, com o objetivo de preparar os discentes para integrarem um meio de comunicação jornalístico alternativo para a QAA. Era preciso que os alunos entendessem o conceito de QAA e se familiarizassem com as questões ambientais. Os alunos participantes ingressaram no Curso de Jornalismo da UFAC em 2009, portanto cursavam o sexto período da graduação e estavam matriculados na Disciplina “Sociedade e Meio Ambiente” no primeiro semestre de 2012. Como as condições da pesquisa ocorrem na situação não controlável de uma disciplina real do Curso de Jornalismo, uma série de eventos incidiu sobre os resultados. Tais eventos são considerados parte do objeto de pesquisa. Os discentes matricularam-se em disciplina optativa do curso de graduação e, metodologicamente, não se supôs que estivessem especialmente dedicados a esta pesquisa de doutorado.

Diante de 28 alunos, as aulas começaram no dia 13 de março de 2012: a disciplina passa a ser dada de acordo com um direcionamento afinado com plano de curso registrado

junto à Coordenação de Jornalismo da UFAC.² Apresenta-se aos discentes a hipótese da pesquisa de doutorado, apontando os motivos que levaram à metodologia utilizada; propõe-se à turma que participe da pesquisa, ideia amplamente aceita por todos. Assim, a disciplina começa de acordo com a seguinte previsão de conteúdo:

CALENDÁRIO SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE – 1-2012³

<u>DIA</u>	<u>CONTEÚDO</u>
13/03	Introdução ao tema
16/03	Entrevistas com alunos
20/03	Entrevistas com alunos
23/03	Leff e a racionalidade ambiental
27/03	História crítica da Amazônia: geopolítica e cultura
30/03	Povos da floresta – proposta política para uso sustentável do espaço – Aliança dos Povos da Floresta
03/04	Desenvolvimento sustentável e a questão ambiental na Amazônia
10/04	Capitalismo verde x conhecimento tradicional
13/04	Contextualização externa: como o mundo vê a Amazônia
17/04	Contextualização externa: como o mundo vê a Amazônia
20/04	Narrativas da Floresta: como a Amazônia vê a Amazônia
24/04	Narrativas da Floresta: como a Amazônia vê a Amazônia
27/04	A imprensa como peça fundamental do capitalismo e da globalização
04/05	Apresentação do projeto da Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (ANAM) – Encaminhar leitura para os seminários durante o final de semana
08/05	Orientação a seminários
11/05	Comunicação SOCIAL: a sociedade é mais do que governo e empresas
15/05	Seminários
18/05	Seminários
22/05	Seminários
25/05	Seminários
29/05	Construção de linha editorial da ANAM

² O plano de curso da Disciplina Sociedade e Meio Ambiente se encontra no “Anexo A” desta tese.

³ Este calendário sofreu várias alterações, de acordo com ocorrências descritas no decorrer do capítulo.

01/06	Construção de linha editorial da ANAM
05/06	Oficinas de técnica jornalística
08/06	Elaboração de pautas
12/06	Elaboração de pautas
19/06	Orientação de pautas
22/06	Orientação de pautas
26/06	Produção de matérias: acompanhamento e edição
13/07	Produção de matérias: acompanhamento e edição
17/07	Produção de matérias: acompanhamento e edição
20/07	Produção de matérias: acompanhamento e edição
24/07	Produção de matérias: acompanhamento e edição
27/07	Fechamento de textos
28/07	Fechamento de textos
31/07	Fechamento de textos
03/08	Provas finais

Os objetivos da intervenção, traduzidos no calendário acima e no plano de curso, se mantiveram. No entanto, imprevistos determinaram uma série de modificações, entendidas como positivas, na medida em que possibilitaram à teoria que aprendesse com a prática. Três fatores principais influíram na mudança do planejado inicial para a pesquisa:

- a) O lançamento do edital de extensão PROEX Nº 01/2012 em 28/03/2012;
- b) A ocorrência de greve das universidades federais durante quatro meses no ano de 2012, paralisação que aconteceu na UFAC de 17/05/2012 a 18/09/2012;
- c) O processo de redação da tese que, começado em julho de 2012, contribuiu para o aprimoramento da pesquisa e para o surgimento de novas possibilidades e análises.

Prossegue-se na descrição da intervenção, em ordem cronológica, para que os eventos (a), (b) e (c) sejam incluídos no momento oportuno, de acordo com a ordem de ocorrência dos fatos. Ressalta-se ainda que a maior parte das atividades da pesquisa de campo, incluindo as aulas ministradas, foi registrada em vídeo. O registro fez-se importante para possibilitar a utilização destes conteúdos no texto.

De volta à primeira aula, de 13 de março de 2012, faz-se um levantamento introdutório dos temas essenciais ao desenvolvimento da disciplina e da pesquisa: meio ambiente, Amazônia, jornalismo e QAA. Para muitos, a associação entre Amazônia e meio ambiente

pode parecer natural, mas isso não ocorre no contexto do Estado do Acre ou de qualquer outra região amazônica, o que torna necessário um aprofundamento no estudo desta relação.

No debate sobre o jornalismo da atualidade, observa-se uma profissão em crise. No Acre, o jornalismo se pratica domesticado pelo governo e por sofisticada estratégia de assessoria de comunicação. No resto do país, a situação se assemelha, dissimuladamente. Globalmente, a subjugação dos meios de comunicação pelo poder econômico se repete. O que fazer em relação a isso, no Acre? O que existe como contrapeso ao poder econômico capitalista que controla a mídia de massa local? Qual o diferencial?

A procura de alternativas se impõe ao jornalista da Amazônia que procura áreas de interesse público para exercer seu trabalho. No caso do Acre, entende-se que o grande diferencial está na floresta amazônica. É necessário aprender como aproveitá-la de maneira correta. Enquanto isso, os interesses privados promovem a devastação. “Quando soubermos o que fazer com a floresta, já será tarde? Temos aqui fora, meus amigos, um grande tesouro, que desconhecemos e, por isso mesmo, temos vontade de devastar, para sermos ‘desenvolvidos’ como as regiões vistas na televisão.”⁴

Após a introdução, alguns dos principais temas ambientais contemporâneos foram levantados, como forma de avaliar a opção da pesquisa de um jornalismo alternativo para a QAA. O enfoque dessa aula introdutória foi a necessidade de a sociedade discutir com maturidade sobre o que pretende fazer, antes de continuar a destruição da floresta. “Os únicos que têm a ganhar com essa perspectiva, com uma possível alternativa à destruição da floresta, somos as pessoas que vivemos aqui.”⁵ Na sequência, as expectativas dos discentes foram ouvidas. No dia 16 de março de 2012, propôs-se um exercício escrito em sala de aula, valendo nota (0,25 ponto na média total). Os alunos foram convidados a responder às seguintes perguntas, visando iniciar a reflexão sobre os temas da intervenção:

- O que é a questão ambiental para você?
- O que é a Amazônia para você?
- Você já entrou na floresta? Como descreve essa experiência?

Posteriormente à conclusão do exercício escrito, as reflexões advindas dos questionamentos propostos foram compartilhadas por meio de discussões, espontaneamente. As perguntas previstas para entrevistar os alunos eram em maior número, de acordo com

⁴ BITTENCOURT, M.P.H. Registro de pesquisa de campo (vídeo). Rio Branco, 2012. Doze fitas de vídeo (12h), MiniDV, son. color, fita “pesquisa DR” 1. Informação verbal do autor em atividade de campo durante aula inicial da disciplina Sociedade e Meio Ambiente, em 13/03/2012. A ausência de indicação explícita sobre a identidade do emissor significa que a respectiva informação verbal foi proferida pelo autor da tese.

⁵ BITTENCOURT, 2012, loc. cit.

projeto de pesquisa. No entanto, a quantidade de alunos obrigou a que se limitasse a três perguntas para a obtenção de respostas com maior profundidade. Os depoimentos foram proferidos e registrados nos dias 16 de 20 de março de 2012.

Os alunos manifestam-se diante das perguntas e a realidade mostra o que a teoria esconde: nas respostas, os discentes priorizam o ponto de vista de “Acre”, em oposição a “Amazônia”. Quando são induzidos a falar em termos de “Amazônia”, a interpretação remete ao senso comum sobre a região. A seguir enumeram-se algumas palavras e expressões usadas pelo grupo de trabalho em suas respostas às perguntas supracitadas. Os termos serão listados livremente, para que se tenha uma ideia das palavras e das respectivas associações ligadas a elas no imaginário dos discentes.

a) *Meio Ambiente*: tudo é meio ambiente; rios; não existe desenvolvimento sustentável no Acre; a discussão da expressão desenvolvimento sustentável; pulmão do mundo; e o desenvolvimento?; o futuro das gerações que vêm; preservação *versus* conservação; relações entre pessoas; ação do homem; tudo [inter] ligado; Seringal Cachoeira; métodos de prevenção; aquecimento global; hipocrisia; não sentimos o meio ambiente que vivemos; homem *versus* natureza; cuidar do meio ambiente é favor?; método de desenvolvimento das comunidades; sobreviver sem devastar; lixo; queimadas; meio ambiente começa no corpo?; marketing; mídia; prática *versus* teoria;

b) *Amazônia*: Amazônia política e social; valor cultural dos povos; por que sempre se entende a questão amazônica como sendo “ambiental”?; mais valorizado fora que dentro [do país] – devemos mudar isso?; conflitos; maior região florestal do mundo – qual a importância que isso tem para nós?; devemos nos preocupar mais em virtude dessa informação?; paz e monotonia; conviver; aldeias; “lá dentro”: estamos fora?; ecossistema mais rico;

c) *Já entrou na floresta?*: moraram; cortou seringa – precisa da floresta em pé?; benefícios e malefícios de se morar na floresta; estranho morar na mata; reservas cujo referencial foi criado aqui no Acre; a magia da floresta; medo; silêncio; a vida dos bichos; feitiço de ayahuasca; floresta cansa, suga energia; seres da floresta; liberdade; floresta também estressa; torceu o pé; bijoux; olhos vigiando; pra morar não, sem ilusões;⁶

E mais: desmatamento, fauna, flora, descobertas científicas, substâncias, ecologia, água e planeta foram outras expressões ouvidas. A Amazônia foi relacionada a questões mais políticas como eleição e o papel do governo estadual, conflito de interesses, natureza *versus* homem, questão indígena, ativismo ambiental, preservação *versus* desenvolvimento.

⁶ BITTENCOURT, 2012, fitas “pesquisa DR” 1 e 2. Depoimentos registrados em 16 e 20/03/2012.

Analizando as relações feitas pelos alunos, percebe-se que existe a compreensão de que a questão ambiental está ligada a interesses econômicos e políticos, no entanto, sem uma formulação nesses termos. A aluna Tácia Muniz cita o curioso caso de índios que moravam perto de sua casa, em Cruzeiro do Sul, e que retiravam produtos da loja de um parente seu, alegando que “na aldeia é assim”, não tem de pagar. Evidentemente, nota-se a vontade dos alunos em concordar com os argumentos do professor. No entanto, a riqueza do mundo concreto se revela no fato de que a maioria deles jamais entrou na floresta amazônica, o que pode ser considerado insólito por quem vive fora da região.

A maioria dos alunos refere-se à floresta como algo distante: nunca entrou, imensidão, calma, paz, meio do mato, não gosta, medo do mato, mosquito, apesar de rica e vasta, bicho assusta, sossego. Um dos discentes, José Franco, afirma ter cortado seringa, ou seja, extraiu borracha (látex), enquanto outros poucos descrevem suas experiências fortuitas em finais de semana perto da natureza. Marcelina Freire conta ter morado a vida inteira na floresta, em Porto Acre (AC); a discente Eva Ferreira Alves revela que o pai já trabalhou como operador de motosserra, o que proporcionou proximidade com a floresta; Edilárdia Idalgo afirma que morou dentro da floresta amazônica quando criança. Em suma, dentre 28 alunos, somente quatro tiveram momentos de intimidade com a floresta amazônica como parte de suas experiências de vida.

São dados ilustrativos sobre a distância entre os cidadãos amazônicos urbanos e a floresta. Para os propósitos desta pesquisa, a constatação é rica, pois ajuda a traçar o perfil do jornalista na cobertura da QAA, desmistificando-o como “povo tradicional”. Os alunos do curso de jornalismo da UFAC são tão globalizados e urbanos quanto a maioria dos alunos de outras regiões brasileiras. Mesmo assim, conseguem ver a floresta sem mistificações, próxima do cotidiano. Sabem do calor e das distâncias da Amazônia, conhecem a manipulação política, a fumaça atmosférica em tempos de seca, as enchentes (alagações), os carapanãs (pernilongos) e as lendas. Não conhecem a mata, mas conhecem pessoas que a conhecem e/ou descendem dessas pessoas. Faz parte da cultura.

A partir da aula de 23 de março de 2012, inicia-se a exposição dos rudimentos da questão ambiental amazônica, com a apresentação de conceitos de “Racionalidade Ambiental”, de Enrique Leff (2006). A proposta de conveniência e essencialidade de uma discussão equilibrada sobre a QAA é exposta, de acordo com viés econômico, político e geopolítico da Amazônia. Procura-se ainda ressaltar que o momento é crítico em termos ambientais. Os conceitos de Leff são introduzidos, relacionados à questão do crescimento econômico, à questão da entropia e do saber ambiental. Em linhas gerais, são expostos os

temas: história crítica da Amazônia, geopolítica e cultura; desenvolvimento sustentável e a questão ambiental amazônica, bem como capitalismo verde e conhecimento tradicional. Pretende-se fazer o mesmo caminho desta tese, em linhas gerais, com menor aprofundamento.

O objetivo prático da intervenção por meio da disciplina Sociedade e Meio Ambiente no primeiro semestre de 2012, era criar uma agência de notícias na internet baseada na gratuidade desse meio de comunicação, na boa-vontade dos alunos e em poucos recursos próprios do pesquisador para alguns deslocamentos pela Amazônia. Projetava-se ainda uma pesquisa em dois tempos, no primeiro e no segundo semestres do ano de 2012, para que fossem possíveis acertos em decorrência dos primeiros erros. No final de março, um acontecimento veio modificar tais perspectivas.

Em 28/03/2012, o edital “PROEX nº 01/2012 – Ações de Extensão” foi lançado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Acre (UFAC), acenando com o provimento de até R\$ 8 mil para programas de extensão. O principal atrativo dizia respeito à possibilidade concreta de institucionalizar um meio de comunicação jornalístico alternativo para a QAA *com recursos próprios* e jornalistas com formação universitária (alunos do curso de jornalismo da UFAc). Assim, esperançosamente aparecem, nesta pesquisa, outros meios para a comprovação da hipótese.

Entre os objetivos apresentados pelo edital, alguns chamaram a atenção, fazendo crescer a expectativa de inserção da proposta de um veículo de comunicação jornalístico como projeto de extensão: estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior; contribuir para a melhoria da qualidade da educação por meio do contato dos discentes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares.

A perspectiva de um jornalismo comprometido com o interesse público da QAA se encaixa perfeitamente com o desenvolvimento social, tanto quanto se revela uma atuação pautada na cidadania, ou seja, de um profissional atento para as relações sociedade-ambiente. Outrossim, o segundo objetivo citado converge com a perspectiva da troca de saberes acadêmicos e populares, conforme argumentado no Capítulo 3 acima. Destarte, o lançamento do edital PROEX significa o mais importante ponto de inflexão desta pesquisa de campo.

Outro fator que induziu ao otimismo em relação a concorrer ao edital dizia respeito à integração de ensino, pesquisa e extensão. Nada poderia ser tão integrador quanto uma pesquisa viabilizada dentro de uma disciplina (pesquisa e ensino), direcionados como projeto de extensão. Nascia o projeto da *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia* (ANAM), cujo nome foi inspirado no conceito de agência de notícias, uma fonte permanente de informação

para alimentar o debate ambiental na Amazônia. Obviamente, a agência não começaria com a abrangência total da Amazônia, devido às dimensões da região. Entretanto, criar-se-ia um laboratório com recursos próprios e uma equipe de jornalistas (alunos) destinada a informar e experimentar alternativas jornalísticas baseadas nos conceitos levantados no Capítulo 3.

Em termos econômicos, a adesão ao projeto seria crucial para a efetivação do propósito desta pesquisa no sentido de suprir uma necessidade original, para a qual não estavam previstos recursos do PROEX. Com aproximadamente R\$ 8 mil, tornar-se-iam possíveis as imprescindíveis viagens para alguns locais da Amazônia, satisfazendo demanda apresentada durante o exame de qualificação. Sugeriu-se que os alunos fossem levados a comunidades do Estado do Acre, para que conhecessem a realidade das comunidades. O trabalho não estaria completo sem reportagens em comunidades que vivem numa relação de menor alteridade com a natureza.

O projeto de extensão da ANAM foi elaborado no mês de abril de 2012, em meio à Disciplina “Sociedade e Meio Ambiente”. Ressalta-se a positividade de tal ocorrência, devido à caracterização como uma pesquisa plenamente integrada à atividade universitária. Como a escrita desta tese ainda não começara, a redação do projeto em tela significou a condensação de temas e argumentos. Observa-se um esboço do texto presente.

O projeto de extensão da Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (ANAM), um meio de comunicação jornalístico alternativo para a questão ambiental amazônica na internet, foi encaminhado à Diretoria de Programas e Projetos de Extensão da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFAC.⁷ Em 11 de maio de 2012 o projeto foi aprovado com 8,48 pontos (0 a 10), sob o processo UFAC número 007179/2012-85.⁸ Porém, alguns descontos foram efetuados nos pedidos de recursos, totalizando uma verba de R\$ 6.969,00, assim divididos: R\$ 2.124,00 para diárias de viagem; R\$ 1.800,00 para contratação de estudantes (bolsa) e R\$ 3.045,00 para material de consumo. O maior gasto isolado se refere a combustível (R\$ 2.300), que se trata de material de consumo, seguido de diárias para viagem (R\$ 2.124).

A eloquência dos números revela mais do que a teoria. Os maiores gastos do projeto se referem a transporte, fator diretamente proporcional à dificuldade de deslocamento na região. Os dados concretos revelam o alto custo, pois dificilmente é possível ir e voltar de locais ambientalmente conservados em um mesmo dia. Existe ainda o problema da chuva e da lama, que inibe qualquer atividade com pouco planejamento, de acordo com as estações do ano.

⁷ O projeto de extensão da Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (ANAM) encontra-se nos anexos “B” e “C” desta tese.

⁸ O documento comprobatório da aprovação do projeto da Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (ANAM) se encontra no “Anexo D” desta tese.

Ao mesmo tempo em que o projeto da Agência Ambiental de Notícias da Amazônia procura ser “local”, indo ao encontro dos povos tradicionais, as informações contidas no respectivo veículo de comunicação se constituem em material de interesse internacional na internet, alcançando um público global. Esses apontamentos confirmam as ponderações teóricas, levando à compreensão de que a simples aprovação de um projeto como este faz parte da comprovação da hipótese deste trabalho. O sucesso da proposta em sua primeira tentativa, numa área de escassos recursos como a extensão universitária, revela que a sociedade tem abertura para um meio de comunicação jornalístico alternativo para a QAA.

O processo de liberação de R\$ 6.969,00 para o projeto de extensão da ANAM ocorreu sem favorecimentos, bastando que os recursos fossem gastos de acordo com as regras do edital, ou seja: o combustível teria de ser gasto em carros da UFAC; as diárias não poderiam ser cedidas a alunos; parte das diárias, obrigatoriamente, teria de ser cedida aos motoristas oficiais da universidade; o material de consumo teria de constar previamente do almoxarifado da UFAC, não podendo ser motivo de compra adicional.

O projeto de extensão da ANAM se caracteriza como uma prestação de serviços à comunidade. A ação temática prioritária é a da comunicação, conforme já ressaltado. A equipe foi formada pelo autor e coordenador do projeto, que é também coordenador do Grupo de Pesquisa Amajor – Amazônia, Jornalismo e Ambiente (UFAC/CNPq); e pela pesquisadora vinculada ao mesmo grupo de pesquisa, a jornalista e mestre em Ciências da Comunicação, Fabiana Nogueira Chaves. No final do ano de 2012, mais dois alunos bolsistas integraram o trabalho: Glauco Capper e Marcela Nunes. Além dessas, mais 28 pessoas se envolveram, grupo configurado pelos alunos da Disciplina “Sociedade e Meio Ambiente” do primeiro semestre de 2012. O público-alvo foi entendido como o público que acessa a internet e se interessa pela QAA.

Ao adentrar o assunto “público-alvo”, algumas considerações se fazem necessárias em relação à escolha do suporte midiático escolhido para acolher a ANAM: a internet. Trata-se de mídia em formato tecnológico que remete ao poder hegemônico capitalista ocidental, sem dúvida. Entretanto, autores como Martín-Barbero (2009) ressaltam que na contemporaneidade os meios de comunicação não podem “ser pensados só em sua economia e ideologia”; precisam ser relacionados com a cultura cotidiana, com seus formatos históricos e com suas matrizes culturais.⁹ Martín-Barbero (2009-a, p. 160) cita a necessidade de achar as “brechas” nas grandes contradições do capitalismo e nas pequenas contradições cotidianas.

⁹ MARTÍN-BARBERO, J. As formas mestiças da mídia. **Revista Pesquisa Fapesp**, 2009, edição 163, setembro de 2009-b, p. 13. Entrevista concedida a Mariluce Moura.

O fato mais importante que está ocorrendo na comunicação não é o que está acontecendo na tecnologia, mas na comunicação como uma chave de transformação política, como esboço de uma nova democracia. Isto é, as pessoas sabem que, na comunicação, começam a ter um poder que nunca tiveram, que não é só a palavra, são os contos, músicas, narrativas, não apenas a transmissão da palavra mas a visibilidade política para se fazerem presentes com novas formas de cidadania.¹⁰

Entende-se a internet como uma dessas “brechas”, em que é possível utilizar uma ferramenta essencialmente hegemônica para alimentar discussões essenciais para a sociedade. Comparada ao custo de outros meios de comunicação, a internet requer gastos mínimos, pois não existem despesas com papel, impressão, distribuição, com equipamentos de rádio ou televisão, com estúdio, transmissor, salas de edição, câmeras, microfones, fora o custo político de uma concessão pública. Desta forma, interpreta-se a internet como uma oportunidade de custo extremamente baixo, grande alcance e repleto de possibilidades midiáticas como a convergência de texto, áudio, imagem e vídeo.

A internet é hoje uma das maiores ameaças ao capitalismo concentrador na esfera da comunicação. [...] Basta ver a autonomia que ela dá ao pequeno produtor, ao jornalista ou à ONG para produzir seu próprio boletim, sem ter que se submeter aos ditames dos donos dos meios de produção. Na internet, *o trabalhador intelectual é o dono de seu meio de produção*. O próprio caráter global desse espaço dificulta tentativas eventuais de submetê-lo a um controle ideológico. O espaço da internet é extraterritorial.¹¹

O pensador brasileiro contraria as teses em que se coloca a internet como mecanismo de exclusão, vendo-o como comunicação libertária que “devolve ao trabalhador intelectual sua autonomia como produtor”.¹² Ao analisar problemas éticos da internet, como a exclusão digital, Kucinski (2005, p. 82) afirma que o argumento “ignora que a exclusão é constitutiva do sistema capitalista, de suas relações e condições de produção, e não uma característica técnica intrínseca à internet”. Assim, considera-se que a internet satisfaz plenamente a demanda gerada pelos objetivos da ANAM: alimentar debates sobre a QAA nas diversas esferas sociais e institucionais, além de alcançar interessados no tema em todo o mundo. Kucinski (2005, p. 83) também aponta para o potencial de organização social que a internet

¹⁰ MARTÍN-BARBERO, J. Uma aventura epistemológica. **Matrizes**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP, Dossiê: perspectivas autorais nos estudos de comunicação IV, São Paulo, Ano 2, n. 2, p. 161, jan.-jun. 2009-a. Entrevista concedida a Maria Immacolata V. de Lopes.

¹¹ KUCINSKI, B. **Jornalismo na era virtual**: ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo : Editora UNESP, 2005, p. 80, grifo nosso.

¹² Ibidem, p. 78.

proporciona, como uma “nova modalidade de ação política de alto potencial organizativo, comunicativo e transformador”.

Rotulado por muitos como pessimista, Ramonet (2012) analisa a prática jornalística nos meios de comunicação de massa. Contudo, após traçar dramático panorama, aponta alternativas para a sobrevivência do jornalismo independente: na internet. Afirma que há uma mudança de paradigma, pois a informação da internet não é entregue completa, fechada, mas sim passível de ser modificada e enriquecida. Aponta a inevitável queda da mídia tradicional (jornal, rádio, TV) e, ao mostrar alternativas, chega à web. O autor frisa que, *neste momento*, enquanto a web ainda é aberta, a cultura predominante na rede é a da gratuidade, hostil a uma cultura da mercadoria.

Nos nichos da *web*, novos *sites* de informação desenvolvem-se e especializam-se sobre assuntos bem precisos. Distinguem-se várias tendências. Em primeiro lugar, o “jornalismo sem fins lucrativos” (*nonprofit news*), financiado por mecenas, fundações ou doações feitas por cidadãos (*crowdfunding*) que não desejam ver o desaparecimento da informação independente, um dos pilares da democracia.

Não se trata de uma fórmula mágica, mas é uma pista interessante. Os exemplos começam a multiplicar-se, principalmente nos Estados Unidos, onde esta tradição já existe para outras mídias. Os ouvintes de certas estações de rádio comunitárias, por exemplo, têm o hábito de fazer doações para apoiar as causas sociais, humanitárias ou políticas que lhes interessam. (RAMONET, 2012, p. 77, grifos do autor)

Procurar alternativas para viabilizar materialmente meios de comunicação jornalísticos de qualidade não é tarefa fácil. Apesar da suposição contemporânea de que todos são repórteres amadores só por transmitirem algo na internet, qualquer análise mais aprofundada comprova que a qualidade e a veracidade do que é transmitido deixam muito a desejar. O assunto é dos mais palpitantes na área da comunicação no momento, devido à extinção do jornalismo independente na mídia de massa. Ramonet (2012) cita vários exemplos de fórmulas possíveis para a viabilização de meios de comunicação na internet.

Entre eles, o exemplo do *Huffington Post*, que propõe a mistura, num mesmo site, de jornalistas profissionais, experts, blogueiros e internautas participativos. Sem haver a necessidade de aprofundamento teórico no vastíssimo campo de pesquisa da internet, segue-se na descrição das decisões relativas a esta pesquisa.

A partir dos pressupostos de baixo custo e de independência financeira de um meio de comunicação online, formata-se a Agência Ambiental de Notícias da Amazônia como um blog de internet com manutenção gratuita, mantida a perspectiva de que seja possível atender

à principal hipótese deste trabalho.¹³ De acordo com o cronograma do projeto, as atividades da ANAM se iniciariam em primeiro de maio de 2012. Tal mês, no entanto, trouxe surpresas.

Antes disso, no mês de abril de 2012, enquanto o projeto da ANAM era feito nos bastidores, as aulas trouxeram fundamentos teóricos para uma visão de QAA que ainda se formava. A aula de 10 de abril propiciou reflexões sobre a abstração arbitrária e rarefeita que o capital significa enquanto riqueza. Logo depois, o assunto incluiu debate sobre os fluxos de capital que percorreram o Acre e ajudaram a povoá-lo. Allegretti (2002) foi citada para contextualizar a luta dos seringueiros acrianos e os episódios que levaram à morte de Chico Mendes. A utilidade dos saberes comuns também foi problematizada, para que se aludisse à cultura indígena como a base de um conhecimento pouco valorizado e muito útil. “Quem aqui sabe cultivar um roçado? [...] Queremos perder a cultura e a riqueza que existem em nós?”¹⁴

Em 13 de abril, para exercitar o *olhar local X olhar de fora* da Amazônia, foi exibido o documentário “No Rio das Amazonas”, do diretor paulistano Ricardo Dias, que narra uma viagem entre Belém e Manaus, acompanhado pelo pesquisador Paulo Vanzolini.¹⁵ Percebe-se que o aluno do curso de Jornalismo da UFAC não conhece a Amazônia, exceto no que diz respeito a cidades mais próximas, como Xapuri (AC), Brasiléia (AC) ou Porto Velho (RO). Há mais alunos que conhecem Brasília ou São Paulo do que aqueles que conhecem Manaus e Belém. O estudante se identifica com o olhar do próprio diretor paulistano do filme.

O assunto da racionalidade ambiental segue sempre como pano de fundo da disciplina: afinal, existe uma proposta para a Amazônia? E a propósito, é justo falar de “Amazônia”? Qual a característica comum a toda a Amazônia? Introduz-se o pensamento do geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves (2008), que vê a Amazônia sob uma perspectiva materialista-histórica: a Amazônia é uma região subalterna do Brasil. O autor chega a dizer que a crise do seringalismo, entendida como trágica pela historiografia oficial, trouxe melhora para a qualidade de vida na Amazônia.

Allegretti (2002) ajudou a entender o contexto local do Acre, desde o litígio fronteiro com a Bolívia até o movimento dos seringueiros liderados por Chico Mendes. Assim, buscou-se ligar fatos históricos ao que ocorre hoje, como meio de instigar os discentes a refletirem sobre as mazelas da Amazônia atual, em especial, no que se refere à QAA.

Na aula do dia 24 de abril, inicia-se o debate sobre mídia de massa, tendo em vista que o desenvolvimento capitalista e a mídia integram o mesmo processo. Procurou-se mostrar que

¹³ Blog no endereço eletrônico <<http://noticiasdaamazonia.wordpress.com/>>

¹⁴ BITTENCOURT, 2012, fita pesquisa DR 6.

¹⁵ NO RIO DAS AMAZONAS. Direção de Ricardo Dias. São Paulo, Superfilmes, 1995. 70min. son. color.

é natural a mídia de massa defender os interesses da classe socioeconômica do proprietário. Natural, mas imoral. E qual o posicionamento ético do jornalista que participa desse processo? Como parte da discussão, ouvem-se os comunicadores Antônio Alves e Elson Martins: “não temos o olhar do colonizado que busca igualdade”. Os povos da Amazônia foram convencidos a ter sobre si mesmos o olhar do colonizador, no afã de que, um dia, possam ser como ele: rico, consumista, urbano, tecnológico, personagem da mídia hegemônica. E o ponto de vista amazônico? Traz alguma ideia para fazer frente à proposta hegemônica? A reflexão sobre esta pergunta foi incitada, buscando o início do debate sobre este tema específico.

No sentido de instigar a crítica dos discentes, avalia-se a mídia de massa como um sintoma do desenvolvimento capitalista. Sim, é possível fazer jornalismo de interesse público, mas antes observa-se que o jornalismo de massa tem o seu papel muito restrito. É necessário aprender a ver a Amazônia no contexto geopolítico mundial, para que se entendam os efeitos do capital na região, nos modos de produção e na mídia. Ao incentivar os discentes a perceber como o mundo vê a Amazônia, intenta-se ainda aumentar a percepção sobre o uso da palavra “Amazônia”, a qual não costuma ser usado pelo amazônida: aceitar-se como amazônico pode capitalizar essa expressão a favor.

Visando saber como a Amazônia vê a Amazônia, mais comunicadores da floresta são ouvidos em aula: Leandro Altheman Lopes e Benki Piyãko, pesquisadores interessados na temática ambiental. O filme “Epopéia Euclydeacreana – a viagem de Euclydes da Cunha ao Acre” também é exibido, para que se dê conta da antiguidade das questões acreanas e amazônicas.¹⁶ Um dos maiores escritores do século XX veio ao Acre em 1904-05, como militar e funcionário do governo brasileiro para reconhecer e definir as fronteiras do Acre (Brasil) com o Peru.

Constituiu-se uma missão diplomática conjunta Brasil-Peru, tendo como principal corredor de penetração o Rio Purus, desde o Rio Solimões (AM), passando pelo centro do Estado do Acre. Euclydes percorreu mais de 3.200 km durante 4,5 meses somente no Purus, além do percurso anterior do Rio de Janeiro a Manaus e desta última cidade até a região do Purus. O escritor pretendia publicar um segundo livro “vingador” sobre a Amazônia, após haver escrito “Os Sertões”. Entretanto, Euclydes faleceu antes de fazê-lo, deixando ensaios sobre a Amazônia em “Um Paraíso Perdido” (2000). Ao mesmo tempo em que se observa o jornalista e escritor paulista Euclydes da Cunha em sua epopeia pelo Acre, o documentário

¹⁶ EPOPÉIA EUCLYDEACREANA – a viagem de Euclydes da Cunha ao Acre. Direção de Rodrigo Neves. Rio Branco, VT Publicidade/DOCTV/TV Cultura, 2005. 57min. son. color.

permite analisar a visão do diretor Rodrigo Neves. O estilo é sóbrio e eloquente, com belas imagens e a presença da cultura do seringueiro.

Na aula do dia 27 de abril, a intervenção deixa de ser uma ação teórica para tornar-se prática. A observação das andanças de Cunha pelo Acre, há mais de 100 anos, mostra que muito ainda pode ser dito sobre a Amazônia. Nada de vazio demográfico existe ali. Pondera-se sobre os interesses materiais que as classes dominantes brasileira e amazônica capitalizam a partir da noção midiática de que na Amazônia a população é ausente: pouca abertura política é dada a essa população.

Desta forma, o jornalismo e a ação da mídia em geral podem ser vistos como representação social hegemônica, preocupada em reproduzir mitos e propalar o exotismo, desviando o olhar de todos dos conflitos que realmente impactam a QAA. Divulgam-se informações aleatórias, imagens de fauna e flora, índios e casebres no meio dos cursos de água. No entanto, pouquíssimo se esclarece sobre os verdadeiros impactos de atividades econômicas como mineração, a pecuária e a agricultura. No Acre, é preciso dizer aos alunos de jornalismo da UFAC que a sociedade é mais do que governo e empresas, noção fundamental para que se exerça a democracia.

No início de maio de 2012, em função do calendário que se aproximava da metade do semestre, era necessário estabelecer a forma de avaliação (N1) que, conforme previsão inicial, ocorreria na base dos seminários, a partir da leitura de textos importantes para o entendimento da QAA. Em princípio, a ideia se constituía em oferecer ao aluno um percurso de leituras parecido com o desta tese. Foram propostos os seguintes textos para aprofundamento na questão ambiental:

- “O enigma do capital e as crises do capitalismo”, de David Harvey (2011), em que o autor analisa o capitalismo sob o ponto de vista de um processo sobre o território. O trecho escolhido foi o Capítulo 7, “A destruição criativa da Terra” (p. 151-74), no qual Harvey aponta que “os capitalistas e seus agentes se envolveram na produção de uma segunda natureza, a produção ativa de sua geografia, da mesma maneira como produzem todo o resto: como um empreendimento especulativo, muitas vezes com a conivência [...] do aparelho do estado” (Harvey, 2011, p. 154). O marxista inglês Harvey descreve o processo capitalista desde os primórdios, na Inglaterra do século XVIII, relacionando aspectos sociais, econômicos e históricos nem sempre premeditados. Como excelente exemplo para alunos que estudam a Amazônia, cita o célebre projeto de Henry Ford no Pará na década de 1920, quando tentou-se domar a Amazônia para a produção de borracha. O magnata estadunidense implantou uma cidade em plena Amazônia, mediante a compra de terras e o auxílio do

governo brasileiro: a Fordlândia. Após 20 anos de tentativas e do gasto de quantias astronômicas em batalhas contra os males das seringueiras, o local foi abandonado em 1945;

- “Amazônia, amazônias”, de Carlos Walter Porto Gonçalves (2008), livro largamente citado nesta tese, pretendeu estimular nos discentes a noção de que a ocupação da Amazônia se deu como parte de um processo de globalização iniciado há séculos. Os dois trechos indicados para leitura (p. 17-33 e 79-94) mostram, sob o viés marxista, a entrada da onda ocidental de desenvolvimento capitalista no Acre a partir do ciclo da borracha. Ou seja, o Acre contemporâneo é consequência direta desse processo capitalista; ainda é possível identificá-lo nos acrianos, filhos e filhas de migrantes nordestinos;

- “A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros”, de Mary Allegretti (2002), destinou-se a aprofundar a análise do processo de desenvolvimento capitalista no Acre e suas consequências políticas num fenômeno ainda mais recente: os conflitos por terra no Vale do Acre nas décadas de 1970 e 1980. Dois trechos foram indicados para leitura (18-29 e 733-759), com o objetivo de esclarecer sobre o movimento social ligado a Chico Mendes. Tal movimento mostrou ser possível fazer política a partir de uma iniciativa democrática e da discussão das questões ambientais da Amazônia, levando à criação do modelo de reservas extrativistas. Influenciou a Eco-92 no Rio de Janeiro e contribuiu para que organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, condicionassem a liberação de verbas de estradas à discussão dos impactos ambientais com comunidades.

Porém, a tese de Allegretti (2002) ressalta que o resultado da luta política desenvolvida no Acre na década de 1980 só foi alcançado após o assassinato do líder seringueiro. O fato revela a precariedade social da Amazônia, em que líderes e trabalhadores rurais combativos continuam a ser assassinados no ano de 2013;

- Dois textos sobre “Racionalidade Ambiental”, de Enrique Leff. A indicação desses textos não chegou a ser feita, conforme se verá adiante. Em aulas anteriores, o texto de Leff revelou-se de difícil entendimento, devido à profundidade dos assuntos e à bagagem cultural necessária para acessar as análises e reflexões do autor. Mostrou-se inócua a explanação sobre a ruptura ontológica e epistemológica proposta por Leff em relação à construção de uma racionalidade ambiental. Durante as aulas, a demonstração da crise ambiental restringiu-se ao esclarecimento sobre seus aspectos econômicos e políticos mais triviais.

- “A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta”, de Manuel Sena Dutra.¹⁷ O texto do jornalista e professor Dutra entraria como uma reflexão a respeito da forma como a mídia aborda a Amazônia e seu povo.

A data do primeiro seminário foi definida para o dia 15 de maio, mas posteriormente adiada para o dia 22 de maio de 2012. Exatamente nesse momento os textos começavam a ser apresentados aos alunos (Harvey e Gonçalves). No entanto, antes que houvesse aprofundamento no debate dos textos, uma greve em nível nacional foi deflagrada nas universidades federais, tendo início na UFAC em 17 de maio de 2012. Oportunamente, ofício foi enviado à Associação dos Docentes da UFAC (ADUFAC), solicitando que se mantivessem as atividades durante o movimento. A resposta, contudo, foi negativa.

Iniciava-se um movimento nacional que, apesar de legítimo, prejudicou sobremaneira o cronograma deste trabalho. Foram quatro meses em que a UFAC ficou paralisada. Tendo em vista o largo prazo para a conclusão da tese, reduzida importância foi dada, a princípio, ao acontecimento da greve, pois não se supunha uma greve recorde. Durante os meses em que não foi possível trabalhar, estava previsto o estabelecimento de parâmetros de pesquisa, trabalho que teve de ser adiado. Previu-se o início das atividades da *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia* (ANAM) também para esse período, o que, igualmente, se adiou. O momento foi aproveitado, enfim, para a redação da tese.

Ao concretizar a escrita do texto, como parte do processo desta pesquisa, outras questões ainda viriam modificar a metodologia. A pesquisa, por meio do projeto de extensão, ficaria restrita aos meses de setembro a dezembro de 2012, pois a paralisação terminou somente em 18 de setembro de 2012. A esta altura, a ANAM teria de se efetivar o mais rápido possível. Segundo previsão do edital que levantou os fundos de financiamento para o projeto, toda a verba teria de ser gasta até o final do ano de 2012, sob a pena de os recursos retornarem aos cofres federais. Ao invés de maio, o projeto de extensão da ANAM começa a funcionar, de fato, em setembro de 2012.

Na primeira semana pós-greve, dando sequência à derradeira fase teórica da intervenção pedagógica, retomou-se o ponto “pré-greve”, quando foi visto o documentário sobre Euclides da Cunha no Acre. Os textos já apresentados (Harvey e Gonçalves) foram reapresentados. Porém, em decorrência de reflexões sobre a própria intervenção, houve mudanças de direcionamento. Os dois textos de Leff e o texto de Dutra, previstos para orientar três seminários, foram substituídos pelos seguintes textos:

¹⁷ DUTRA, M.S. **A natureza da mídia**: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta. São Paulo: Annablume, 2009.

- “Rumo à ecossocioeconomia”, de Ignacy Sachs, onde o economista dá exemplos práticos de como seria possível relacionar desenvolvimento sustentável com sustentabilidade social.¹⁸ O autor subordina a sustentabilidade ecológica à sustentabilidade social. O objetivo foi estimular os alunos a observarem como a questão ambiental e a social se entrelaçam;

- O Capítulo 2 do livro “Ecologismo dos pobres”, de Joan Martinez Alier, intitulado “Economia ecológica: ‘levando em consideração a natureza’”.¹⁹ Com uma linguagem mais técnica, o objetivo da adoção deste livro para um seminário foi o de expor conceitos de valoração econômica, ensejando debate sobre as polêmicas que envolvem o chamado capitalismo verde: a floresta é rebatizada de “recurso natural”, para que lhe possam ser atribuídos valores econômicos financeiros objetivos;

- O Capítulo 2 do livro “Monoculturas da mente”, de Vandana Shiva, intitulado “Biodiversidade: uma perspectiva do terceiro mundo”.²⁰ O texto clássico de Shiva evidencia a insistência na proposta da monocultura como um disparate. Mostra o contrassenso da estratégia de eliminar a biodiversidade em troca do capital concentrado, os desequilíbrios ecológicos e as consequências sociais e culturais dessa escolha. “A diversidade cultural e a diversidade biológica andam de mãos dadas” (SHIVA, 2003, p. 85).

A orientação para a escolha dos temas dos seminários foi ponderar sobre as características da questão ambiental: ecológica e “ambientalista” ou econômica e política? É fácil perceber, no Acre contemporâneo e nos grandes projetos da Amazônia, a chegada do capital observada por Harvey (2011) e Becker (2009). São cidades e sistemas ecológicos adaptados para dar mobilidade às pessoas e às mercadorias que “movimentam” a economia. As estruturas urbanas, a proliferação de agências bancárias, a regularização fundiária e dos terrenos das cidades, a emissão de documentos: enfim, a Amazônia se prepara para a expansão capitalista. Tratam-se de empreendimentos de infraestrutura com o fim de viabilizar outros empreendimentos nos próximos anos: hidrelétricas, aeroportos etc.

Dias antes de cada seminário, foram estabelecidos horários para orientação em relação aos textos. A sensação geral dos alunos foi de surpresa com a densidade das leituras. Didaticamente, os seis textos foram divididos por páginas – cada discente ficou com um número de páginas para apresentar. Finalmente, em 28 de setembro de 2012, os dois primeiros

¹⁸ SACHS, I. Sustentabilidade social e desenvolvimento integral. In: VIEIRA, P. F. (org). **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 285-314.

¹⁹ MARTINEZ-ALIER, J. **Ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007. Cap. 2, p. 41-68.

²⁰ SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003. Cap. 2, p. 85-116.

seminários foram realizados: textos de Harvey e Gonçalves. Em 02 de outubro, Allegretti; em 05 de outubro, Shiva e Alier; em 09 de outubro, Sachs.

A avaliação dos seminários se ajusta à noção de que o pensamento do jovem jornalista está em construção. Alguns arroubos de sinceridade afloram, como se o aluno quisesse proclamar injustiças diante de uma plateia inédita. Muitos sequer leram o texto, outros têm uma performance sóbria.

A observação geral mostra o quão ilusória se revela a pretensão de modificar a realidade mental dos discentes em apenas alguns meses. Obviamente, a interrupção das aulas devido à greve prejudicou o método, distanciando os seminários das primeiras aulas. Mesmo assim, nota-se que o viés proposto é totalmente novo para a maioria dos alunos: o apoio à proposta hegemônica de desenvolvimento parece unânime. Evidencia-se que qualquer tentativa de propor o debate sobre alternativas ao desenvolvimento capitalista globalizado encontra barreiras que superam os interesses econômicos; são barreiras culturais de uma sociedade em que o desenvolvimento hegemônico é mais do que desejado.

5.2 ANAM: Meio de Comunicação Jornalístico Alternativo

Findo o período dos seminários, começam as atividades da ANAM, efetivamente, no início do mês de outubro de 2012. Como primeiro passo, estabelece-se um projeto editorial e uma linha editorial, com os objetivos de: (a) contribuir para a elaboração de uma estratégia política amazônica de conservação da Amazônia; (b) participar da construção de uma racionalidade ambiental para a Amazônia; c) produzir informação independente que contribua para o debate sobre a questão ambiental amazônica (QAA).

A partir da definição de QAA (Capítulo 2), da possibilidade e necessidade de um jornalismo alternativo para a QAA (Capítulo 3) e das opiniões dos comunicadores da floresta (Capítulo 4), busca-se articular as reflexões desta tese, sintética e pragmaticamente, em um meio de comunicação jornalístico alternativo para a QAA. A premissa de publicar informações periodicamente leva à sistematização e à exposição das ideias que embasam o projeto político de um produto jornalístico.

Para a descrição desta experiência prática, utiliza-se o direcionamento baseado nos componentes estruturais da mensagem jornalística, conforme proposta de Medina (1988) utilizada na descrição do processo jornalístico (Capítulo 3, seção 3.2). Constam nas próximas

seções o projeto editorial inicial da ANAM (5.2.1); o processo de angulação dos assuntos em pautas jornalísticas (5.2.2); a produção e execução de reportagens (5.2.3); a redação das matérias jornalísticas (5.2.4); editoria e publicação na internet (5.2.5). Na seção 5.2.6, estão as principais conclusões de todo o processo da pesquisa de campo, desde a intervenção pedagógica até a publicação dos textos; em 5.2.7, faz-se um exercício sobre as perspectivas e projetos para o futuro da ANAM.

5.2.1 Projeto Editorial da Agência Ambiental de Notícias da Amazônia

I – Título: Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (ANAM): meio de comunicação jornalístico alternativo para a questão ambiental amazônica (QAA)

II – Objetivos gerais:

- a) alimentar e fundamentar o debate democrático sobre a questão ambiental amazônica (QAA) com informação independente;
- b) contribuir para a elaboração de uma estratégia política amazônica de conservação da Amazônia.

III – Apresentação: alternativa e jornalística

A Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (ANAM) é um meio de comunicação jornalístico alternativo sobre a questão ambiental amazônica. Trata-se de uma agência de notícias experimental, viabilizada por meio de um projeto de extensão, baseada na infraestrutura do curso de jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC), em Rio Branco, capital do Acre. O objetivo é levantar informação independente que contribua para o debate sobre a questão ambiental amazônica (QAA). A ANAM é alternativa no modelo econômico, ou seja, independente do financiamento de agentes capitalistas.

Optou-se por viabilizar as atividades jornalísticas por meio de recursos financeiros da universidade pública, após constatar que os produtos jornalísticos de massa são defensores dos interesses políticos e econômicos de uma minoria, transformando o jornalismo de interesse público em jornalismo de interesse privado.

Interpreta-se o meio ambiente como um patrimônio público da população da região amazônica, o que leva a uma abordagem política dos problemas gerados pela crise ambiental.

A questão ambiental amazônica (QAA) é vista, sobretudo, por seu viés socioeconômico, em detrimento do recorte puramente ecológico. A tensão que emana desse tema diz respeito aos interesses econômicos e à apropriação da natureza amazônica: quem deve se apropriar da riqueza da floresta amazônica? De que forma? Considera-se que a visão rigorosamente ambientalista reduz a questão a seus aspectos ecológicos. Para quem vive na Amazônia, a QAA é política e socioeconômica.

No aspecto jornalístico, acredita-se no jornalismo de interesse público, isto é, democrático e sintonizado aos interesses da maioria da população amazônica (classes subalternas). Assim, propõe-se um jornalismo realizado a partir da perspectiva sujeito-sujeito, em que o repórter é um agente cultural em sintonia com a realidade e com a intenção de escrever reportagens verazes. Refuta-se a proposta sujeito-objeto, na qual o jornalista é o sujeito e a sociedade, um objeto.

De acordo com o objetivo de pesquisar alternativas ao desenvolvimento hegemônico que assola a Amazônia há séculos, as pautas priorizam as propostas ambientalmente sustentáveis dos povos tradicionais da região. São comunidades com menor alteridade na relação sociedade-natureza, se comparadas às cidades globalizadas que abrigam a maioria da população da Amazônia. Intenta-se trazer os conhecimentos do povo da mata à sociedade global. Esse conhecimento, historicamente calado e escondido, vem à tona para questionar os “proprietários da natureza”, aqueles que destroem o bem natural público com o objetivo de enriquecer individualmente.

A proposta comunitária e sustentável do caboclo, do índio e do seringueiro amazônicos podem inspirar propostas alternativas de desenvolvimento e contribuir para a resolução da crise ambiental. Não é necessário derrubar a floresta para viver no território amazônico; acredita-se na possibilidade de um desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Para chegar às pautas é preciso estar na Amazônia, o que se revela um dos principais diferenciais deste meio de comunicação alternativo. Assim, a ANAM se configura institucionalmente como um projeto de extensão da UFAC.

IV – Linha editorial

A linha editorial da ANAM prevê reportagens jornalísticas alinhadas com os objetivos gerais explicitados acima. Assim, de acordo com o objetivo de alimentar e fundamentar o

debate democrático sobre a QAA com informação independente, este meio de comunicação jornalístico aceita os seguintes pressupostos:

a) A crise ambiental é concreta em todo o planeta e na Amazônia, na medida em que a sociedade global se guia por um parâmetro de máxima alteridade em relação à natureza, o que maximiza a utilização dos recursos naturais finitos da Terra;

b) É um direito da população amazônica definir os rumos políticos e geopolíticos da Amazônia;

c) Conservar a Amazônia é interesse público da maioria da população amazônica;

d) O debate da QAA é condição para a conservação da Amazônia, com os aspectos políticos e econômicos no centro da discussão sobre apropriação social da natureza da região;

e) Vive-se o início do processo de construção da racionalidade ambiental da Amazônia, e o debate da QAA integra esse processo. Impõe-se o questionamento dos recortes epistemológicos e ontológicos da racionalidade econômica hegemônica que direciona o desenvolvimento da região;

f) Os povos tradicionais da Amazônia fazem parte da vanguarda das propostas de desenvolvimento sustentável; são agentes capazes de contribuir para a resolução da crise ambiental;

g) A estratégia da nova geopolítica mundial visa influenciar a decisão dos Estados sobre o uso de seus territórios (BECKER, 2009, p. 34-5);

h) De acordo com os itens “f” e “g”, a criação de uma estratégia geopolítica internacional, inspirada em propostas sustentáveis dos povos tradicionais amazônicos, integra a responsabilidade do Brasil como principal país amazônico;

i) O método científico, o método jornalístico, as discussões democráticas institucionais e as ferramentas de telecomunicações são válidas para o debate da QAA;

j) “A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003).

k) O jornalismo permite o acesso ao referente material que se perdeu na cisão humano-ambiente, evidência de que é capaz de contribuir para o debate da QAA e a conservação da Amazônia;

l) O jornalismo alternativo para a QAA é o parâmetro da prática jornalística da ANAM, caracterizando-se como um jornalismo de interesse público; veraz; responsável; eficiente; crítico; leal à sociedade; política e economicamente independente;

m) É função do jornalismo alternativo para a QAA ouvir todos os agentes de desenvolvimento, independentemente de suas opiniões sobre a QAA, desde que atuem

legalmente e estejam dispostos ao debate democrático. Incluem-se: instituições governamentais, setores empresariais urbanos e rurais, ONGs, instituições sociais em geral e movimentos sociais;

n) Além da publicação de reportagens, a ANAM se dispõe a promover debates na Amazônia sobre a QAA e sobre a construção da racionalidade ambiental da região.

V – São atribuições das matérias produzidas pela ANAM:

- Contribuir para a construção de uma Racionalidade Ambiental na Amazônia, principalmente na discussão dos aspectos políticos da apropriação social da natureza;
- Pesquisar alternativas ao desenvolvimento hegemônico proposto para a região;
- Pesquisar as estratégias de poder das relações sociedade/natureza;
- Trabalhar pela ressignificação política da natureza;
- Revelar a hibridação de ordens ontológicas consideradas até há pouco como entidades autônomas e diferenciadas: a ordem física, biológica, cultural, simbólica, tecnológica;
- Aumentar o espaço de discussão sobre Meio Ambiente na sociedade amazônica;
- Dar atenção à complexidade quando se abordam as questões ambientais;
- Contribuir para uma perspectiva ambiental em todos os assuntos (transversalidade);
- Contribuir para a discussão democrática da QAA na sociedade amazônica, com a participação das classes subalternas e dos povos tradicionais;
- Divulgar experiências de comunicação informais e criativas, com experimentação que junte o conhecimento tradicional ao conhecimento moderno, promovendo o encontro de saberes.

VI – Público da ANAM: interessados no assunto em geral, formadores de opinião dentro e fora da Amazônia, especialistas em meio ambiente.

VII – Tipo de mídia da ANAM: blog gratuito de internet situado no endereço eletrônico (<http://noticiasdaamazonia.wordpress.com/>). Além de textos, estão previstas publicações de vídeos, arquivos de áudio e imagens no blog da agência;

VIII – Periodicidade mínima: mensal. Neste estágio inicial das operações, estabelece-se uma periodicidade variável, a qual pode chegar a ser semanal, de acordo com a ocorrência de eventos. Contudo, como periodicidade mínima define-se que ao menos uma vez por mês haverá uma publicação inédita feita pela equipe da ANAM;

IX – Fonte de informação: matérias jornalísticas produzidas pela equipe da ANAM, artigos de opinião de especialistas, artigos acadêmicos de diversos pesquisadores, reprodução de provedores gratuitos de informação, como Ministério do Meio Ambiente, Rádio Senado, Fapesp, entre outros;

X – Financiamento: verba pública federal a partir de projeto de extensão vinculado à Universidade Federal do Acre (UFAC);

XI – Infraestrutura da UFAC: caminhonetes, motoristas, verba para diárias em viagens, combustível, material de consumo, laboratório de redação, ilha de edição (Rádio e TV).

5.2.2 Pautas / Angulação

Classificam-se as pautas das reportagens jornalísticas da ANAM em um ou dois dos grupos temáticos constantes da definição de QAA (seção 2.3). Os grupos temáticos são (1) História e Geopolítica (passado-presente da Amazônia); (2) Exploração de recursos (presente insustentável); (3) Sustentabilidade (presente sustentável) e (4) Racionalidade Ambiental (presente-futuro sustentável). A lógica implícita na definição dos grupos faz parte da estratégia de criação de um ambiente favorável à discussão sobre a QAA e à construção da racionalidade ambiental amazônica.

No contexto desta pesquisa, foram levantadas pautas ambientais nos arredores do município de Rio Branco, algumas em outros municípios próximos, e também definido o Projeto Agroextrativista Chico Mendes²¹ (PAE Chico Mendes) como principal destino para a realização de reportagens referentes a esta primeira etapa da pesquisa de campo.

²¹ Projeto Agroextrativista Chico Mendes: assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), onde se localiza o Seringal Cachoeira, entre outros seringais. O PAE Chico Mendes se situa no município de Xapuri (AC).

Símbolo do movimento social do grupo de Chico Mendes, o PAE Chico Mendes é formado por vários seringais e, entre eles, o “Seringal Cachoeira”. A região foi escolhida para prover o contato dos repórteres (discentes) com: a cultura do seringueiro; projetos de desenvolvimento sustentável financiados por organismos nacionais e internacionais; a floresta amazônica.

O PAE Chico Mendes se tornou o principal foco de pautas para o início das atividades da ANAM por vários motivos: proximidade com a estrada de asfalto e com o município de Xapuri; por possuir telefone, pousada e restaurante; por contar com a colaboração e o desembaraço do líder comunitário e guia turístico Nilson Mendes.

De acordo com Allegretti (2002), o PAE Chico Mendes foi palco dos conflitos que antecederam a morte de Chico Mendes na década de 1980, quando os seringueiros mobilizaram-se para impedir a entrada dos fazendeiros que chegavam ao Acre em busca de terras para fins agrícolas e pecuários.

As pautas relativas ao Seringal Cachoeira (PAE Chico Mendes) foram idealizadas pelo coordenador (autor) e pela editora da ANAM, a jornalista e pesquisadora envolvida no projeto, Fabiana Nogueira Chaves. Já as pautas referentes às matérias a serem produzidas em Rio Branco, por se darem em locais mais acessíveis, foram propostas pelos alunos da disciplina “Sociedade e Meio Ambiente”.

As reportagens sobre o Seringal Cachoeira, por serem várias e em um município distante, foram acompanhadas pelo coordenador e pela editora. A produção das matérias também foi realizada pela dupla. Estas viagens foram custeadas pelo projeto de extensão, a partir dos recursos do edital de extensão PROEX N° 01/2012 da UFAC. As pautas definidas para a ANAM durante esta primeira experiência foram as seguintes:

a) No PAE Chico Mendes (Xapuri-AC):

- Sistemas agroflorestais / unidade de adubação verde;
- Manejo Florestal;
- O Circuito de Aventura Chico Mendes (arborismo);
- Pousada Seringal Cachoeira e a proposta de sua criação;
- A história do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes;
- História de vida da professora Antônia Vieira;
- A sabedoria da floresta: o poder curativo das plantas;
- Entrevista com o líder comunitário, guia turístico e seringueiro Nilson Mendes;
- A importância da Associação de Moradores do Seringal Cachoeira;
- A atividade contemporânea de extração de borracha

b) Em Rio Branco e região:

- Comunidade processadora de palmito BONAL;
- Fossa séptica biodigestora;
- Horto Florestal de Rio Branco;
- Aspectos sociais da enchente do Rio Acre em 2012;
- Área de Proteção Ambiental do Lago do Amapá;
- Conservação ambiental e geração de renda na Amazônia (Porto Acre).

As pautas revelam a riquíssima variedade de temas que podem ser ventilados pelo jornalismo alternativo para a QAA. A angulação das matérias foi proposta por meio de pauta escrita enviada pelo coordenador da ANAM a cada um dos alunos. Priorizou-se o aspecto social de cada pauta, incentivando os repórteres a procurarem indícios de que as palavras da área ambiental significam qualidade de vida para as pessoas que vivem na floresta.

Exemplos disso são as pautas sobre geração de renda em Porto Acre (AC), sobre a extração da borracha e sobre o manejo florestal em Xapuri, entre outras. Procurou-se também ressaltar os aspectos relativos à criação comunitária de soluções sustentáveis, como a criação do Circuito de Aventura Chico Mendes (arborismo) e da Pousada Ecológica Seringal Cachoeira. Incentivou-se a procura pelo aspecto humano da QAA implícita nessas pautas, revelada pela oralidade das pessoas, por suas condições de vida e pela coerência do que se fala com o que se averigua em campo pelo jornalista.

O aspecto urbano da Amazônia também foi procurado. As anuais enchentes do Rio Acre, chamadas de “alagações”, revelam um problema social, na medida em que sempre a mesma faixa socioeconômica da população sofre com as cheias. Os repórteres procuraram outros fatos para a interpretação do acontecimento, como a surpreendente constatação de que nem todos os atingidos desejam deixar suas casas em troca de moradias em terrenos mais seguros. São pessoas que não se acostumariam a uma vida em bairros mais afastados, sem as facilidades do centro da cidade.

As entrevistas com personagens como D. Antônio Vieira e Nilson Mendes pretenderam mostrar histórias de vida de pessoas ligadas ao movimento social ocorrido na região na década de 1980. D. Antônio Vieira, por exemplo, contou a respeito dos empates de que participou com os companheiros. Falou sobre sua experiência como professora da comunidade, num tempo em que ainda não estava prevista escola formal para o seringal, tampouco salário de professora.

Metodologicamente, a realização de uma pauta significou a nota “N2” da disciplina. Duplas de alunos foram pautados e orientados. A partir disso, deveriam entregar uma reportagem com cerca de 7.000 caracteres para obter a nota. Não houve obrigatoriedade em ir ao Seringal Cachoeira (Xapuri) para a execução de reportagens, devido ao respeito a interesses pessoais de cada um. Dezesseis alunos se dispuseram a encarar as viagens ao Seringal Cachoeira, que, para a produção de reportagens, ocorreriam em três finais de semana: 20 de outubro de 2012; 03 de novembro de 2012 e 10 de novembro de 2012

Nesse primeiro momento, a proposta foi retirar os alunos da urbanidade para entrarem em contato com a floresta, e para que pudessem exercitar o trabalho com os temas abordados durante a intervenção pedagógica. A angulação prevista objetivou esse enfoque.

Considera-se que as pautas escolhidas atendem plenamente os objetivos e premissas do projeto editorial da ANAM, perfazendo um grupo de pautas que relacionava a temática ambiental ao cotidiano de pessoas que vivem na floresta amazônica. Entretanto, para os alunos, mesmo após a intervenção pedagógica, seriam necessários alguns dias de observação para reconhecerem a teoria das aulas na realidade da pesquisa de campo. Evidenciou-se a necessidade de maior aprofundamento dos discentes na temática da racionalidade ambiental e da QAA.

5.2.3 Viagens para Captação de Dados²²

De acordo com o previsto no projeto de extensão que cede recursos à ANAM, uma série de viagens foi planejada para cobertura de pautas jornalísticas. Conforme já apontado anteriormente, escolheu-se o Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes (PAE Chico Mendes), mais precisamente, o Seringal Cachoeira, como base para realização das primeiras as matérias. O PAE Chico Mendes, contudo, não é um local pequeno.

O PAE é composto por várias colocações relativamente próximas para quem está de carro. Porém os trajetos são longos para serem feitos a pé, pois o sol entre as 10h e as 17h torna as caminhadas insalubres. A comunidade dista 33 km do Município de Xapuri e cerca de 200 km de Rio Branco (3h de viagem). O acesso de Xapuri ao PAE dá-se somente por estrada de terra (16 km); internamente também não existem trechos calçados ou asfaltados.

²² Fotos referentes às viagens constam no “Anexo G” desta tese.

Devido às estradas serem de terra, alguns trechos podem se tornar intrafegáveis quando chove, impossibilitando o acesso a alguns locais.

A ANAM levou ao Seringal Cachoeira 16 alunos em três viagens: no dia 20 de outubro 2012 (12 alunos); 03 de novembro de 2012 (3 alunos) e 10 de novembro de 2012 (2 alunos) – um dos alunos compareceu a duas das viagens. A proposta norteou-se pelo objetivo de promover um dia inteiro em campo para os alunos, prazo definido segundo a impossibilidade de se custear o pernoite dos discentes na pousada da comunidade. As viagens-reportagens serão descritas objetivamente a seguir. Inicia-se com a viagem feita pelo coordenador e pela editora para a avaliação do local como campo de pesquisa. Opta-se por uma linguagem descritiva e detalhada, para que se conheça a realidade das condições de trabalho do jornalismo alternativo para a QAA.

a) Viagem Zero (31 de agosto de 2012) – planejamento.

A programação dessa viagem se deu por meio de várias ligações para a gerente da Pousada “Seringal Cachoeira”, Fernanda Mendes, a fim de agendar hospedagem e trilhas na mata. A dificuldade em encontrar Fernanda no único número de telefone que funciona na comunidade, o celular rural da Pousada Ecológica Seringal Cachoeira, fez com que o agendamento finalizasse somente no dia 17 de agosto de 2012.

No dia 31 de agosto de 2012 foi realizada a primeira viagem para conhecer a região, devido a sua importância histórica, e também para tomar conhecimento da organização interna do PAE Chico Mendes e dos projetos que estavam em andamento dentro da comunidade.

Estiveram presentes nessa viagem o coordenador da Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (ANAM), juntamente com a editora da ANAM. Os alunos só estariam presentes em um próximo momento, caso a dupla encontrasse pautas de cobertura viável no local. A saída de Rio Branco se deu na sexta-feira, 31 de agosto de 2012, às 9:00h, no carro do coordenador, chegando a Pousada Seringal Cachoeira por volta de 12h. No dia 31 foi possível conversar com alguns trabalhadores da pousada e com Fernanda Mendes, gerente. Agendou-se uma trilha com o guia turístico e líder comunitário Nilson Mendes e um passeio pelo Circuito de Aventura Chico Mendes.

No sábado, 1º de setembro, pela manhã, foi realizada a “Trilha da Toca da Onça”, com Mendes. Durante a trilha o guia explicou sobre a fauna e flora locais, das quais é profundo conhecedor; contou um pouco da história de lutas pela preservação da floresta; da relação com Chico Mendes; falou sobre a vida no seringal e sobre os projetos extrativistas

desenvolvidos na comunidade. A trilha foi instigante e trouxe vários temas importantes a serem pautados pela ANAM. Em visita à casa de Mendes, conversou-se sobre a preservação da floresta pelo povo local e sobre as lutas políticas atuais.

No domingo, 02 de setembro, pela manhã, o coordenador e a editora participaram do Circuito de Aventura Chico Mendes: um circuito de arborismo que inclui rapel, arborismo acrobático, arborismo contemplativo e tirolesa. Durante o passeio foi possível conversar com os condutores sobre a implementação dessa atividade e sobre a geração de renda dentro da comunidade por meio dela. A saída do seringal se deu no domingo, às 14h, com chegada a Rio Branco às 16h30min. Esta viagem foi custeada por recursos próprios.

b) Viagem Um (20 de outubro de 2012) – primeira viagem para reportagens (12 alunos):

Para a produção dessa viagem, o coordenador da agência e a editora, que já haviam visitado o Seringal Cachoeira, realizaram várias ligações para a pousada (um dos poucos telefones da região) para falar com Fernanda Mendes. Agendou-se que o extrativista e guia turístico Nilson Mendes conduziria o grupo de alunos e orientaria sobre a localização das fontes das respectivas pautas.

O trabalho de Nilson ocorreria não somente na viagem do dia 20, mas também nas duas viagens posteriores. Para a realização deste trabalho foi acordado o valor de R\$ 120,00 por diária. O agendamento foi fechado, inicialmente, no dia 15 de outubro, com Fernanda Mendes. Porém, foram realizadas algumas ligações durante a semana para acertar detalhes em relação a almoço e às fontes a serem entrevistadas. Definiu-se como ponto de encontro da equipe no seringal, a Pousada Ecológica Seringal Cachoeira. Os estudantes retornariam para Rio Branco depois de todos os grupos terem encerrado a cobertura de suas matérias.

Assim, no dia 20 de outubro de 2012, o coordenador e a editora, acompanhados dos alunos, saíram de Rio Branco com destino ao Seringal Cachoeira, a fim de realizar a cobertura jornalística de matérias com pautas pré-definidas pela coordenação e editoria da ANAM. As matérias seriam parte da avaliação semestral na Disciplina “Sociedade e Meio Ambiente”. Essa primeira viagem foi composta por um grupo de 12 alunos e seis pautas, sendo que cada dupla ficaria responsável pela cobertura de uma pauta específica, pré-definida por afinidade, por meio de diálogos em sala de aula.

O grupo de alunos foi organizado em duas caminhonetes da Universidade Federal do Acre (UFAC), por meio do projeto de extensão ao qual a criação da ANAM está vinculada, e no carro de uma das alunas. O coordenador (autor) seguiu em seu carro, juntamente com a

editora da agência. A saída de Rio Branco, rumo ao município de Xapuri, se deu às 6h45min, do estacionamento da UFAC. Os carros seguiram juntos até o município de Capixaba, onde foi realizada uma parada de 30 minutos, às 8h10min, para lanche. A viagem continuou até a entrada do município de Xapuri, onde os carros seguiram 16 km por uma estrada de terra até o Seringal Cachoeira, chegando ao local às 9h25min.

A estrada que liga o município de Rio Branco a Capixaba encontrava-se em bom estado, com poucos trechos irregulares, porém, entre os municípios de Capixaba e Xapuri eram muitos os buracos, atrasando a viagem. A estrada de terra, chamada de “ramal”, na ligação do asfalto ao Seringal Cachoeira, estava trafegável, pois não havia chovido nos dias anteriores. É interessante notar que durante todo o percurso de Rio Branco a Xapuri, a paisagem predominante é de fazendas. Em meio a enormes pastos e algumas plantações de soja, milho ou cana, sobrevivem apenas castanheiras, por sua derrubada ser proibida. Em alguns trechos são poucas, secas, em outros, muitas, solitárias, a perder de vista no terreno plano do Estado do Acre.

Ao chegar à pousada, a equipe da ANAM encontrou-se com Nilson Mendes, que aguardava o grupo para ajudar no direcionamento das fontes a serem procuradas para a cobertura de cada pauta, e também para ajudar na localização dentro do seringal. No início, a comunicação foi um pouco conturbada devido às diferenças de linguagem e da diferente relação com o tempo. Eram muitas as demandas para aquele dia.

As pautas foram estudadas por ordem de dificuldade e da distância onde encontrariam suas fontes, bem como pela necessidade de acompanhamento nas visitas. A organização se deu aos poucos e demorou cerca de uma hora para que todas as seis duplas estivessem em campo realizando suas matérias, visto que foi necessária uma organização dos carros para transporte dos alunos aos locais mais distantes.

Esperava-se o retorno de uma caminhonete que havia levado uma dupla para que pudesse levar outra. Em casos em que as fontes se encontravam próximas, duas duplas seguiram juntas. Mesmo os locais considerados próximos distam cerca de 20 minutos um do outro, de carro, ou seja, o fator distância deve ser sempre considerado no planejamento da produção jornalística.

Os alunos envolvidos na pesquisa receberam pauta escrita contextualizando o teor de suas reportagens no Seringal Cachoeira. As pautas do dia 20 de outubro foram: “sistemas agroflorestais / unidade de adubação verde: produtores agroflorestais que alimentam a comunidade”; “Manejo Florestal”; “O Circuito de Aventura Chico Mendes”; “Pousada

Seringal Cachoeira e a proposta de sua criação”; “A história do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes”; “história de vida de D. Antônio Pereira Vieira”.

As pautas “História do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes” e “história de vida de D. Antônio Pereira Vieira” (entrevista a ser concedida na sede do município de Xapuri) necessitavam de acompanhamento por se tratarem de pautas maiores, mais complexas e que necessitavam percorrer maiores distâncias para ter contato com as fontes. As pautas foram acompanhadas por Mendes e pelo coordenador da agência, juntamente coma editora, respectivamente. Para a cobertura da primeira pauta Mendes conduziu os alunos às principais fontes com uma das caminhonetes da UFAC, enquanto que, para a entrevista com D. Antônio Vieira, o coordenador e a editora do projeto seguiram juntamente com a dupla responsável para o Município de Xapuri.

A cobertura da entrevista com D. Antônio foi demorada, devido a diversos fatores: não houve meio de agendar a entrevista com antecedência; a distância a se percorrer para ir e voltar da sede do município de Xapuri é grande e a viagem demora cerca de duas horas (ida e volta), pois a maior parte do percurso é em estrada de terra; não se sabia o endereço exato da entrevistada (somente referências).

A equipe demorou a encontrar a casa de D. Antônio; quando a residência foi encontrada D. Antônio não estava, portanto foi preciso aguardar cerca de uma hora. O celular da entrevistada estava desligado. Tendo em vista todos esses percalços, a entrevista demorou mais do que se previa e quando o carro retornou à Pousada Seringal Cachoeira, todas as duplas já haviam terminado seus trabalhos de campo e esperavam novas orientações. Isso acarretou grande atraso em todo o trabalho desse dia, pois os discentes e os motoristas ficaram parados esperando novas diretrizes de ação, enquanto o coordenador estava na sede do município de Xapuri acompanhando a entrevista.

O não funcionamento de celulares no PAE Chico Mendes levou ao desencontro entre a equipe que estava na cidade de Xapuri e aqueles que estavam dentro do seringal. Quando a equipe da cidade finalmente retornou ao local, por volta de 15h30min, o período útil do dia já se findava, tendo em vista a necessidade de retorno à capital do estado. Isto precipitou o fim das atividades, levando à desistência da realização de entrevistas com outras fontes, as quais ajudariam no aprofundamento de alguns temas.

Quanto à alimentação, Nilson Mendes serviu um almoço para o grupo de alunos e para os dois motoristas, mesmo que isto não estivesse previamente combinado. Por força das circunstâncias, o trabalho desse dia foi considerado encerrado. A dependência de automóvel para o deslocamento e o grande número de alunos inviabilizou outras atividades.

O grupo saiu do seringal rumo a Rio Branco às 16h30min. Chegou à capital às 18h50min. O coordenador do projeto e a editora permaneceram no seringal até o dia seguinte como forma de buscar informações para a realização das próximas pautas. Os alunos desta primeira viagem tiveram como prazo para entrega das matérias o dia 10 de novembro de 2012. Os custos desta viagem foram financiados pelo projeto de extensão “Agência Ambiental de Notícias da Amazônia”.

c) Viagem Dois (03 de novembro de 2012) – segunda viagem para reportagens (3 alunos):

Somente dois alunos se prontificaram para esta atividade, tendo como motivo provável o excesso de tarefas do final de semestre. Esta pesquisa ocorreu em meio a outras cinco disciplinas que os alunos cursavam no período. Além dos dois alunos que se prontificaram a ir nesse dia, um dos alunos bolsistas da ANAM, Glaucio Capper, foi convocado para o trabalho, com o objetivo de fotografar e completar algumas informações pendentes de outras pautas.

Para a realização desta viagem, os agendamentos de hospedagem, do trabalho de guia e das pautas já haviam sido feitos em viagem anterior. Assim, realizou-se apenas uma ligação, no dia primeiro de novembro, para a confirmação dos horários e das atividades a serem desenvolvidas. Nessa ligação para Fernanda, foi constatado que os planos teriam que ser um pouco alterados, pois Mendes conduziria um grupo de turistas peruanos por uma trilha na floresta às 9h de sábado, três de novembro. O horário coincidia com o horário agendado pelo coordenador para a realização de uma trilha direcionada às intenções de uma pauta específica.

Assim, foi necessária adaptação: a trilha na floresta que seria realizada apenas por uma dupla de alunas, pelo coordenador do projeto e pela editora, contaria também com a presença de um grupo de 15 pessoas com interesses distintos. É importante frisar que o melhor horário para realização de trilhas na floresta é de manhã, devido ao forte calor em outros horários.

No dia três de novembro, três alunos seguiram para Xapuri em uma caminhonete da UFAC. O coordenador, juntamente com a editora, seguiram em carro próprio. A saída de Rio Branco se deu às 6h05min, com uma parada de 15 minutos em Capixaba, às 7h30min, e chegada na pousada às 9h. As pautas a serem desenvolvidas seriam “A sabedoria da floresta: o poder curativo das plantas” e uma entrevista em vídeo com Mendes. Além disso, seriam feitas entrevistas com turistas, imagens e vídeos do Circuito de Aventura Chico Mendes. Esse trabalho, realizado pelo aluno bolsista, seria complementar à viagem anterior.

Por volta de 9h30min, deu-se a saída para a Trilha da Samaúma. A trilha foi realizada pelas alunas, pelo coordenador do projeto e pela editora, juntamente com o grupo de 15

peruanos. Ao mesmo tempo em que se fazia a trilha, o aluno bolsista fez entrevistas, imagens e vídeos com outros turistas no Circuito de Aventura Chico Mendes.

Para a realização da pauta “A sabedoria da floresta” procurou-se entrevistar também um senhor que produz remédios à base de plantas locais, o Sr. Artemildo, porém ele não estava em casa e a entrevista não pôde ser realizada. Assim, foram levantados nomes de outras possíveis fontes, no município de Rio Branco, que possuem este conhecimento.

A caminhonete da UFAC deixou o seringal às 15h, o coordenador e a editora permaneceram na pousada para encaminhar as pautas da próxima viagem. A entrevista em vídeo com Nilson Mendes foi gravada no deque, à beira do lago da Pousada Seringal Cachoeira, por volta de 16h30min. O coordenador e a editora deixaram o seringal por volta de 12h de domingo, chegando a Rio Branco às 14h45min. Os custos desta viagem foram financiados pelo projeto de extensão da ANAM.

d) Viagem Três (10 de novembro de 2012) – terceira viagem para reportagens (2 alunos):

No dia 10 de novembro de 2012, às 6h, seguiu para o Seringal Cachoeira uma caminhonete da UFAC com duas alunas; o professor com a editora em carro próprio. A viagem já estava com a programação previamente agendada, não havendo nenhum tipo de alteração. A experiência e a prática das viagens anteriores facilitaram a produção, deixando claras as diferenças entre uma cobertura jornalística sistemática e uma cobertura eventual.

Os carros chegaram a Pousada Seringal Cachoeira às 9:15h, onde Nilson aguardava para dar direcionamento das localizações das fontes dentro do seringal. As pautas a serem desenvolvidas nesta viagem foram: “a importância da Associação de Moradores do Seringal Cachoeira” e “A extração da borracha”.

Como havia apenas duas alunas presentes, cada uma com uma pauta, o coordenador e Mendes acompanharam uma das alunas na cobertura da reportagem sobre a extração da borracha, no carro do coordenador. Para esta pauta as distâncias eram bem maiores e encontrar as fontes se revelou um trabalho mais difícil. Foram cerca de 20km em estrada de terra fofa, com trechos de tráfego difícil, para chegar à primeira fonte, numa colocação a 4km da fronteira com a Bolívia.

A editora acompanhou a outra aluna, com o carro da UFAC na cobertura da reportagem sobre a associação de moradores. Esta última dupla retornou à pousada por volta de 12h, enquanto o outro grupo chegou somente às 15h. O carro da UFAC deixou a pousada

por volta de 16h, enquanto o coordenador e editora permaneceram para uma última conversa com Mendes, visto que esta viagem foi a última realizada com o grupo de alunos.

5.2.4 Redação

Como parte da instituição de um meio de comunicação na presente pesquisa de campo, os alunos foram instados a escrever reportagens jornalísticas de cinco laudas para o blog da ANAM (<http://noticiasdaamazonia.wordpress.com/>), a partir das viagens de captação de dados. No entanto, os textos produzidos não tinham qualquer possibilidade de publicação, de acordo com os pressupostos de um jornalismo capaz de fundamentar o debate da QAA.

Após longo período de reflexão a respeito desse resultado da pesquisa, concluiu-se que a redação dos textos da ANAM não poderia depender de alunos mediante a frágil vinculação a uma disciplina optativa de curso de jornalismo. Mantém-se a possibilidade de vincular alunos de graduação à ANAM, porém, em regime de estágio, bolsa e/ou pesquisa. Essas condições especiais permitem maior comprometimento e disponibilidade aos discentes, para que se aprofundem na temática da QAA e na redação dos textos jornalísticos.

Entende-se tal resultado naturalmente, de acordo com a dinâmica de uma pesquisa de campo que pretendeu analisar as condições reais de produção jornalística em um meio de comunicação jornalístico alternativo para a QAA. Esse resultado confirma que a viabilidade da ANAM se condiciona à coesão e à coerência do projeto editorial, o qual deve se articular a um projeto político, também de maneira coerente. As diretrizes desses projetos mantiveram a proposta da ANAM, devido à formação prévia de uma equipe de trabalho constituída, em princípio, pela editora, pelo autor e pelos dois bolsistas.

Determinaram-se novos direcionamentos para as ações da ANAM, de acordo com os resultados aqui descritos. Para efeitos metodológicos, os textos enviados pelos alunos foram entendidos como “relatórios de reportagem”, e não como textos jornalísticos. As informações desses relatórios serviram de base para a redação dos textos finais, conduzida pela equipe.

Tendo em vista que um dos objetivos da pesquisa de campo era observar o desempenho de uma equipe para produção de conteúdo jornalístico, considera-se que este momento foi essencial para o planejamento dos próximos trabalhos. O resultado descrito também confirma a acertada decisão metodológica de não utilizar a análise de conteúdo das matérias enviadas pelos alunos como objeto de pesquisa.

Enfim, o descompasso entre perspectiva e realidade atrasou sobremaneira a publicação do material jornalístico no blog. Quando se imaginava o início do trabalho de edição do blog de internet, na realidade iniciou-se o trabalho de reelaboração e redação dos textos. De acordo com o panorama descrito, o início das publicações só foi possível no mês de junho de 2013.

Ao desvincular a redação de textos jornalísticos da intervenção pedagógica, a responsabilidade dos textos passou a ser, inteiramente, da equipe permanente da agência. Adiante se verá que novas alternativas foram articuladas, com o aumento do número de colaboradores a partir da vinculação da ANAM ao Grupo de Pesquisa Amajor – Amazônia, Jornalismo e Ambiente.

A pesquisa de campo visa a delimitar possibilidades para, a partir delas, solidificar-se uma equipe com métodos claros de trabalho. Reitera-se assim, a importância dessa pesquisa para a criação de parâmetros concretos, que evitem o descumprimento da periodicidade estabelecida no projeto editorial.

5.2.5 Edição e Publicação

Após todo o processo de definição dos parâmetros sobre o que dizer e como dizer, com a intenção de contribuir para a conservação da Amazônia, o primeiro texto foi publicado no blog da ANAM (<http://noticiasdaamazonia.wordpress.com/>) no dia 16 de junho de 2013.²³ Trata-se do editorial de apresentação desse meio de comunicação alternativo.

A publicação abre com o título “Alternativa e jornalística”, em uma referência ao tipo de Comunicação Social que se pretende praticar. Abaixo do título, publicou-se foto ilustrativa sobre a chegada da equipe ao Seringal Cachoeira, com a presença dos três carros que foram a Xapuri no dia 20 de outubro de 2012. Esse primeiro texto tem como função esclarecer sobre as intenções e métodos a serem utilizados pela ANAM, com ênfase no modelo de gestão autônomo, baseado em recursos públicos. Apresentam-se a QAA e a proposta jornalística em linhas gerais, bem como a menção a esta tese de doutorado como o início de todo o processo.

Na sequência, foram publicadas as cinco primeiras matérias jornalísticas da ANAM na semana de 18 a 22 de junho de 2013: “Pousada Seringal Cachoeira e a proposta de sua criação”; “Circuito de Aventura Chico Mendes” (arborismo); “A atividade contemporânea de

²³ Os textos publicados na internet constam dos Anexos “E” e “F” desta tese.

extração de borracha”; “história de vida de D. Antônio Pereira Vieira”; “enchente do Rio Acre em 2012”. É importante lembrar que as reportagens entregues pelos alunos necessitavam ser reescritas, conforme apontado no item 5.2.4, o que impactou diretamente na edição e, por conseguinte, na dinâmica de publicação da ANAM.

Um total de 140h foram gastas para a reelaboração dessas cinco matérias, com fotos, títulos, subtítulos e legendas, a partir do material bruto entregue. O que se imaginava semipronto demandou o equivalente a 18 dias úteis de trabalho, o qual só foi possível com a orientação de uma linha editorial clara, a partir das definições expressas nesta tese. O trabalho de edição foi realizado pela editora da ANAM e pelo autor.

A edição é o momento em que a prática jornalística se revela completamente, jungindo no mesmo ato a filosofia da área jornalística às técnicas de trabalho da profissão. As possibilidades são infinitas. O uso de palavras e seus sinônimos, multiplicados pela variedade de elementos da mensagem jornalística (título, texto, subtítulo, legenda, foto, intertítulo, links etc.) transformam o processo de edição numa atividade complexa. A firmeza de uma linha editorial clara e precisa se torna absolutamente fundamental. Sem o processo dos capítulos 2, 3 e 4 desta tese, tal linha editorial não seria tão nítida, devido à complexidade dos assuntos Amazônia, questão ambiental e jornalismo, somados. Portanto, a hora da edição justifica todo o processo desta tese e da pesquisa de campo.

A linha editorial parte de um projeto político que determina o que será publicado. Por isso, o privilégio de defini-la clara e precisamente nesta obra é visto como uma das principais conclusões do trabalho. Tal linha editorial precisava ser comprovada como eficiente na prática, por exemplo, diante dos diversos imprevistos ocorridos durante esta pesquisa de campo, especialmente a greve e a qualidade dos textos jornalísticos enviados pelos discentes.

Graças a um direcionamento firme no sentido de pesquisar alternativas políticas dialeticamente, foi possível descobrir as palavras e o “tom” certos do texto jornalístico a ser publicado no blog. Desde a concepção da linha editorial, passando pela angulação das pautas, pelas reportagens e pela redação, esse “tom” se insinuava, tomando forma definitiva na edição das matérias.

Por mais que se tenha trabalhado por maior qualidade, a pesquisa de campo trouxe textos e imagens distantes do ideal. Apesar disso, havia uma equipe para se dedicar à ANAM, a qual também participou do processo da pesquisa de campo, coletou dados e finalizou os textos, conforme configuração do projeto de extensão. Havia uma linha editorial sólida para orientar o “tom” a ser dado às reportagens e à utilização de imagens. Esses são elementos de

um meio de comunicação dos quais não se pode prescindir, também no jornalismo alternativo para a QAA.

Apesar de ser uma publicação na internet, a proposta de aprofundamento na QAA leva a ANAM a uma linguagem próxima à da revista. O formato desejado é aquele classificado como “reportagem”, ou seja, o da notícia com aprofundamento. As imagens escolhidas caracterizam-se por uma abordagem fotojornalística, segundo a premissa básica do fotojornalismo, de que sejam imagens com informação.

O objetivo da edição privilegiou gerar informações úteis para alimentar os debates sobre a QAA. As reportagens sobre a Pousada Ecológica Seringal Cachoeira, sobre o arborismo e sobre a extração de borracha procuraram demonstrar a existência de alternativas econômicas sustentáveis para as comunidades. Procurou-se explicar “como” foram concebidas as propostas e a maneira como impactaram, de forma sustentável, a vida da comunidade.

Na reportagem sobre a pousada discorreu-se sobre a atividade turística, mas também sobre a forma de gerenciar a atividade. Na edição, prolongando orientação da pauta, evitou-se um direcionamento que levaria à abordagem somente turística, já que o assunto são as alternativas ao desenvolvimento predatório. Algumas dificuldades, como a baixa qualidade das fotos colhidas em campo, levaram-nos à escolha das fotos definitivas. O objetivo era a utilização de mais fotos dos trabalhadores da pousada, o que não foi possível devido à falta de orientação fotojornalística das imagens. Um dos temas ressaltados nessa reportagem evidencia que os alimentos servidos aos hóspedes da Pousada Ecológica Seringal Cachoeira provêm da produção familiar local, e que toda a proposta se liga a um vínculo comunitário ainda existente ali.

Na pauta do “Circuito de Aventura Chico Mendes” (arborismo), procurou-se mostrar que todos os instrutores moram na comunidade, caracterizando um duplo benefício: pela receita gerada pelo arborismo e pela nova profissão em que se especializaram. O processo foi descrito para instigar propostas e para que houvesse o esclarecimento de que nada se faz sem planejamento ou parcerias. As fotos visam mostrar ao público a grandeza das árvores e os atrativos de uma atividade como essa em plena floresta amazônica, atividade que somente se mantém com a floresta conservada.

Na reportagem sobre o extrativismo, todos os recursos jornalísticos foram usados no sentido de mostrar a atividade como alternativa possível contemporaneamente. Entrevistou-se um seringueiro de 21 anos como forma de comprovar a atualidade da proposta. Explicou-se a nova dinâmica econômica da cadeia de extração da borracha e seus reflexos na produção

local, bem como, novamente, a importância da parceria com várias instâncias. A parceria viabiliza que todo o látex retirado no PAE Chico Mendes seja vendido à fábrica estadual de preservativos masculinos da região, a qual vende sua produção ao governo federal.

Em todas as matérias, cada foto, cada trecho de texto, diz respeito a uma escolha e uma circunstância, o que é característica do jornalismo. Em todas as matérias a diretriz principal foi retratar como a proposta geral se reflete no microcosmo cotidiano, para que esses exemplos e suas sutilezas possam servir ao debate da QAA.

Na “história de vida de D. Antônia Pereira Vieira”, o enfoque se dirigiu para a reflexão sobre os vínculos comunitários. Como subtexto de toda a matéria, está a ponderação sobre o impacto do fim desses vínculos na QAA e na rotina das comunidades amazônicas. A vida cotidiana no padrão individualista da cidade e do emprego formal leva à desatenção com o espaço público. Cada um passa a se preocupar mais com a manutenção de sua realidade particular do que com a vida comunitária e, por consequência, preocupar-se menos com o ambiente. Poder-se-ia ter optado pela história da família de D. Antonia, o que também seria interessante, mas num outro contexto. Na linha editorial escolhida, importa buscar os direcionamentos políticos das matérias, assim como seus impactos sobre a QAA.

D. Antonia Vieira diz que costumava caçar, cortar lenha, extrair borracha e trabalhar no roçado. Além disso, foi a primeira professora do PAE Chico Mendes, dando aulas por amor à comunidade, sem sequer receber por isso. Convocada aos riscos de um enfrentamento com jagunços e capangas, a coragem surge e a leva a não se esconder “atrás dos tocos”. São falas de D. Antônia que foram mantidas integralmente, para levar ao leitor um pouco de sua cultura, expressa também no jeito de falar. Saída do seringal, a professora se aperfeiçoou e fez pós-graduação na área ambiental.

A matéria sobre as causas das alagações que ocorrem no Rio Acre destoa das anteriores pelo tema. Entre as matérias publicadas, é a única que não tem como cenário o Seringal Cachoeira. Retratando a Amazônia urbana, tal temática remete a outras questões. Evitou-se retratar a tragédia, e primar por evidenciar que há outros pontos a serem analisados, os quais costumam ser negligenciados, tanto pela imprensa, quanto pelos governantes. A edição procedeu de forma a evidenciar que alguns bairros da capital acriana se formaram em locais eventualmente ocupados pelo Rio Acre. Uma curiosidade a ser observada nesta matéria é que hoje, quando o governo tenta remover famílias das áreas de risco, muitas não querem sair, o que revela a complexidade do tema.

Rica entrevista com o pesquisador Evandro Ferreira foi utilizada, em que há a ponderação sobre os motivos que estão na base do problema das enchentes: o

desenvolvimento “predatório”. A destruição de matas ciliares e o assoreamento dos rios não poderiam ficar de fora da discussão, visto que são fenômenos relacionados. Devido à falta de imagens dos moradores entrevistados, os editores tiveram de recorrer a arquivo pessoal.

Salienta-se que a linguagem da ANAM está em construção, de acordo com as demandas para se atingir os objetivos expressos no projeto editorial. A linguagem tecnológica da internet será explorada com maior profundidade, no afã de utilizar todas as possibilidades. Por exemplo, o uso de palavras-chave como meio de localização do texto na web é um recurso típico dessa opção tecnológica. É possível atribuir a cada matéria uma palavra-chave, de acordo com os grupos temáticos expostos na definição de QAA. Antes disso, impõe-se maior conhecimento sobre a plataforma tecnológica (wordpress.com) e até sobre outras alternativas de publicação na web.

Após o término da redação desta tese, os outros textos enviados pelos alunos serão editados e publicados, o que não foi possível devido ao grande trabalho de edição para transformá-los em texto final, conforme argumentos anteriores. Alguns textos terão de ser totalmente reescritos e outros necessitarão de nova coleta de informações, fotos etc. A publicação desses textos está prevista para o segundo semestre do ano de 2013.

Por fim, decidiu-se pela montagem do expediente da ANAM matéria por matéria. Não seria justo atribuir aos alunos o texto final das reportagens, devido às matérias terem sido completamente reescritas. Assim, a autoria foi dividida entre “texto final”; “edição” e “reportagem”, cujas assinaturas se encontram no final de cada texto publicado na internet (www.noticiasdaamazonia.wordpress.com). Após várias reflexões, essa foi a forma mais adequada que se encontrou para inserir os créditos nas reportagens da ANAM.

5.2.6 Conclusões da Pesquisa de Campo

Classifica-se o trabalho da pesquisa de campo como satisfatório. A intervenção pedagógica se mostrou necessária para desmistificar o aluno de jornalismo da Amazônia como alguém que, por princípio, “se identifica” com a floresta. Os alunos não revelam discordância em relação à necessidade de debater a questão ambiental da Amazônia, mas não costumam refletir sobre tais assuntos.

A floresta está ali desde sempre e não aparenta influenciar suas vidas. A bibliografia sugerida em sala gerou debates sobre as questões econômicas e políticas da QAA. Entretanto,

os vieses identificados foram surpreendentes. Os seminários ensejaram mais um desabafo dos alunos do que reflexões embasadas. Ou seja, a intervenção pedagógica evidencia o quanto a QAA está distante do aluno de jornalismo da UFAC, bem como, imagina-se, do jovem amazônico e urbano, em geral. Lembre-se que a população urbana abrange 70% dos amazônicos. A visão socioeconômica da QAA e o pressuposto de um debate que procure a construção da racionalidade ambiental ainda é uma realidade distante.

Na passagem da sala de aula para o processo de criação de um meio de comunicação jornalístico alternativo para a QAA, o entendimento dos discentes se manteve. Torna-se irreal qualquer proposta de mudar a visão de mundo de um grupo a partir de uma intervenção de 30h e da leitura de textos.

A principal conclusão retirada da intervenção pedagógica se revela, assim, a necessidade de mais treinamento para os discentes que venham a integrar a ANAM. Possivelmente, desvincular-se-á a ANAM de uma disciplina do curso de jornalismo da UFAC, dando preferência à formatação de um estágio em jornalismo. Tal discussão já está prevista dentro do Curso de Jornalismo, bem como o estabelecimento da ANAM como um programa de extensão permanente do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFAC.

Felizmente, o método evitou a análise da produção textual dos alunos como fator determinante para a comprovação da hipótese. Como parte de uma opção política que vê a realidade dialeticamente, não seria coerente procurar uma prática diferenciada de jornalismo no trabalho fortuito de uma turma de futuros jornalistas; tampouco imaginava-se que tais trabalhos possuiriam conteúdo significativamente expressivo, pois não havia essa intenção e dedicação por parte dos discentes. Assim, a qualidade das reportagens entregues faz parte do contexto pedagógico de um curso universitário contemporâneo, sem haver motivo para caracterizá-la como um fator específico desta pesquisa.

Como conclusão principal desta fase da pesquisa, fica a evidência de que a ANAM não pode depender de textos que os discentes encaram como “trabalho” de disciplina do curso de jornalismo. Não há amadurecimento no assunto da QAA; tampouco há dedicação especial do aluno para se adaptar às exigências epistemológicas e jornalísticas do texto final com qualidade para ser publicado. É preciso ainda levar em conta que o discente não completou sua formação e, portanto, torna-se inadequado cobrar a qualidade do jornalista profissional.

Com a minoração na previsão do número de colaboradores, estabelece-se um parâmetro menos ambicioso na quantidade de textos a serem publicados pela agência. Antes da quantidade, há a necessidade de formar uma linguagem e uma cultura jornalística desse meio de comunicação, a partir da linha editorial. O “tom” da ANAM está em construção, o

que demanda passos lentos, porém, firmes. As conclusões levam a uma periodicidade que possa ser cumprida por uma equipe menor. De acordo isso, define-se a periodicidade mínima como mensal.

Neste ponto, passa-se à análise do edital de extensão como provedor de recursos para a manutenção da ANAM. A articulação política dentro da Universidade Federal do Acre se deu de maneira equilibrada. A aprovação em primeira instância revela um fator positivo, evidenciando que há espaço para experimentar novos meios e democratizar a comunicação. A visão de duas caminhonetes rumando para Xapuri, no dia 20 de outubro de 2012, configurou-se símbolo dos resultados desta pesquisa. Em um contexto de escassas verbas para projetos, a imagem resume a certeza da possibilidade de um jornalismo independente, a partir da autonomia de uma universidade pública federal.

Vários problemas burocráticos poderiam ter surgido durante o processo de análise do projeto de extensão da ANAM. Haveria motivo para isso, tendo em vista o ineditismo. Não se trata do tradicional projeto de extensão que prevê atividades pontuais junto a comunidades, em sua maioria, carentes. Trata-se de uma ação de extensão difusa. Na primeira tentativa experimentada por esta pesquisa, o resultado foi favorável. A aprovação da ANAM como projeto de extensão da UFAC leva à conclusão de que há abertura para o tema ambiental e para o formato jornalístico proposto, no contexto da universidade. Esta foi uma das saídas encontradas para a viabilização de um meio de comunicação independente na Amazônia, o que não exclui outras possibilidades, as quais também devem ser pesquisadas e concretizadas.

Contudo, a burocracia universitária emperra um pouco a agilidade da cobertura jornalística no campo. Por conta disso, uma série de adaptações foi necessária. No caso de viagens a locais mais longínquos do que o Seringal Cachoeira, por exemplo, outros recursos e outras contingências apareceriam, decorrentes das circunstâncias infraestruturais amazônicas. Em alguns locais, é necessário utilizar o transporte terrestre e também o fluvial, a serem planejados com antecedência. Além disso, na Amazônia, muitas áreas são trafegáveis ou navegáveis em apenas alguns períodos do ano, condicionando a produção das matérias a um bom planejamento.

Outro fator que merece atenção é que, em muitos momentos, a produção jornalística é dificultada devido à ausência de telecomunicações. Por meio de um dos poucos telefones que funcionam no Seringal Cachoeira (pousada), por exemplo, foi possível agendar horários com as principais fontes. Mesmo assim, muita gente não estava em casa. Todo o esforço inicial de uma reportagem pode se perder em ocorrências como essa, tornando imprescindível a disponibilização de prazos maiores para as reportagens no contexto da ANAM.

O cálculo das distâncias merece destaque. Para avançar mata adentro em busca de conhecimento, é imprescindível distanciar-se dos grandes centros e de seu modo de vida - condição para o jornalismo da QAA. No exemplo de campo, averigua-se que viagens a locais mais distantes do que os 200 km de Rio Branco–Xapuri (PAE Chico Mendes) se complicam. Percorrer uma distância como essa, ida e volta no mesmo dia, leva a matérias feitas às pressas, o que contraria os princípios da ANAM.

Não era o caso de injetar recursos pessoais do autor no processo, pois o método propôs exatamente deixar o projeto interagir com as circunstâncias reais de sobrevivência desse meio de comunicação alternativo. No caso da ANAM, contou-se com a infraestrutura da UFAC (caminhonetes e motoristas profissionais), garantindo a segurança dos jornalistas em campo, o que não é pouco. Importa notar que recursos financeiros não bastam para garantir transporte e segurança dos jornalistas. O responsável pelo transporte tem de ser confiável, ter disponibilidade e compromisso para despendar vários dias em campo. A falta de transportes próprios constitui um dos empecilhos para reportagens alternativas na Amazônia, pois obriga as equipes a despesas altas com aluguel de barcos, motores e o pagamento de diárias a profissionais como barqueiro ou motorista. Cada pessoa que se leva a mais na equipe significa planejamento e gastos.

Outro aspecto importante diz respeito a “ser de fora”. A dinâmica das comunidades que se pretende visitar é inimaginável para um cidadão urbano que dispõe das benesses globalizadas como telecomunicações e mobilidade. No interior da Amazônia, as pessoas não costumam sair de sua pequena região, o que inclui os braços de rios e colocações próximas. Assim, por timidez e descostume em estar com gente de fora, frequentemente, o contato com as pessoas das comunidades se revela difícil. Alguém que consiga intermediar a comunicação entre urbanos e rurais na Amazônia é peça-chave para a realização de reportagens de qualidade, e constitui-se em um recurso humano raro. No caso da experiência desta pesquisa, esse papel foi cumprido por Nilson Mendes.

O líder comunitário convive semanalmente com visitantes de todos os lugares do mundo na Pousada Ecológica Seringal Cachoeira, os quais leva para incursões na mata e com os quais estabelece longas conversas. Mesmo assim, a comunicação com Mendes, na produção de reportagens, revelou-se ruidosa, visto que eram necessárias decisões a respeito das fontes a serem ouvidas, de acordo com as respectivas localizações dentro do PAE Chico Mendes.

Criar um parâmetro inovador para a ANAM gera muitos impactos. No momento em que as reportagens foram realizadas, não havia ainda no site nada que pudesse inspirar ideias

e, a partir daí, recriarem-se parâmetros de reportagem jornalística. São muitos os detalhes e pequenas sutilezas para direcionarem um texto jornalístico. Em termos de aprendizado jornalístico, que leve a uma futura teorização de outras especificidades, apontam-se alguns pontos imprescindíveis ao repórter que queira praticar o jornalismo alternativo para a QAA:

a) A arte de comunicar-se com agentes de outras realidades. Isso inclui: saber se portar numa realidade social diferente da sua, observar diferenças culturais sem preconceito, procurar entender e se fazer entendido, e, em especial, aprender a formular perguntas passíveis de serem compreendidas pelos interlocutores das comunidades tradicionais amazônicas. Entretanto, é preciso saber a hora de não perguntar, de acordo com o ritmo da comunidade. Outro ponto referente à sensibilidade do jornalista concerne a entender o próprio papel. É preciso que o jornalista entenda a si próprio como um agente da globalização, cuja presença gera fatos diferentes na comunidade, os quais devem ser percebidos e filtrados na redação e finalização das reportagens;

b) A importância da técnica jornalística e da rapidez de pensamento. Faz parte da atividade jornalística angular cada matéria, diariamente. Como narrar, quem entrevistar, como começar o texto, aonde chegar com ele, de acordo com o tipo de mídia. Durante o trabalho de campo (reportagem) em locais distantes, tais questões devem ser onipresentes para o repórter, avaliando realidades tão diferentes a cada dia, de acordo com a proposta do meio de comunicação e seu público. Exige-se grande versatilidade, com o intuito de acomodar dois mundos em uma mesma realidade. O cotidiano rural difere muito da vida do jornalista e de sua maneira de ver o mundo. Às vezes, pautas são frustradas nesse ruído de comunicação;

c) O detalhamento e análise vão permitir a diferenciação das pautas. Muitas vezes, os assuntos de duas pautas se sobrepõem. Necessita-se do desenvolvimento da arte de observar detalhes sutis que podem diferenciar as pautas, ao observar enfoques ligeiramente diferentes. Exemplo: o manejo florestal pode gerar uma pauta sobre o projeto institucional do governo, outra pauta sobre os benefícios ou malefícios sociais daquele projeto e ainda uma terceira pauta sobre os aspectos ecológicos e científicos. Pode-se fazer o perfil de um produtor que pratica o manejo em sua propriedade, antepondo-o ao perfil de um produtor descrente em relação à proposta de manejo florestal. Devido à grande autonomia de campo que as circunstâncias dão ao repórter da ANAM, a distinção das pautas e a criatividade de enfoques são técnicas desejáveis;

d) Na cobertura da questão ambiental, o jornalista deve ter a capacidade de descrever geograficamente a região em pauta e saber lê-la juntamente com as questões geopolíticas. Por

exemplo: o repórter que realizará uma reportagem para a ANAM no Seringal Cachoeira deve conhecer a história e entender sobre a importância política e econômica do local para o Estado do Acre. Esse profissional deve saber descrever a paisagem predominante da comunidade onde atua, conhecer os locais em que há pasto, onde predomina a mata primária, os cursos d'água preservados e aqueles que já estão poluídos etc.;

e) Muitas vezes, idealizam-se situações que não condizem com o real, e o jornalista deve estar precavido. No debate da QAA, o repórter urbano se despe das certezas para permitir a entrada das idiossincrasias. Em Xapuri, cidade que é símbolo internacional de luta pela Amazônia, por exemplo, pode haver surpresa com o fato de que muitos habitantes detestam a floresta. Privilegiam a cultura *country* e não dão importância para a história de luta de Chico Mendes. Aliás, é muito comum ouvir nas ruas do Acre palavras negativas a respeito de Mendes;

f) A questão comunitária: o entendimento do contexto comunitário se torna fundamental. O jornalista deve cuidar para não observar essa dinâmica com preconceito. Muitas relações das vilas do interior da Amazônia são mantidas pelo vínculo comunitário, em ligações subjetivas de cuidado mútuo entre as pessoas. Ao contrário da cidade globalizada, onde ninguém se preocupa com o vizinho e tampouco quer que o vizinho se preocupe, nas comunidades tradicionais essa preocupação é vista como necessária;

g) Ouvir as vozes dissonantes. Contribuir para a discussão democrática da QAA na sociedade amazônica impõe saber ouvir opiniões diferentes e contrárias, que podem até parecer absurdas sob o ponto de vista do jornalista, mas que devem ser conhecidas, analisadas e respeitadas. Do debate fazem parte os agentes sociais que não consideram a importância da QAA e aqueles que não concordam com a conservação da floresta.

5.2.7 O Futuro da ANAM

Após o esforço da pesquisa de doutorado, a Agência Ambiental de Notícias da Amazônia passa a ser um trabalho cotidiano. No mínimo, haverá uma matéria, entrevista ou artigo inédito mensal. Um novo projeto será viabilizado como projeto de extensão permanente na Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Acre. Não está garantida a liberação de recursos, mas há motivos para otimismo. A UFAC possui uma entrada de projetos em fluxo contínuo, o que torna possível concorrer permanentemente.

No dia 19 de março de 2013, em reunião do Grupo de Pesquisa Amajor – Amazônia, Jornalismo e Ambiente – coordenado pelo autor, definiu-se vinculação da ANAM aos trabalhos do grupo. Assim, os jornalistas e membros do Amajor, Profa. Ms. Francielle Maria Modesto Mendes, Prof. Francisco Aquinei Timoteo Queirós e Profa. Cleide Elizabeth Passos dos Santos, juntaram-se à agência. Serão colaboradores fixos da ANAM. Assim, os três jornalistas se somam à equipe que já contava com o autor e a editora, totalizando cinco componentes permanentes para reportagem e redação de matérias.²⁴

O objetivo é unir esforços de pesquisa e extensão, tendo em vista a similaridade entre as temáticas do Amajor e da ANAM. Facilita-se também, a partir dessa junção, o diálogo entre textos jornalísticos e acadêmicos que se pretende realizar na agência. Imagina-se um formato que some a agilidade do jornalismo ao rigor e à contextualização do texto acadêmico. Ainda no contexto do Amajor, pretende-se organizar grupos de estudos e palestras sobre a QAA, cujos resultados serão publicados na internet.

Neste início das operações, admite-se o caráter de periodicidade variável e modesta da ANAM, com o estabelecimento do mínimo de uma matéria jornalística inédita ou artigo por mês. De acordo com a premissa de promover eventos em que se discuta a QAA, bem como o objetivo de participar de debates na sociedade amazônica, algum material inédito pode ser publicado com periodicidade menor, semanal, por exemplo. No ano de 2014, está prevista a reunião da SBPC (Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica) na Universidade Federal do Acre, cidade de Rio Branco, durante a qual se pretende apresentar o trabalho da ANAM, bem como organizar discussões sobre a questão ambiental amazônica. Esse evento irá gerar material jornalístico para a agência.

Outra importante diretriz para as atividades futuras da ANAM se configura a colaboração com autores especializados no assunto “Amazônia” e questões ligadas à região. São estudiosos de temas como questão fundiária, alternativas de produção agrícola sustentável, ecologia, mudanças climáticas, educação ambiental etc. A estrutura horizontal e colaborativa é um dos grandes diferenciais da internet e pretende-se a inserção nesse contexto, com a perspectiva de otimizar recursos e promover a articulação democrática entre agentes sociais com interesses afins.

Outra possibilidade de destaque é a transformação das atividades da ANAM em estágio institucional para alunos de jornalismo. No colegiado do curso está prevista essa discussão, com o estabelecimento da ANAM como oportunidade de estágio de 180h,

²⁴ O documento referente ao Grupo de Pesquisa Amajor - Amazônia, Jornalismo, Ambiente (UFAC/CNPQ) consta no “Anexo H” desta tese.

conforme citado anteriormente. Assim, seria possível vinculá-la mais solidamente ao ensino. A pesquisa de campo aponta para a necessidade de aprofundamento na questão ambiental e no jornalismo da interação social criadora. O estágio ensinaria que os discentes pudessem se aprofundar na QAA, bem como disponibilizar tempo para as reportagens e os textos jornalísticos da ANAM.

Em longo prazo, o que se vislumbra para a ANAM é que se torne uma política pública de Comunicação Social para a Amazônia. Para isso, o ideal é que esteja presente em boa parte do território, e não somente em um dos estados amazônicos – Estado do Acre. Antevê-se uma rede de redações de jornalismo na região: um escritório em cada grande afluente do Amazonas e em algumas cidades-chave. As redações seriam instaladas de acordo com os principais rios e cidades: rios Javari, Juruá, Purus, Acre, Madeira, Xingu, Tapajós, Araguaia, Baía das Bocas (PA), rios Trombetas, Japurá, Negro, Branco, Tefé, Coari; nas cidades de Belém, Manaus, Parintins, Tabatinga, Macapá, Oiapoque etc. Projeta-se cada uma dessas redações com sala de redação, carro, voadeira, computadores e internet, barqueiro/motorista, ajudante, editor, repórter e repórter fotográfico.

Com a possibilidade de ampliação da ANAM para todo o território amazônico nacional, os objetivos dessa agência também passam a ser mais ambiciosos. Além de alimentar e promover o debate sobre a QAA, passa-se a vislumbrar o fortalecimento desse debate como modo de possibilitar a criação de uma estratégia política para prestigiar soluções socioambientalmente sustentáveis dos povos da Amazônia, promovendo discussões políticas em nível nacional, internacional amazônico e internacional global. Uma proposta com essa magnitude torna necessário longo estudo e conhecimento empírico para a sua implantação. Observa-se a criação da ANAM como o primeiro passo.

6 CONCLUSÃO

Escolheram-se assuntos complexos para esta pesquisa na área interdisciplinar da Ciência Ambiental: a Amazônia, a crise ambiental e o jornalismo. Cada uma dessas áreas tem dezenas de linhas de pesquisa com diferentes propostas epistemológicas. Esta tese não pretendeu abarcar todas essas linhas, mas propor uma delimitação temática que transitou por várias delas, em diferentes níveis de profundidade, com o objetivo de investigar se é possível contribuir para a conservação da floresta amazônica por meio do jornalismo. Ao final do trabalho, conclui-se que sim. A pesquisa empírica de como essa contribuição pode se viabilizar levou ao jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica (QAA).

Entende-se o jornalismo alternativo para a QAA como um processo político. Assim, nesta tese, optou-se pela investigação da “prática” do jornalismo alternativo para a QAA. Isolou-se o fator primário que a condiciona: a criação de um meio de comunicação jornalístico alternativo em que o jornalismo alternativo para a QAA possa ser exercido. De acordo com as evidências empíricas expressas na tese e nos anexos, a criação da Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (ANAM) comprova a hipótese.

Conclui-se que todo o processo dependeu da concepção de um projeto político coerente para o meio de comunicação em tela, articulado a um projeto editorial pragmático. A força do projeto editorial provém da clareza de objetivos do projeto político. No presente caso, propôs-se um projeto político vinculado à formulação de QAA, baseada no debate sobre a relação sociedade-natureza na Amazônia.

A concepção do projeto político nesses termos levou à opção por um prática jornalística alternativa, pois se constatou que seria inviável debater a QAA de forma independente na mídia de massa. A partir dos pressupostos desta tese, criou-se uma linha editorial para a ANAM, como forma de sistematizar o seu funcionamento como um meio de comunicação jornalístico, de fato.

A fim de pesquisar alternativas de viabilização econômica para a ANAM, buscou-se um formato vinculado a uma instituição pública, a Universidade Federal do Acre (UFAC). Enquadrou-se a proposta como projeto de extensão da universidade. Assim, mobilizou-se a infraestrutura da Ufac para transportar pessoas e captar dados para reportagens em comunidade tradicional amazônica, o que se configurava uma das demandas para o jornalismo alternativo da QAA. A conjuntura ensejou ainda a montagem de uma equipe para a agência, formada, em princípio, por dois jornalistas e dois bolsistas.

Em um dos mais importantes resultados da pesquisa, testou-se o projeto da agência a partir de imprevistos inerentes à pesquisa de campo. A equipe reorganizou-se para editar e publicar reportagens na internet, bem como se ampliou, mediante a inserção da ANAM no Grupo de Pesquisa Amajor – Amazônia, Jornalismo e Ambiente.¹ Em acordo com as atividades e objetivos do grupo, foi possível somar mais três jornalistas à equipe, de acordo com a proposta de adotar procedimentos jornalísticos e acadêmicos para a publicação de textos. Presume-se, com isso, gerar um salto qualitativo para o material publicado na ANAM.

Devido à conclusão de que a agência não poderia depender dos trabalhos de uma disciplina optativa do curso de jornalismo, tornaram-se necessários outros parâmetros para o aproveitamento de atividades discentes. Conclui-se pela vinculação dos alunos à ANAM por meio de atividades complementares ao ensino: mediante a formatação como estágio, bolsa em projeto de extensão e/ou projeto de pesquisa. Propõe-se a ainda a ANAM como programa de extensão permanente da universidade.

Por que não imaginar uma política pública de Comunicação Social com uma rede de jornalistas para cobrir a temática da QAA em toda a bacia amazônica? Esta tese pode ser o início de um processo mais amplo, ao comprovar que é possível o jornalismo alternativo para a QAA. Admite-se que se trata somente de um primeiro passo, mas é um passo lastreado por método científico construído especialmente para as condições apresentadas.

Esta tese demonstra uma das possibilidades de contribuição do jornalismo para a conservação da floresta, entre as diversas a serem pesquisadas. Visto que a midiaticização da sociedade multiplica o potencial da informação nos processos sociais, propõe-se o jornalismo alternativo para a QAA não somente como um articulador de notícias, mas como articulador de discursos que embasem ações para a conservação da floresta. O momento é extremamente delicado na Amazônia, como consequência da crise ambiental.

Calcula-se que manter 70% da floresta em pé seja suficiente para evitar problemas como a savanização do bioma.² Por ora, 85% da floresta permanece intacta (MARCOVITCH, 2011, p. 41).³ A construção de estradas asfaltadas e de hidrelétricas no “coração florestal”, os projetos de tantas outras estradas e usinas, além do avanço célere do agronegócio, mostram que a visão de “exploração” ainda predomina. Tais obras e suas consequências podem ser o último passo para que se modifique a estrutura do bioma amazônico para sempre. Assim, as

¹ Os textos publicados na internet constam dos Anexos “E” e “F” desta tese.

² CLEMENT, C.R. Entrevista. In: MARCOVITCH, J. **A gestão da Amazônia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p. 236.

³ São divergentes os números sobre o total já desmatado da floresta amazônica. A maioria dos autores fica entre 15% e 17%.

forças que se posicionam politicamente pela conservação do bioma necessitam de uma estratégia política e pragmática de ação. Trata-se da demanda ideal para a inserção do jornalismo alternativo para a QAA, provendo informação independente para fundamentar o debate democrático a respeito da conservação da floresta amazônica.

Entende-se que todo o processo desta tese justifica-se na pequena, mas sólida existência da ANAM, simbolizando, estritamente, que o jornalismo alternativo para a QAA é possível. Ao mesmo tempo, aceita-se que seja somente uma das formas possíveis de contribuição do jornalismo para a conservação da Amazônia.

Conclusão desta tese, apresenta-se uma definição teórica de jornalismo alternativo para a QAA, admitindo tratar-se de uma teoria em construção. De acordo com a noção de que “a prática é fonte, impulso e sanção epistemológica da teoria”, pode-se fazê-lo após o experimento da ANAM.⁴

O jornalismo alternativo para a questão ambiental amazônica é uma prática jornalística comprometida com a conservação da floresta amazônica. Atua na alimentação e na fundamentação do debate sobre a questão ambiental amazônica, caracterizada como uma discussão dos aspectos políticos e socioeconômicos da relação sociedade-ambiente na Amazônia. Devido ao posicionamento político que visa à discussão sobre a apropriação social dos recursos ambientais, o *jornalismo alternativo para a QAA* se condiciona à existência de um meio de comunicação jornalístico alternativo em que possa ser praticado.

O *jornalismo alternativo para a QAA* caracteriza-se como um jornalismo de interesse público, veraz, responsável, eficiente, crítico, leal à sociedade, política e economicamente independente, com a principal finalidade de fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem capazes de debater a QAA.

Como método, propõe-se que o jornalista disponha-se a vivenciar uma relação sujeito-sujeito com a sociedade e com suas fontes, como forma de praticar a interação social criadora. O *jornalismo alternativo para a QAA* atua na compreensão de que é necessário articular ciência e saber comum, promovendo o diálogo de saberes. A existência da ANAM comprova que se trata de uma possibilidade tangível.

⁴ GORENDER, J. O nascimento do materialismo histórico. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Introdução, p. XXXVII.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A.N. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2002, vol. 16, n. 45, p. 7-30.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II**: documento Síntese – Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/CD194D39/ZEE-Acre-faseII_Parte1-baixareol.pdf

ALLEGRETTI, M.H. **A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. 2002. 827 f.. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2002.

ARDANS, O.; TASSARA, E.T.O. Psicologia socioambiental, identidades urbanas e intervenção social. In: TASSARA, E.T.O. (coord); RUTKOWSKI, E.W. (org). **Mudanças climáticas e mudanças socioambientais globais**: reflexões sobre alternativas de futuro. Brasília: UNESCO, IBECC, 2008, p. 123-154.

ARTAXO, P. O aquecimento global não é o fim. Publicado originalmente na Revista Caros Amigos, edição especial “Aquecimento Global”, set. 2007. Entrevista concedida a Verena Glass. In: TASSARA, E.T.O. (coord); RUTKOWSKI, E.W. (org). **Mudanças climáticas e mudanças socioambientais globais**: reflexões sobre alternativas de futuro. Brasília: UNESCO, IBECC, 2008, p. 11-3.

BAHIA, J. **Jornal, história e técnica**: as técnicas do jornalismo. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Fundo Amazônia**: relatório anual de atividades de 2011. [Brasília]: Departamento de Divulgação do BNDES, 2012. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Relatorioanual/RAFA_2011_CADERNO_01.pdf. Acesso em 12 set 2012.

BECKER, B.K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2005, vol. 19, n. 53, p. 71-86.

_____. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. Entrevista. In: MARCOVITCH, J. **A gestão da Amazônia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p. 223-8.

BITTENCOURT, M.P.H. **Projeto Narrativas da Floresta**. Rio Branco: UFAC, 2007. Projeto de Pesquisa, Coordenadoria de Apoio à Pesquisa, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Acre, 2007.

_____. Jornalismo e Amazônia: inovação na cobertura da questão ambiental amazônica. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31, 2008, Natal. **Anais**. São Paulo: Intercom, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1365-1.pdf>. Acesso em 26 jun 2013.

_____. Registro de pesquisa de campo (vídeo). Rio Branco, 2012. Doze fitas de vídeo (12h), MiniDV, son. color.

_____. **Agência Ambiental de Notícias da Amazônia**, 2013. Disponível em <http://noticiasdaamazonia.wordpress.com>. Acesso em 26 jun. 2013.

BRASIL, Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável:** diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília: MMA, 2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sca/arquivos/plano_amazonia_sustentavel.pdf. Acesso em 12 set 2012.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. **Papers do NAEA:** Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1993, n.13, p. 1-9.

CARVALHO, P.D.; HECK, E.; LOEBENS, F. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos Avançados:** Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2005, vol. 19, n. 53, p. 237-55.

CHAPARRO, M.C. **Pragmática do jornalismo:** buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

_____. **Linguagem dos conflitos**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2001.

CLEMENT, C.R. Entrevista. In: MARCOVITCH, J. **A gestão da Amazônia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p. 228-39.

CUNHA, E. **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, 2000.

DALY, H.E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambiente & Sociedade**, 2004, vol. VII, n. 2, p. 197-201.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

DUTRA, M.S. **A natureza da mídia**: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta. São Paulo: Annablume, 2009.

EPOPÉIA EUCLYDEACREANA – a viagem de Euclides da Cunha ao Acre. Direção de Rodrigo Neves. Rio Branco, VT Publicidade/DOCTV/TV Cultura, 2005. 57min. son. color.

FERNANDES, F. Introdução. In: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 19-44.

FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio**. Versão 6.0. [S.l]: Positivo, 2009.

FERREIRA, A.M.M.; SALATI, E. Forças de transformação do ecossistema amazônico. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2005, vol. 19, n. 54, p. 25-44.

FERREIRA, M.N. Os desafios da produção científica no neoliberalismo: as culturas e a comunicação subalterna. **Comunicação & Política**, 2006, vol. 25, p. 101-120.

FURASTÉ, P.A. **Normas técnicas para o trabalho científico**. 14.ed. Porto Alegre: s.n., 2008.

GADELHA, R.M.A.F. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira norte do Brasil. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2002, vol. 16, n. 45, p. 63-80.

GONÇALVES, C.W.P. **Amazônia, amazônias**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **O desafio ambiental.** 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia.** São Paulo: Marco Zero, 1994.

GORENDER, J. O nascimento do materialismo histórico. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, Introdução, p. VII-XL.

HARVEY, D. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, O. **A era do globalismo.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo:** o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUCINSKI, B. **Jornalismo na era virtual:** ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo : Editora UNESP, 2005.

KUNCZIK, M. **Conceitos de jornalismo:** Norte e Sul: Manual de Comunicação. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LAGE, N. **Estrutura da notícia.** São Paulo: Ática, 1985.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, V. Sob o ensurdecido silêncio da grande mídia brasileira. **Observatório da imprensa.** [S.l]: Observatório da imprensa, 2013. Número 731, 29/01/2013. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/venicio-lima-sob-o-ensurdecido-silencio-da-grande-midia-brasileira.html>. Acesso em jan 2013.

LOUREIRO, J.J.P. **Cultura amazônica:** uma poética do imaginário. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

LOUREIRO, V.R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados:** Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2002, vol. 16, n. 45, p. 107-21.

MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. 2.ed. São Paulo: Hacker, 2002.

MARCOVITCH, J. **A gestão da Amazônia: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

MARSHALL, L. **O Jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.

MARTÍN-BARBERO, J. Uma aventura epistemológica. **Matrizes**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP, Dossiê: perspectivas autorais nos estudos de comunicação IV, São Paulo, Ano 2, n. 2, p. 143-62, jan.-jun. 2009-a. Entrevista concedida a Maria Immacolata V. de Lopes.

_____. As formas mestiças da mídia. **Revista Pesquisa Fapesp**, 2009-b, edição 163, setembro de 2009, p. 10-5. Entrevista concedida a Mariluce Moura.

MARTINEZ-ALIER, J. **Ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007. Cap. 2, p. 41-68.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro I**. 28.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MEDINA, C. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1988.

_____. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

MELLO, N.A. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MONTEIRO, M.A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2005, vol. 19, n. 53, p. 187-207.

MORAES, D. A tirania do fugaz: mercantilização cultural e saturação midiática. In:_____. **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 33-50.

NASCIMENTO, J. B. **A imprensa acreana na batalha por hegemonia**: estratégias de 1969 a 2006. 2012. 210 f.. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais / Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2012.

NO RIO DAS AMAZONAS. Direção de Ricardo Dias. São Paulo, Superfilmes, 1995. 70min. son. color.

NOBRE, C.A.; OLIVEIRA, G.S. Mudanças climáticas. In: TASSARA, E.T.O. (coord); RUTKOWSKI, E.W. (org). **Mudanças climáticas e mudanças socioambientais globais**: reflexões sobre alternativas de futuro. Brasília: UNESCO, IBECC, 2008, p. 15-31.

OLIVEIRA, D. Uma práxis jornalística alternativa. **Jornal da USP on-line**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Ano XXIV, n. 846, set./out. 2008. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2008/jusp846/pag13.htm>. Acesso em jun 2012.

PÁDUA, J.A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2010, vol. 24, n. 68, p. 81-101.

PAULA, E.A. **Estado e Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. 2003. 265 f.. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Desenvolvimento e Agricultura) –Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PERUZZO, C.M.K. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31, 2008, Natal. **Anais**. São Paulo: Intercom, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0716-1.pdf>. Acesso em 26 jun 2013.

RAMONET, I. **A explosão do jornalismo:** das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

RIBEIRO, N.F. **A questão geopolítica da Amazônia:** da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005.

RUTKOWSKI, E.W.; TASSARA, E.T.O. Apresentação. In: _____. **Mudanças climáticas e mudanças socioambientais globais:** reflexões sobre alternativas de futuro. Brasília: UNESCO, IBECC, 2008, p. 7-9.

SACHS, I. Sustentabilidade social e desenvolvimento integral. In: VIEIRA, P. F. (org). **Rumo à ecossocioeconomia:** teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2006, p. 285-314.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados:** Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012, vol. 26, n. 74, p. 7-20.

SANTOS, B.A. Recursos minerais da Amazônia. **Estudos Avançados:** Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2002, vol. 16, n. 45, p. 123-52.

SANTOS, B.S. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHWARTZMAN, S. Florestas cercadas. In: DIEGUES, A. C. (org). **Etnoconservação:** novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2000, p. 257-72.

SENRA, J.B. Água e mudanças climáticas. In: TASSARA, E.T.O. (coord); RUTKOWSKI, E.W. (org). **Mudanças climáticas e mudanças socioambientais globais:** reflexões sobre alternativas de futuro. Brasília: UNESCO, IBECC, 2008, p. 33-46.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003. Cap. 2, p. 85-116.

SODRÉ, M. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: MORAES, D. (org). **Sociedade midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 19-32.

_____. Sobre a episteme comunicacional. **Matrizes**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP, Dossiê: perspectivas autorais nos estudos de comunicação, São Paulo, Ano 1, n. 1, p. 15-26, jul.-dez. 2007.

_____. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 3.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

SOUZA, M. Amazônia e modernidade. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2002, vol. 16, n. 45, p. 31-6.

_____. Afinal, quem é mais moderno neste país? **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2005, vol. 19, n. 53, p. 87-96.

TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira; DAMERGIAN, Sueli. Para um novo humanismo: contribuições da Psicologia Social. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1996, vol.10, n.28, p. 291-316.

_____. O pensamento contemporâneo e o enfrentamento da crise ambiental. **Pensar o Ambiente**: bases filosóficas para a Educação Ambiental. Orgs: CARVALHO, I.M.; GRÜN, M.; TRAJBER, R. Brasília: Min. da Educação, UNESCO, p. 219-232, 2006. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154579POR.pdf> Acesso em: 01 mai. 2009.

THÉRY, H. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados**: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2005, vol. 19, n. 53, p. 37-49.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Volume I. Florianópolis: Insular, 2004.

VAN BELLEN, H.M. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade**, 2004, vol.7, n.1, p. 67-87.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANEXOS

ANEXO A – Plano de Aula da Disciplina Sociedade e Meio Ambiente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO COORDENADORIA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO			
PLANO DE CURSO					
Centro:	Centro de Filosofia e Ciências Humanas				
Curso:	Comunicação Social / Jornalismo				
Disciplina:	Sociedade e Meio Ambiente				
Código:	CFCH275	Carga Horária:	60h	Crédito s:	4-0-0
Pré-requisito:	-----			Semestre Letivo/Ano:	1/2012
Professor(a):	Maurício Pimentel Homem de Bittencourt			Titulação:	Mestre
1. Ementa <p>Conceitos fundamentais da Ecologia. As formas de relações estabelecidas entre sociedades humanas e natureza. Distinção de crises ambientais naturais e crises ambientais antropogênicas. Impactos ambientais nas sociedades pré-industriais. Impactos ambientais das sociedades industriais. Impactos nas sociedades do Terceiro Mundo. A singularidade da crise ambiental da atualidade e as atitudes diante dela. A proposta ecologista.</p>					
2. Objetivo Geral <p>Contribuir para a formação de jornalistas competentes na cobertura da questão ambiental amazônica, por meio da exposição de conceitos e características da problemática ambiental. Espera-se dos alunos o despertar de um olhar <i>amazônico</i> para a Amazônia, baseado na hipótese de que o habitante da região, jornalista e autor, terá a abordagem mais eficiente para a questão ambiental regional, por estar envolvido material e historicamente com a Amazônia.</p>					
3. Objetivos Específicos: <ul style="list-style-type: none"> - Observar a proximidade entre a questão ambiental e a vida cotidiana na Amazônia; - Esclarecer sobre as questões políticas em meio às discussões ambientais; - Refletir sobre a representação da natureza, especificamente a invenção da Amazônia e da idéia do desenvolvimento sustentável; - Debater sobre as contradições do discurso ambiental e os desafios atuais para manter os recursos naturais e ecossistemas, no contexto da sociedade capitalista global; 					

- Interferir na representação social sobre o desenvolvimento da Amazônia;
- Propor a ruptura com um tipo de Jornalismo comprometido com o discurso hegemônico em sua forma e conteúdo;
- Aumentar a participação do grupo de trabalho na esfera da opinião pública;
- Incrementar a autonomia intelectual dos alunos;
- Produzir material jornalístico para publicação em meios de comunicação;
- Ensejar a criação de uma agência de notícias ambientais no curso de Jornalismo da Ufac.

4. Conteúdo Programático:

Unidades Temáticas	C/H
<p><i>Unidade Temática 1</i> – Comunidade de existência</p> <p>O olhar amazônico sobre a Amazônia: os alunos falam sobre Questão Ambiental, Amazônia, Conhecimento empírico sobre a floresta. Debates sobre a realidade contemporânea na Amazônia. Notícias ambientais da atualidade.</p>	<p>8,35</p> <p>(5 aulas de 2h/a)</p>
<p><i>Unidade Temática 2</i> – Racionalidade Ambiental na Amazônia. Leff e a racionalidade ambiental. História crítica da Amazônia, Geografia, Cultura; Povos da floresta – proposta política para uso sustentável do espaço; Aliança dos Povos da Floresta; Desenvolvimento sustentável e a questão ambiental na Amazônia; Capitalismo verde x conhecimento tradicional</p>	<p>8,35</p> <p>(5 aulas de 2h/a)</p>
<p><i>Unidade Temática 3</i> - Contexto amazônico</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contextualização externa: como o mundo vê a Amazônia - Narrativas da Floresta: como a Amazônia vê a Amazônia 	<p>6,6</p> <p>(4 aulas de 2h/a)</p>
<p><i>Unidade Temática 4</i> - O Jornalismo no contexto da questão ambiental. Crítica da representação social hegemônica. Divulgação X Mediação social. A sociedade é mais do que governo e empresas.</p>	<p>6,6</p> <p>(4 aulas de 2h/a)</p>
<p><i>Unidade Temática 5</i> - Agência Amajor: fundação e treinamento. Idealização da linha editorial da agência AMAJOR. Oficinas de técnica texto, vídeo, rádio, internet</p>	<p>6,6</p> <p>(4 aulas de 2h/a)</p>
<p><i>Unidade Temática 6</i> – Questão ambiental na prática: definição de pautas, reportagem, redação e edição de matérias para publicação em Internet e outros meios de comunicação</p>	<p>20</p> <p>(12 aulas de 2h/a)</p>
<p><i>Unidade Temática 7</i> – Conclusões e aprendizados</p>	<p>5</p> <p>(3 aulas de</p>

	2h/a)
5. Procedimentos Metodológicos: Aula expositiva, leitura e discussão de textos, exercícios laboratoriais, produção de reportagens para publicação, debates, exposição de filmes.	
6. Recursos Didáticos Textos, filmes, artigos, Data Show, pesquisa em Internet.	
7. Avaliação As avaliações serão feitas por meio de trabalho escrito, participação em aulas, trabalhos individuais e em grupo, produção de matérias jornalísticas para publicação.	
8. Bibliografia 8.1. Bibliografia Básica ALLEGRETTI, Mary Helena. <i>A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros</i> . Brasília: UnB, 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2002. DIEGUES, Antonio Carlos Santana. <i>O mito moderno da natureza intocada</i> . 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2000. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. <i>Amazônia, Amazônias</i> . São Paulo: Contexto, 2008. LEFF, Enrique. <i>Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 8.2. Bibliografia Complementar BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem de. <i>Jornalismo e Amazônia: inovação na cobertura da questão ambiental amazônica</i> . In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31, 2008, Natal. Anais. São Paulo: Intercom, 2008. BUENO, Wilson da Costa. <i>Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa</i> . São Paulo: Mojoara Editorial, 2007. MARSHALL, Leandro. <i>O Jornalismo na era da publicidade</i> . São Paulo: Summus, 2003. MEDINA, Cremilda. <i>A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano</i> . São Paulo: Summus, 2003. _____. <i>O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos</i> . São Paulo: Paulus, 2006. SOBRINHO, Pedro Vicente Costa. <i>Meios alternativos de comunicação e movimentos sociais na Amazônia Ocidental</i> . São Paulo: ECA/USP, 2000. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicações e Artes, USP, 2000. TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira; DAMERGIAN, Sueli. Para um novo	

humanismo: contribuições da Psicologia Social. Estudos Avançados: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo [online]. 1996, vol.10, n.28, p. 291-316.

Aprovação no Colegiado de Curso

Data: / / .

ANEXO B – Formulário de Extensão da Agência Ambiental de Notícias da Amazônia

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA
DIRETORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO**

**FORMULÁRIO PADRÃO - CAPA DA PROPOSTA
Apresentação de Proposta de Extensão – 2012**

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA**1.1 Título:** Agência Ambiental de Notícias da Amazônia**1.2 Tipo da ação:**☐ Fluxo Contínuo☒ Edital de Extensão**Edital Proex nº
01/2012****1.3 Categoria de financiamento:**☒ A☐ B**2. IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO****2.1 Natureza da ação:**☐ Programa☒ Projeto☐ Projeto vinculado a Programa**2.2 Caracterização:** (marque a ação prioritária)☐ Evento☒ Prestação de serviços à comunidade☐ Curso**2.3 Se curso:** (marque apenas uma alternativa)Modalidade: ☐ Presencial☐ A distância☐ Semi-presencial**2.4 Área temática prioritária:** (marque apenas uma alternativa)☒ Comunicação☐ Cultura☐ Direitos Humanos e

Justiça

☐ Educação☐ Meio Ambiente☐ Saúde☐ Tecnologia e Produção☐ Trabalho**3 IDENTIFICAÇÃO DO (A) COORDENADOR(A)****3.1 Nome:** Maurício Pimentel Homem de Bittencourt**3.2 Matrícula:** 1515270**3.3 CPF:** 180.398.088-55**3.4 Titulação:**☐ Graduado☐ Especialista☒ Mestre☐ Doutor**3.5 Regime de Trabalho:**☐ 20 H☐ 40 H☒ DE**3.6 Centro Acadêmico:**

3.6.1 CCBN ()	3.6.2 CCSD ()	3.6.3 CCET ()	3.6.4 CFCH (X)
3.6.5 CELA ()	3.6.6 CCJSA ()	3.6.7 CMULTI ()	
3.7 E-mail: maubit1@gmail.com		3.8 Telefone 1: (68) 8406-4076 3.9 Telefone 2: (68) 3901-2667	

4 IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE E CARGA HORÁRIA SEMANAL

Nome completo	Função no Projeto	Unidade de Origem	Carga Horária Semanal	Carga horária total
Maurício Pimentel Homem de Bittencourt	Coordenador	CFCH	10h	280h
Fabiana Nogueira Chaves	Participante	AMAJOR	6h	170h
Edilardia de Lima Idalgo	Bolsista	CFCH	20h	400h
Emanuely Falqueto	Colaboradora	CFCH	5h	140h
Daniel Lopes Dias	Colaboradora	CFCH	5h	140h
Total				

Obs1.: As funções possíveis são: Coordenador, Colaborador, Participante e Bolsista.

Obs2.: A carga horária semanal do(s) docente(s) envolvidos não deve ultrapassar 10 horas (Resolução 52/2003)

Obs3.: Em caso de curso a carga horária total da ação de extensão não deve ultrapassar 180 horas.

ANEXO C – Proposta de Projeto de Extensão da Agência Ambiental de Notícias da Amazônia

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA
DIRETORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

Apresentação de Proposta de Extensão – Edital 2012

1. INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO DE EXTENSÃO:	
1.1 Pessoas envolvidas na execução (quantitativo):	
Número de alunos: mínimo de 40	
Número de professores: 01	
Número de técnicos administrativos: 02	
Número de membros da comunidade externa/que não se encaixam nas categorias anteriores: 01	
1.2 Público-alvo (quantitativo):	
Número de alunos: todos os alunos da Universidade Federal do Acre interessados no tema <u>Meio Ambiente na Amazônia</u>	
Número de professores: todos os professores da Universidade Federal do Acre interessados no tema <u>Meio Ambiente na Amazônia</u>	
Número de técnicos administrativos: todos os técnicos da Universidade Federal do Acre interessados no tema <u>Meio Ambiente na Amazônia</u>	
Número de membros da comunidade externa/que não se encaixam nas categorias anteriores: toda a população interessada no tema <u>Meio Ambiente na Amazônia</u>	
1.3 Caracterização do Público-Alvo O público-alvo é formado por toda a população que utiliza a Internet para se informar sobre Meio Ambiente na Amazônia. Estima-se um público muito abrangente, devido à grande procura pelo assunto “Amazônia” nos sites de busca da Internet.	
1.4 Local de realização (estado, cidade e endereço completo): O projeto prevê a institucionalização de um blog de Internet com notícias sobre o tema <u>Meio Ambiente na Amazônia</u> , a partir de textos escritos no Bloco do curso de Jornalismo – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre – Campus Universitário - BR 364, Km 04 - Distrito industrial - CEP 69915-900 Rio Branco – Acre	
1.5 Período de execução: Início (dia, mês e ano): 01/05/2012 Término (dia, mês e ano): 31/12/2012	1.6 Carga horária da ação: Carga horária semanal: 20h Carga horária total: 640h (estimativa)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A AÇÃO DE EXTENSÃO:

1.1 Pessoas envolvidas na execução (quantitativo):

1.7 Instituições Envolvidas (indicar CNPJ das instituições):

Universidade Federal do Acre

PLANO DE TRABALHO

1 RESUMO (máximo 150 palavras)

<p>O projeto visa contribuir para a discussão equilibrada sobre o tema <i>Meio Ambiente na Amazônia</i>, promovendo a criação de uma agência de notícias ambientais, com a publicação de matérias jornalísticas na Internet sobre o assunto, tendo em vista a necessidade de se debater que tipo de desenvolvimento a sociedade amazônica deseja para a região. O projeto integra pesquisa de doutorado em Ciência Ambiental na Universidade de São Paulo, cuja principal hipótese aponta para a necessidade de uma cobertura jornalística <i>regional</i> para a questão ambiental na Amazônia, bem como a demanda de se institucionalizar meios de comunicação ambientais independentes economicamente, já que a pauta ambiental sofre todo tipo de pressão econômica e política quando abordada na mídia de massa. Propõe-se que os alunos do curso de Jornalismo da Ufac sejam os autores das matérias, de maneira integrada à disciplina CFCH025 – Sociedade e Meio Ambiente, ministrada pelo coordenador, e também como atividade complementar do curso de Jornalismo da Ufac.</p>
--

2 INTRODUÇÃO (Contexto e justificativa da proposta – máximo de 2 páginas)
--

<p>O que mais se vê na discussão sobre os rumos da questão ambiental na Amazônia é a polarização de opiniões. Uns defendem apaixonadamente a floresta como um fim em si, ignorando a presença humana e suas demandas por cidadania e direitos humanos. No outro extremo, estão aqueles que se auto-intitulam a favor do desenvolvimento, sem questionar qual o tipo de desenvolvimento desejado, aceitando cegamente um capitalismo globalizado que levou à devastação ambiental de ecossistemas em todo o planeta. Existe uma discussão equilibrada sobre a questão ambiental na Amazônia, que não mitifique a floresta e ao mesmo tempo questione a sanha do desenvolvimento globalizado?</p>

<p>Na Amazônia são escassas as oportunidades de se abordar tal temática com distanciamento. São poucos os fóruns de discussão em que os interlocutores têm liberdade para se manifestar e ponderar; a discussão costuma ocorrer mais na base do conflito, o que é extremamente prejudicial, pois essas condições dão vantagem a quem tem mais poder econômico e influência político-partidária na sociedade. Ficaremos à margem da discussão democrática, enquanto a floresta vai-se indo, fato consumado?</p>
--

<p>Neste projeto de extensão, vejo uma oportunidade de colocar a autonomia universitária a serviço da sociedade acreana e amazônica, servindo de base a um meio de comunicação sobre a questão ambiental na Amazônia, dando as condições de independência política e econômica imprescindíveis para um veículo de comunicação que trata de assunto tão polêmico. Neste projeto, o jornalista começa conhecendo profundamente a Amazônia, comprometido com a região, pois é o lugar em que vive. De acordo com pesquisa acadêmica desenvolvida na Universidade Federal do Acre (Projeto Narrativas da Floresta/Grupo de</p>
--

Pesquisa Amajor – Ufac/CNPq), na qual entrevistei comunicadores do estado do Acre a respeito da cobertura da imprensa para a questão ambiental na Amazônia, concluiu-se que não se pode mais aceitar coberturas jornalísticas simplistas, que imaginam só haver fauna e flora na Amazônia, ignorando a riqueza cultural de milhões de pessoas que habitam cidades grandes e pequenas na região, além de centenas de etnias indígenas com variados níveis de contato com a sociedade nacional. Chega o momento de viabilizar um meio de comunicação baseado na Amazônia para discutir a questão ambiental, como alternativa à mídia nacional de visão abstrata e idealizada sobre a floresta.

Nas entrevistas do projeto de pesquisa Narrativas da Floresta, realizado no âmbito do Grupo de Pesquisa Amajor – Amazônia, Jornalismo e Comunicação (Ufac/CNPq), do qual sou líder, foi feito um diagnóstico da cobertura da imprensa para a questão ambiental na Amazônia, a partir de entrevistas com comunicadores do estado do Acre. O diagnóstico geral aponta abundantes deficiências, as quais servem de inspiração para orientar o presente projeto, norteando a linha editorial da *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia*.

Os comunicadores entrevistados naquela pesquisa descrevem um trabalho jornalístico ignorante em relação aos principais problemas da Amazônia, com coberturas centradas no sul do país, ligadas aos interesses das grandes cidades; julgam que as matérias sobre a região transparecem um ponto de vista de separação em relação à Amazônia, empurrando-a para um universo desconhecido; quando penetra na problemática amazônica, avaliam que isso é feito de maneira folclórica, superficial, abordando a região como território exótico, desabitado, apontando banalidades do cotidiano amazônida como novidades, ignorando a enorme variedade cultural da região numa cobertura de imprensa pior que a existente há trinta anos, reproduzindo o olhar de colonizador, sem tempo suficiente para a reportagem, fora do “ritmo” da região, já que na Amazônia o tempo de uma reportagem será sempre longo devido às distâncias e à pouca infra-estrutura. Não há suficiente detalhamento, igualando a queimada do agricultor e do caboclo à do pecuarista, a extração de madeira ilegal à retirada no âmbito de um programa de manejo. Os entrevistados notam que a floresta frequentemente é mostrada sem ocupação humana, dando uma visão fictícia e fantasiosa da realidade, por vezes exagerando na dose de pessimismo, “a Amazônia está sendo destruída”, sem apontar exatamente o que é devastado; evidencia os conflitos mais do que os trabalhos desenvolvidos em benefício da biodiversidade; ignora detalhes sutis que podem dar grandes explicações ao público. Os comunicadores salientam ainda que os conflitos são abordados de maneira maniqueísta, “herói e bandido”, apontam que a imprensa ignora a diversidade humana, da floresta e das cidades amazônicas.

Antônio Alves descrê que o atual sistema de comunicação baseado nas empresas de comunicação possa dialogar com a Amazônia em termos de conhecimento, sendo uma região que será eternamente vista como exótica pelo sistema de comunicação nacional e internacional. O mesmo entrevistado afirma que faz-se necessária uma variedade maior de experiências de comunicação para que se conheça a Amazônia. E as propostas para uma “outra” cobertura jornalística surgem naturalmente, como a necessidade de divulgação de experiências de comunicação informais e criativas, o que aponta para a experimentação; talvez possamos usar, para isso, a sugestão de Elson Martins, de juntar o conhecimento tradicional ao conhecimento moderno, promovendo o encontro de saberes. Tais afirmações dos entrevistados apontam para a necessidade de se rever a prática jornalística no momento em que a humanidade precisa da Comunicação Social e do Jornalismo na procura de soluções para os problemas contemporâneos, neste caso específico, a questão ambiental amazônica. E os comunicadores da floresta recomendam experimentação (BITTENCOURT, 2008).

Assim, na pesquisa de doutorado que ora se desenvolve, conjuntamente com o presente projeto, busco articular pesquisa científica, ensino e extensão, avaliando se comunicadores

da região amazônica são capazes de gerar forma e conteúdo jornalísticos alternativos à mídia de massa, que contribuam para a conservação da floresta amazônica (BITTENCOURT, 2011). Os comunicadores supra-citados são alunos do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre, em princípio, participantes da disciplina CFCH025 – Sociedade e Meio Ambiente, ministrada pelo coordenador. Suas produções, a serem publicadas na *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia*, situada num blog de Internet, vão responder à metodologia da pesquisa em curso. Como um dos objetivos de tal pesquisa é criar uma alternativa real de veiculação de informação sobre a questão ambiental na Amazônia, a proposta se encaixa também neste projeto de extensão, prestando serviço à sociedade amazônica, como também oferecendo treinamento aos futuros jornalistas, satisfazendo ainda as recentes demandas educacionais do Ministério da Educação, que passa a exigir atividades complementares no curso de Jornalismo da Ufac.

3 OBJETIVOS (Geral e Específicos – máximo de 1 página)

Gerais:

- Contribuir para a conservação da floresta amazônica;
- Contribuir para a discussão equilibrada sobre a questão ambiental na Amazônia.

Específicos:

- Gerar uma alternativa de produto jornalístico midiático dentro do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre, por imaginar que seja a estrutura mais indicada para “blindar” um meio de comunicação ambiental em relação a interesses econômicos e político-partidários;
- Informar a sociedade amazônica a respeito da questão ambiental na Amazônia e suas implicações econômicas, políticas e sociais;
- Oferecer aos alunos de Jornalismo da Ufac a oportunidade de um treinamento jornalístico isolado das pressões econômicas e políticas do mercado de trabalho profissional, para que consigam o máximo de imparcialidade na interpretação e narração dos fatos;
- Apresentar aos alunos de Jornalismo da Ufac a realidade da questão ambiental na Amazônia, presente em comunidades ribeirinhas e de produtores agroextrativistas regionais, além de projetos de diferentes vieses, ligados à temática da sustentabilidade ambiental;
- Criar uma metodologia de trabalho jornalístico para cobrir a questão socioambiental na Amazônia, sugerindo padrões para a cobertura jornalística e estabelecendo parâmetros para redes de comunicação na Amazônia;
- Oferecer alternativas de **atividades complementares**, dentro do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre, articulando permanentemente pesquisa, extensão e ensino;
- Dar condições para que comunidades e pesquisadores da Amazônia possam divulgar suas iniciativas no âmbito da questão ambiental.

4 ARTICULAÇÃO COM ENSINO E PESQUISA (máximo de 2 páginas)

O projeto prevê uma articulação permanente com o ensino, uma vez que os repórteres da *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia* são alunos do curso de Jornalismo. O objetivo é oferecer-lhes uma alternativa em termos de atividades complementares e certificados de projeto de extensão, propiciando um aprendizado prático dentro da própria Universidade

Federal do Acre. A articulação com a pesquisa também é inerente a este projeto, uma vez que sou líder do grupo de pesquisa AMAJOR – Amazônia, Jornalismo e Comunicação.

No Acre, o campo é muito fértil para se imaginar um tipo de desenvolvimento que, entre outros tipos de desenvolvimento, é chamado de “sustentável”. No estado, gerou-se um tipo de relação de subsistência na floresta que levou a um movimento social, simbolizado por Chico Mendes e seu grupo político. Assim, imagino a possibilidade de contribuir para a transformação da sociedade divulgando alternativas de desenvolvimento que nasceram na região, como a cultura seringueira, as culturas das etnias indígenas e, por que não, os projetos socioambientais dos governos em suas diversas esferas.

Ao utilizarem as informações divulgadas na *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia*, os formadores de opinião de toda a região amazônica podem ter o privilégio de usufruir de uma cobertura jornalística não-comprometida com governos ou partidos políticos, à parte dos interesses empresariais e de organizações não-governamentais. Com isso, partem para as discussões sobre o dilema do desenvolvimento na região, sabendo que há alternativas na floresta, um tipo de conhecimento que costuma ser tratado na grande imprensa com preconceito e descaso. Na *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia*, prevê-se uma cobertura eficiente, a partir da técnica jornalística apurada nas aulas do curso de Comunicação Social da Ufac, o que torna nossos repórteres competentes para a abordagem ambiental na Amazônia.

A prática aliada à teoria pode tornar o ensino do curso de Jornalismo da Ufac um centro de excelência em termos de Comunicação e Meio Ambiente em toda a região amazônica, ensejando ainda uma série de estudos atrelados a grupos de pesquisa como o supra-citado Amajor, aumentando a diversidade de fontes de informação para o aprendizado de dezenas de futuros jornalistas, numa área (Comunicação e Meio Ambiente) cheia de oportunidades para o jornalista que vive na Amazônia. O caráter permanente deste projeto de extensão também revela o grande interesse na articulação com o ensino e a pesquisa: prevê-se a continuidade da *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia*, mesmo depois de encerrado o tempo previsto neste edital, com o objetivo de permanecer como alternativa de informação para a sociedade acreana e amazônica.

5 RELAÇÃO COM A SOCIEDADE (máximo de 1 página)

O projeto prevê profunda relação com a sociedade, na medida em que sua continuidade após o encerramento do prazo deste edital constituirá numa alternativa importante em termos de cobertura jornalística para a questão ambiental na Amazônia. O público de todo o estado do Acre e de toda a região amazônica, bem como os demais interessados no tema, globalmente, poderão consultar a Internet para saber sobre o assunto, a partir da interpretação e reportagem de jornalistas que vivem na área, o que dá um diferencial importante e único.

Dentro da comunidade da Ufac, o projeto satisfaz às crescentes demandas por atividades complementares que se organizam na maioria dos cursos da universidade, ensejando uma cultura de treinamento dos discentes dentro da instituição, protegidos pela autonomia universitária, com o objetivo de driblar as pressões exercidas nos meios de comunicação de massa privados existentes na sociedade. Nesses termos, a *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia* concretiza-se como vetor de transformação da sociedade, dentro e fora dos muros universitários, promovendo a informação do público em geral e dos formadores de opinião; contribuindo para a formação de jornalistas que vão participar das decisões sobre o tipo de desenvolvimento que se deseja para a Amazônia.

Estamos no início de uma fase histórica em que a temática ambiental começa a ser levada a sério nos momentos de planejamento dos rumos da sociedade. Assim, pode-se imaginar a construção de um processo que Enrique Leff caracterizou como “Racionalidade Ambiental” (LEFF, 2006), ou seja, a sociedade construindo um tipo de análise e planejamento que leva

em conta os riscos ambientais, sob pena de perecer diante da crise ambiental. Já se nota nas novas gerações uma preocupação muito maior em relação ao meio ambiente, e presume-se que essa preocupação cresça, devido aos altos custos materiais de se ignorar o problema ambiental.

Com o objetivo de participar e incentivar essa discussão, a *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia* surge para questionar o uso dos recursos naturais; revelar as estratégias de poder na relação sociedade-natureza; ponderar sobre a ressignificação política da natureza; contribuir para o aumento do espaço de elocução e discussão sobre Meio Ambiente na sociedade; dar atenção à complexidade quando se aborda as questões ambientais: histórico e contextualização; fazer coberturas jornalísticas baseadas na Amazônia, o que pressupõe intimidade com a complexidade amazônica; evitar abordar as questões de maneira exótica, folclórica ou superficial; registrar a presença de milhões de pessoas que vivem na região, dando ênfase à diversidade cultural existente; fazer reportagens de fundo, com tempo para superar distâncias e problemas de infra-estrutura; salientar detalhes sutis, mas importantes para o entendimento da questão, como, por exemplo, diferenciar a queimada do caboclo com a do pecuarista.

Com essa interação, presumo que a sociedade ganha um tipo de serviço de Comunicação Social que contribui para minimizar os problemas ambientais tão frequentes na região amazônica, como por exemplo, as “alagações” anuais do Rio Acre, e outros problemas que atingem sempre as populações menos privilegiadas economicamente.

6 METODOLOGIA (máximo de 2 páginas)

O projeto da *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia* surge no contexto da pesquisa de campo doutorado deste coordenador. A ideia é realizar uma pesquisa que seja agente de transformação. Busco testar a principal hipótese proposta, a saber: “pode-se gerar forma e conteúdo jornalísticos alternativos à mídia de massa, que contribuam para a conservação da floresta amazônica na medida em que se baseiem numa racionalidade ambiental, teórica e empírica, e sejam capazes de comunicar à sociedade globalizada que há benefício material na conservação da floresta” (BITTENCOURT, 2011, p. 50). A pesquisa prevê a criação de um meio de comunicação alternativo, na medida em que o grande desafio dos meios de comunicação alternativos é a sua sobrevivência institucional, em meio aos fortes interesses político-econômicos da racionalidade hegemônica. Se o objetivo é contribuir para a conservação da floresta amazônica, vejo na própria pesquisa uma maneira efetiva de fazê-lo, criando as condições ideais para testar a hipótese principal, ao mesmo tempo em que contribui para a “ruptura individual com a representação de mundo editada pela mídia comprometida com a ideologia dominante” (TASSARA; DAMERGIAN, p. 312).

Seria ilusório investigar se é possível gerar forma e conteúdo alternativos à mídia de massa, sem levar tal pesquisa para a prática. Assim, surge a *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia*, uma oportunidade de criar um meio de comunicação dentro do curso de Jornalismo da UFAC, em princípio vinculado aos alunos da disciplina CFCH025 – Sociedade e Meio Ambiente, ministrada pelo coordenador neste primeiro semestre de 2012. As primeiras matérias publicadas no blog advirão da produção dos 40 alunos da disciplina, na forma de avaliação N2 do curso. Os recursos financeiros pleiteados neste projeto serão destinados, em sua maioria, a viagens pelo interior do estado do Acre, viabilizando reportagens próximas às áreas de floresta que se pretende conservar.

Após o término de tal disciplina, no segundo semestre de 2012, a *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia* continua, como parte das atividades complementares do curso de Comunicação Social / Jornalismo. Mesmo assim, a cada vez que a disciplina CFCH025 – Sociedade e Meio Ambiente for ministrada, sempre no primeiro semestre do ano, os alunos se verão comprometidos a produzir para a Agência, como forma de avaliação N2.

Objetivamente, a metodologia proposta é a seguinte:

- a) A cada início de semestre, os alunos dispostos a participar do projeto da *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia* serão selecionados e passarão por um curso preparatório de 20h, com o objetivo de inseri-los no contexto da questão ambiental na Amazônia. Tal treinamento inclui noções básicas de produção para Jornalismo online, rádio e vídeo, formatos possíveis de serem colocados no blog da Agência;
- b) Em seguida, definir-se-ão pautas para cada aluno, de acordo com a linha editorial criada para a *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia*, cujo principal elemento norteador é a discussão de uma Racionalidade Ambiental ainda incipiente (algumas pautas iniciais estão relacionadas abaixo);
- c) Cada pauta será estimada em número de horas para execução, calculadas na seguinte base:
 - 20h de trabalho para cada aluno que produzir 5 laudas de texto (7 mil caracteres com espaços);
 - 20h de trabalho para dupla de alunos que produzir vídeo de 5 minutos (20h para cada aluno);
 - 20h de trabalho para cada aluno que produzir matéria radiofônica de 3’.
- d) Os trabalhos serão editados pelo coordenador ou pela colaboradora Fabiana Nogueira Chaves, jornalista, pesquisadora que integra o supra-citado grupo de pesquisa AMAJOR;
- e) Os vídeos e matérias radiofônicas serão editados nos laboratórios de mídia eletrônica da Universidade Federal do Acre, com o auxílio dos dois funcionários dos laboratórios do curso de Jornalismo. A infra-estrutura do curso, com aproximadamente 40 computadores e sala de redação, mini-ilhas de edição e acesso a Internet, também será disponibilizada para o projeto;
- f) Na sequência, os trabalhos serão publicados no blog da Agência, sob a forma de texto, vídeo ou áudio;
- g) Também está prevista a publicação dos trabalhos em meios de comunicação do estado do Acre, jornais impressos, sites, TVs ou rádios;
- h) É importante salientar que o tempo estimado para as produções, em termos de hora de trabalho, foi calculado com base num estilo de produção jornalística *alternativo* ao tipo de produção realizado pelos veículos de comunicação de massa;
- i) Com base no número de matérias jornalísticas feitas por cada aluno, serão calculadas as horas de trabalho de cada um, para a confecção de certificados de participação neste projeto de extensão, conforme item 8.3 do edital 1/2012 PROEX. Nesta soma estarão incluídas também as 20h do curso preparatório, conforme item “a”.

Além destas formas de participação, estão previstas ações junto a cursos de graduação da Ufac e outras instituições. No segundo semestre, por exemplo, haverá um grande evento nacional de jornalistas no estado, organizado pelo sindicato dos jornalistas do Acre, no qual pretende-se apresentar a *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia* como parte de pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Amajor.

Para ilustrar o tipo de matéria jornalística a ser publicada na Agência, enumero algumas das pautas pretendidas e temáticas que se pretende abordar: reapropriação social da natureza; discussão das Unidades de Conservação como modo de proteção à floresta; iniciativas ambientais governamentais (União, Estados e Municípios); projetos agroflorestais e

agroextrativistas; divulgação de projetos de pesquisa desenvolvidos na Universidade Federal do Acre; Parque Zoobotânico; o ambiente do campus universitário; divulgação científica de projetos de pesquisa ligados a Meio Ambiente na Amazônia; divulgação do conhecimento tradicional; discussão de alternativas de desenvolvimento presentes nos grupos sociais do Acre: indígenas, ribeirinhos, seringueiros, comunidades rurais e urbanas; entrevistas com pensadores da região; debates com a sociedade; desenvolvimento sustentável; “capitalismo verde”; pesquisas em programas de Ciência Ambiental do país.

7 METAS (máximo de 1 página)

- a) A principal meta diz respeito à publicação de matérias no blog de Internet: pelo menos uma matéria inédita por semana até o fim de 2012, totalizando, no mínimo 32 matérias até dezembro de 2012. Ressalto que cada matéria pode ser em qualquer um dos formatos já citados: texto (7 mil caracteres com espaços), vídeo (5 minutos) ou áudio (3 minutos);
- b) Levar grupos de alunos a pelo menos três locais de interesse ambiental no Vale do Acre até dez/2012: comunidades de ribeirinhos, reservas ecológicas ou extrativistas, projetos agroflorestais ou agroextrativistas, comunidade indígena, assentamentos, parques etc.
- c) Produzir artigo acadêmico sobre a experiência da cobertura da questão ambiental pela *Agência Ambiental de Notícias da Amazônia*;
- d) Interagir com o Sindicato dos Jornalistas do Acre para treinamento e participação no 35º Congresso Nacional de Jornalistas em Rio Branco (AC), de 07 a 10 de novembro de 2012, ensejando mais uma forma de articulação com a sociedade;
- e) Divulgar projetos de pesquisa e atividades relacionadas a Meio Ambiente na Universidade Federal do Acre;
- f) Articulação com programas de graduação e pós-graduação nacionais, como o Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (Procam/USP), do qual sou pesquisador, como doutorando;
- g) Articulação com comunidades do estado que possam divulgar suas iniciativas, comunidades ribeirinhas, instituições ambientais como IBAMA e Instituto Chico Mendes, Funtac, Secretarias do Meio Ambiente estadual e municipal;
- h) Contato com outras universidades federais da Amazônia que possam adotar modelo semelhante de Agência universitária;
- i) Parcerias com instituições de ensino como o Instituto Dom Moacyr (IDM/SEE), do governo estadual, administrador da Escola da Floresta;
- j) Articulação com lideranças indígenas e comunitárias de outros estados da Amazônia.

8 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (máximo de 1 página)

O acompanhamento será feito no dia-a-dia, com o objetivo de montar uma rotina de redação, com circulação de alunos-repórteres, edição de matérias, publicações diárias e participação do professor coordenador.

9 EQUIPE

Nome Completo	Função no projeto	Unidade de Origem	Cargo/função na Instituição	Carga Horária Semanal	Carga Horária Total
Maurício Pimentel Homem de Bittencourt	Coordenador	CFCH	Professor Assistente	10h	280h
Fabiana	Participante	Amajor –		6h	170h

Nogueira Chaves		Grupo de pesquisa			
Edilgardia de Lima Idalgo	Bolsista	Jornalismo - CFCH	Aluna	20h	400h
Emanuely Falqueto	Colaboradora	CFCH	Funcionária	5h	140h
Daniel Lopes Dias	Colaborador	CFCH	Funcionário	5h	140h
Total					

Obs1.: As funções possíveis são: Coordenador (somente para professores), Colaborador (somente para professores), Ministrante-Docente (somente para professores), Ministrante-Discente (somente para alunos), Bolsista (somente para alunos) e Participante (para alunos, membros da comunidade externa etc.).

Obs2.: A carga horária semanal do(s) docente(s) envolvidos não deve ultrapassar 10 horas (Resolução 52/2003)

Obs3.: Em caso de curso a carga horária total não deve ultrapassar 180 horas.

10 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ATIVIDADES	MESES/2012												RESPONSÁVEL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
1. Campus da UFAC em Rio Branco e bairros do entorno - Tucumã, Universitário, Mocinha Magalhães, Rui Lin etc.						X						X	Prof Ms Maurício Bittencourt
2. Viagem a unidade de conservação do Vale do Acre (Reserva Chico Mendes – Xapuri)						X							Prof Ms Maurício Bittencourt
3. Comunidade ribeirinha no Vale do Acre – assentamento / comunidades agroextrativistas no entorno de Rio Branco							X						Prof Ms Maurício Bittencourt
4. Produção de matérias jornalísticas sobre Meio Ambiente em Rio Branco								X					Prof Ms Maurício Bittencourt
5. Campus da UFAC									X				Prof Ms Maurício Bittencourt
6. Quinaúá – reserva da UFAC										X			Prof Ms Maurício Bittencourt
7. Parque Zoobotânico											X		Prof Ms Maurício Bittencourt

11 PLANO DE APLICAÇÃO

33.90.18 – Auxílio Financeiro a Estudante

Nome do beneficiário	Matrícula	Período	Valor
----------------------	-----------	---------	-------

(bolsista)			Global
Edilardia de Lima Idalg		Agosto a Dezembro de 2012	R\$ 1.800
Subtotal			R\$ 1.800

33.90.30 – Material de Consumo (somente material de expediente constante do Anexo II)				
Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Global
Papel		3 resmas	R\$ 15	R\$ 45
Toner		1	R\$ 200,00	R\$ 200
Fitas Mini-DV		20	R\$ 15	R\$ 300
Combustível				R\$ 2.300
Gastos de telefone (para agendamento de entrevistas e produção de reportagens)				R\$ 1.100
Gravadores de áudio				R\$ 200
Subtotal				R\$ 4.145

33.90.14 – Diárias/Pessoal Civil (após aprovação do recurso, solicitar passagens e diárias através de formulário próprio disponível no site da Ufac)				
Nome do beneficiário	Matrícula	Função/Titulação Acadêmica	Valor Unitário	Valor Global
A definir		Motorista	R\$ 177	R\$ 708 (4)
A definir		Repórter	R\$ 177	R\$ 1.062(6)
Maurício P H de Bittencourt	1515270	Coordenador	R\$ 177	R\$ 354 (2)
Subtotal:				R\$ 2.124

33.90.33 – Passagens e Despesas com Locomoção (após aprovação do recurso, solicitar passagens e diárias através de formulário próprio disponível no site da Ufac)					
Nome do beneficiário	Trecho	Instituição de origem	Tipo de transporte	Valor Unitário	Valor Global

Subtotal:					

33.90.36 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física (somente diárias a colaboradore
(após aprovação do recurso, solicitar passagens e diárias através de formulário próprio disponível no site da Ufac)

Nome do beneficiário	CPF	Profissão	Valor Unitário	Valor Global
Subtotal				
Total do Orçamento				
33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica				
Descrição do serviço	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Global
Subtotal				
Total do Orçamento				

12 INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL

Descrição	Quant.
Computadores dos laboratórios da Ufac	40
Impressora da Coordenação do Curso de Jornalismo	02
Linha telefônica do Centro de Filosofia e Ciências Humanas	01

13 REFERÊNCIAS (máximo de 1 página)

BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem de. Jornalismo e Amazônia: inovação e cobertura da questão ambiental amazônica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31, 2008, Natal. Anais. São Paulo: Intercom, 2008.

_____. Comunicação Alternativa na Amazônia: um estudo para subsidiar políticas ambientais públicas. São Paulo: Procam/USP, 2011. Relatório de Qualificação de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, 2011.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira; DAMERGIAN, Sueli. Para um novo humanismo: contribuições da Psicologia Social. Estudos Avançados: Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo [online]. 1996, vol.10, n.28, p. 291-316.

ANEXO D – Aprovação da Proposta de Projeto de Extensão da Agência Ambiental de Notícias da Amazônia

<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> <div style="text-align: center;"> UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA DIRETORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO EDITAL DE EXTENSÃO Nº 01/2012 PROPOSTAS APROVADAS </div> </div>											
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA NATUREZA - CCBN											
INFORMAÇÕES DA PROPOSTA				ORÇAMENTO							PONTUAÇÃO
CLASS.	PROC.	PROJETO	COORDENADOR	DIÁRIAS/PESSOA L CIVIL	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	MATERIAL DE CONSUMO	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	OST/FF	OST/PJ	TOTAL	
1	007258/2 012-96	Bichos na escola	Armando Muniz Calouro	R\$ -00	R\$ 5.040,00	R\$ 2.240,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 7.280,00	9,85
2	7123/201 2-21	Aplicação de metodologias alternativas para o ensino de química em escolas de ensino médio de Rio Branco	Ilmar Bernardo Graebner	R\$ -00	R\$ 7.200,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 7.200,00	9,60
3	006871/2 012-96	III Semana da Biologia	Rogério de Freitas Lacerda	R\$ 1.203,60	R\$ 1.080,00	R\$ 1.587,00	R\$ 4.000,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 7.870,60	8,85
4	006924/2 012-79	Programa de humanização, gestão e educação ambiental da UFAC	Motés Silveira Lobão	R\$ -00	R\$ 4.320,00	R\$ 3.677,58	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 7.997,58	8,70
5	007339/2 012-96	VII semana de química: química no/para o Acre	Delcio Dias Marques	R\$ 1.404,20	R\$ -00	R\$ 779,00	R\$ 5.200,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 7.383,20	8,50
6	007297/2 012-93	Mudanças nos hábitos de vida nos idosos hipertensos do módulo de saúde Mocinha Magalhães	Renildo Moura da Costa	R\$ -00	R\$ 2.520,00	R\$ 355,30	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 400,00	R\$ 3.275,30	8,27
7	007372/2 012-16	Cuidados paliativos: palestras educativas aos estudantes dos colégios estaduais Alcimar Nunes Leal e Armando Nogueira	Rusleyd Maria Magalhães de Abreu	R\$ -00	R\$ 5.400,00	R\$ 55,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 400,00	R\$ 5.855,00	7,65
TOTAL				R\$ 2.607,80	R\$ 25.560,00	R\$ 8.693,88	R\$ 9.200,00	R\$ -00	R\$ 800,00	R\$ 46.861,68	
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS - CCET											
INFORMAÇÕES DA PROPOSTA				ORÇAMENTO							PONTUAÇÃO
CLASS.	PROC.	PROJETO	COORDENADOR	DIÁRIAS/PESSOA L CIVIL	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	MATERIAL DE CONSUMO	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	OST/FF	OST/PJ	TOTAL	
1	007296/2 012-49	II simpósio acreano de sistemas de informação	Luiz Matos da Silva	R\$ 1.062,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 4.932,00	R\$ 2.006,00	R\$ -00	R\$ 8.000,00	10,00
TOTAL				R\$ 1.062,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 4.932,00	R\$ 2.006,00	R\$ -00	R\$ 8.000,00	
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - CCJSA											
INFORMAÇÕES DA PROPOSTA				ORÇAMENTO							PONTUAÇÃO
Nº	PROC.	PROJETO	COORDENADOR	DIÁRIAS/PESSOA L CIVIL	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	MATERIAL DE CONSUMO	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	OST/FF	OST/PJ	TOTAL	
1	007296/2 012-49	II simpósio acreano de sistemas de informação	Luiz Matos da Silva	R\$ 1.062,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 4.932,00	R\$ 2.006,00	R\$ -00	R\$ 8.000,00	10,00
TOTAL				R\$ 1.062,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 4.932,00	R\$ 2.006,00	R\$ -00	R\$ 8.000,00	
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - CCJSA											
INFORMAÇÕES DA PROPOSTA				ORÇAMENTO							PONTUAÇÃO
Nº	PROC.	PROJETO	COORDENADOR	DIÁRIAS/PESSOA L CIVIL	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	MATERIAL DE CONSUMO	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	OST/FF	OST/PJ	TOTAL	
1	007155/2 012-26	Prestação de assistência jurídica à comunidade do Bairro Caladinho	Degmar Aparecida Ferreti	R\$ -00	R\$ 2.520,00	R\$ 2.095,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 3.025,00	R\$ 7.640,00	8,65
2	007046/2 012-17	Curso de procedimentos e técnicas para levantamento de informações socioeconômicas (...)	Raimundo Claudio Gomes Maciel	R\$ 4.956,00	R\$ 2.520,00	R\$ 156,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 7.632,00	7,80
3	007047/2 012-53	Apoio técnico sobre a avaliação econômica da agroindústria da produção do PDS Bonal	Robinson Antonio da Rocha Braga	R\$ 4.956,00	R\$ 2.520,00	R\$ 156,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 7.632,00	5,45
TOTAL				R\$ 9.912,00	R\$ 7.560,00	R\$ 2.407,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 3.025,00	R\$ 22.904,00	
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DESPORTO - CCSD											
INFORMAÇÕES DA PROPOSTA				ORÇAMENTO							PONTUAÇÃO
Nº	PROC.	PROJETO	COORDENADOR	DIÁRIAS/PESSOA L CIVIL	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	MATERIAL DE CONSUMO	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	OST/FF	OST/PJ	TOTAL	
1	007404/2 012-83	Saúde na escola	Isaías Bastos Barbosa Leite Filho	R\$ -00	R\$ 5.040,00	R\$ 827,80	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 1.225,00	R\$ 7.092,80	9,99
2	006476/2 012-11	Conhecer para entender o poder agir: ações sociais como ferramenta de ensino para futuros médicos da Amazônia	Monica da Silva Nunes	R\$ 2.389,50	R\$ 4.320,00	R\$ 990,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 300,50	R\$ 8.000,00	9,80
3	007409/2 012-14	Medilhaço: coordenação geral	Sandra Márcia Carvalho de Oliveira	R\$ -00	R\$ 9.720,00	R\$ 279,79	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 9.999,79	9,75
4	006634/2 012-25	Saúde, prevenção e história da comunidade	Estanislau Paulo Klein	R\$ -00	R\$ 5.040,00	R\$ 70,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 2.805,50	R\$ 7.915,50	9,68
5	006810/2 012-29	Hepatites: conhecer para combater	Polyana Caroline de Lima Bezerra	R\$ -00	R\$ 2.820,00	R\$ 1.006,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 3.826,00	9,47
6	007359/2 012-97	Ensino e avaliação sobre prevenção e primeiros socorros em queimaduras	Rafael Ramon Rodriguez Treto	R\$ -00	R\$ 2.520,00	R\$ 860,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 3.380,00	9,35
7	007308/2 012-35	MED Aprova 2012	Wagner de Jesus Pinto	R\$ -00	R\$ 2.880,00	R\$ 699,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 3.300,00	R\$ 6.879,00	9,28
8	007338/2 012-41	Atividade física na promoção da saúde	Jaqueline dos Santos Valente	R\$ -00	R\$ 2.520,00	R\$ 3.000,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 5.520,00	9,10
9	007385/2 012-95	A importância do aleitamento materno no primeiro ano de vida dos recém-nascidos (...)	Sigla Sousa de França	R\$ -00	R\$ 2.520,00	R\$ 156,30	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 300,00	R\$ 2.976,30	9,08
TOTAL				R\$ 2.389,50	R\$ 37.380,00	R\$ 7.888,89	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 7.931,00	R\$ 55.589,39	

CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E ARTES - CELA											
INFORMAÇÕES DA PROPOSTA				ORÇAMENTO							PONTUAÇÃO
CLASSIF.	PROC.	PROJETO	COORDENADOR	DIÁRIAS/PESSOA L CIVIL	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	MATERIAL DE CONSUMO	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	OST/FF	OST/PJ	TOTAL	
1	007332/2 012-74	XVI Semana da educação: a pedagogia e a formação de professores: o possível, o real e o necessário	Mark Clark Assen de Carvalho	R\$ -00	R\$ 1.800,00	R\$ 2.099,00	R\$ 1.532,00	R\$ -00	R\$ 2.500,00	R\$ 7.931,00	9,34
2	007138/2 012-99	Oficinas de Cenografia e Figurino	Grisela de Andrade Brugnara	R\$ -00	R\$ 5.040,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 2.240,00	R\$ 7.280,00	9,04
3	006988/2 012-70	V Colóquio Internacional as Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia	Gerson Rodrigues de Albuquerque	R\$ 2.340,00	R\$ 2.520,00	R\$ 984,00	R\$ 1.796,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 7.640,00	8,30
4	006987/2 012-25	VI Simpósio linguagens e identidades da/na Amazônia Sul-Ocidental: literaturas e estudos culturais nas Amazônias	Francemilda Lopes do Nascimento	R\$ 2.340,00	R\$ 2.520,00	R\$ -00	R\$ 2.775,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 7.635,00	8,20
5	006959/2 012-16	XIV Semana de Letras - Linguagem múltiplos olhares	Antonietti Burti de Souza Hosokawa	R\$ 1.488,60	R\$ 1.800,00	R\$ -00	R\$ 4.711,40	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 8.000,00	8,00
6	006938/2 012-92	Art and Mith in literature: a contemporary approach	Mayra Cristina Dourado	R\$ -00	R\$ 360,00	R\$ -00	R\$ 1.600,00	R\$ -00	R\$ 180,00	R\$ 2.140,00	7,93

7	007091/2 012-63	As tecnologias da informação e da comunicação TIC e o processo de ensino aprendizagem	Lindinalva Messias do Nascimento Chaves	R\$ -00	R\$ 2.520,00	R\$ -00	R\$ 2.760,00	R\$ 1.755,00	R\$ -00	R\$ 7.035,00	7,50
8	007112/2 012-41	I Encontro acadêmico indígena de Resiliência Comunitária: "Sonhando a saúde"	Flávio Lofego Encarnação	R\$ -00	R\$ 720,00	R\$ 1.847,50	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 5.432,50	R\$ 8.000,00	7,33
TOTAL				R\$ 6.168,60	R\$ 17.280,00	R\$ 4.930,50	R\$ 15.174,40	R\$ 1.755,00	R\$ 10.352,50	R\$ 55.661,00	

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH											
INFORMAÇÕES DA PROPOSTA				ORÇAMENTO							PONTUAÇÃO
Nº	PROC.	PROJETO	COORDENADOR	DIÁRIAS/PESSOA L CIVIL	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	MATERIAL DE CONSUMO	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	OST/FF	OST/PJ	TOTAL	
1	007272/2 012-90	II semana da filosofia: filosofia da ciência	Manoel Coracy Sabota Dias	R\$ 1.398,00	R\$ 1.440,00	R\$ 720,00	R\$ 2.600,00	R\$ -00	R\$ 1.690,00	R\$ 7.848,00	9,04
2	007271/2 012-45	XXII Semana da geografia: o papel do profissional em geografia frente às mudanças globais	José Alves Costa	R\$ 1.456,00	R\$ -00	R\$ 2.684,97	R\$ 3.200,00	R\$ -00	R\$ 600,00	R\$ 7.940,97	8,95
3	007175/2 012-05	I simpósio de ciências humanas e sociais Peru-Brasil-Bolívia	Valdinei Vicente de Jesus	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 2.329,60	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 2.329,60	8,80
4	007273/2 012-34	XV semana de história: a escrita da história e as novas da historiografia	Maria José Benerra	R\$ 1.198,30	R\$ 4.320,00	R\$ 110,74	R\$ 900,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 6.529,04	8,74
5	007173/2 012-16	VIII semana de ciências sociais	Nelson Euclides da Silva	R\$ -00	R\$ 1.800,00	R\$ 1.395,00	R\$ 2.350,00	R\$ 2.124,00	R\$ -00	R\$ 7.669,00	8,60
6	007179/2 012-85	Agência ambiental de notícias da Amazônia	Maurício Pimentel Honsem de Bittencourt	R\$ 2.124,00	R\$ 1.800,00	R\$ 3.045,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 6.969,00	8,48
7	007174/2 012-52	1º ciclo de debates em Filosofia e Ciências Humanas	Carlos Paula de Moraes	R\$ 3.188,20	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 4.800,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 7.988,20	8,45
8	007177/2 012-96	Sistematização e conservação do acervo hemerográfico de João Mariano	Milton Chamarelli Filho	R\$ 1.772,00	R\$ 2.160,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.600,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 7.532,00	8,40
9	007178/2 012-31	1ª semana de comunicação social do Juruá	Aleta Tereza Dreyes	R\$ 2.835,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 3.100,00	R\$ -00	R\$ 2.000,00	R\$ 7.935,00	8,25
TOTAL				R\$ 13.971,50	R\$ 11.520,00	R\$ 12.285,31	R\$ 18.550,00	R\$ 2.124,00	R\$ 4.290,00	R\$ 62.740,81	

CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CRUZEIRO DO SUL - CMULTI											
INFORMAÇÕES DA PROPOSTA				ORÇAMENTO							PONTUAÇÃO
Class.	PROC.	PROJETO	COORDENADOR	DIÁRIAS/PESSOA L CIVIL	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	MATERIAL DE CONSUMO	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	OST/FF	OST/PJ	TOTAL	
1	006749/2 012-10	Conheça a hanseníase e ajude a sua comunidade	Stefanie Ferreira Teles	R\$ -00	R\$ 2.520,00	R\$ 1.559,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 4.079,00	7,58
2	006761/2 012-24	Doe Sangue doe Vida	Charlene Maria Ferreira de Lima	R\$ -00	R\$ 2.520,00	R\$ 926,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 3.446,00	7,18
3	006758/2 012-19	Horta APAE: Interação dos alunos da APAE com o cultivo de hortaliças como terapia psicomotora	Josimar Batista Ferreira	R\$ -00	R\$ 2.520,00	R\$ 5.120,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 7.640,00	6,72
4	006760/2 012-80	Produção de hortaliças no 61º Batalhão (...) em parceria com o Campus Floresta	Karla Barbosa Godoy	R\$ 1.050,00	R\$ 2.520,00	R\$ 2.470,00	R\$ 1.600,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 7.640,00	6,63
5	006667/2 012-75	Experimentos interativos para apresentação em feiras de ciências e exposições no Vale do Juruá	William Ferreira Alves	R\$ -00	R\$ 1.800,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 1.800,00	6,63
6	006748/2 012-75	Aleitação materno exclusivo: um desafio para a sociedade	Vanizia Barbosa da Silva	R\$ -00	R\$ 2.520,00	R\$ 875,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 3.395,00	6,36
7	006765/2 012-11	Riscos da automedicação	Adanara Machado Nascimento	R\$ -00	R\$ 2.520,00	R\$ 958,50	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 750,00	R\$ 4.228,50	6,09
8	006739/2 012-84	Glossário de termos latinos utilizados pela comunidade acadêmica do Alto Juruá	Simone Cordeiro de Oliveira	R\$ -00	R\$ 5.040,00	R\$ 300,00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 800,00	R\$ 6.140,00	6,04
9	006738/2 012-30	Paisagismo no campo Floresta - módulo 3	Marta Dias de Moraes	R\$ -00	R\$ 7.560,00	R\$ 802,70	R\$ -00	R\$ -00	R\$ -00	R\$ 8.362,70	4,68
TOTAL				R\$ 1.050,00	R\$ 29.520,00	R\$ 13.011,20	R\$ 1.600,00	R\$ -00	R\$ 1.550,00	R\$ 46.731,20	

Rio Branco - Acre, em 11 de maio de 2012.

Prof. Dr. Gilberto Francisco Dalmolin
Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Profa. Dra. Maria do Socorro Neri Medeiros de Souza
Diretora de Programas e Projetos de Extensão

ANEXO E – Imagens da Agência Ambiental de Notícias da Amazônia Coletadas no Dia 26/06/2013 no Endereço Eletrônico <http://noticiasdaamazonia.wordpress.com>

Neusa Batista dos Santos, 78, mora no bairro Taquari há 22 anos. Ela conta que veio de Xapuri “em busca de um lugar na cidade, pois a vida no seringal estava muito difícil e encontrei aqui um lugar barato, na beira do rio, que é um pouco parecido com o lugar onde eu morava. Da rua até a beira tudo é meu, com isso posso criar porco e galinha sem perturbar ninguém. Esse barulho do motor das embarcações me faz lembrar o meu tempo de seringal.”

... Na Amazônia – centro de Rio Branco, 2012
(Foto Fabiana Chaves)

Neusa tenta reproduzir o ambiente no qual vivia em Xapuri. Os vizinhos da cidade, em sua maioria, são parentes que foram chegando aos poucos e formando suas famílias.

Mas outros fatores também evitam que essas famílias se mudem para as casas doadas pelo governo. Elas questionam se as novas residências possuem a mesma infraestrutura das atuais. Em Rio Branco, por exemplo, muitas áreas de risco situam-se no centro da cidade, o que torna esses locais atraentes.

“Não vou sair de um lugar que tem padaria, açougue e farmácia perto para ir para um lugar que não sei nem onde é. Aqui eu vou ao centro da cidade a pé, de muletas ou de ônibus. Quando quero comprar um pão, uma carne ou um quilo de açúcar é só atravessar a rua que encontro tudo aqui perto. As mães têm com quem deixar seus filhos. O governo quer mandar a gente para um lugar que nem parada de ônibus tem”, conta Maria Silvestre Pinho, de 53 anos. Maria veio da pequenina Santa Rosa do Purus, cidade mais remota do estado do Acre, e mora há 22 anos no bairro Taquari.

Existem também os casos mais extremos, daqueles que não tiveram escolha e viram suas casas sendo arrastadas pelas enchentes. Essas pessoas estão vivendo em apartamentos de um ou dois cômodos espalhados pelos bairros de Rio Branco. São os “hóspedes” de um programa governamental que paga o aluguel das famílias até 2014, ano em que está prevista a remoção para novas residências.

Sheila Sebastiana Ramirez, 44, conta que fez um empréstimo e comprou uma casa pequena no Bairro Seis de Agosto. Perdeu tudo na alagação de 2012 e hoje mora num apartamento de dois cômodos com mais quatro pessoas. “Independente de ser casa conjugada, terreno reduzido ou com pouca privacidade, eu quero é sair do sufoco, eu quero é ganhar minha casa”, diz.

Desenvolvimento insustentável agrava alagações

O pesquisador Evandro Ferreira, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa-

Seguir

O pesquisador Evandro Ferreira, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa-AC) e do Parque Zoológico da Universidade Federal do Acre, aponta que as alagações se agravam devido ao desenvolvimento predatório que extermina as matas ciliares (matas situadas à beira dos rios e igarapés).

“A destruição das matas ciliares no Brasil tem ocorrido em razão do avanço das atividades agropecuárias, da urbanização e da construção de hidrelétricas, para citar apenas alguns fatores”, afirma o pesquisador. Ferreira diz que isso possibilita o aumento da produção agrícola, a expansão das cidades e a disponibilização de energia, mas alerta que a sociedade brasileira paga alto preço por esse crescimento.

Ruas inteiras situam-se em área de risco
(Imagem e legendas: Evandro Ferreira)

As matas ciliares desempenham importante papel hidrológico e ecológico. Sem a mata ciliar, a água da chuva escoar mais rápido e não penetra no solo para abastecer os lençóis freáticos. Isso prejudica o acesso à água para a população que depende de poços d'água. Afeta também as nascentes, córregos e, em última instância, os grandes cursos de água que abastecem as cidades.

A vegetação funciona ainda como uma proteção natural contra o assoreamento, pois, sem ela, a água da chuva carrega mais sedimentos para os rios. Com o tempo, o rio fica cada vez mais raso no período da seca. No período das águas, a ausência de mata ciliar facilita os transbordamentos, mesmo que a quantidade anual de chuvas não seja maior do que o normal. É o que ocorre no Rio Acre: de janeiro a março, alagação; de agosto a outubro, ameaça de falta d'água.

Mata ciliar preservada na beira do Rio Acre
(Foto Fabiana Chaves)

“A crise de água que os habitantes de Rio Branco vivem de forma recorrente durante as estiagens é reflexo direto da destruição da mata ciliar do Rio Acre”, explica Ferreira.

Estudos científicos realizados pelo Inpa-AC mostram que ao longo de todo o curso do Rio Acre, desde o Peru até Boca do Acre (AM), 28% das matas ciliares já foram eliminadas. No

Seguir

Estado do Acre, 32% das matas ciliares já foram destruídas. Em Rio Branco, a destruição é de 40% e, no município de Epitaciolândia (AC), já ultrapassou os 60%. As matas ciliares também funcionam como um filtro natural para a água que chega aos cursos de água, tornando-a mais limpa, o que favorece a fauna e flora aquática e facilita o tratamento para consumo humano.

Texto final: Fabiana Chaves e Maurício Bittencourt

Reportagem: Myrla Rodrigues e José Franco

Agradecimento especial ao pesquisador Evandro Ferreira, que cedeu valioso material de pesquisa sobre o Rio Acre (<http://ambienteacreano.blogspot.com.br/>)

Publicado em Uncategorized

Deixe um comentário

← → ↻ noticiasaamazonia.wordpress.com/2013/06/21/no-tempo-da-luta/ Nova guia

Agência Ambiental de Notícias da Amazônia

Home About Guardar o link permanente.

jun 21

No tempo da luta r maubiti1

Primeira professora do Seringal Cachoeira deu aula voluntariamente durante 2 anos

Antônia: "por amor à comunidade"
(Foto Fabiana Chaves)

Pesquisa

Sustentabilidade social
Uncategorized

Posts Recentes

- Sociedade X Rio
- No tempo da luta
- O extrativismo sobrevive
- Na copa das árvores
- Turismo no seringal

Seguir

A proposta de ouvir histórias de vida de moradores ou ex-moradores do Seringal Cachoeira busca revelar escolhas e princípios de personagens que participaram de momentos históricos na Amazônia. Com técnicas jornalísticas e de História Oral, a entrevista abaixo foi transcrita para reproduzir não somente fatos, mas também a linguagem e a forma narrativa, com as expressões e características discursivas peculiares da entrevistada. Neste fragmento, aparece Antônia Vieira, 64 anos, primeira professora do Seringal Cachoeira, que nos impressionou por seu carinho em relação à comunidade "do Cachoeira" e por sua coragem frente aos empates. Entrevistamos a professora Antônia, no município de Xapuri (AC), no dia 20 de outubro de 2012.

Antônia Vieira – Eu nasci no Iaco [rio do estado do Acre, afluente do Purus]. Fui batizada em Sena Madureira (AC). Ai com sete anos eu cheguei aqui em Xapuri e estudei as quatro primeiras séries. No final dos meus quatorze anos eu fui passar as férias na casa do meu pai, lá no Cachoeira e arranhei um rapaz. Eu cheguei no Cachoeira com 15 anos de idade, me casei, formei família e trabalhava na roça. E aí surgiu um trabalho de professora. Porque não tinha professor lá na época. Através de Chico Mendes, Raimundo de Barros, eles fizeram reunião pra criar uma escola. Aí o pessoal: "ah, bora escolher a Antônia, porque nós precisamos de alguém pra dar aula". Que lá no Cachoeira ninguém sabia nem ler nem escrever. Não tinha escola. Na época da reunião, eu até estava com malária, mas mesmo assim, colocaram meu nome lá, aí eu aceitei. Aí ficou. Fiquei fazendo cursos do Projeto Seringueiro e comecei a trabalhar, só por amor à comunidade mesmo, que eu não tinha contrato não.

Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (Anam) – A senhora escolheu um local para dar aula?

Antônia Vieira – Foi. Escolhi um local. Era longe. Ensinava os alunos analfabetos. Na época, pegava na mão pra ensinar, né, hoje não se pega mais. Aí fazia os cursos e dava aula, mas sem ganhar nada.

Anam – E continuou trabalhando na roça depois que começou a dar aulas?

junho 2013

Categorias

Uncategorized

Meta

- Registrar-se
- Login
- Posts RSS
- RSS dos comentários
- WordPress.com

Seguir

Antônia Vieira – Eu trabalhava na roça no sábado. Ajudava meu marido. Ai, de segunda a sexta eu trabalhava nas aulas. Trabalhei por uns dois anos sem ganhar nada; só depois que eu fui contratada.

Anam – *Pela prefeitura?*

Antônia Vieira – Pelo governo. Ai melhorou um pouco né (risos), foi melhorando... Dava aula e em julho eu vinha estudar pelo Projeto Seringueiro, vinha fazer curso. Ai ia pra lá, trabalhava. Em dezembro, janeiro e fevereiro eu vinha estudar. Ai passei uns cinco anos assim. Fiz o primeiro grau parcelado assim. Em uns quatro anos eu fiz o primeiro e o segundo graus. Ai eu completei meu segundo grau e trabalhava na escola da comunidade. Trabalhava na escola e era merendeira, professora e servente, comboieira. Ainda tirava lenha pra fazer a merenda da semana toda, né. Todo sábado eu fazia isso. Era muito difícil. Era na lenha mesmo, era no fogão de lenha. Eu pegava muito do meu trocadinho pra pagar condução pra levar a merenda. Na época tinha um prefeito que não ajudava. Uma vez nós precisamos de cinco pessoas pra levar a merenda, e teve uma briga desse prefeito com cinco professores, um deles era o [ex-governador] Binho. O Binho na época era o meu coordenador e o prefeito era o Wanderley Viana e teve uma briga com o Binho. Era difícil... Mas aí... Bem... Ai eu continuei dando aula.

Anam – *Depois estudou pedagogia...*

Antônia Vieira – Depois de muito tempo eu fiz pedagogia sim e fiz minha pós-graduação em Educação Ambiental. É o que o Genivan também está fazendo, o meu neto.

Antônia: pós em educação ambiental
(Foto Fabiana Chaves)

Anam – *Consegue fazer trabalho ambiental hoje em dia?*

Antônia Vieira – Consigo. Todo evento que tem eu estou lá com o meu cartaz. A diretora até diz "a senhora é uma poetisa". E nas aulas também.

Anam – *E a pós-graduação, acabou quando?*

Antônia Vieira – Em... 90... 92, parece.

Anam – *A senhora ainda é professora?*

Antônia Vieira – É, trabalho de manhã agora, dando aula pra adulto.

A militante

Anam – *Ouvimos dizer que a senhora além de professora da comunidade, também participou dos empates.*

Antônia Vieira – Participei. Chico Mendes me convidou pra ir a um empate no Nova

Esperança. Eu estava numa reunião do evangelho quando ele mandou um bilhete pra eu ir pra esse empate. E eu... Tive que ir, porque na época eu era delegada do sindicato e não podia recuar, né. Na época que eu fui escolhida pra delegada, teve um senhor que disse “devemos escolher a pessoa que, na hora do ‘pega pra capar’, não se esconda por detrás dos tocos”. Então eu me lembrei dessa frase e disse: “eu tenho que ir pro empate”. Aí fui.

Anam – *Como foi esse empate?*

Antônia Vieira – Sei que fui chegando lá e já era de noite. Quando foi de manhã reunimos todos os companheiros e fomos para o empate. Aí, lá na fazenda, na estrada do Nova Esperança já tinha gente esperando, e nós fomos presos. Eram 80 pessoas, e foram todas presas, porque na hora que nós dissemos que íamos enfrentar mesmo, eles disseram: “só o Raimundo Barros... E as outras pessoas podem ir embora. Esses aqui que são os ditadores. Pode ir embora que esses aqui que vão presos”. Na hora que eles disseram isso nós enfrentamos eles. Tinha mulher com criança... Eles colocaram as metralhadoras tudo em cima de nós, pra atirar mesmo. Aí, nós demos as mãos e começamos a cantar o hino nacional... Aí eles baixaram as armas. Aí disseram “mas não tem jeito não, vão presos”. Fomos todos presos. Um conseguiu correr. Quando ele correu botaram a arma nele, aí dissemos “não, que ele é mouco, nem adianta gritar... Que ele é mouco”. Esse que escapou, no outro dia levou mais 40. Então aí concluíram 112 seringueiros presos. Fomos 112. Daí começou a luta, né, a cassação da cabeça do Chico. Quando mataram o Chico, aí teve o negócio das reservas extrativistas, mas aí eu já não tava mais lá, eu fiquei viúva e vim morar aqui. Eu estava sempre acompanhando as lutas do pessoal da reserva, foi um sufoco mesmo pra conseguir isso aí. É esforçado, né, pra gente reunir o povo que não é muito consciente, pra conseguir a reserva e cuidar do meio ambiente, porque antes, o pessoal achava que o meio ambiente era o Chico. Vê como é que tá o nosso planeta hoje, né?

Anam – *E a ideia do hino? De onde surgiu a ideia de vocês cantarem o hino como forma de protesto, de defesa?*

Antônia Vieira – Assim que eles colocaram a metralhadora em cima da gente, a gente

Seguir

começou a cantar. Surgiu assim do nada. Rapidinho, assim. Foi o melhor meio que a gente encontrou para se defender, porque se eles não respeitassem cantando o hino nacional, né...

Antônia: hino nacional durante o empate
(Foto Fabiana Chaves)

Anam – *Como foi essa ameaça com armas?*

Antônia Vieira – Eu estava preparada mesmo. Eu tenho uma filha que, na época, tinha 11 anos. Eu falei pra ela “minha filha, você fique aqui na casa do Senhor Nogueira, porque nós vamos enfrentar a polícia e eu não sei... Eu vou porque toda luta eu tenho que ir e você é novinha. Se eu morrer seu pai vem lhe buscar...” Mas aí ela disse “não, se a mãe morrer eu morro também.”

Anam – *Seu marido não foi aos empates?*

Antônia Vieira – O meu marido não. Eu não deixava ir porque ele tinha epilepsia e se ele tivesse um ataque e desse um grito a gente podia ser descoberto. Ele não ia nem nos empates que tinha no Cachoeira.

Anam – *Qual era a crença que te movia para lutar contra a injustiça? De onde surgiu essa coragem?*

Seguir

Antônia Vieira – Tinha gente que estava lá até tomando maracujina (risos). O jeito foi fazer empates pra não deixar ninguém tomar nossa terra. Isso durou muito tempo.

Eu tinha a minha família lá, desde os 15 anos que eu me casei e fui morar lá, e o meu objetivo era continuar a morar lá. Como hoje nós ganhamos o Cachoeira eu moro aqui [Xapuri], mas eu sou baluarte de lá. Sempre eu estou lá nos eventos, participando de tudo. Eu sempre tento ajudar da melhor maneira possível, e hoje você vê: todos os meus filhos moram lá. Só tem um, que é o motorista da prefeitura. Mas os outros todos moram lá.

Eu não queria sair de lá, mas aí eu fiquei viúva e arranjei um outro casamento, os meninos não queriam aceitar né, aí eu construí aqui na cidade. Ficou tudo bem, mas eu ainda continuo na luta, ainda sou filiada do sindicato dos trabalhadores e dos professores também. Sou filiada em dois sindicatos. E a luta continua.

Anam – *Como é que vocês perceberam que entrada daqueles fazendeiros seria um problema tão grande?*

Antônia Vieira – É porque... Vocês sabem aquele ditado? "Não deixe o tatu entrar, por que se o tatu entrar no buraco é difícil ele sair." O fazendeiro também, se ele entrar é difícil ele sair, se ele tivesse entrado no Cachoeira, hoje não teria mais ninguém de nós lá. Os vizinhos dele que tivessem medo, ele ia dando jeito e comprando as colocações devagarzinho de um a um, não é? Eles estariam com o Cachoeira quase todo. E então o negócio foi enfrentar para que eles não entrassem, por que se eles entrassem era difícil de colocar para fora.

Anam – *Hoje um enfrentamento desses seria difícil de fazer?*

Antônia Vieira – Seria sim. Aqueles que tinham menos coragem a gente tinha que enfrentar e dar coragem para eles, dizia "olha, você vai tem que ter coragem porque nós temos que trabalhar em prol disso aqui, porque se nós perdermos isso aqui, como é que vocês vão viver?" Eu ainda tinha uma profissão, mas eu pensava em quem não tinha. Tem que pensar nos outros.

Anam – *Na época dos empates qual era a sua idade?*

Antônia Vieira – Na época.... Uns 40. Nada, eu ainda não tinha 40 não. Quando eu fiquei viúva eu tinha 42. Eu tinha trinta e poucos anos nessa época. Era pau de dá em doído, eu caçava, eu fazia tudo (risos). Meu marido era doente e eu tinha que ajudar.

Anam – *Caçava? Com espingarda e tudo?*

Antônia Vieira – Era! Com espingarda. Eu cortava seringá, eu comprei esse terreninho aqui a custa de uma borracha que eu vendi. Eu vendi para o seu Manoel Ribeiro, o homem que a primeira escolinha era na colocação dele. Ele comprava a borracha, aí eu fiz e vendi pra ele.

Antônia: coragem na luta pela terra
(Foto Fabiana Chaves)

Anam – *Qual o resultado dos empates? O povo do Cachoeira foi vitorioso?*

Antônia Vieira – Deu vitória. Foi bem difícil, mas foi muita vitória. Hoje nós temos um

lugarzinho: as terras de lá, nosso lugar, tudo mundo em paz e trabalhando. Agora a gente luta para que esse pessoal se conscientize mais sobre o ambiente.

Anam – *Qual a sua opinião sobre a geração mais jovem?*

Antônia Vieira – Pois é, os mais jovens precisam se unir na batalha, na luta sobre esse negócio das reservas lá e tudo. Mesmo trabalhando com o manejo, às vezes, ainda tem manejador que tira madeira clandestina. A Naza [atual presidente do Sindicato do Seringal Cachoeira] está lutando muito contra isso. Já fomos até para Rio Branco debater sobre isso.

Anam – *Após o assassinato do Chico Mendes a luta se enfraqueceu?*

Antônia Vieira – Numa parte ela fortaleceu, em outra parte eu vi fracasso, porque muita gente que era do lado dele [Chico Mendes] só se beneficiou financeiramente. Porque se muita gente que era do lado dele tivesse continuado, a própria esposa dele tivesse continuado, a luta estava sendo melhor. Mas, a gente vê que a própria família, muitos deles são contra.

Anam – *Como foi a participação das mulheres? Havia muitas mulheres com vocês lá?*

Antônia Vieira – Na época tinha! Na época as mulheres eram animadas, hoje em dia eu não sei o que está acontecendo que as mulheres não estão se unindo mais. De primeiro a gente fazia encontro de mulheres, fomos para Rio Branco e tinha o movimento das mulheres, agora as mulheres parecem que não estão querendo muito mais se unir. Acho que é falta do incentivo de uma pessoa.

Anam – *Um líder?*

Antônia Vieira – É. Um líder de frente pra organizar. Tem a Naza, mas ela tem tanta coisa para fazer que não sabe em quantas se vira.

Anam – *Hoje, qual o seu sentimento sobre a luta do Seringal Cachoeira?*

[Seguir](#)

Antônia Vieira – Eu me sinto muito feliz e honrada, porque eu tinha uma liderança forte lá. Quando eu saí de lá os vizinhos ficaram reclamando, chorando, porque eu saí, né. Mas eu tinha que sair. Quando eu trabalhava lá, eu trabalhava forte, ajudava em tudo: eu era monitora, eu era delegada do sindicato, participava dos empates, era professora, eu era tudo... Pau pra toda obra (risos).

O amor por Chico

Anam – *A senhora teve muito contato com Chico Mendes?*

Antônia Vieira – Tive sim. Ele tinha 19 anos quando eu cheguei lá. Eu tinha 15. Tivemos um namorico [pausa]. Ele mandou um bilhete para mim perguntando se eu tinha coragem de fugir com ele no dia em que fosse casar, aí eu disse que não! (risos)

Anam – *Então quer dizer que no dia do casório ele queria te roubar (risos)?*

Antônia Vieira – Queria sim, mas eu disse que não ia dar...

Anam – *E a senhora gostava do Chico?*

Antônia Vieira – [D. Antônia pensa, se “esconde” atrás de bolsinha que tinha nas mãos] O amor da minha vida! [Emoção] Um amor de infância, quase. Eu casei nova...

Anam – *Quantos anos viveu com seu marido?*

Antônia Vieira – Vinte e sete anos.

Anam – *O pessoal do Seringal Cachoeira sabe dessa história?*

Antônia Vieira – Sabe! Sabe... (risos). O Chico estava noivo de uma moça há sete anos, por nome Maria, e aí quando eu fiquei viúva, ele disse que ainda tinha esperança, que se eu quisesse ele, que ele gostaria de casar comigo. Aí eu disse que não, que ele podia ir ser feliz. Aí ele foi... Ele também tinha uma namorada na estrada, na estrada velha, que é essa que

ele casou com ela depois de um tempo. E deixou a pobre da Maria chupando dedo. Essa da estrada foi a primeira esposa dele. Aí depois ele casou com a Ilzamar. Mas ela não gostava muito de mim não. (risos)

Se eu tivesse casado com ele, eu ia ser da luta junto com ele. Do jeito que ele lutava, eu lutava também. E ela não era da luta, ela não era do lado dele. Até quiseram levar ele para os Estados Unidos depois, porque ele estava ameaçado de morte, mas ele disse que morria pelo povo e não foi pra lá. Eu depois fiquei viúva de novo, eu ia ficar viúva sempre, não tinha jeito.

Eu tenho medo de esse povo, essa família que matou o Chico entrar no poder aqui em Xapuri de novo. Qualquer briguinha de bar eles aproveitam pra matar algum que já estavam querendo matar. A luta não pode parar, as pessoas estão se esquecendo disso.

Texto final: Fabiana Chaves

Edição: Fabiana Chaves e Maurício Bittencourt

Reportagem: Cecília Jácome e Cristina Souza

← → ↻ noticiasmaamazonia.wordpress.com/2013/06/20/extrativismo-e-coisa-do-presente/ Nova guia

Agência Ambiental de Notícias da Amazônia

Home About Guardar o link permanente.

jun 20

O extrativismo sobrevive r maubit1

Produtos da floresta mantêm comunidade tradicional no Acre

Extração de látex resiste há décadas

Pesquisa

Sustentabilidade social

Uncategorized

Posts Recentes

- Sociedade X Rio
- No tempo da luta
- O extrativismo sobrevive
- Na copa das árvores
- Turismo no seringal

Seguir

(Foto Fabiana Chaves)

Após o declínio da economia da borracha os seringais da Amazônia foram abandonados ou vendidos a preços baixos. Seringueiros e seringalistas ficaram sem perspectiva econômica e tiveram de deixar a zona rural da Amazônia. Durante as décadas de 1970 e 1980, a região mudou de perfil, recebendo fazendeiros e camponeses do sul do país. Contudo, alguns seringais sobreviveram extraindo látex, atividade que permanece até hoje.

Várias formas de administrar os seringais surgiram entre as décadas de 1940 e 1980. Algumas pessoas que viviam da extração da borracha se organizaram em pequenos coletivos para continuar trabalhando sem patrão. Apesar dos preços baixos e da dificuldade em comercializar o látex, para alguns pesquisadores a situação dos trabalhadores melhorou muito após o final do último surto econômico da borracha. Os extrativistas adquiriram autonomia para o uso da terra e puderam ter seu próprio ritmo de trabalho. Esse foi o caso do Seringal Cachoeira, localizado no município de Xapuri (AC).

Seringueiros começaram a trabalhar sem patrão

(Foto Fabiana Chaves)

Segundo os moradores da comunidade, o seringalista local (dono do seringal) havia deixado

Arquivos

- junho 2013

Categorias

- Uncategorized

Meta

- Registrar-se
- Login
- Posts RSS
- RSS dos comentários
- WordPress.com

Seguir

de explorar o látex, mas não impedia que os seringueiros o fizessem. Porém, devido à pouca lucratividade, as terras foram vendidas a um fazendeiro que tinha em vista transformar a área em pasto. Este tipo de política foi amplamente difundida pelo governo federal para incentivar a ocupação da região após o declínio da exploração de borracha.

Desse período até a transformação do Seringal Cachoeira em parte integrante do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes (PAE Chico Mendes), em 1989, houve muita disputa pela posse da terra. Foi a época dos “empates”, manifestações em que os seringueiros e suas famílias impediam o desmatamento ao se colocarem em frente às máquinas que promoviam as derrubadas. Chico Mendes foi uma das lideranças desse movimento.

Sebastião: maioria das famílias é de seringueiro
(Foto Meyre Campos)

Hoje, no Seringal Cachoeira vivem cerca de 90 famílias. A base de geração de renda da comunidade são as atividades extrativistas. A maioria das famílias sobrevive da extração manejada de madeira e de látex, mas também da coleta de açaí, do patoá, de bacaba e de castanha. Atualmente, o Seringal Cachoeira é o maior produtor de borracha da região, com cerca de 3 mil litros de látex por semana. Toda a produção da comunidade é vendida para a fábrica de preservativos masculinos Natex, empresa estatal situada em Xapuri.

Seguir

Sebastião Mendes foi extrativista por quatro décadas. Hoje, aos 66 anos, ele não pode mais trabalhar, mas fica feliz em saber que o ofício de seringueiro continua forte entre as novas gerações: “tem gente que acha que o trabalho de tirar borracha não existe mais, que é coisa antiga. Besteira! Aqui a maioria das famílias é de seringueiro. Tem muito mais incentivo hoje, os preços de borracha estão melhores. Tem muito moleque aí que já sabe tirar látex e trabalha nisso”.

Barbosa: “melhorou muito”
(Foto Meyre Campos)

Francisco Oliveira Barbosa é um dos mais novos seringueiros do Cachoeira. Com 21 anos, opta por trabalhar no mesmo ofício que os pais e os avós. Segundo ele, além de gostar do que faz, hoje em dia os preços da borracha estão melhores, permitindo que ele possa se manter na comunidade: “minha renda é em média uns 800 reais por mês. Em vista do que os mais antigos falam, melhorou muito. Agora a gente recebe quinzenalmente, o que facilita as compras. Antes o salário vinha por semana, aí tinha que ir até a cidade um monte de vezes pra ir comprando as coisas os poucos”.

Seguir

De acordo com Nazaré Vieira Mendes, presidente da Associação dos Moradores e Produtores do PAE Chico Mendes, cada família chega a receber por ano em torno de seis mil reais com a extração da seringa (borracha). "Pode parecer pouco, mas há dez anos era apenas uns 900 reais por ano", diz. Há dez anos, o preço da borracha era de setenta centavos o quilo e hoje chega a sete reais e oitenta centavos, devido aos subsídios oferecidos pelos governos federal e estadual.

Natex: fábrica compra todo o látex do seringal
(Foto Fabiana Chaves)

Sebastião Mendes afirma que depois da implantação da Natex, muitas coisas mudaram. "O preço melhorou e o incentivo também, pois agora a fábrica compra o leite sem precisar que o seringueiro realize a defumação, beneficiando com menos serviço e pagando mais. Hoje temos uma associação e trabalhamos por conta própria", salienta.

A extração de borracha, apesar de ser a atividade mais praticada na comunidade do Cachoeira, não é a única fonte de renda. Existem as demais atividades extrativistas e, recentemente, os trabalhos ligados ao turismo, que complementam o orçamento da população (veja abaixo reportagens sobre pousada e circuito de arborismo no PAE Chico Mendes).

Seguir

A organização do seringal

Nilson Mendes trabalhou muitos anos como seringueiro e hoje é guia turístico da comunidade, além de ser uma das lideranças locais. Ele explica sobre a peculiar organização do seringal: "um seringal é uma área de terra bem grande, do tamanho de uma fazenda. Só que no seringal a floresta é preservada, pois é dela que vem a renda do seringueiro. Essa área toda é dividida em várias colocações, que são pedaços de terra menores que ficam na responsabilidade de uma família de seringueiros. É esta família que tira toda a borracha daquele pedaço".

Cada colocação possui de três a seis estradas de seringa (as estradas são estreitas, lembrando uma trilha). A casa do extrativista e as plantações de subsistência ficam no centro, rodeadas pela floresta. As estradas são trilhas circulares de seringueiras, que começam e terminam no mesmo ponto. Cada estrada tem em média 160 seringueiras.

Segundo Francisco Barbosa, cada estrada de seringa tem um nome para ajudar na localização do seringueiro. "Todas as estradas tem um nome, porque muitas vezes o seringueiro sai para cortar sozinho, e às vezes é preciso ir até onde a pessoa está. Ou então, quando dá a hora da pessoa chegar e ela não chega, vamos até a estrada procurá-la", afirma.

Algumas estradas são interligadas em forma de zigue-zague e outras por meio de varadouros, caminhos que ligam uma estrada a outra. Geralmente uma ou duas das estradas de seringa levam à casa do seringueiro, no centro da colocação, permitindo ao seringueiro ir até sua casa almoçar. "Mas isso é difícil, pois na maioria das vezes o seringueiro faz suas refeições dentro da mata, no meio da varação ou no final da estrada", conta Nilson Mendes.

Borracha: seringais são divididos em colocações
(Foto Fabiana Chaves)

Desde a época dos ciclos da borracha até hoje, o método de extração e os instrumentos de trabalho permanecem os mesmos. O trabalho é dividido em dois turnos: um de extração e outro de recolhimento. “Começa-se pela perna direita... A perna direita é a estrada por onde se inicia a extração e vai acompanhando o caminho de zigue-zague das seringueiras na floresta. Nessa parte do trabalho, são feitos os sulcos nos troncos. Ao final, faz-se o rodo, ou seja, o retorno, voltando pela perna esquerda e recolhendo o leite da produção. A perna esquerda é um caminho mais curto pra buscar a seringa”, explica Sebastião.

Segundo Nilson, uma seringueira precisa ter pelo menos 20 anos para começar a produzir látex e, se bem cuidada, produz seringa pelo resto de sua vida. Uma das formas de manter a vida útil da árvore é a realização uma espécie de rodízio semanal na utilização das seringueiras.

Seguir

Em janeiro, castanha domina a economia local
(Foto Fabiana Chaves)

Anualmente, de agosto a outubro, a seringueira perde suas folhas e produz frutos para a proliferação da espécie, um processo natural. “Neste período o leite sofre uma coagulação mais rápida e nós paramos de tirar, pra respeitar o tempo da árvore”, diz Nilson. Outro momento de paralisação das atividades é na segunda quinzena de janeiro, quando a coleta de castanha passa a ser o carro chefe da economia local.

“Todas as atividades que praticamos aqui são em harmonia com a floresta e os bichos. Quando o seringueiro trabalha na mata, ele é parte dessa mata e convive bem com ela. Ele tem que conhecer as plantas, os bichos. Os bichos também passam a conhecer ele. Esse trabalho ajuda a preservar a floresta, como dizia o Chico”, ressalta Nilson.

Texto final: Fabiana Chaves

Edição: Fabiana Chaves e Maurício Bittencourt

Reportagem: Meyre Campos

← → ↻ noticiadaamazonia.wordpress.com/2013/06/20/na-copa-das-arvores/ Nova guia

Agência Ambiental de Notícias da Amazônia

Home About Guardar o link permanente.

jun 20

Na copa das árvores r maubit1

Maior circuito de arborismo da Amazônia situa-se em comunidade extrativista

A 25 metros de altura

Pesquisa

Sustentabilidade social

Uncategorized

Posts Recentes

- Sociedade X Rio
- No tempo da luta
- O extrativismo sobrevive
- Na copa das árvores
- Turismo no seringal

Seguir

(Foto Fabiana Chaves)

No alto de uma castanheira centenária começa o Circuito de Aventura Chico Mendes, situado no Assentamento Agroextrativista Chico Mendes (PAE Chico Mendes/INCRA), em Xapuri (AC). Com mais de 600 metros de extensão a 25 metros de altura, trata-se do maior e mais alto circuito de arborismo da Amazônia.

Construído em uma área de sete hectares, o circuito conta com passeio ciclistico, ascensão em árvores, rapel, arborismo acrobático, arborismo contemplativo e tirolesa. Todo o trabalho de apoio é realizado por moradores que receberam treinamento e trabalham como instrutores. A atividade soma-se aos serviços ofertados pela Pousada Ecológica Seringal Cachoeira, localizada num dos seringais que integram o PAE (veja reportagem abaixo).

“Aqui nós não precisamos de muito, a floresta é nosso ganha-pão, se a gente deixasse derrubar a floresta, vendesse nossas terras, a gente viveria de quê? Essas novidades todas de turismo também só existem porque a floresta está aqui”, afirma Nilson Mendes, um dos líderes comunitários do Seringal Cachoeira.

Equipe de instrutores é formada por moradores
(Foto Glauco Capper)

Arquivos

- junho 2013

Categorias

- Uncategorized

Meta

- Registrar-se
- Login
- Posts RSS
- RSS dos comentários
- WordPress.com

Seguir

Parceria

O projeto do Circuito de Aventura surgiu por meio de uma parceria entre a comunidade e o governo do estado do Acre. “Nós já tínhamos a pousada funcionando, as trilhas, mas ainda faltava uma atração maior, algo que fosse um diferencial e que pudesse gerar mais renda para a comunidade, sem devastar”, conta Fernanda Mendes, administradora da Pousada Ecológica Seringal Cachoeira.

Em 2010, o projeto começou a ser pautado nas reuniões da secretaria estadual de turismo (Setul). Daí em diante, firmaram-se diversas parcerias para que a construção do circuito saísse do papel. O primeiro passo foi pedir permissão ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável pelo assentamento. Foram realizadas várias reuniões entre a comunidade e o INCRA, e, após o consentimento unânime da população local, as obras foram iniciadas. Outra parceria importante foi com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que liberou 100 mil reais para a execução do projeto.

Com as verbas e iniciativas firmadas, faltava definir onde o circuito seria construído. Por meio de um acordo, dois moradores cederam parte de suas terras para a implementação da obra. “Era para melhorar a renda das pessoas aqui”, afirma Duda Mendes, um dos cedentes. Em parceria com a Setul, foi contratada a empresa *Ecoventure*, de Campinas (SP), para a montagem da estrutura do circuito.

Estrutura foi montada sem prejudicar árvores
(Foto Glauco Capper)

Após a realização de um longo estudo da área por uma equipe técnica formada por engenheiros, geógrafos e integrantes da *Ecoventure*, o local de construção do circuito de aventura foi mapeado. Elaborou-se um projeto para a utilização das árvores de modo a não prejudicá-las. Mesmo com as fortes chuvas do final do ano de 2011 e início de 2012 foi possível terminar a obra em fevereiro de 2012. A inauguração ocorreu em 31 de março do mesmo ano.

Foram mais de 400 mil reais investidos para colocar o circuito em pleno funcionamento, desde a parte técnica e estrutural até o treinamento de pessoal. Inaugurava-se o maior e mais alto circuito de arborismo da Amazônia.

O diferencial do Circuito de Aventura Chico Mendes é a forma como foi elaborada sua construção, primando por não prejudicar as árvores. Nenhum dos cabos de aço usados como base para as plataformas entra em contato direto com as árvores. Os troncos são protegidos por calços de madeira. Nenhuma árvore foi furada, o que poderia prejudicar seu crescimento. Ao invés de furos, foram utilizados parafusos que podem sempre ser reajustados.

Região quase virou pasto na década de 1980
(Foto Glauco Capper)

No período de realização da obra, 20 pessoas se interessaram em realizar capacitação para se tornarem instrutores do circuito. O curso teve duração de 120 horas, incluindo aulas práticas e teóricas de segurança, primeiros socorros e resgates. Valdeito Pereira da Silva, 32, participou desse grupo e afirma que “infelizmente nem todos conseguiram concluir o treinamento, pois uns ficaram com muito medo de altura e outros tiveram que sair da comunidade por motivos de estudo”. Hoje, o circuito possui 10 instrutores.

Valdeito, que nasceu no seringal, trabalha no circuito desde que foi inaugurado. O instrutor conta que trabalhou no manejo por cerca de cinco anos, e que não sente saudade: “hoje estou satisfeito e não penso em me mudar para a cidade, o que antes eu pensava. Sou instrutor geralmente só nos finais de semana e posso fazer outras coisas aqui dentro durante a semana”.

Renê Mendes Vieira, 19, também é instrutor. Antes, ajudava o pai na plantação e na coleta de castanha e açaí. “Gosto do trabalho no circuito porque não preciso sair da comunidade.” Everton Paiva, coordenador do circuito, é natural de Rio Branco, capital do Acre. “Fiz o curso de instrutor e gosto do trabalho. Não penso em voltar para Rio Branco, aqui a vida é bem melhor”, conta.

➔ Seguir

Segurança

Todas as atividades são realizadas com equipamentos de segurança e acompanhamento dos instrutores. Os turistas passam por um treinamento ainda no solo. Nele, os monitores ensinam como utilizar os cabos para se mover entre os obstáculos e checam cadeirinha, mosquetão, capacete e luva. “Nós também pedimos que as pessoas preencham uma ficha antes de ir. Perguntamos se tem problemas cardíacos ou respiratórios, por exemplo”, relata Paiva.

Turistas recebem treinamento no solo
(Foto Glauco Capper)

O circuito passa por manutenções periódicas de segurança: vistorias diárias, inspeção quinzenal e ajustes bimestrais por técnicos da *Ecoventure*. De seis em seis meses o circuito para, a fim de realizar uma manutenção geral.

Depois da inauguração do Circuito de Aventura Chico Mendes, a procura pelo Seringal Cachoeira aumentou. “Muita gente se sentiu atraída por conta do circuito. Temos recebido grupos grandes e todos perguntam pelo arborismo”, conta Fernanda Mendes.

Uma turma de 40 alunos do Curso de Turismo da Universidade Andina de Cuzco visitou a comunidade. Eles vieram por meio de um projeto do professor Leone Fuentes, com a

➔ Seguir

proposta de conhecer rotas turísticas diferenciadas. O professor afirmou que o Acre não poderia ficar fora dos roteiros, pois “aqui tem um tipo de desenvolvimento muito específico. É o verdadeiro desenvolvimento sustentável através do turismo”. Gonzalo Aedo, um de seus alunos, ficou fascinado com o arborismo e encantado com a estrutura do seringal: “não se encontra isso em outro lugar”.

Texto final: Fabiana Chaves

Edição: Fabiana Chaves e Maurício Bittencourt

Reportagem: Glauco Capper e Jeniffer Bruschi

← → ↻ noticiasmaamazonia.wordpress.com/2013/06/18/turismo-no-seringal/ Nova guia

Agência Ambiental de Notícias da Amazônia

Home About Guardar o link permanente.

jun 18

Turismo no seringal r maubiti1

Pousada gera atividade turística comunitária em área onde viveu Chico Mendes

Pousada Seringal Cachoeira em Xapuri (AC)
(Foto Fabiana Chaves)

Pesquisa

Sustentabilidade social

Uncategorized

Posts Recentes

- Sociedade X Rio
- No tempo da luta
- O extrativismo sobrevive
- Na copa das árvores
- Turismo no seringal

Seguir

O turismo pode se transformar numa das principais alternativas de atividade econômica para as comunidades da Amazônia. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), os roteiros de turismo ecológico e cultural estão entre os que mais crescem no mundo, transformando pequenas localidades em receptoras de grande número de visitantes.

A Pousada Seringal Cachoeira, na área rural do município de Xapuri (AC), promove várias ações ligadas ao turismo ecológico. As atividades geram renda e preservam a identidade sociocultural da comunidade. Trata-se do local em que nasceu e viveu Chico Mendes. Grande parte de sua família ainda mora ali.

O Cachoeira foi território de disputa por terra nas décadas de 1970 e 1980. No local, ocorreram os primeiros "empates", ato político em que os seringueiros e suas famílias se colocavam na frente de tratores e caminhões para evitar o desmatamento. Assim, procuravam garantir a conservação do ambiente como forma de manter seu sustento. A floresta de pé gera renda para várias famílias de extrativistas. A floresta derrubada, transformada em pasto, gera desemprego para muita gente e renda apenas para o pecuarista.

Em 1989, a área se transformou no Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes (PAE Chico Mendes), administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Cachoeira é um dos seringais que integram o PAE.

Considerado líder de um movimento de resistência pacífica, Chico foi assassinado em dezembro de 1988. A partir daí seu nome ganhou cada vez mais notoriedade. Xapuri começou a receber visitantes de todas as partes do mundo. As pessoas queriam conhecer a história do seringueiro que se envolveu, lutou e perdeu a vida defendendo uma causa maior. Xapuri atrai cada vez mais turistas: jornalistas, pesquisadores, ativistas ambientais ou pessoas querendo conhecer as belezas da Amazônia. Dessa maneira, a pequena comunidade do Seringal Cachoeira foi se tornando, aos poucos, um destino turístico.

O turismo na floresta

junho 2013

Categorias

- Uncategorized

Meta

- Registrar-se
- Login
- Posts RSS
- RSS dos comentários
- WordPress.com

Seguir

Quando os primeiros grupos de turistas começaram a aparecer no seringal, a comunidade não dispunha de infraestrutura para hospedagem e alimentação; os moradores acabavam por receber os visitantes em suas casas. “As pessoas se adequavam ao que a gente podia oferecer. Até hoje eu recebo um monte de gente na minha casa”, conta o líder comunitário e guia turístico Nilson Mendes.

Nilson: turismo gera educação ambiental
(Foto Fabiana Chaves)

Por perceber que a demanda turística crescia, a Associação de Moradores e Produtores do PAE Chico Mendes decidiu criar um redário para receber os turistas. O redário consistia em um galpão com várias redes atadas. “Mas com o tempo, o redário também se tornou insuficiente e os visitantes reclamavam da falta de conforto. Depois de passar o dia todo andando, explorando a região, não conseguiam dormir direito”, afirma Nilson.

A ideia de construir uma pousada no seringal surgiu em uma das reuniões da associação de moradores. Fruto de parceria da comunidade com os governos federal e estadual, por meio do INCRA, a pousada Seringal Cachoeira foi inaugurada em 2008 dentro do PAE Chico Mendes, a 33 km da sede do município de Xapuri. É um empreendimento comunitário gerenciado pela associação.

Seguir

A construção começou em 2006, com um investimento de R\$ 400 mil e mão de obra local. “Tudo foi resolvido aos poucos dentro das reuniões do sindicato [associação]. As pessoas selecionadas para trabalhar na pousada receberam treinamento em hotelaria e turismo e aprenderam um pouco sobre sistemas de gestão. Tudo por conta das parcerias”, conta a presidente da associação de moradores, Nazaré Vieira Mendes.

A pousada funciona como uma cooperativa, bem como o desenvolvimento das várias atividades ligadas ao turismo, como o arborismo, a realização de trilhas e passeios ciclisticos. A administração do empreendimento é de responsabilidade de Fernanda Mendes, recém-formada em turismo. “Posso dizer que sou realizada profissionalmente. Aqui eu trabalho na minha área e tenho a oportunidade de ajudar toda a comunidade”, diz.

Fernanda é funcionária da secretaria de turismo estadual, que paga seu salário. A renda dos outros funcionários provém da própria pousada. Além disso, dez por cento do lucro total é investido na infraestrutura geral da comunidade. “Desse jeito todos se envolvem no bom andamento dos serviços turísticos”, relata a administradora. Durante a seca (junho a setembro), a pousada recebe mais visitantes. Fernanda afirma que os turistas preferem essa época para aproveitar melhor as opções de lazer.

Muita gente se beneficia com as novas demandas do turismo. Além dos benefícios diretos, são gerados benefícios indiretos. Uma parte da população trabalha na própria pousada, com salário fixo, desenvolvendo serviços ligados à hospedagem, manutenção, recepção e alimentação. Outros produzem e vendem alimentos para o restaurante da pousada, prestam serviços de guia turístico ou trabalham no circuito de arborismo.

Antes de trabalhar na pousada, Sebastiana da Silva cuidava dos filhos e ajudava seu marido no roçado. Hoje, trabalha como cozinheira: “essa oportunidade foi muito boa, pois posso ajudar no orçamento familiar, comprar alguma coisa que os filhos pedem e que antes o dinheiro não dava. Melhorou toda comunidade por conta de todo mundo ter mais renda, de um jeito ou de outro. As pessoas não precisam mais sair daqui pra trabalhar. E como não é todo dia que tem movimento aqui no restaurante, dá até pra continuar fazendo outros

Seguir

trabalhos, como roçado, coleta de castanha", explica.

Conhecendo a pousada

Construída às margens de um lago, com decoração rústica e clima aconchegante, a pousada conta com 32 leitos, divididos em 3 chalés e 2 quartos coletivos, chamados de "belichários". Dois chalés são para casal e o terceiro chalé tem acomodação para família de até 4 pessoas. Os belichários são divididos por gênero e cada um possui acomodação para 12 pessoas.

Na pousada, o turista pode conhecer um pouco mais sobre a história do Seringal Cachoeira; contratar um guia para realizar trilhas na floresta; alugar uma bicicleta e fazer um passeio ciclistico pela região; participar do circuito de aventura, com rapel, arborismo e tirolesa; saborear um tambaqui assado ou um filé ao molho de castanha, acompanhados por sucos de frutas da Amazônia, como cupuaçu, graviola, acerola, caju e cajá.

Restaurante: pratos da culinária amazônica
(Foto Glauco Capper)

Todo o serviço prima pelo respeito ao ambiente e a conscientização ecológica. "O turismo ideal é aquele que gera educação ambiental, por isso fico muito feliz quando universitários e pesquisadores vêm conhecer a região", conta Nilson Mendes.

Segundo Fernanda, a pousada tem recebido grupos grandes que, na maioria das vezes, lotam as instalações. Por outro lado, também há bastante interesse de casais devido ao clima aconchegante e tranquilo. "Já existe um projeto de ampliação. Acredito que quanto mais pessoas conhecerem a região, maior será a conscientização sobre a necessidade da preservação da floresta. Ela não é só bonitinha, é fonte de trabalho e renda", afirma.

Para visitar a pousada o ideal é ligar com antecedência, reservar um chalé ou vaga no belichário e agendar os serviços de lazer que deseja contratar. A pousada conta também com serviço *day use*, no qual o turista usufrui de toda a infraestrutura durante o dia, mas sem precisar pagar por um chalé. O telefone de contato é (68) 9956-0780.

Texto final: Fabiana Chaves

Edição: Fabiana Chaves e Maurício Bittencourt

Reportagem: Eva Ferreira e Cinthia Michelli

noticiasdaamazonia.wordpress.com/2013/06/16/alternativa-e-jornalistica/

Acre Amazônia Ambiente 1 Ambiente 2 Blogs Caio Comunicação Diários Geral 1 Geral 2 Notícias Pesquisa 1 Pesquisa 2 Turismo

Agência Ambiental de Notícias da Amazônia

Home About

Guarde o link permanente.

jun 16

Alternativa e jornalística (editorial) r maubit1

Pesquisa

Sustentabilidade social

Uncategorized

Posts Recentes

- Sociedade X Rio
- No tempo da luta
- O extrativismo sobrevive

Seguir

Equipe da ANAM chega a Xapuri (AC)

A Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (ANAM) é um meio de comunicação jornalístico alternativo sobre a questão ambiental amazônica. Trata-se de uma agência experimental de notícias baseada na infraestrutura do curso de jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC), em Rio Branco, capital do estado amazônico brasileiro do Acre. O principal objetivo é levantar informação independente que contribua para o debate sobre a questão ambiental amazônica (QAA). Somos alternativos no modelo econômico: optamos por viabilizar as atividades jornalísticas com recursos financeiros da universidade pública, a fim de praticar o jornalismo de interesse público.

Considera-se a floresta amazônica patrimônio da população amazônica, o que leva a uma abordagem política da QAA. Interpretamos a questão ambiental amazônica, sobretudo, por seus vieses político e socioeconômico, em detrimento do ponto de vista ecológico. A tensão que emana desse tema diz respeito a interesses econômico-políticos e à apropriação da natureza amazônica: quem deve se apropriar da riqueza da floresta?

Visamos o debate sobre alternativas de desenvolvimento. Desta forma, o diferencial das pautas da ANAM recai sobre propostas ambiental e socialmente sustentáveis dos povos tradicionais da floresta, procurando trazer à cidade amazônica e à sociedade global os conhecimentos da população da mata. Esse conhecimento, historicamente calado, vem à tona para inspirar propostas alternativas de convivência com o bioma amazônico. Acredita-se na possibilidade de um desenvolvimento sustentável e socialmente justo, assim como ocorre nas comunidades tradicionais amazônicas, onde se *convive* com a floresta. Todos os outros agentes do desenvolvimento também são ouvidos, independentemente de suas opiniões sobre a QAA: instituições governamentais e empresariais, movimentos sociais etc.

- O extrativismo sobrevive
- Na copa das árvores
- Turismo no seringal

Arquivos

- junho 2013

Categorias

- Uncategorized

Meta

- Registrar-se
- Login
- Posts RSS
- RSS dos comentários
- WordPress.com

Seguir

A palavra desenvolvimento aparecerá aqui com a naturalidade de quem utiliza a eletricidade, a internet, a universidade e o jornalismo como forma de organizar o discurso. Seria incoerente criticar todos os tipos de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, aplicar as lógicas científica e jornalística neste blog gratuito. Utilizamos o jornalismo e a internet para usufruir o lado positivo e democrático da sociedade contemporânea, uma grande onda libertária que possibilita a livre expressão e a diversidade cultural.

No aspecto jornalístico, acredita-se no jornalismo como fomentador do debate democrático sobre a questão ambiental amazônica. Propomos uma prática na base do sujeito-sujeito, com um jornalista disposto à interação social criadora, em detrimento da proposta sujeito-objeto, na qual se vê o jornalista como sujeito e a pauta como objeto.

Coerente com esse aspecto, é preciso estar na Amazônia, um dos principais diferenciais deste meio de comunicação alternativo. Assim, a ANAM se configura institucionalmente como um projeto de extensão da UFAC e nossos repórteres são alunos do curso de jornalismo, professores e funcionários da universidade. De acordo com a liberdade da internet, também cabem neste espaço artigos assinados por especialistas e notícias de provedores gratuitos de informação.

A proposta integra pesquisa doutorado que constatou: (a) a falência do jornalismo de interesse público na mídia de massa e (b) a necessidade da construção solidária de uma nova racionalidade para conviver com o meio ambiente amazônico.

Convidamos vocês ao debate democrático sobre a questão ambiental amazônica. Sejam bem-vindos!

Maurício Bittencourt

Editor e coordenador

Fabiana Nogueira Chaves
Editora

Equipe da ANAM

(Foto: Jeniffer Bruschi)

ANEXO F – Textos publicados na Agência Ambiental de Notícias da Amazônia
coletados no dia 26/06/2013

AGÊNCIA AMBIENTAL DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA

Sociedade X Rio

jun22

Cidade em oposição à natureza transforma fenômeno natural em problema social

Em 2012, o Estado do Acre sofreu a maior enchente de sua história: cerca de cem mil pessoas foram atingidas diretamente. O nível do Rio Acre chegou a 17,62m. O município de Brasiléia foi o mais afetado: a cidade teve 95% de sua área submersa e passou mais de 24 horas sem comunicação e energia elétrica. Apesar de trágico, o problema é totalmente previsível e pode ser evitado.

Em todo o mundo, a ocupação das cidades se inicia a partir dos rios. Na Amazônia não seria diferente. Os seringais que deram origem às cidades do Acre se situavam na beira, para escoar a borracha e facilitar a entrada de mantimentos. Na década de 1970, essas aglomerações urbanas incharam desordenadamente, devido a conflitos no campo. Em Rio Branco, muita gente ocupou desvalorizados terrenos alagadiços perto do Rio Acre. São locais que fazem parte do território do rio, de acordo com o regime normal de enchentes e vazantes.

Depois de décadas, as sucessivas enchentes levaram o poder público a propor a remoção de algumas famílias. No entanto, curiosamente, muitos não querem abandonar as áreas de risco. A equipe da ANAM entrevistou vários desses moradores em Rio Branco para saber por quê.

Neusa Batista dos Santos, 78, mora no bairro Taquari há 22 anos. Ela conta que veio de Xapuri “em busca de um lugar na cidade, pois a vida no seringal estava muito difícil e encontrei aqui um lugar barato, na beira do rio, que é um pouco parecido com o lugar onde eu morava. Da rua até a beira tudo é meu, com isso posso criar porco e galinha sem perturbar ninguém. Esse barulho do motor das embarcações me faz lembrar o meu tempo de seringal.”

Neusa tenta reproduzir o ambiente no qual vivia em Xapuri. Os vizinhos da cidade, em sua maioria, são parentes que foram chegando aos poucos e formando suas famílias.

Mas outros fatores também evitam que essas famílias se mudem para as casas doadas pelo governo. Elas questionam se as novas residências possuem a mesma infraestrutura das atuais. Em Rio Branco, por exemplo, muitas áreas de risco situam-se no centro da cidade, o que torna esses locais atraentes.

“Não vou sair de um lugar que tem padaria, açougue e farmácia perto para ir para um lugar que não sei nem onde é. Aqui eu vou ao centro da cidade a pé, de muletas ou de ônibus. Quando quero comprar um pão, uma carne ou um quilo de açúcar é só atravessar a rua que encontro tudo aqui perto. As mães têm com quem deixar seus filhos. O governo quer mandar a gente para um lugar que nem parada de ônibus tem”, conta Maria Silvestre Pinho, de 53 anos. Maria veio da pequenina Santa Rosa

do Purus, cidade mais remota do estado do Acre, e mora há 22 anos no bairro Taquari.

Existem também os casos mais extremos, daqueles que não tiveram escolha e viram suas casas sendo arrastadas pelas enchentes. Essas pessoas estão vivendo em apartamentos de um ou dois cômodos espalhados pelos bairros de Rio Branco. São os “hóspedes” de um programa governamental que paga o aluguel das famílias até 2014, ano em que está prevista a remoção para novas residências.

Sheila Sebastiana Ramirez, 44, conta que fez um empréstimo e comprou uma casa pequena no Bairro Seis de Agosto. Perdeu tudo na alagação de 2012 e hoje mora num apartamento de dois cômodos com mais quatro pessoas. “Independente de ser casa conjugada, terreno reduzido ou com pouca privacidade, eu quero é sair do sufoco, eu quero é ganhar minha casa”, diz.

Desenvolvimento insustentável agrava alagações

O pesquisador Evandro Ferreira, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa-AC) e do Parque Zoobotânico da Universidade Federal do Acre, aponta que as alagações se agravam devido ao desenvolvimento predatório que extermina as matas ciliares (matas situadas à beira dos rios e igarapés).

“A destruição das matas ciliares no Brasil tem ocorrido em razão do avanço das atividades agropecuárias, da urbanização e da construção de hidrelétricas, para citar apenas alguns fatores”, afirma o pesquisador. Ferreira diz que isso possibilita o aumento da produção agrícola, a expansão das cidades e a disponibilização de energia, mas alerta que a sociedade brasileira paga alto preço por esse crescimento. As matas ciliares desempenham importante papel hidrológico e ecológico. Sem a mata ciliar, a água da chuva escoar mais rápido e não penetra no solo para abastecer os lençóis freáticos. Isso prejudica o acesso à água para a população que depende de poços d’água. Afeta também as nascentes, córregos e, em última instância, os grandes cursos de água que abastecem as cidades.

A vegetação funciona ainda como uma proteção natural contra o assoreamento, pois, sem ela, a água da chuva carrega mais sedimentos para os rios. Com o tempo, o rio fica cada vez mais raso no período da seca. No período das águas, a ausência de mata ciliar facilita os transbordamentos, mesmo que a quantidade anual de chuvas não seja maior do que o normal. É o que ocorre no Rio Acre: de janeiro a março, alagação; de agosto a outubro, ameaça de falta d’água.

“A crise de água que os habitantes de Rio Branco vivem de forma recorrente durante as estiagens é reflexo direto da destruição da mata ciliar do Rio Acre”, explica Ferreira.

Estudos científicos realizados pelo Inpa-AC mostram que ao longo de todo o curso do Rio Acre, desde o Peru até Boca do Acre (AM), 28% das matas ciliares já foram eliminadas. No Estado do Acre, 32% das matas ciliares já foram destruídas. Em Rio Branco, a destruição é de 40% e, no município de Epitaciolândia (AC), já ultrapassou os 60%. As matas ciliares também funcionam como um filtro natural para a água que chega aos cursos de água, tornando-a mais limpa, o que favorece a fauna e flora aquática e facilita o tratamento para consumo humano.

Texto final: Fabiana Chaves e Maurício Bittencourt

Reportagem: Myrlla Rodrigues e José Franco

Agradecimento especial ao pesquisador Evandro Ferreira, que cedeu valioso material de pesquisa sobre o Rio Acre (<http://ambienteacreano.blogspot.com.br/>)

No tempo da luta

jun 21

Primeira professora do Seringal Cachoeira deu aula voluntariamente durante 2 anos

A proposta de ouvir histórias de vida de moradores ou ex-moradores do Seringal Cachoeira busca revelar escolhas e princípios de personagens que participaram de momentos históricos na Amazônia. Com técnicas jornalísticas e de História Oral, a entrevista abaixo foi transcrita para reproduzir não somente fatos, mas também a linguagem e a forma narrativa, com as expressões e características discursivas peculiares da entrevistada. Neste fragmento, aparece Antônia Vieira, 64 anos, primeira professora do Seringal Cachoeira, que nos impressionou por seu carinho em relação à comunidade “do Cachoeira” e por sua coragem frente aos empates. Entrevistamos a professora Antônia, no município de Xapuri (AC), no dia 20 de outubro de 2012.

Antônia Vieira – Eu nasci no Iaco [rio do estado do Acre, afluente do Purus]. Fui batizada em Sena Madureira (AC). Aí com sete anos eu cheguei aqui em Xapuri e estudei as quatro primeiras séries. No final dos meus quatorze anos eu fui passar as férias na casa do meu pai, lá no Cachoeira e arranjei um rapaz. Eu cheguei no Cachoeira com 15 anos de idade, me casei, formei família e trabalhava na roça. E aí surgiu um trabalho de professora. Porque não tinha professor lá na época. Através de Chico Mendes, Raimundo de Barros, eles fizeram reunião pra criar uma escola. Aí o pessoal: “ah, bora escolher a Antônia, porque nós precisamos de alguém pra dar aula”. Que lá no Cachoeira ninguém sabia nem ler nem escrever. Não tinha escola. Na época da reunião, eu até estava com malária, mas mesmo assim, colocaram meu nome lá, aí eu aceitei. Aí ficou. Fiquei fazendo cursos do Projeto Seringueiro e comecei a trabalhar, só por amor à comunidade mesmo, que eu não tinha contrato não.

Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (Anam) – *A senhora escolheu um local para dar aula?*

Antônia Vieira – Foi. Escolhi um local. Era longe. Ensinava os alunos analfabetos. Na época, pegava na mão pra ensinar, né, hoje não se pega mais. Aí fazia os cursos e dava aula, mas sem ganhar nada.

Anam – *E continuou trabalhando na roça depois que começou a dar aulas?*

Antônia Vieira – Eu trabalhava na roça no sábado. Ajudava meu marido. Aí, de segunda a sexta eu trabalhava nas aulas. Trabalhei por uns dois anos sem ganhar nada; só depois que eu fui contratada.

Anam – *Pela prefeitura?*

Antônia Vieira – Pelo governo. Aí melhorou um pouco né (risos), foi melhorando... Dava aula e em julho eu vinha estudar pelo Projeto Seringueiro, vinha fazer curso. Aí ia pra lá, trabalhava. Em dezembro, janeiro e fevereiro eu vinha estudar. Aí passei uns cinco anos assim. Fiz o primeiro grau parcelado assim. Em uns quatro anos eu fiz o primeiro e o segundo graus. Aí eu completei meu segundo grau e trabalhava na escola da comunidade. Trabalhava na escola e era merendeira, professora e servente, comboieira. Ainda tirava lenha pra fazer a merenda da semana toda, né. Todo sábado eu fazia isso. Era muito difícil. Era na lenha mesmo, era no fogão de lenha. Eu pegava muito do meu trocadinho pra pagar condução pra levar a merenda. Na época tinha um prefeito que não ajudava. Uma vez nós precisamos de cinco pessoas pra levar a merenda, e teve uma briga desse prefeito com cinco professores, um deles era o [ex-

governador] Binho. O Binho na época era o meu coordenador e o prefeito era o Wanderley Viana e teve uma briga com o Binho. Era difícil... Mas aí... Bem... Aí eu continuei dando aula.

Anam – *Depois estudou pedagogia...*

Antônia Vieira – Depois de muito tempo eu fiz pedagogia sim e fiz minha pós-graduação em Educação Ambiental. É o que o Genivan também está fazendo, o meu neto.

Anam – *Consegue fazer trabalho ambiental hoje em dia?*

Antônia Vieira – Consigo. Todo evento que tem eu estou lá com o meu cartaz. A diretora até diz “a senhora é uma poetisa”. E nas aulas também.

Anam – *E a pós-graduação, acabou quando?*

Antônia Vieira – Em... 90... 92, parece.

Anam – *A senhora ainda é professora?*

Antônia Vieira – É, trabalho de manhã agora, dando aula pra adulto.

A militante

Anam – *Ouvimos dizer que a senhora além de professora da comunidade, também participou dos empates.*

Antônia Vieira – Participei. Chico Mendes me convidou pra ir a um empate no Nova Esperança. Eu estava numa reunião do evangelho quando ele mandou um bilhete pra eu ir pra esse empate. E eu... Tive que ir, porque na época eu era delegada do sindicato e não podia recuar, né. Na época que eu fui escolhida pra delegada, teve um senhor que disse “devemos escolher a pessoa que, na hora do ‘pega pra capar’, não se esconda por detrás dos tocos”. Então eu me lembrei dessa frase e disse: “eu tenho que ir pro empate”. Aí fui.

Anam – *Como foi esse empate?*

Antônia Vieira – Sei que fui chegando lá e já era de noite. Quando foi de manhã reunimos todos os companheiros e fomos para o empate. Aí, lá na fazenda, na estrada do Nova Esperança já tinha gente esperando, e nós fomos presos. Eram 80 pessoas, e foram todas presas, porque na hora que nós dissemos que íamos enfrentar mesmo, eles disseram: “só o Raimundo Barros... E as outras pessoas podem ir embora. Esses aqui que são os ditadores. Pode ir embora que esses aqui que vão presos”. Na hora que eles disseram isso nós enfrentamos eles. Tinha mulher com criança... Eles colocaram as metralhadoras tudo em cima de nós, pra atirar mesmo. Aí, nós demos as mãos e começamos a cantar o hino nacional... Aí eles baixaram as armas. Aí disseram “mas não tem jeito não, vão presos”. Fomos todos presos. Um conseguiu correr. Quando ele correu botaram a arma nele, aí dissemos “não, que ele é mouco, nem adianta gritar... Que ele é mouco”. Esse que escapou, no outro dia levou mais 40. Então aí concluíram 112 seringueiros presos. Fomos 112. Daí começou a luta, né, a cassação da cabeça do Chico. Quando mataram o Chico, aí teve o negócio das reservas extrativistas, mas aí eu já não tava mais lá, eu fiquei viúva e vim morar aqui. Eu estava sempre acompanhando as lutas do pessoal da reserva, foi um sufoco mesmo pra conseguir isso aí. É esforçado, né, pra gente reunir o povo que não é muito consciente, pra conseguir a reserva e cuidar do meio ambiente, porque antes, o pessoal achava que o meio ambiente era o Chico. Vê como é que tá o nosso planeta hoje, né?

Anam – *E a ideia do hino? De onde surgiu a ideia de vocês cantarem o hino como forma de protesto, de defesa?*

Antônia Vieira – Assim que eles colocaram a metralhadora em cima da gente, a gente começou a cantar. Surgiu assim do nada. Rapidinho, assim. Foi o melhor meio que a gente encontrou para se defender, porque se eles não respeitassem cantando o hino nacional, né...

Anam – *Como foi essa ameaça com armas?*

Antônia Vieira – Eu estava preparada mesmo. Eu tenho uma filha que, na época, tinha 11 anos. Eu falei pra ela “minha filha, você fique aqui na casa do Senhor Nogueira, porque nós vamos enfrentar a polícia e eu não sei... Eu vou porque toda luta eu tenho que ir e você é novinha. Se eu morrer seu pai vem lhe buscar...” Mas aí ela disse “não, se a mãe morrer eu morro também.”

Anam – *Seu marido não foi aos empates?*

Antônia Vieira – O meu marido não. Eu não deixava ir porque ele tinha epilepsia e se ele tivesse um ataque e desse um grito a gente podia ser descoberto. Ele não ia nem nos empates que tinha no Cachoeira.

Anam – *Qual era a crença que te movia para lutar contra a injustiça? De onde surgia essa coragem?*

Antônia Vieira – Tinha gente que estava lá até tomando maracujina (risos). O jeito foi fazer empates pra não deixar ninguém tomar nossa terra. Isso durou muito tempo. Eu tinha a minha família lá, desde os 15 anos que eu me casei e fui morar lá, e o meu objetivo era continuar a morar lá. Como hoje nós ganhamos o Cachoeira eu moro aqui [Xapuri], mas eu sou baluarte de lá. Sempre eu estou lá nos eventos, participando de tudo. Eu sempre tento ajudar da melhor maneira possível, e hoje você vê: todos os meus filhos moram lá. Só tem um, que é o motorista da prefeitura. Mas os outros todos moram lá.

Eu não queria sair de lá, mas aí eu fiquei viúva e arranjei um outro casamento, os meninos não queriam aceitar né, aí eu construí aqui na cidade. Ficou tudo bem, mas eu ainda continuo na luta, ainda sou filiada do sindicato dos trabalhadores e dos professores também. Sou filiada em dois sindicatos. E a luta continua.

Anam – *Como é que vocês perceberam que entrada daqueles fazendeiros seria um problema tão grande?*

Antônia Vieira – É porque... Vocês sabem aquele ditado? “Não deixe o tatu entrar, por que se o tatu entrar no buraco é difícil ele sair.” O fazendeiro também, se ele entrar é difícil ele sair, se ele tivesse entrado no Cachoeira, hoje não teria mais ninguém de nós lá. Os vizinhos dele que tivessem medo, ele ia dando jeito e comprando as colocações devagarzinho de um a um, não é? Eles estariam com o Cachoeira quase todo. E então o negócio foi enfrentar para que eles não entrassem, por que se eles entrassem era difícil de colocar para fora.

Anam – *Hoje um enfrentamento desses seria difícil de fazer?*

Antônia Vieira – Seria sim. Aqueles que tinham menos coragem a gente tinha que enfrentar e dar coragem para eles, dizia “olha, você vai tem que ter coragem porque nós temos que trabalhar em prol disso aqui, porque se nós perdermos isso aqui, como é que vocês vão viver?” Eu ainda tinha uma profissão, mas eu pensava em quem não tinha. Tem que pensar nos outros.

Anam – *Na época dos empates qual era a sua idade?*

Antônia Vieira – Na época.... Uns 40. Nada, eu ainda não tinha 40 não. Quando eu fiquei viúva eu tinha 42. Eu tinha trinta e poucos anos nessa época. Era pau de dá em doido, eu caçava, eu fazia tudo (risos). Meu marido era doente e eu tinha que ajudar.

Anam – *Caçava? Com espingarda e tudo?*

Antônia Vieira – Era! Com espingarda. Eu cortava seringa, eu comprei esse terreninho aqui a custa de uma borracha que eu vendi. Eu vendi para o seu Manoel Ribeiro, o homem que a primeira escolinha era na colocação dele. Ele comprava a borracha, aí eu fiz e vendi pra ele.

Anam – *Qual o resultado dos empates? O povo do Cachoeira foi vitorioso?*

Antônia Vieira – Deu vitória. Foi bem difícil, mas foi muita vitória. Hoje nós temos um lugarzinho: as terras de lá, nosso lugar, tudo mundo em paz e trabalhando. Agora a gente luta para que esse pessoal se conscientize mais sobre o ambiente.

Anam – *Qual a sua opinião sobre a geração mais jovem?*

Antônia Vieira – Pois é, os mais jovens precisam se unir na batalha, na luta sobre esse negócio das reservas lá e tudo. Mesmo trabalhando com o manejo, às vezes, ainda tem manejador que tira madeira clandestina. A Naza [atual presidente do Sindicato do Seringal Cachoeira] está lutando muito contra isso. Já fomos até para Rio Branco debater sobre isso.

Anam – *Após o assassinato do Chico Mendes a luta se enfraqueceu?*

Antônia Vieira – Numa parte ela fortaleceu, em outra parte eu vi fracasso, porque muita gente que era do lado dele [Chico Mendes] só se beneficiou financeiramente. Porque se muita gente que era do lado dele tivesse continuado, a própria esposa dele tivesse continuado, a luta estava sendo melhor. Mas, a gente vê que a própria família, muitos deles são contra.

Anam – *Como foi a participação das mulheres? Havia muitas mulheres com vocês lá?*

Antônia Vieira – Na época tinha! Na época as mulheres eram animadas, hoje em dia eu não sei o que está acontecendo que as mulheres não estão se unindo mais. De primeiro a gente fazia encontro de mulheres, fomos para Rio Branco e tinha o movimento das mulheres, agora as mulheres parecem que não estão querendo muito mais se unir. Acho que é falta do incentivo de uma pessoa.

Anam – *Um líder?*

Antônia Vieira – É. Um líder de frente pra organizar. Tem a Naza, mas ela tem tanta coisa para fazer que não sabe em quantas se vira.

Anam – *Hoje, qual o seu sentimento sobre a luta do Seringal Cachoeira?*

Antônia Vieira – Eu me sinto muito feliz e honrada, porque eu tinha uma liderança forte lá. Quando eu saí de lá os vizinhos ficaram reclamando, chorando, porque eu saí, né. Mas eu tinha que sair. Quando eu trabalhava lá, eu trabalhava forte, ajudava em tudo: eu era monitora, eu era delegada do sindicato, participava dos empates, era professora, eu era tudo... Pau pra toda obra (risos).

O amor por Chico

Anam – *A senhora teve muito contato com Chico Mendes?*

Antônia Vieira – Tive sim. Ele tinha 19 anos quando eu cheguei lá. Eu tinha 15. Tivemos um namorico [pausa]. Ele mandou um bilhete para mim perguntando se eu tinha coragem de fugir com ele no dia em que fosse casar, aí eu disse que não! (risos)

Anam – *Então quer dizer que no dia do casório ele queria te roubar (risos)?*

Antônia Vieira – Queria sim, mas eu disse que não ia dar...

Anam – *E a senhora gostava do Chico?*

Antônia Vieira – [D. Antônia pensa, se “esconde” atrás de bolsinha que tinha nas mãos] O amor da minha vida! [Emoção] Um amor de infância, quase. Eu casei nova...

Anam – *Quantos anos viveu com seu marido?*

Antônia Vieira – Vinte e sete anos.

Anam – *O pessoal do Seringal Cachoeira sabe dessa história?*

Antônia Vieira – Sabe! Sabe... (risos). O Chico estava noivo de uma moça há sete anos, por nome Maria, e aí quando eu fiquei viúva, ele disse que ainda tinha esperança, que se eu quisesse ele, que ele gostaria de casar comigo. Aí eu disse que não, que ele podia ir ser feliz. Aí ele foi... Ele também tinha uma namorada na estrada, na estrada velha, que é essa que ele casou com ela depois de um tempo. E

deixou a pobre da Maria chupando dedo. Essa da estrada foi a primeira esposa dele. Aí depois ele casou com a Ilzamar. Mas ela não gostava muito de mim não. (risos) Se eu tivesse casado com ele, eu ia ser da luta junto com ele. Do jeito que ele lutava, eu lutava também. E ela não era da luta, ela não era do lado dele. Até quiseram levar ele para os Estados Unidos depois, porque ele estava ameaçado de morte, mas ele disse que morria pelo povo e não foi pra lá. Eu depois fiquei viúva de novo, eu ia ficar viúva sempre, não tinha jeito.

Eu tenho medo de esse povo, essa família que matou o Chico entrar no poder aqui em Xapuri de novo. Qualquer briguinha de bar eles aproveitam pra matar algum que já estavam querendo matar. A luta não pode parar, as pessoas estão se esquecendo disso.

Texto final: Fabiana Chaves

Edição: Fabiana Chaves e Maurício Bittencourt

Reportagem: Cecília Jácome e Cristina Souza

O extrativismo sobrevive

jun20

Produtos da floresta mantêm comunidade tradicional no Acre

Após o declínio da economia da borracha os seringais da Amazônia foram abandonados ou vendidos a preços baixos. Seringueiros e seringueiros ficaram sem perspectiva econômica e tiveram de deixar a zona rural da Amazônia. Durante as décadas de 1970 e 1980, a região mudou de perfil, recebendo fazendeiros e camponeses do sul do país. Contudo, alguns seringais sobreviveram extraindo látex, atividade que permanece até hoje.

Várias formas de administrar os seringais surgiram entre as décadas de 1940 e 1980. Algumas pessoas que viviam da extração da borracha se organizaram em pequenos coletivos para continuar trabalhando sem patrão. Apesar dos preços baixos e da dificuldade em comercializar o látex, para alguns pesquisadores a situação dos trabalhadores melhorou muito após o final do último surto econômico da borracha. Os extrativistas adquiriram autonomia para o uso da terra e puderam ter seu próprio ritmo de trabalho. Esse foi o caso do Seringal Cachoeira, localizado no município de Xapuri (AC).

Segundo os moradores da comunidade, o seringueiro local (dono do seringal) havia deixado de explorar o látex, mas não impedia que os seringueiros o fizessem. Porém, devido à pouca lucratividade, as terras foram vendidas a um fazendeiro que tinha em vista transformar a área em pasto. Este tipo de política foi amplamente difundida pelo governo federal para incentivar a ocupação da região após o declínio da exploração de borracha.

Desse período até a transformação do Seringal Cachoeira em parte integrante do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes (PAE Chico Mendes), em 1989, houve muita disputa pela posse da terra. Foi a época dos “empates”, manifestações em que os seringueiros e suas famílias impediam o desmatamento ao se colocarem em frente às máquinas que promoviam as derrubadas. Chico Mendes foi uma das lideranças desse movimento.

Hoje, no Seringal Cachoeira vivem cerca de 90 famílias. A base de geração de renda da comunidade são as atividades extrativistas. A maioria das famílias sobrevive da extração manejada de madeira e de látex, mas também da coleta de açaí, do patoá, de bacaba e de castanha. Atualmente, o Seringal Cachoeira é o maior produtor de

borracha da região, com cerca de 3 mil litros de látex por semana. Toda a produção da comunidade é vendida para a fábrica de preservativos masculinos Natex, empresa estatal situada em Xapuri.

Sebastião Mendes foi extrativista por quatro décadas. Hoje, aos 66 anos, ele não pode mais trabalhar, mas fica feliz em saber que o ofício de seringueiro continua forte entre as novas gerações: “tem gente que acha que o trabalho de tirar borracha não existe mais, que é coisa antiga. Besteira! Aqui a maioria das famílias é de seringueiro. Tem muito mais incentivo hoje, os preços de borracha estão melhores. Tem muito moleque aí que já sabe tirar látex e trabalha nisso”.

Francisco Oliveira Barbosa é um dos mais novos seringueiros do Cachoeira. Com 21 anos, opta por trabalhar no mesmo ofício que os pais e os avós. Segundo ele, além de gostar do que faz, hoje em dia os preços da borracha estão melhores, permitindo que ele possa se manter na comunidade: “minha renda é em média uns 800 reais por mês. Em vista do que os mais antigos falam, melhorou muito. Agora a gente recebe quinzenalmente, o que facilita as compras. Antes o salário vinha por semana, aí tinha que ir até a cidade um monte de vezes pra ir comprando as coisas os poucos”.

De acordo com Nazaré Vieira Mendes, presidente da Associação dos Moradores e Produtores do PAE Chico Mendes, cada família chega a receber por ano em torno de seis mil reais com a extração da seringa (borracha). “Pode parecer pouco, mas há dez anos era apenas uns 900 reais por ano”, diz. Há dez anos, o preço da borracha era de setenta centavos o quilo e hoje chega a sete reais e oitenta centavos, devido aos subsídios oferecidos pelos governos federal e estadual.

Sebastião Mendes afirma que depois da implantação da Natex, muitas coisas mudaram. “O preço melhorou e o incentivo também, pois agora a fábrica compra o leite sem precisar que o seringueiro realize a defumação, beneficiando com menos serviço e pagando mais. Hoje temos uma associação e trabalhamos por conta própria”, salienta.

A extração de borracha, apesar de ser a atividade mais praticada na comunidade do Cachoeira, não é a única fonte de renda. Existem as demais atividades extrativistas e, recentemente, os trabalhos ligados ao turismo, que complementam o orçamento da população (veja abaixo reportagens sobre pousada e circuito de arborismo no PAE Chico Mendes).

A organização do seringal

Nilson Mendes trabalhou muitos anos como seringueiro e hoje é guia turístico da comunidade, além de ser uma das lideranças locais. Ele explica sobre a peculiar organização do seringal: “um seringal é uma área de terra bem grande, do tamanho de uma fazenda. Só que no seringal a floresta é preservada, pois é dela que vem a renda do seringueiro. Essa área toda é dividida em várias colocações, que são pedaços de terra menores que ficam na responsabilidade de uma família de seringueiros. É esta família que tira toda a borracha daquele pedaço”.

Cada colocação possui de três a seis estradas de seringa (as estradas são estreitas, lembrando uma trilha). A casa do extrativista e as plantações de subsistência ficam no centro, rodeadas pela floresta. As estradas são trilhas circulares de seringueiras, que começam e terminam no mesmo ponto. Cada estrada tem em média 160 seringueiras. Segundo Francisco Barbosa, cada estrada de seringa tem um nome para ajudar na localização do seringueiro. “Todas as estradas tem um nome, porque muitas vezes o seringueiro sai para cortar sozinho, e às vezes é preciso ir até onde a pessoa está. Ou então, quando dá a hora da pessoa chegar e ela não chega, vamos até a estrada procurá-la”, afirma.

Algumas estradas são interligadas em forma de zigue-zague e outras por meio de varadouros, caminhos que ligam uma estrada a outra. Geralmente uma ou duas das

estradas de seringa levam à casa do seringueiro, no centro da colocação, permitindo ao seringueiro ir até sua casa almoçar. “Mas isso é difícil, pois na maioria das vezes o seringueiro faz suas refeições dentro da mata, no meio da varação ou no final da estrada”, conta Nilson Mendes.

Desde a época dos ciclos da borracha até hoje, o método de extração e os instrumentos de trabalho permanecem os mesmos. O trabalho é dividido em dois turnos: um de extração e outro de recolhimento. “Começa-se pela perna direita... A perna direita é a estrada por onde se inicia a extração e vai acompanhando o caminho de zigue-zague das seringueiras na floresta. Nessa parte do trabalho, são feitos os sulcos nos troncos. Ao final, faz-se o rodo, ou seja, o retorno, voltando pela perna esquerda e recolhendo o leite da produção. A perna esquerda é um caminho mais curto pra buscar a seringa”, explica Sebastião.

Segundo Nilson, uma seringueira precisa ter pelo menos 20 anos para começar a produzir látex e, se bem cuidada, produz seringa pelo resto de sua vida. Uma das formas de manter a vida útil da árvore é a realização uma espécie de rodízio semanal na utilização das seringueiras.

Anualmente, de agosto a outubro, a seringueira perde suas folhas e produz frutos para a proliferação da espécie, um processo natural. “Neste período o leite sofre uma coagulação mais rápida e nós paramos de tirar, pra respeitar o tempo da árvore”, diz Nilson. Outro momento de paralisação das atividades é na segunda quinzena de janeiro, quando a coleta de castanha passa a ser o carro chefe da economia local.

“Todas as atividades que praticamos aqui são em harmonia com a floresta e os bichos. Quando o seringueiro trabalha na mata, ele é parte dessa mata e convive bem com ela. Ele tem que conhecer as plantas, os bichos. Os bichos também passam a conhecer ele. Esse trabalho ajuda a preservar a floresta, como dizia o Chico”, ressalta Nilson.

Texto final: Fabiana Chaves

Edição: Fabiana Chaves e Maurício Bittencourt

Reportagem: Meyre Campos

Na copa das árvores

jun20

Maior circuito de arborismo da Amazônia situa-se em comunidade extrativista

No alto de uma castanheira centenária começa o Circuito de Aventura Chico Mendes, situado no Assentamento Agroextrativista Chico Mendes (PAE Chico Mendes/INCRA), em Xapuri (AC). Com mais de 600 metros de extensão a 25 metros de altura, trata-se do maior e mais alto circuito de arborismo da Amazônia.

Construído em uma área de sete hectares, o circuito conta com passeio ciclístico, ascensão em árvores, rapel, arborismo acrobático, arborismo contemplativo e tirolesa. Todo o trabalho de apoio é realizado por moradores que receberam treinamento e trabalham como instrutores. A atividade soma-se aos serviços ofertados pela Pousada Ecológica Seringal Cachoeira, localizada num dos seringais que integram o PAE (veja reportagem abaixo).

“Aqui nós não precisamos de muito, a floresta é nosso ganha-pão, se a gente deixasse derrubar a floresta, vendesse nossas terras, a gente viveria de quê? Essas novidades todas de turismo também só existem porque a floresta está aqui”, afirma Nilson Mendes, um dos líderes comunitários do Seringal Cachoeira.

Parceria

O projeto do Circuito de Aventura surgiu por meio de uma parceria entre a comunidade e o governo do estado do Acre. “Nós já tínhamos a pousada funcionando, as trilhas, mas ainda faltava uma atração maior, algo que fosse um diferencial e que pudesse gerar mais renda para a comunidade, sem devastar”, conta Fernanda Mendes, administradora da Pousada Ecológica Seringal Cachoeira.

Em 2010, o projeto começou a ser pautado nas reuniões da secretaria estadual de turismo (Setul). Daí em diante, firmaram-se diversas parcerias para que a construção do circuito saísse do papel. O primeiro passo foi pedir permissão ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável pelo assentamento. Foram realizadas várias reuniões entre a comunidade e o INCRA, e, após o consentimento unânime da população local, as obras foram iniciadas. Outra parceria importante foi com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que liberou 100 mil reais para a execução do projeto.

Com as verbas e iniciativas firmadas, faltava definir onde o circuito seria construído. Por meio de um acordo, dois moradores cederam parte de suas terras para a implementação da obra. “Era para melhorar a renda das pessoas aqui”, afirma Duda Mendes, um dos cedentes. Em parceria com a Setul, foi contratada a empresa *Ecoventure*, de Campinas (SP), para a montagem da estrutura do circuito. Após a realização de um longo estudo da área por uma equipe técnica formada por engenheiros, geógrafos e integrantes da *Ecoventure*, o local de construção do circuito de aventura foi mapeado. Elaborou-se um projeto para a utilização das árvores de modo a não prejudicá-las. Mesmo com as fortes chuvas do final do ano de 2011 e início de 2012 foi possível terminar a obra em fevereiro de 2012. A inauguração ocorreu em 31 de março do mesmo ano.

Foram mais de 400 mil reais investidos para colocar o circuito em pleno funcionamento, desde a parte técnica e estrutural até o treinamento de pessoal.

Inaugurava-se o maior e mais alto circuito de arborismo da Amazônia.

O diferencial do Circuito de Aventura Chico Mendes é a forma como foi elaborada sua construção, primando por não prejudicar as árvores. Nenhum dos cabos de aço usados como base para as plataformas entra em contato direto com as árvores. Os troncos são protegidos por calços de madeira. Nenhuma árvore foi furada, o que poderia prejudicar seu crescimento. Ao invés de furos, foram utilizados parafusos que podem sempre ser reajustados.

No período de realização da obra, 20 pessoas se interessaram em realizar capacitação para se tornarem instrutores do circuito. O curso teve duração de 120 horas, incluindo aulas práticas e teóricas de segurança, primeiros socorros e resgates. Valdeildo Pereira da Silva, 32, participou desse grupo e afirma que “infelizmente nem todos conseguiram concluir o treinamento, pois uns ficaram com muito medo de altura e outros tiveram que sair da comunidade por motivos de estudo”. Hoje, o circuito possui 10 instrutores.

Valdeildo, que nasceu no seringal, trabalha no circuito desde que foi inaugurado. O instrutor conta que trabalhou no manejo por cerca de cinco anos, e que não sente saudade: “hoje estou satisfeito e não penso em me mudar para a cidade, o que antes eu pensava. Sou instrutor geralmente só nos finais de semana e posso fazer outras coisas aqui dentro durante a semana”.

Renê Mendes Vieira, 19, também é instrutor. Antes, ajudava o pai na plantação e na coleta de castanha e açaí. “Gosto do trabalho no circuito porque não preciso sair da comunidade.” Everton Paiva, coordenador do circuito, é natural de Rio Branco, capital do Acre. “Fiz o curso de instrutor e gosto do trabalho. Não penso em voltar para Rio Branco, aqui a vida é bem melhor”, conta.

Segurança

Todas as atividades são realizadas com equipamentos de segurança e acompanhamento dos instrutores. Os turistas passam por um treinamento ainda no solo. Nele, os monitores ensinam como utilizar os cabos para se mover entre os obstáculos e checam cadeirinha, mosquetão, capacete e luva. “Nós também pedimos que as pessoas preencham uma ficha antes de ir. Perguntamos se tem problemas cardíacos ou respiratórios, por exemplo”, relata Paiva.

O circuito passa por manutenções periódicas de segurança: vistorias diárias, inspeção quinzenal e ajustes bimestrais por técnicos da *Ecoventure*. De seis em seis meses o circuito para, a fim de realizar uma manutenção geral.

Depois da inauguração do Circuito de Aventura Chico Mendes, a procura pelo Seringal Cachoeira aumentou. “Muita gente se sentiu atraída por conta do circuito. Temos recebido grupos grandes e todos perguntam pelo arborismo”, conta Fernanda Mendes.

Uma turma de 40 alunos do Curso de Turismo da Universidade Andina de Cuzco visitou a comunidade. Eles vieram por meio de um projeto do professor Leone Fuentes, com a proposta de conhecer rotas turísticas diferenciadas. O professor afirmou que o Acre não poderia ficar fora dos roteiros, pois “aqui tem um tipo de desenvolvimento muito específico. É o verdadeiro desenvolvimento sustentável através do turismo”. Gonzalo Aedo, um de seus alunos, ficou fascinado com o arborismo e encantado com a estrutura do seringal: “não se encontra isso em outro lugar”.

Texto final: Fabiana Chaves

Edição: Fabiana Chaves e Maurício Bittencourt

Reportagem: Glauco Capper e Jeniffer Bruschi

Turismo no seringal

jun18

Pousada gera atividade turística comunitária em área onde viveu Chico Mendes

O turismo pode se transformar numa das principais alternativas de atividade econômica para as comunidades da Amazônia. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), os roteiros de turismo ecológico e cultural estão entre os que mais crescem no mundo, transformando pequenas localidades em receptoras de grande número de visitantes.

A Pousada Seringal Cachoeira, na área rural do município de Xapuri (AC), promove várias ações ligadas ao turismo ecológico. As atividades geram renda e preservam a identidade sociocultural da comunidade. Trata-se do local em que nasceu e viveu Chico Mendes. Grande parte de sua família ainda mora ali.

O Cachoeira foi território de disputa por terra nas décadas de 1970 e 1980. No local, ocorreram os primeiros “empates”, ato político em que os seringueiros e suas famílias se colocavam na frente de tratores e caminhões para evitar o desmatamento. Assim, procuravam garantir a conservação do ambiente como forma de manter seu sustento. A floresta de pé gera renda para várias famílias de extrativistas. A floresta derrubada, transformada em pasto, gera desemprego para muita gente e renda apenas para o pecuarista.

Em 1989, a área se transformou no Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes (PAE Chico Mendes), administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Cachoeira é um dos seringais que integram o PAE. Considerado líder de um movimento de resistência pacífica, Chico foi assassinado em dezembro de 1988. A partir daí seu nome ganhou cada vez mais notoriedade. Xapuri começou a receber visitantes de todas as partes do mundo. As pessoas queriam conhecer a história do seringueiro que se envolveu, lutou e perdeu a vida defendendo uma causa maior. Xapuri atrai cada vez mais turistas: jornalistas, pesquisadores, ativistas ambientais ou pessoas querendo conhecer as belezas da Amazônia. Dessa maneira, a pequena comunidade do Seringal Cachoeira foi se tornando, aos poucos, um destino turístico.

O turismo na floresta

Quando os primeiros grupos de turistas começaram a aparecer no seringal, a comunidade não dispunha de infraestrutura para hospedagem e alimentação; os moradores acabavam por receber os visitantes em suas casas. “As pessoas se adequavam ao que a gente podia oferecer. Até hoje eu recebo um monte de gente na minha casa”, conta o líder comunitário e guia turístico Nilson Mendes.

Por perceber que a demanda turística crescia, a Associação de Moradores e Produtores do PAE Chico Mendes decidiu criar um redário para receber os turistas. O redário consistia em um galpão com várias redes atadas. “Mas com o tempo, o redário também se tornou insuficiente e os visitantes reclamavam da falta de conforto. Depois de passar o dia todo andando, explorando a região, não conseguiam dormir direito”, afirma Nilson.

A ideia de construir uma pousada no seringal surgiu em uma das reuniões da associação de moradores. Fruto de parceria da comunidade com os governos federal e estadual, por meio do INCRA, a pousada Seringal Cachoeira foi inaugurada em 2008 dentro do PAE Chico Mendes, a 33 km da sede do município de Xapuri. É um empreendimento comunitário gerenciado pela associação.

A construção começou em 2006, com um investimento de R\$ 400 mil e mão de obra local. “Tudo foi resolvido aos poucos dentro das reuniões do sindicato [associação]. As pessoas selecionadas para trabalhar na pousada receberam treinamento em hotelaria e turismo e aprenderam um pouco sobre sistemas de gestão. Tudo por conta das parcerias”, conta a presidente da associação de moradores, Nazaré Vieira Mendes.

A pousada funciona como uma cooperativa, bem como o desenvolvimento das várias atividades ligadas ao turismo, como o arborismo, a realização de trilhas e passeios ciclísticos. A administração do empreendimento é de responsabilidade de Fernanda Mendes, recém-formada em turismo. “Posso dizer que sou realizada profissionalmente. Aqui eu trabalho na minha área e tenho a oportunidade de ajudar toda a comunidade”, diz.

Fernanda é funcionária da secretaria de turismo estadual, que paga seu salário. A renda dos outros funcionários provém da própria pousada. Além disso, dez por cento do lucro total é investido na infraestrutura geral da comunidade. “Desse jeito todos se envolvem no bom andamento dos serviços turísticos”, relata a administradora. Durante a seca (junho a setembro), a pousada recebe mais visitantes. Fernanda afirma que os turistas preferem essa época para aproveitar melhor as opções de lazer.

Muita gente se beneficia com as novas demandas do turismo. Além dos benefícios diretos, são gerados benefícios indiretos. Uma parte da população trabalha na própria pousada, com salário fixo, desenvolvendo serviços ligados à hospedagem, manutenção, recepção e alimentação. Outros produzem e vendem alimentos para o

restaurante da pousada, prestam serviços de guia turístico ou trabalham no circuito de arborismo.

Antes de trabalhar na pousada, Sebastiana da Silva cuidava dos filhos e ajudava seu marido no roçado. Hoje, trabalha como cozinheira: “essa oportunidade foi muito boa, pois posso ajudar no orçamento familiar, comprar alguma coisa que os filhos pedem e que antes o dinheiro não dava. Melhorou toda comunidade por conta de todo mundo ter mais renda, de um jeito ou de outro. As pessoas não precisam mais sair daqui pra trabalhar. E como não é todo dia que tem movimento aqui no restaurante, dá até pra continuar fazendo outros trabalhos, como roçado, coleta de castanha”, explica.

Conhecendo a pousada

Construída às margens de um lago, com decoração rústica e clima aconchegante, a pousada conta com 32 leitos, divididos em 3 chalés e 2 quartos coletivos, chamados de “belichários”. Dois chalés são para casal e o terceiro chalé tem acomodação para família de até 4 pessoas. Os belichários são divididos por gênero e cada um possui acomodação para 12 pessoas.

Na pousada, o turista pode conhecer um pouco mais sobre a história do Seringal Cachoeira; contratar um guia para realizar trilhas na floresta; alugar uma bicicleta e fazer um passeio ciclístico pela região; participar do circuito de aventura, com rapel, arborismo e tirolesa; saborear um tambaqui assado ou um filé ao molho de castanha, acompanhados por sucos de frutas da Amazônia, como cupuaçu, graviola, acerola, caju e cajá.

Todo o serviço prima pelo respeito ao ambiente e a conscientização ecológica. “O turismo ideal é aquele que gera educação ambiental, por isso fico muito feliz quando universitários e pesquisadores vêm conhecer a região”, conta Nilson Mendes.

Segundo Fernanda, a pousada tem recebido grupos grandes que, na maioria das vezes, lotam as instalações. Por outro lado, também há bastante interesse de casais devido ao clima aconchegante e tranquilo. “Já existe um projeto de ampliação.

Acredito que quanto mais pessoas conhecerem a região, maior será a conscientização sobre a necessidade da preservação da floresta. Ela não é só bonitinha, é fonte de trabalho e renda”, afirma.

Para visitar a pousada o ideal é ligar com antecedência, reservar um chalé ou vaga no belichário e agendar os serviços de lazer que deseja contratar. A pousada conta também com serviço *day use*, no qual o turista usufrui de toda a infraestrutura durante o dia, mas sem precisar pagar por um chalé. O telefone de contato é (68) 9956-0780.

Texto final: Fabiana Chaves

Edição: Fabiana Chaves e Maurício Bittencourt

Reportagem: Eva Ferreira e Cínthia Michelli

Alternativa e jornalística (editorial)

jun16

A Agência Ambiental de Notícias da Amazônia (ANAM) é um meio de comunicação jornalístico alternativo sobre a questão ambiental amazônica. Trata-se de uma agência experimental de notícias baseada na infraestrutura do curso de jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC), em Rio Branco, capital do estado amazônico brasileiro do Acre. O principal objetivo é levantar informação independente que contribua para o debate sobre a questão ambiental amazônica (QAA). Somos alternativos no modelo econômico: optamos por viabilizar as atividades jornalísticas

com recursos financeiros da universidade pública, a fim de praticar o jornalismo de interesse público.

Considera-se a floresta amazônica patrimônio da população amazônica, o que leva a uma abordagem política da QAA. Interpretamos a questão ambiental amazônica, sobretudo, por seus vieses político e socioeconômico, em detrimento do ponto de vista ecológico. A tensão que emana desse tema diz respeito a interesses econômico-políticos e à apropriação da natureza amazônica: quem deve se apropriar da riqueza da floresta?

Visamos o debate sobre alternativas de desenvolvimento. Desta forma, o diferencial das pautas da ANAM recai sobre propostas ambiental e socialmente sustentáveis dos povos tradicionais da floresta, procurando trazer à cidade amazônica e à sociedade global os conhecimentos da população da mata. Esse conhecimento, historicamente calado, vem à tona para inspirar propostas alternativas de convivência com o bioma amazônico. Acredita-se na possibilidade de um desenvolvimento sustentável e socialmente justo, assim como ocorre nas comunidades tradicionais amazônicas, onde se *convive* com a floresta. Todos os outros agentes do desenvolvimento também são ouvidos, independentemente de suas opiniões sobre a QAA: instituições governamentais e empresariais, movimentos sociais etc.

A palavra desenvolvimento aparecerá aqui com a naturalidade de quem utiliza a eletricidade, a internet, a universidade e o jornalismo como forma de organizar o discurso. Seria incoerente criticar todos os tipos de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, aplicar as lógicas científica e jornalística neste blog gratuito. Utilizamos o jornalismo e a internet para usufruir o lado positivo e democrático da sociedade contemporânea, uma grande onda libertária que possibilita a livre expressão e a diversidade cultural.

No aspecto jornalístico, acredita-se no jornalismo como fomentador do debate democrático sobre a questão ambiental amazônica. Propomos uma prática na base do sujeito-sujeito, com um jornalista disposto à interação social criadora, em detrimento da proposta sujeito-objeto, na qual se vê o jornalista como sujeito e a pauta como objeto.

Coerente com esse aspecto, é preciso estar na Amazônia, um dos principais diferenciais deste meio de comunicação alternativo. Assim, a ANAM se configura institucionalmente como um projeto de extensão da UFAC e nossos repórteres são alunos do curso de jornalismo, professores e funcionários da universidade. De acordo com a liberdade da internet, também cabem neste espaço artigos assinados por especialistas e notícias de provedores gratuitos de informação.

A proposta integra pesquisa doutorado que constatou: (a) a falência do jornalismo de interesse público na mídia de massa e (b) a necessidade da construção solidária de uma nova racionalidade para conviver com o meio ambiente amazônico.

Convidamos vocês ao debate democrático sobre a questão ambiental amazônica.

Sejam bem-vindos!

Maurício Bittencourt

Editor e coordenador

Fabiana Nogueira Chaves

Editora

Equipe da ANAM

(Foto: Jeniffer Bruschi)

ANEXO G – Fotografias Referentes a Viagens para Captação de Dados (Reportagens)

Saída para a viagem de 20/10/12 – UFAC – Rio Branco (AC)

A caminho do Seringal Cachoeira – Xapuri (AC) – 20/10/12

Orientação para reportagens – Seringal Cachoeira – Xapuri (AC) – 20/10/12

Entrevista com Antônia Vieira – Xapuri (AC) – 20/10/12

Orientação para elaboração de textos – Seringal Cachoeira – Xapuri (AC) – 20/10/12

Orientação para produção de reportagens – Seringal Cachoeira – 20/10/12

Trilha da Samaúma – Seringal Cachoeira – 03/11/12

Entrevista com Nilson Mendes – Seringal Cachoeira – 03/11/12

Casa do seringueiro Francisco Barbosa – PAE Chico Mendes – Xapuri (AC) – 10/11/12

ANEXO H – Grupo de Pesquisa Amajor – Amazônia, Jornalismo e Ambiente

Grupo de Pesquisa
Amajor - Amazônia, Jornalismo e Ambiente

Identificação	Recursos Humanos	Linhas de Pesquisa	Indicadores do Grupo
-------------------------------	----------------------------------	------------------------------------	--------------------------------------

Identificação

Dados básicos

Nome do grupo: Amajor - Amazônia, Jornalismo e Ambiente

Status do grupo: **certificado pela instituição**

Ano de formação: 2007

Data da última atualização: 21/03/2013 12:27

Líder(es) do grupo: Maurício Pimentel Homem de Bittencourt -

Área predominante: Ciências Sociais Aplicadas; Comunicação

Instituição: Universidade Federal do Acre - UFAC

Órgão: Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Unidade: Curso de Comunicação Social / Jornalismo

Endereço

Logradouro: Rodovia BR 364, km 4 / Bl. Edmundo Pinto / sala 5

Bairro: Distrito Industrial

CEP: 69915900

Cidade: Rio Branco

UF: AC

Telefone: 84064076

Fax:

Home page: www.narrativasdafloresta.blogspot.com

Repercussões dos trabalhos do grupo

Recursos humanos

Pesquisadores

Total: 5

[Cleide Elizabeth Passos dos Santos](#)

[Francisco Aquinei Timoteo Queirós](#)

[Fabiana Nogueira Chaves](#)

[Maurício Pimentel Homem de Bittencourt](#)

[Francielle Maria Modesto Mendes](#)

Estudantes

Total: 0

Técnicos

Total: 0

Linhas de pesquisa	Total: 3
<ul style="list-style-type: none">• Jornalismo alternativo para a questão ambiental na Amazônia• Narrativas em trânsito: história, Jornalismo e Literatura• Telejornalismo na Amazônia	